

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO
TERRITÓRIO**

CIDADE MÉDIA DO AGRONEGÓCIO:

Os efeitos da reestruturação produtiva no município de Rio Verde/GO

BIANCA SIMONELI DE OLIVEIRA

UBERLÂNDIA/MG

Jun./2016

BIANCA SIMONELI DE OLIVEIRA

CIDADE MÉDIA DO AGRONEGÓCIO:

Os efeitos da reestruturação produtiva no município de Rio Verde/GO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz Ribeiro Soares

UBERLÂNDIA/MG

Jun./2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48c Oliveira, Bianca Simoneli de, 1978-
2016 Cidade média do agronegócio : os efeitos da reestruturação
produtiva no município de Rio Verde/GO / Bianca Simoneli de Oliveira.
- 2016.
332 f. : il.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia urbana - Rio Verde (GO) - Teses.
3. Cidades e vilas - Rio Verde (GO) - Teses. 4. Economia agrícola - Rio
Verde (GO) - Teses. I. Soares, Beatriz Ribeiro, 1952-. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

BIANCA SIMONELI DE OLIVEIRA

CIDADE MÉDIA DO AGRONEGÓCIO:

Os efeitos da reestruturação produtiva no município de Rio Verde/GO

Prof^a. Dr^a. Beatriz Ribeiro Soares (Orientadora – IG/UFU)

Prof^a. Dr^a Genilda Darc Bernardes (Centro Universitário UniEvangélica/ Anápolis)

Prof^a. Dr^a Vera Lúcia Salazar Pessôa (UFG/Regional Catalão)

Prof^a. Dr. Hélio Carlos Miranda de Oliveira (UFU/ FACIP)

Prof. Dr. Winston Kleiber de Almeida Bacelar (IG/UFU)

Data 14/06/2016

Resultado: APROVADA COM LOUVOR

DEDICO este trabalho à algumas pessoas especiais que torcem por mim, mesmo quando não entendem minhas razões. São elas: minhas queridas mães, Vânia e Sônia, e minha filha amada, Rafaella Simoneli.

AGRADECIMENTOS

À Deus, agradeço o ânimo e a superação na realização desse trabalho; à minha orientadora, amiga de tantos anos, Profa. Beatriz Ribeiro Soares, agradeço a paciência, a contribuição e a força de sempre. Precisei dessa força muitas vezes, para crer em mim mesma, e acreditar que era capaz.

Aos amigos de caminhada que viram os meus tropeços, e que estenderam a mão da coragem, muito obrigada.

A minha família, que distante do mundo acadêmico, mas presente no mundo do coração, da solidariedade, me apoiou com dedicação, mesmo sem saber minhas razões, mesmo sem saber a essência de uma tese.

A banca, agradeço o esforço de leitura e a contribuição crítica que nos enriquece a cada tempo. Esse dia ficará marcado na minha história, e vocês, farão parte dessa maravilhosa experiência.

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia, professores e funcionários, que somam força na “construção do saber”.

Ao povo rio-verdense, que acolhe tantos imigrantes como eu; obrigada pelo desafio de descontaminar esse palco de lutas e desejos grandiosos, da “Princesa do Sudoeste Goiano”.

Enfim, aos colegas de trabalho, que me apoiaram com palavras de coragem, e àqueles que me prestaram apoio na realização desse complexo trabalho, desde a sua elaboração até a finalização, a todos, meu muito obrigada.

Hoje, ao encerrar essas páginas, sinto uma brisa leve de paz, por ter feito o meu melhor, por ter aprendido um pouco mais, e por dividir um pouco desse conhecimento com você, meu futuro leitor.

“A filosofia de uma pessoa não é melhor expressa em palavras; ela é expressa pelas escolhas que a pessoa faz. A longo prazo, moldamos nossas vidas e moldamos a nós mesmos. O processo nunca termina [...]. E, as escolhas que fizemos são, no final das contas, de nossa própria responsabilidade”.
(ELEANOR ROOSEVELT).

RESUMO

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. **Cidade média do agronegócio:** os efeitos da reestruturação produtiva no município de Rio Verde/GO. 2016. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

As cidades médias inseridas nas áreas do Cerrado brasileiro estão reestruturando-se no âmbito rural e urbano nas últimas décadas, como reflexo dos investimentos agropecuários. Representante desse processo, escolhemos o município de Rio Verde em função de dois processos: por se desenvolver socioeconomicamente em função da reestruturação produtiva agrícola do Cerrado após 1970, e por oferecer características de cidade média com centralidade regional e contradições intraurbanas. Portanto temos como situação problema o fato de Rio Verde estar inserida numa região agrícola, onde o campo reestruturado cria uma cooperação com a agroindústria e com o setor terciário, estruturando um agronegócio regional de sucesso. No entanto, deixa-nos dúvidas sobre os efeitos da reestruturação produtiva em termos socioeconômicos e ambientais, no que se refere ao campo e à cidade. Portanto, o objetivo dessa tese é contribuir na discussão das cidades médias do Cerrado, cujas funções estejam vinculadas ao agronegócio, e compreender a lógica e os efeitos da reestruturação produtiva no campo e na cidade, tendo Rio Verde - GO como referência para estudo. Com relação ao exercício metodológico da pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida com base no tripé: teórico, documental e campo. Concluímos a tese afirmando que o campo moderno, fruto da reestruturação produtiva agrícola, fomentou uma economia especializada no agronegócio, o que propiciou o enriquecimento do campo, a formação de complexos agroindustriais e a constituição de uma cidade média, especializada no agronegócio, cuja centralidade ultrapassa sua microrregião. Em termos de efeitos, concluímos que processo de reestruturação produtiva agrícola, gerou impactos positivos para a inserção dos Cerrados na economia nacional, e para as cidades inseridas no campo moderno. Por outro lado, campo e cidade inseridos nas regiões agrícolas, mascaram sob o discurso do agronegócio, efeitos perversos de ordem socioeconômica e ambiental, ou seja, um sistema convidativo para investir e, excludente, quando não há o que oferecer. Assim, os problemas são sufocados no local, deixando apenas o discurso da riqueza para ser divulgada em ordem nacional.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva agrícola. Cidade média do agronegócio. Centralidade regional.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. **Cidade média do agronegócio:** os efeitos da reestruturação produtiva no município de Rio Verde/GO. 2016. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

The average cities inserted in the areas of the Brazilian Cerrado are restructuring in the rural and urban areas in recent decades as a result of agricultural investments. Representative of this process, we chose Rio Verde due to two processes: to develop socioeconomically depending on agricultural production restructuring Cerrado after 1970 and offer average city features regional centrality and intra-urban contradictions. So we have as the problem situation the fact of Rio Verde be inserted in an agricultural region, where the restructured field creates cooperation with the agricultural industry and the tertiary sector, structuring a regional agribusiness success. However, let us doubts about the effects of the restructuring process in socio-economic and environmental terms, in relation to the field and the city. Therefore, the aim of this thesis is to contribute to the discussion about the medium-sized Cerrado cities whose functions are linked to agribusiness, and understand the logic and the effects of the restructuring process in rural and urban areas, having Rio Verde – GO as the reference for studying. Regarding the methodological practice research, it is a qualitative research, developed based on three pillars: theoretical, documentary and field. We conclude the thesis stating that the modern field, the result of agricultural production restructuring, fomented an economy specialized in agribusiness, which led to the enrichment of the field, the formation of agro-industrial complex and the formation of an average city, specializing in agribusiness, whose centrality exceeds its micro-region. In terms of effects, we conclude that process agricultural production restructuring, generated positive impacts for the insertion of Savannahs in the national economy, and to the cities inserted in the modern field. On the other hand, country and city inserted in agricultural regions, masked under the agribusiness speech, perverse effects of socioeconomic and environmental order, is an inviting system to invest and exclusionary, when there is nothing to offer. Thus, the problems are choked on site, leaving only the speech of wealth to be disclosed in the national order.

Keywords: agricultural production restructuring, average city agribusiness, regional centrality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrada de Ferro Goiás, 1927.....	68
Figura 2	Núcleo urbano de Rio Verde no início do século XX.....	77
Figura 3	Rio Verde - planta urbana de 1940.....	81
Figura 4	Rio Verde - vista da cidade na década de 1950	82
Figura 5	Rio Verde - vista aérea da cidade em 1975.....	83
Figura 6	Cadeia produtiva da soja.....	103
Figura 7	Localização da Hidrovia de São Simão-GO, 2015.....	115
Figura 8	Rio Verde - localização das principais rodovias asfaltadas, 2015.....	116
Figura 9	Rio Verde – apresentação da pecuária, sojicultura e cana-de-açúcar	122
Gráfico 1	Rio Verde - evolução urbana e rural entre 1970/2010.....	126
Gráfico 2	Sudoeste Goiano e Rio Verde - evolução do pessoal ocupado no setor agrícola (1970/2006)	127
Figura 10	Rio Verde - localização dos Distritos Agroindustriais DARV I, II e III, 2015.....	159
Figura 11	Rio Verde - localização do Setor Municipal de Pequenas Empresas (SMPE), 2015.....	161
Figura 12	Planta de Rio Verde com a delimitação do perímetro urbano, 2012.....	284

LISTA DE FOTOS

Foto 1	a) Ponte Afonso Pena (1909); b) Ponte Leopoldo Moreira (1935).....	69
Foto 2	Rio Verde – Rua Rui Barbosa, centro, década de 1950.....	80
Foto 3	Rio Verde – antigo cinema da cidade.....	80
Foto 4	Lavouras da comunidade Menonita, 2015.....	87
Foto 5	Goiás - maquinários usados nas lavouras de soja, safra 2015/16.....	111
Foto 6	Rio Verde – pivô instalado em lavoura de Rio Verde.....	113
Foto 7	Rio Verde - lavoura mecanizada de cana-de-açúcar.....	121
Foto 8	Rio Verde – granjas avícolas e suínas, 2015.....	123
Foto 9	Bombardeamento de agrotóxicos em lavouras de soja por avião agrícola.....	137
Foto 10	Rio Verde - Feira agropecuária Tecnoshow COMIGO, 2015.....	153
Foto 11	a) Fachada da Universidade de Rio Verde – UNIRV; b) Fachada do IFGoiano.....	155
Foto 12	Rio Verde – a) Cereal Comércio e Exportação; b) Refrigerantes Rinco, 2016.....	160
Foto 13	Rio Verde – a) CARGILL Alimentos; b) Kowalski, 2016.....	160
Foto 14	Rio Verde – vista da empresa SIOL Alimentos, 2016.....	161
Foto 15	Rio Verde – Aeroporto General Leite de Castro, 2015.....	162
Foto 16	Rio Verde – Complexo Agroindustrial da COMIGO.....	180
Foto 17	Rio Verde – Complexo BRF (Projeto Buriti).....	181
Foto 18	COMIGO - envase de óleo de soja e estoque de farelo de soja, 2015.....	183
Foto 19	Rio Verde – tratores e maquinários agrícolas, 2014.....	214
Foto 20	Rio Verde – Buriti Shopping, 2016.....	227
Foto 21	Rio Verde – fluxo de desempregados no SINE e na prefeitura, após a exibição do programa Globo Repórter em 2004.....	237
Foto 22	Panorama de Rio Verde/GO, 2015.....	240
Foto 23	Terminal rodoviário de Rio Verde - famílias de outros estados, desembarcando na cidade, 2015.....	249
Foto 24	Rio Verde - jovens pedindo dinheiro em sinaleiros, 2016.....	252
Foto 25	Rio Verde – a) Hospital Evangélico; b) Hospital Santa Teresinha.....	259
Foto 26	Rio Verde – atendimento no UPA Dr. José Póvoa Mendes, 2015.....	264
Foto 27	Rio Verde – clínicas particulares, 2015.....	266
Foto 28	Rio Verde – vista da cidade, 2015.....	275
Foto 29	Rio Verde – a) moradias que apresentam esgoto aberto e fossa negra aberta em bairros de baixa renda; b) vista de uma fossa tampada na calçada de um bairro de classe média, 2015.....	276
Foto 30	Rio Verde – linha de alta tensão dividindo os bairros Martins e Arco Iris, 2016.....	283
Foto 31	Rio Verde – empreendimentos construídos próximos de nascentes e margem de córrego urbano, 2016.....	283
Foto 32	Rio Verde – Conj. Hab. Céu Azul; a) em 2009 e b) em 2015.....	290

Foto 33	Rio Verde – a) Conj. Hab. Setor Funcionários; b) Residencial Maranata, 2015.....	290
Foto 34	Rio Verde – a) Conj. Hab. Jardim Helena; b) Monte Sião, 2015.....	291
Foto 35	Rio Verde – a) Conj. Hab. Nilson Veloso I; b) Nilson Veloso II, 2015.....	291
Foto 36	Rio Verde - Conjunto Residencial Paineiras (em fase de construção), 2010.....	292
Foto 37	Bairros de autoconstrução em Rio Verde – a) Dom Miguel; b) Maurício Arantes; c) Valdeci Pires, 2016.....	295
Foto 38	Rio Verde – vista do bairro Jardim Floresta, 2016.....	296
Foto 39	Rio Verde – vista do muro de um loteamento fechado, 2016.....	297
Foto 40	Rio Verde - loteamento fechado “Residencial Lausanne”, 2016.....	299
Foto 41	Rio Verde - loteamento fechado “Parque dos Ypê” (guarita e muros), 2015.....	300
Foto 42	Rio Verde - loteamento fechado “Residencial Terra Cotta” (guarita e muros), 2015.....	300
Foto 43	Rio Verde - loteamento fechado “Residencial Villa Mafiori” (guarita e muros), 2015.	301
Foto 44	Rio Verde - vista parcial dos edifícios da área central, 2015.....	303
Foto 45	Rio Verde - a) empreendimentos em construção, Life; b) empreendimento em fase final, Yes Park, 2016.....	304
Foto 46	Rio Verde - vista de edifício com mais de 6 andares, 2015.....	305

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	BRASIL - distribuição da população absoluta, 2010.....	32
Mapa 2	Localização de Rio Verde/GO no contexto do Centro-Oeste/Brasil, 2015.....	40
Mapa 3	Território de Rio Verde/GO em 1963 e atual, 2016	84
Mapa 4	Microrregiões do estado de Goiás, 2015.....	97
Mapa 5	CENTRO-OESTE – principais rodovias federais, 2015.....	101
Mapa 6	RIO VERDE/GO – rede educacional do ensino superior, 2014	158
Mapa 7	RIO VERDE/GO – fluxos de origem e destino dos passageiros do transporte rodoviário interestadual, 2015.....	164
Mapa 8	RIO VERDE/GO – localização dos principais fornecedores do setor agroindustrial local, 2012.....	187
Mapa 9	RIO VERDE/GO – localização dos principais consumidores do setor agroindustrial local, 2012.....	188
Mapa 10	RIO VERDE/GO - destino da produção transportada pelas empresas de cargas, 2014	207
Mapa 11	RIO VERDE /GO - rede de atuação das revendas de sementes e de insumos agrícolas, 2014.....	211
Mapa 12	RIO VERDE/GO – rede de consumidores do segmento de comunicação visual, 2014	221
Mapa 13	RIO VERDE/GO – rede de pactuação na área da saúde pública, 2015.....	262
Mapa 14	RIO VERDE/GO – origem dos fluxos de pacientes do setor clínico-hospitalar particular, 2014.....	267
Mapa 15	RIO VERDE/GO - zoneamento urbano, 2012.....	286
Mapa 16	RIO VERDE - localização de setores de baixa renda e dos conjuntos habitacionais, 2014.....	294
Mapa 17	RIO VERDE - localização de setores nobres e loteamentos fechados de Rio Verde, 2014.....	302

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Constituição do Agribusiness no Brasil.....	99
Quadro 2	Rio Verde - as 20 empresas que mais pagaram ICMS para o município, em 2013.....	146
Quadro 3	Os maiores contribuintes de ICMS do estado de Goiás, em 2013, localizados em Rio Verde.....	168
Quadro 4	Rio Verde - perfil geral das agroindústrias selecionadas em 2012.....	174
Quadro 5	Agroindústrias de Rio Verde/GO - benefícios fiscais e atrativos.....	178
Quadro 6	Rio Verde - histórico, tipo de serviços e público das empresas de transporte de carga, 2014.....	204
Quadro 7	Rio Verde - produção e estrutura das empresas de transporte de carga, 2014.....	205
Quadro 8	Rio Verde - histórico e tipo de produtos e serviços oferecidos pelas revendas de sementes e de insumos agrícolas, 2014.....	209
Quadro 9	Rio Verde – público-alvo e estrutura das empresas de revendas de sementes e de insumos agrícolas, jun./2014.....	210
Quadro 10	Rio Verde - histórico e tipo de produtos e serviços oferecidos pelas revendas de tratores e maquinários, 2014.....	212
Quadro 11	Rio Verde – público-alvo e estrutura das empresas de revendas de tratores e maquinários, 2014.....	213
Quadro 12	Rio Verde - prestação de serviços demandados pela agroindústria local, 2012.....	216
Quadro 13	Rio Verde - características do segmento de comunicação visual, 2014.....	220
Quadro 14	Rio Verde - características do segmento de Automóveis, 2014.....	223
Quadro 15	Rio Verde/GO – público-alvo, venda e faturamento anual do segmento de automóveis, 2014.....	224
Quadro 16	Rio Verde - características do segmento do comércio varejista, 2014.....	225
Quadro 17	Rio Verde - características do segmento imobiliário, 2014.....	228
Quadro 18	Rio Verde - perfil dos proprietários e dos inquilinos/ compradores, 2014.....	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População, participação relativa na população nacional e número de municípios brasileiros, segundo classe de tamanho entre 1970/2010.....	31
Tabela 2	Municípios do Sudoeste Goiano - arrecadação do ICMS (R\$ mil), entre 2000/2014....	40
Tabela 3	Hierarquização dos centros urbanos polarizados por Goiânia na década de 1960.....	52
Tabela 4	Hierarquização dos centros urbanos polarizados por Goiânia na década de 1970/80....	55
Tabela 5	Rio Verde/GO e Jataí/GO - bens e serviços selecionados segundo o nível hierárquico “Centro Sub regional”, pelo o REGIC (1987).....	56
Tabela 6	Níveis de centralidade das cidades brasileiras, 1993.....	58
Tabela 7	Interações espaciais e níveis de centralidade de Goiânia e Rio Verde, 1993.....	58
Tabela 8	Classificação da hierarquia urbana brasileira segundo o IBGE, 2007.....	60
Tabela 9	Hierarquização dos centros urbanos polarizados por Goiânia, Rio Verde e Jataí em 2007.....	61
Tabela 10	Rio Verde/GO - descrição das atividades econômicas do município em 1861.....	74
Tabela 11	Rio Verde/ GO - evolução da população residente entre 1872/1970.....	82
Tabela 12	Rio Verde/ GO - efetivo da pecuária em 1940/1970.....	83
Tabela 13	Rio Verde/GO - indicadores da agricultura, 1960/1970.....	85
Tabela 14	Produção da soja (t) por região brasileira – 1970/2010.....	91
Tabela 15	Origem do capital das empresas investidoras no complexo de grãos-carnes no Centro-Oeste e participação por estado (%), 1991.....	102
Tabela 16	Programas agropecuários federais direcionados a Goiás/Rio Verde na década de 1970/1980.....	107
Tabela 17	Goiás - programas suportes à agropecuária, entre 1970/1980.....	108
Tabela 18	Brasil, Goiás, Sudoeste Goiano e Rio Verde - número de tratores entre 1970/2006.....	110
Tabela 19	Consumo de fertilizantes no Brasil, região Centro-Oeste e Goiás, em 2008 e 2014 (em 1.000 toneladas métricas).....	112
Tabela 20	Goiás, Sudoeste Goiano e Rio Verde – consumo de energia rural (Mwh) 1995/2014...	114
Tabela 21	Brasil, Goiás, Sudoeste Goiano e Rio Verde – estabelecimentos, área total e pessoal ocupado, 1970/2006.....	117
Tabela 22	Rio Verde/GO - principais produtos agrícolas, 1978/1990.....	118
Tabela 23	Rio Verde/GO - principais produtos agrícolas, 2000/2013.....	119
Tabela 24	Goiás, Sudoeste Goiano e Rio Verde - evolução da produção de soja (t), 1970/2013...	120
Tabela 25	Rio Verde/GO – produção de cana-de-açúcar, 2000/2013.....	121
Tabela 26	Rio Verde/GO - efetivo da pecuária em 1978/2013.....	122
Tabela 27	Goiás - balança comercial entre 2004/2009 (em bilhões US\$).....	124
Tabela 28	Sudoeste Goiano e Rio Verde - balança comercial entre 2001/2014 (US\$ FOB).....	125
Tabela 29	Rio Verde/GO - número de empregos formais admitidos, segundo a RAIS/CAGED	

em dez. 2007/2014.....	130	
Tabela 30	Brasil - empréstimos concedidos pelo Estado entre 1968/1975 (1000 toneladas).....	133
Tabela 31	Rio Verde/GO - estatísticas do cadastro central de empresas, 2012.....	143
Tabela 32	SEBRAE - classificação dos estabelecimentos segundo o porte.....	144
Tabela 33	Rio Verde/GO - arrecadação do ICMS total por setor, no período de 2003/2008 (R\$)	144
Tabela 34	Os 10 maiores municípios goianos, em relação ao Produto Interno Bruto, em 2002/2011.....	147
Tabela 35	Rio Verde/GO - classificação do Valor Adicionado bruto por setores de atividades em Goiás (R\$ mil), 2012.....	147
Tabela 36	Rio Verde/GO - evolução do emprego por setor de atividade econômica (1º semestre de 2004).....	149
Tabela 37	Rio Verde/GO - evolução do emprego por setor de atividade econômica (2º semestre de 2004).....	149
Tabela 38	Rio Verde/GO - evolução do emprego por setor de atividade econômica (1º semestre de 2014).....	150
Tabela 39	Rio Verde/GO - evolução do emprego por setor de atividade econômica (2º semestre de 2014).....	151
Tabela 40	Rio Verde/GO - números de admitidos, desligados e saldo de emprego, nos anos de 1998/2014.....	152
Tabela 41	Sudoeste Goiano – distância (Km) dos municípios em relação à cidade de Rio Verde, 2015.....	157
Tabela 42	Sudoeste Goiano e Rio Verde/GO - consumo industrial de energia elétrica (Mwh) 1999/2013.....	167
Tabela 43	Sudoeste Goiano e Rio Verde/GO - arrecadação do ICMS industrial (R\$ mil), 2007/2013.....	169
Tabela 44	Rio Verde e Goiânia - Valor Adicionado da indústria 2002/2012.....	169
Tabela 45	Rio Verde/GO - total de empregos formais, por setores de atividades industriais, 2004/2014, segundo dados da CAGED/MTE.....	170
Tabela 46	Rio Verde/GO - empregos e médias salariais classificadas no setor de indústria de transformação pelo CAGED em 2014.....	170
Tabela 47	COMIGO - capacidade de produção e armazenagem em 2015.....	183
Tabela 48	Rio Verde e Goiânia, em relação ao Valor Adicionado dos Serviços, 2002/2012.....	196
Tabela 49	Rio Verde/GO - arrecadação de ICMS por subsetor do terciário (R\$ mil), 2008/2012..	196
Tabela 50	Rio Verde/GO - empresas que mais contribuem com o ISSqn município em 2012.....	197
Tabela 51	Rio Verde/GO - total de empregos formais, por setores de atividades de comércio e de serviços, em 2004/2014, segundo dados da CAGED/MTE.....	198
Tabela 52	Rio Verde/GO - principais empregos e médias salariais classificadas no setor de comércio pelo CAGED, em 2014.....	199
Tabela 53	Rio Verde/GO - principais funções e médias salariais classificadas no setor de serviços pelo CAGED, em 2014.....	200

Tabela 54	Rio Verde/GO - histórico e tipo de produto oferecido pelo setor de aviação agrícola, 2014.....	203
Tabela 55	Rio Verde/GO - descrição do público-alvo, do pessoal, da estrutura e do faturamento da aviação agrícola, 2014.....	203
Tabela 56	Rio Verde/GO - preços de imóveis a venda, por m ² e localização, em 2009 e 2015.....	231
Tabela 57	Rio Verde/GO - preços de aluguéis de imóveis, por m ² e localização, em 2015.....	231
Tabela 58	Rio Verde/GO - crescimento da população urbana e rural entre 1970 e 2010 em números absolutos.....	247
Tabela 59	Rio Verde/GO – população residente por lugar de nascimento, 2000 – 2010.....	248
Tabela 60	Rio Verde/GO – população residente por lugar de nascimento na Região Nordeste, 2000 – 2010.....	248
Tabela 61	Rio Verde/GO - quantidade de prisões por flagrantes entre 2009 – 2014.....	251
Tabela 62	Rio Verde/GO - número de escolas e de matrículas apresentados no Censo Educacional de 2005 e 2010.....	254
Tabela 63	Rio Verde/GO - número de estabelecimentos médicos por tipo de prestador, segundo o tipo de estabelecimento, 2009.....	256
Tabela 64	Rio Verde/GO - categorias médicas presentes na cidade, dez./2009.....	257
Tabela 65	Rio Verde/GO - número de equipamentos médicos existentes, em uso e disponíveis ao SUS, 2009.....	258
Tabela 66	Rio Verde/GO - número de equipamentos médicos existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009.....	258
Tabela 67	Rio Verde/GO – descrição parcial da rede hospitalar, 2014.....	260
Tabela 68	Rio Verde/GO - descrição parcial das clínicas especializadas, 2014.....	265
Tabela 69	Rio Verde/GO – controle dos bairros por ano de aprovação, entre 1950 e 2014.....	272
Tabela 70	Rio Verde/GO - domicílios particulares permanentes, com banheiro, de uso exclusivo, contendo esgoto sanitário.....	276
Tabela 71	Rio Verde/GO - consumo de energia elétrica entre 1999 e 2014.....	277

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 REFLEXÕES ACERCA DAS CIDADES MÉDIAS INSERIDAS NAS REGIÕES AGRÍCOLAS E DA IMPORTÂNCIA DE SUA CENTRALIDADE REGIONAL.....	27
2.1 Cidades médias brasileiras: conceitos e características.....	28
2.2 Repensando as cidades médias inseridas nas regiões agrícolas.....	38
2.3 A centralidade regional de Rio Verde em função do agronegócio.....	47
2.3.1 Centralidade de Rio Verde entre as décadas de 1960/1970.....	50
2.3.2 Centralidade de Rio Verde entre as décadas de 1970/1980.....	53
2.3.3 Centralidade de Rio Verde entre as décadas de 1990/2000.....	57
2.3.4 Centralidade de Rio Verde no início do século XXI.....	58
3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA EM GOIÁS E A CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO: Vantagens ou discurso?.....	65
3.1 Contextualização socioeconômica do Centro-Oeste e de Goiás até 1980.....	65
3.2 “Da Terra das abóboras” à Princesa do Sudoeste Goiano: evolução histórico-econômica de Rio Verde – GO.....	72
3.3 O Papel do Estado e do capital privado na Reestruturação produtiva agrícola e na formação dos Complexos Agroindustriais no Centro-Oeste/ Goiás após 1980.....	88
3.3.1 A consolidação do agronegócio e as mudanças no espaço agrário do Sudoeste Goiano/Rio Verde após a implantação dos Programas agropecuários.....	96
3.3.2 Indicadores das mudanças ocorridas no espaço agrário do Sudoeste Goiano/Rio Verde após a reestruturação produtiva agrícola.....	106
3.3.2.1 Indicadores técnicos.....	109
3.3.2.2 Indicadores econômicos e fundiários.....	116
3.3.2.3 Indicadores sociais da reestruturação agrícola.....	125
3.4 O efeito perverso do agronegócio no campo: desmascarando os discursos.....	131
3.4.1 Aspectos sociais	131

3.4.2 Aspectos ambientais	134
---------------------------------	-----

4 OS REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA NO ESPAÇO URBANO: Tecendo a rede da refuncionalização e da diversificação econômica de Rio Verde no Sudoeste Goiano.....

140

4.1 A refuncionalização de Rio Verde para o agronegócio: novos paradigmas nos setores econômicos, científicos, educacionais e espaciais.....	142
---	-----

4.2 A especialização dos setores secundários e terciários no âmbito do Agronegócio.....	165
--	-----

<i>4.2.1 Setores secundários: as redes agroindustriais e o circuito de produção agroindustrial de Rio Verde.....</i>	166
--	-----

<i>4.2.1.1 O arranjo produtivo agroindustrial de Rio Verde.....</i>	171
---	-----

<i>4.2.2 O setor terciário: a especialização do comércio e da prestação de serviço em função do agronegócio.....</i>	194
--	-----

<i>4.2.2.1 O panorama econômico e profissional vista pela ótica do terciário.....</i>	195
---	-----

<i>4.2.2.2 O papel do setor terciário junto ao agronegócio de Rio Verde.....</i>	201
--	-----

5 TRANSFORMAÇÕES INTRAURBANAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA DO AGRONEGÓCIO: Reflexos da reestruturação produtiva agrícola no espaço urbano.....

233

5.1 No avesso do discurso do agronegócio: a força da mídia na manipulação política e ideológica em Rio Verde.....	234
--	-----

5.2- Qualidade de vida na cidade do agronegócio: renda, educação e saúde.....	241
--	-----

<i>5.2.1 Desmistificando o mito: “crescimento gera desenvolvimento”.....</i>	241
--	-----

<i>5.2.2 E quando o agronegócio não atende a todos? A realidade perversa sob o discurso do desenvolvimento.....</i>	245
---	-----

<i>5.2.3 Educação e saúde na capital do agronegócio: acesso garantido para todos?.....</i>	253
--	-----

<i>5.2.3.1 Educação Básica.....</i>	253
-------------------------------------	-----

<i>5.2.3.2 Saúde pública e privada.....</i>	255
---	-----

5.3 A cidade real e seus muros invisíveis: a questão da habitação e da infraestrutura na “Princesa do Sudoeste Goiano”	268
---	-----

<i>5.3.1 O crescimento territorial e a aplicabilidade da legislação na cidade.....</i>	278
--	-----

<i>5.3.2 A moradia na cidade real e seus muros invisíveis.....</i>	287
--	-----

5.3.2.1 <i>Habitação de interesse social: o outro lado do agronegócio</i>	288
5.3.2.2 <i>Moradias de alto padrão: a demanda solvável do agronegócio</i>	297
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	307
REFERÊNCIAS.....	313
Apêndices – Roteiros de Entrevistas.....	325

1 INTRODUÇÃO

O assunto, em questão, diz respeito às cidades médias inseridas nas áreas do Cerrado brasileiro, áreas que vêm ao longo das últimas décadas do século XX, e início do século XXI, reestruturando-se no âmbito rural e urbano.

Como reflexo dos investimentos agropecuários, imensas áreas de Cerrado do Centro-Oeste foram transformadas em lavouras de soja, adequadas à lógica do capital internacional. Mendonça e Thomaz Jr. (2004) confirmam esse processo, afirmando que a alta produtividade comercial de grãos, especialmente da soja, teve como fatores impulsionadores o capital privado internacional, representantes de maquinários, insumos e implementos de um lado, e o capital Estatal, representante dos programas agropecuários, dos financiamentos agrícolas e dos sistemas de engenharias para estimular os transportes e as comunicações, do outro lado.

A partir desse momento, em que a técnica, ciência e a tecnologia foram inseridas no meio rural goiano pelo Governo Federal e pelo capital privado, inicia-se uma fase de ruptura, caracterizada por um novo cenário regional, com mudanças no conteúdo social, econômico e espacial. Essas mudanças foram responsáveis não apenas pela modernização da agricultura no Centro-Oeste, como também pela constituição dos complexos agroindustriais da soja.

No Sudoeste Goiano, especialmente no município de Rio Verde, a reestruturação produtiva agrícola fortaleceu a economia vinculada ao campo e desencadeou uma mudança no setor urbano, por meio da formação de um Complexo Agroindustrial de grãos e de carnes, e de um setor terciário que favoreceu à consolidação de um agronegócio regional.

Esse município teve papel de destaque na economia goiana a partir da década de 1970, quando deixa de ser mero coadjuvante da economia regional para ter seu papel de destaque no Sudoeste Goiano. Tradicionalmente vinculado à pecuária e à agricultura, teve sua economia maximizada a partir da efetivação de programas governamentais para a modernização da agricultura.

Uma vez apresentado nosso objeto de estudo, gostaríamos de justificar a relevância dessa pesquisa em função de dois processos: primeiro em função da formação das cidades médias após a reestruturação agrícola dos Cerrados, e a segunda decorrente da primeira, os efeitos da restruturação produtiva no campo e na cidade de Rio Verde.

O crescimento populacional, bem como o número de cidades do Cerrado, tem instigado muitos pesquisadores a entender essas novas dinâmicas e refuncionalizações.

O interesse por Rio Verde surge nesse contexto; uma cidade que mais que dobrou sua população em três décadas, saltando de 74 mil habitantes em 1980, para 176 mil em 2010 e sua dinamização em função do agronegócio.

Esse processo tem início a partir da reestruturação agrícola e da formação de uma economia respaldada no agronegócio. Tal contexto, carente de estudos, exigia de nós a necessidade de conhecer a realidade do Sudoeste Goiano, de reconhecer os agentes e fatores responsáveis por essas transformações, tanto no sentido político quanto econômico.

Exigia também a necessidade de fazer uma leitura das novas funções, centralidade e dinâmica intraurbana (comercial, habitacional, especulativas) de uma cidade do interior goiano, que eram latentes. Uma leitura interpretativa e conceitual, que viesse compreender a realidade de uma cidade média que cresce e se reestrutura em função de um campo moderno, e posteriormente, adequa-se também às demandas da agroindústria.

Como as funções econômicas e urbanas passam a ser definidas em detrimento das atividades capitalistas agrícolas, vimos também a necessidade de entender como ocorre a cooperação e a complementariedade da produção agropecuária com a cadeia agroindustrial de grãos e carnes. Ou seja, que papéis tem essa cidade no âmbito de uma região agrícola; seria apenas abastecedora, ou seria também um centro de decisão. Essas cidades, lócus de gestão da agricultura científica e do agronegócio globalizado, foram objetos de estudo inicialmente por Santos (1979; 1996; 2005), apresentando as cidades do campo, e depois por Elias (2006; 2007, 2008), discutindo as cidades do agronegócio.

O município de Rio Verde configura-se exatamente como uma situação-problema: está inserida numa região agrícola, onde o campo reestruturado cria uma cooperação com a agroindústria e com o setor terciário, mas que nos deixa dúvidas sobre os efeitos da reestruturação produtiva agrícola para o setor econômico, ambiental e social no campo e na cidade.

Diante disso, levantamos os primeiros problemas a serem discutidos no decorrer do trabalho: - como se caracterizam as cidades médias? Como entender as cidades médias formadas a partir da reestruturação produtiva agrícola dos Cerrados? Quais são suas novas funções e seus novos papéis regionais? Quais são as novas exigências do campo? Estariam estas cidades aptas para atendê-lo? Seria Rio Verde uma cidade média com funções voltadas para o agronegócio? E, que efeitos sociais e ambientais a reestruturação produtiva agrícola gerou nas áreas de Cerrado?

Rio Verde possui elementos que nos possibilitam compreendê-la enquanto uma cidade média, tais como população acima de 100 mil habitantes, presença de uma elite empreendedora, relativa autonomia política, centro comercial e agroindustrial regionalmente dinâmico, capaz de atrair fluxos regionais.

E esses fluxos regionais tornam a cidade um centro de comando, exercendo papel de centralidade regional nas áreas de prestação de serviços (saúde pública e privada, educação técnica e superior, assessoria jurídica, administrativa e técnica), além do comércio varejista, das revendas e da agroindústria.

As novas funções voltadas para o campo moderno e para o terciário, os novos papéis de cooperação e complementariedade regional, bem como a reestruturação econômica e urbana engendradas a partir da reestruturação produtiva agrícola nos possibilitaram pensar Rio Verde como uma cidade média com funções voltadas ao agronegócio.

A reestruturação produtiva agrícola advinda do período técnico científico informacional contém nuances que merecem ser compreendidas no campo e na cidade. Com relação ao campo, as áreas de Cerrado do Sudoeste Goiano nos oferece essa realidade contraditória nos aspectos social e ambiental: concentração de riqueza, modernização conservadora e diferentes impactos ambientais.

Com relação ao espaço da cidade, os efeitos da restruturação produtiva agrícola também resultaram em transformações na economia local, no conteúdo social e espacial. Fatores que nos levaram a outro grupo de problemas: - quais foram os efeitos da reestruturação do campo para as novas funções urbanas e para a dinamização da economia local? Que vínculos o setor agropecuário estabeleceu com a agroindústria e como o setor terciário assimilou essas mudanças? E quais os efeitos da reestruturação produtiva agrícola sobre a qualidade de vida dos moradores e sobre o custo para se morar na cidade?

A caracterização de uma cidade média exige uma contextualização histórica, econômica e social do objeto de estudo, o que nos leva a reconsiderar o papel tradicional de município produtor e de cidade vinculada ao campo antes e depois da reestruturação produtiva. A partir dessa reestruturação, o consumo produtivo na cidade se volta para o campo, levando-a a se especializar para o agronegócio. O Complexo Agroindustrial dinamiza o setor terciário, e cria um efeito multiplicador. Mas numa cidade real, inserida num processo enriquecedor, haverá algum tipo de efeito perverso para a população?

Considerando que uma parcela da sociedade não esteja vinculada diretamente ao agronegócio, que não possui bens ou qualificação, e que dependa de decisões políticas,

certamente, haverá efeitos negativos nos setores sociais e habitacionais, podendo ser comprovado pela avaliação de serviços públicos de saúde, educação, moradia, saneamento, lazer, transporte e meio ambiente urbano.

Diante dessas justificativas, defendemos a tese de que, para compreender as cidades médias inseridas em regiões agrícolas, é necessário entender a relação dessa cidade com o agronegócio local (a economia, as ações políticas, as relações de consumo sazonal) e seu dinamismo na rede onde se insere, exercendo papel de centro dependente ou de centro polarizador. Portanto, defendemos o estudo de Rio Verde pelo viés das cidades médias especializadas no agronegócio, considerando que o processo de reestruturação produtiva agrícola do Sudoeste Goiano tenha criado condições para as transformações funcionais, sociais, econômicas, políticas e espaciais e, ainda, propiciado a mudanças de papéis na rede urbana regional.

E, ainda, defendemos que o processo de reestruturação produtiva agrícola, não pode ser considerando somente um vilão das transformações campo e cidade. Houve, sim, a inserção dos Cerrados na economia nacional, os povos cerradeiros introjetaram o espírito capitalista no campo e a estrutura técnica e humana pouco produtiva, modificaram. As cidades inseridas no campo moderno, como Rio Verde, se especializam para ele, qualificam mão de obra, ampliam o setor terciário, geram maior arrecadação.

Por outro lado, campo e cidade inseridos nas regiões agrícolas, mascaram sob o discurso do agronegócio, efeitos perversos no campo e na cidade, de ordem social, ambiental e espacial. Portanto, serão os dois lados da moeda, que buscaremos apresentar nesse trabalho.

No sentido de sistematizar nossa proposta de estudo, delimitamos o objetivo dessa tese em contribuir na discussão das cidades médias do Cerrado, cujas funções estejam vinculadas ao agronegócio, e compreender a lógica e os efeitos da reestruturação produtiva no campo e na cidade, tendo Rio Verde - GO como referência para estudo.

Muitas questões se desdobram do objetivo principal e foram desenvolvidas no decorrer das seções, configurando-se como objetivos específicos: a) - apresentar os avanços sobre a discussão das cidades médias, - apresentar a discussão de cidades do campo e cidades do agronegócio, - discutir a centralidade regional de Rio Verde; b) - contextualizar a consolidação da modernização do campo em Goiás, - mostrar o papel do estado e do capital privado na lógica de reestruturação produtiva em Goiás, - discutir os efeitos da reestruturação produtiva agrícola no campo; c) – apresentar os efeitos da reestruturação produtiva na economia de Rio Verde; - apresentar as novas funções de Rio Verde e suas redes de apoio, -

apresentar a diversificação econômica voltada para o agronegócio, estabelecer redes comerciais, d) - apresentar os efeitos da reestruturação produtiva na cidade de Rio Verde: imagem, qualidade de vida e moradia.

Com relação ao exercício metodológico da pesquisa, esclarecemos que trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida com base no tripé: teórico, documental e campo. Buscaremos sistematizar os procedimentos por meio da delimitação da escala geográfica e da periodização, das pesquisas bibliográficas, das pesquisas documentais e eletrônicas, de entrevistas campo, dos processos inerentes às temáticas em estudo e da escolha de variáveis.

A delimitação da escala geográfica parte do geral para o específico, ou seja, inicialmente contextualizamos os processos que ocorrem no âmbito da região Centro-Oeste, direcionando para o estado de Goiás, e, em seguida, estabelecer uma leitura da Microrregião do Sudoeste Goiano e da relação do município de Rio Verde em termos local/regional. Isto, porque o desenvolvimento da reestruturação agrícola e a consolidação do agronegócio exigem laços de cooperação entre o local e o regional.

A delimitação temporal será dividida em dois períodos: o primeiro contextualiza a realidade socioeconômica do Centro-Oeste/Goiás/Rio Verde até a década de 1980, fase em que predomina uma economia respaldada na agropecuária de baixa produção, pouco uso de técnicas, predominância de população rural sobre a urbana, vilas pequenas, pouco edificadas. O retrato de um Goiás caipira, lento no tempo, distante das grandes lavouras capitalistas.

Como ruptura desse período, abordaremos a modernização da agricultura implantada no Centro-Oeste após 1970, e o papel da reestruturação produtiva no campo e nas cidades do campo, agora, cidades do agronegócio.

No que se refere ao uso da pesquisa bibliográfica, tivemos como embasamento teórico Santos (1979; 1989; 1996; 2005) que apresenta a discussão do Meio técnico científico informacional e o novo papel das cidades locais e cidades do campo inseridas no contexto de modernização agrícola. Na sequência dessa discussão, Elias (2006; 2007; 2008) introduz a discussão das cidades do agronegócio, apresentando as características das cidades inseridas na lógica do capitalismo no campo, onde o agronegócio se consolida. Incluiremos no debate, Soares, (1999; 2007; 2008), Corrêa (1999; 2003; 2007), Sposito (2007), Castello Branco (2007), Amorim Filho (2007), dentre outros, que amadurecem a discussão das cidades médias, especialmente daquelas que se estruturam nas áreas de Cerrado.

Para a discussão da modernização agrícola, reestruturação produtiva e complexos agroindustriais, nos embasaremos em Elias (2006), Muller (1989), Santos (2005), Santos e

Silveira (2001), dentre outros. Para o direcionamento dessa discussão no âmbito do Sudoeste Goiano, incluímos os trabalhos de Gonçales (2001), Pereira e Xavier (2003) e Ferreira (2001). E, ainda, contamos com visão crítica de Mendonça (2004) e de Fernandes (2005) sobre o aspecto social no campo.

Para o reconhecimento do efeito da reestruturação produtiva na cidade, no que se refere a refuncionalização e diversificação econômica (abordando os setores agrícola, agroindustrial, comercial e prestação de serviços), incluímos leituras de Corrêa (2007), Elias (2006; 2007), Santos (1989; 2005) e Sposito (2007).

Quanto ao procedimento da pesquisa documental e eletrônica, destacamos sua importância e extensão. Para a análise das cidades médias, tivemos acesso aos estudos propostos pelo grupo RECIME, além de outras fontes, tais como o REGIC – Região de influência das cidades do IBGE (1966; 1978; 1993; 2007) e Censos populacionais do IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

Na discussão de reestruturação produtiva do campo e da cidade, necessitamos pesquisar novamente o site do IBGE (Censo agropecuário e populacional), CONAB (companhia Nacional de Abastecimento), base estatística do IMB (Instituto Mauro Borges, Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás), DataEduca, Secretaria Municipal da Educação de Rio Verde, sites de faculdades locais, base estatística do sistema RAIS/CAGED (site do Ministério do Trabalho e do Emprego), SINE (Sistema Nacional de Empregos), site da Secretaria Estadual da Fazenda de Goiás, DataSus e Secretaria Municipal de Saúde de Rio Verde.

Quanto à pesquisa de campo, foram aplicados diferentes roteiros de entrevistas em variados setores, na tentativa de compreender as novas relações da cidade com o campo moderno (em termos de consumo produtivo e consumptivo) bem como a diversificação do setor terciário. As entrevistas foram realizadas em forma de amostragens, do tipo não-probabilística por cotas¹, ou seja, escolhemos os setores que consideramos mais relevantes, e, com base na quantidade dessas empresas existentes até a data da pesquisa, definimos o total de entrevistas para cada um deles.

Foram realizadas um total de 93 entrevistas a partir de 2012, divididas em três grupos: dez delas, foram direcionadas às agroindústrias de Rio Verde; 43, foram realizadas no

¹A metodologia foi respaldada em Gil (1999), que aborda sobre os tipos de amostragem na pesquisa social.

comércio e serviços agropecuários e restante, 40, foram direcionados a setores gerais do setor terciário².

Além delas, foram aplicadas entrevistas nos setores de transportes e nos setores educacionais com o objetivo de adquirir informações sobre o público-alvo e os fluxos de passageiro (origem/ destino): aeroporto e rodoviária, as instituições de ensino superior local (Universidade de Rio Verde, Faculdade Almeida Rodrigues, OBJETIVO, Instituto Federal Goiano), além do Sindicato Rural de Rio Verde e de uma empresa agrícola.

O trabalho se estruturou em dois temas conceituais norteadores: a discussão das cidades médias vinculadas ao agronegócio e a reestruturação produtiva agrícola do Sudoeste Goiano. Sendo assim, foram escolhidos alguns processos inerentes a essas temáticas, sendo eles: centralização e mudanças de papéis na rede, divisão territorial do trabalho no setor agrícola, formação do Complexo Agroindustrial, ampliação do consumo produtivo agrícola, diversificação e complexificação das funções urbanas, ampliação do consumo consumptivo por serviços, evolução urbana e o efeito do agronegócio na qualidade de vida (educação, saúde e moradia).

Em conjunto, os temas e os processos nos levaram à escolha de diferentes variáveis de estudo no decorrer do trabalho; iremos apresentá-las na sequência da estruturação do trabalho.

Na seção 2, iniciamos a tese apresentando os avanços sobre a discussão das cidades médias, considerando suas características e variáveis e levando em conta aquelas que estão inseridas nas regiões agrícolas do Cerrado. Nesse sentido, abordaremos também sobre as cidades do campo e as cidades do agronegócio. Discutiremos também, a centralidade regional de Rio Verde e seus novos papéis na hierarquia urbana, reforçando essa característica das cidades médias vinculadas ao agronegócio local.

Por se tratar de uma releitura das cidades médias, com o intuito de repensá-las no contexto do agronegócio, teremos como variáveis, a bagagem teórica acerca das cidades do campo, das cidades do agronegócio e da centralidade estabelecida por Rio Verde entre as décadas de 1960 e 2015.

Na seção 3, propomos apresentar a reestruturação produtiva, contextualizando a consolidação da modernização da agricultura nas áreas de Cerrado e apresentando seus agentes e mecanismos. Buscaremos, também, apresentar algumas variáveis que comprovam o crescimento econômico e produtivo do Cerrado e sua inserção ao Complexo Agroindustrial. E

² A descrição dos setores entrevistados será realizada na seção 3.

ao final, discutiremos sobre as desvantagens da reestruturação produtiva no campo, especificamente, nos setores sociais e ambientais.

As variáveis pesquisadas para a discussão dessa seção foram:

- Técnicas: mecanização e química, irrigação, armazéns e consumo de energia rural.
- Econômicas e fundiárias: estabelecimentos rurais, área utilizada: produção e pecuária, exportação.
- Sociais: migração ascendente e pessoal ocupado no setor agrícola, migração descendente e o emprego agrícola.
- Ambientais: quimificação e desmatamento.

Na seção 4, temos como objetivos direcionar o olhar do leitor para efeitos da reestruturação produtiva do campo, no setor econômico e funcional da cidade. Iremos apresentar as novas funcionalidades de Rio Verde para o campo moderno e configurar suas redes de apoio.

Propomos, também, apresentar sua diversificação econômica direcionada para o agronegócio (agroindústria; comércio e serviços especializados para o campo e comércio e serviços gerais). E, por meio dessas variáveis, teceremos as redes de fluxos estabelecidas a partir de Rio Verde e sua área de polarização.

E na seção 5, fecharemos a tese mostrando como a reestruturação produtiva da agricultura afeta diretamente o espaço intraurbano das cidades médias do agronegócio, como Rio Verde. Buscaremos analisar diferentes aspectos que foram modificados diretamente em função do agronegócio, sendo eles: aspectos políticos e ideológicos; socioespaciais e do ambiente construído.

2 REFLEXÕES ACERCA DAS CIDADES MÉDIAS INSERIDAS NAS REGIÕES AGRÍCOLAS E DA IMPORTÂNCIA DE SUA CENTRALIDADE REGIONAL

Nesta seção, a análise das mudanças técnicas, científicas e informacionais recaem sobre Rio Verde, localizada numa área, onde Santos (2005) denomina de região agrícola com áreas urbanas. Esse município veio conhecer uma nova realidade no seu espaço rural, transformado em agrícola, e no seu espaço urbano, após a década de 1970³.

Em função da dinâmica econômica e política desse período, as cidades das regiões agrícolas estão passando por mudanças de ordem funcional, econômica, social e urbana impostas pela reestruturação agrícola e agroindustrial desses lugares.

Rio Verde, inserida nesse processo, desenvolveu uma intensa simbiose entre cidade e campo. Suas funções sempre estiveram voltadas para a agropecuária, especialmente a pecuária, até 1980.

Entretanto, a partir da capitalização do campo, no final do século XX, ocorreu uma mudança singular no cenário rural/urbano. Verificamos que o processo de reestruturação produtiva aliado ao capital privado tornou-o extremamente dependente do consumo produtivo da cidade, uma vez que suas necessidades aumentaram e tornaram-se complexas; ou seja, o campo perde sua autonomia produtiva, pois fica dependente de maquinários, de insumos, da agroindústria e da estabilidade da economia.

Nessa fase, Santos (2005) nos explica que a cidade mantém a função de abastecedora do campo, mas refuncionaliza-se para atender às novas necessidades da agricultura científica, necessidades estas, tanto de tecnologia, produtos, capital e homens. Mas também, é a fase em que a cidade é abastecida pelo campo (produtos, capital, ordens) e pela agroindústria, numa relação recíproca.

Nessas regiões agrícolas, algumas cidades crescem tanto economicamente quanto em população. Os setores da agroindústria e o terciário potencializam-se. Novas funções surgem, novos papéis interurbanos configuram-se regionalmente, novas dinâmicas intraurbanas se constroem, tanto do ponto de vista econômico, social e espacial. Esses fatores possibilitam que muitas cidades possam ser analisadas enquanto cidades médias.

³ Em 1970, Rio Verde já era centenária, com 122 anos.

Dante dessa complexidade urbana entrelaçada ao agronegócio, questionamos-nos quais as características e indicadores que Rio Verde apresenta de uma cidade média, levando em conta que está inserida numa região agrícola do Cerrado. Também abordaremos sobre as cidades do campo e as cidades do agronegócio e as novas funções desempenhadas diante da reestruturação produtiva agrícola, discutidos por Milton Santos e Denise Elias.

E, para finalizar a seção, levaremos em consideração a importância regional que Rio Verde tem apresentado; para isso, discutiremos sua centralidade regional e seus novos papéis na hierarquia urbana, reforçando essa característica das cidades médias vinculadas ao agronegócio local.

Pautaremos-nos em alguns autores que discutem as cidades médias, tais como Beatriz Ribeiro Soares, Denise Elias, Maria E. B. Sposito, Milton Santos, Oswaldo Amorim Filho, Roberto Lobato Corrêa, Trompson A. Andrade e Rodrigo V. Serra, dentre outros, além dos estudos desenvolvidos pelo grupo RECIME (UNESP/Presidente Prudente).

Ressaltamos ainda, que o estudo das cidades médias e das cidades locais, tem sido um esforço empreendido por nós, desde o final da década de 1990, por meio das pesquisas de iniciação científica⁴ financiadas pela Capes e dissertação de mestrado⁵. No entanto, destacamos, também, a grande contribuição de outros pesquisadores da Pós-Graduação do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, em se debruçar sobre a temática das cidades médias⁶ sob a orientação da Drª. Beatriz Ribeiro Soares.

2.1 Cidades médias brasileiras: conceitos e características

O estudo das cidades médias iniciou-se a partir de 1950/60 na Europa Ocidental, especialmente na França, formando duas tendências temáticas entre planejadores e pesquisadores acadêmicos, estes últimos preocupados com o “aménagement du territoire”, destacando autores tais como Pierre George, Michel Rochefort e Jean Coppolani (AMORIM FILHO, 2007).

⁴ OLIVEIRA, B. S. de; SOARES, B. R. **O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no contexto regional**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000. 30 p. Relatório de iniciação científica.

⁵ OLIVEIRA, B. S. de. **Ituiutaba (MG) na rede urbana Tijucana**: (re) configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000. 2003. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

⁶ SILVA, Lázaro Vinícius Oliveira; FRANÇA, Iara Soares de; MOURA, Gerusa A.; ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de; OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; MELO, Nágela Aparecida de; BESSA, Kelly Cristine Oliveira, dentre outros.

No Brasil, a discussão ocorreu pouco depois, a partir de 1970, uma fase de contribuições sobre a temática que visava a classificação na hierarquia urbana, tendo critérios populacionais como orientadores; e, posteriormente, na década de 1990/2000, uma segunda fase de discussões sobre as cidades médias ressurge; agora preocupada com os aspectos teóricos conceituais interrelacionados às dinâmicas urbanas e às transformações na rede urbana brasileira.

A discussão sobre essa temática no Brasil surge mais tarde, devido ao processo de ocupação e urbanização ocorrer de maneira lenta, do ponto de vista histórico. Segundo Amorim Filho (2007), demorou pelo menos 450 anos para se estruturar uma rede urbana no interior do país; o crescimento mais significativo do número de cidades e do tamanho delas, ocorreu somente a partir da segunda metade do XX, levando ainda mais trinta anos para que se tornasse uma rede sólida e relativamente complexa.

Santos (2005) nos revela que em 1940 a taxa de urbanização era de 26,3% e, que somente após quatro décadas, consegue chegar a 68,8%, em 1980. Nesse período, multiplicou-se por sete vezes e meia.

O fluxo migratório da população rural em direção às cidades e vilas ocorreu por muitos fatores, mas dentre eles, pesa a importância da industrialização após 1950, as grandes obras introduzidas pelo Governo Federal, no interior do país, tais como a construção de Brasília, de rodovias federais e de usinas hidrelétricas e, também, o processo de modernização do campo, que teve, especialmente no Centro-Oeste, um impacto territorial distinto, corroborando para a passagem do Brasil rural/urbano para o Brasil agrícola/urbano.

O intenso crescimento de algumas cidades ícones no Brasil, tais como São Paulo e Rio de Janeiro, ocorreram sem planejamento urbano. Diante disso, era necessário criar alternativas para planejar e estimular a população a se dirigir para o interior do país.

Nesse sentido, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1975, surge como alternativa de desenvolvimento urbano mais eficiente para o país, desenvolvendo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), criada para efetivar um planejamento urbano/regional entre as metrópoles brasileiras, usando para isso, critérios demográficos e índices socioeconômicos para classificar as cidades em metrópoles, cidades de porte médio, cidades de pequeno porte e cidades com funções especiais.

A partir desse período, muitos autores brasileiros buscaram contribuir teoricamente para uma classificação ou tipologia das cidades médias, que pudesse melhor caracterizá-las, facilitando assim, a compreensão de sua dinâmica local e regional, viabilizando as possibilidades de se efetivar o planejamento urbano.

A própria terminologia “cidade média”, criada oficialmente pelo PNDU, ainda é assunto polêmico, uma vez que muitos autores adotam critérios próprios, desconsiderando a contribuição de outros pesquisadores, além disso, o termo “cidade de porte médio”, também, é usado para se referir às cidades médias, tornando confuso o conceito central.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também, classifica a rede de cidades segundo uma hierarquia demográfica, delimitando as cidades de porte médio como aquelas que têm uma população entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Pereira (2002) nos afirma que ao final dos anos 1970, foi desenvolvida uma tipologia de cidades médias para um melhor entendimento de suas dinâmicas. Suas funções econômicas eram diferentes em relação à hierarquia urbana nacional. Essa tipologia foi estruturada em quatro tipos de cidades: a) cidades médias metropolitanas; b) cidades médias capitais de estados; c) cidades médias em eixos de transporte e; d) cidades médias em fronteiras agrícolas.

Esta última tipologia, está associada ao processo de interiorização, dinamizado após a construção de Brasília, refletindo no avanço de frentes pioneiras e a expansão da área agrícola e mineral nacional. Naquele momento, as cidades inseridas nessa tipologia desempenhavam o papel de lugar central clássico, provendo seu entorno imediato, com serviços produtivos e administrativos.

Em função de novos e velhos dilemas urbanos, a discussão ganha fôlego e retorna contribuindo com novos elementos, estendendo as reflexões para as transformações/ produção do espaço urbano, os indicadores econômicos e sociais, a dinâmica em nível regional e suas possíveis centralidades e funções na rede. As pesquisas tornaram-se mais complexas em função da própria complexificação do espaço e das relações sociais no Brasil.

Novas divisões sociais e territoriais do trabalho, novas funcionalidades e rearranjos produtivos; estes fatores evidenciam um Brasil distinto internamente que exige novas reflexões conceituais que vão além do critério demográfico.

Andrade e Serra (2001) são referências em muitos trabalhos sobre cidades médias; a partir deles, novas reflexões são realizadas no caminho de uma melhor compreensão dessas cidades. Esses autores adotaram o critério populacional referente ao Censo/IBGE de 1991, em

que as cidades médias caracterizavam-se como centros urbanos (desconsiderando metrópoles e capitais administrativas) com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. A tabela 1, mostra uma divisão de cidades por tamanho, entre 1970-2010, em que os autores buscaram quantificá-las:

Tabela 1: População, participação relativa na população nacional e número de municípios brasileiros, segundo classe de tamanho entre 1970/ 2010

Ano	Classe de tamanho dos municípios (mil habitantes)			
	< 100	Entre 100 e 500	> 500	Total do Brasil
1970	Nº de municípios	3.858	83	11
	População	61.865.807	14.606.904	17.984.258
	% na população total	65,49	15,46	19,04
1980	Nº de municípios	3.853	120	18
	População	67.233.810	22.751.070	29.026.172
	% na população total	56,49	19,12	24,39
1991	Nº de municípios	4.306	160	25
	População	76.089.454	31.888.500	38.837.809
	% na população total	51,83	21,72	26,45
2000	Nº de municípios	5.283	193	31
	População	83.129.456	39.541.616	46.873.371
	% na população total	49,03	23,32	27,65
2010	Nº de municípios	5.282	245	38
	População	86.319.122	48.565.171	55.871.506
	% na população total	45,3	25,5	29,2

Fonte: Andrade e Serra (2001). IBGE, Censo Demográfico, 2010. (Atualizada por OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Podemos constatar que as cidades com menos de 100 mil habitantes em 1970 concentravam 65% da população, reduzindo para 45% em 2010, ou seja, uma perda populacional de 20% em três décadas.

Quanto às cidades que os autores classificam como médias, entre 100/500 mil habitantes, concentravam 15% da população em pouco mais de 80 cidades em 1970, elevando a participação populacional em 2010 para 25%, um crescimento de 10%. Esse grupo de cidades praticamente triplicou em 2010, chegando ao total de 245 cidades.

Comparando os dados a partir de 1970, podemos verificar que houve uma reordenação populacional nas cidades acima de 100 mil habitantes, a partir da década de 1990, quando elas passam a concentrar 51% da população brasileira, alterando o arcaico retrato do Brasil, em que a maior parte da população residia em pequenos municípios.

O último censo revela um crescimento contínuo e difuso das cidades entre 100 e 500 mil habitantes, no sentido litoral-interior do país. O número de cidades acima de 100 mil

continua crescente e o processo de dispersão da população ocorre de forma expansiva, sendo marcante nas regiões do Cerrado e da Amazônia.

O mapa 1, referente a densidade demográfica brasileira de 2010, ilustra nossa afirmação acima. O litoral continua sendo a área mais populosa, mas o fluxo vai se direcionando para as áreas mais distantes e desocupadas do país.

Mapa 1: BRASIL - distribuição da população absoluta, 2010



Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2016.

Outro autor que teve um papel pioneiro nos estudos sobre o aparecimento e o desenvolvimento de pesquisas sobre cidades médias brasileiras foi Oswaldo Amorim Filho, defendendo inicialmente sua tese de doutorado em 1974, na França, sobre a compreensão de uma cidade média de Minas Gerais. No decorrer dos anos de 1980, Amorim Filho, em parceria com outros pesquisadores, desenvolveu um trabalho intitulado “Cidades de Porte Médio e o Programa de Ações Sócio-Educativo-Culturais para populações carentes do meio urbano de Minas Gerais”, que ofereceu a primeira classificação hierárquica das cidades mineiras.

Neste estudo, foram estabelecidos quatro subgrupos hierarquizados entre si, tendo a delimitação demográfica como critério classificatório, sendo eles: nível 1 – capitais regionais (com mais de 500 mil habitantes); nível 2 - Cidades médias de nível superior (com mais de 200 mil habitantes); nível 3 - cidades médias propriamente ditas (com população oscilando entre 50 e 200 mil habitantes); nível 4 - cidades médias de nível inferior (com população entre 10 e 50 mil habitantes).

Em trabalhos posteriores, Amorim Filho e Serra (2001) ampliam mais sua maneira de pensar sobre as cidades médias e afirmam que o critério demográfico é capaz apenas de identificar o grupo ou a faixa que pode conter as cidades médias. O critério de classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como primeira aproximação.

Segundo Amorim Filho e Serra (2001), a definição qualitativa e a delimitação demográfica sempre foram as grandes dificuldades no estudo das cidades médias, não havendo um acordo absoluto quanto aos limiares demográficos máximos e mínimos que podem conter o conjunto das cidades médias, contudo há em cada período histórico coincidentes patamares demográficos definidores desse conjunto de cidades nas mais variadas regiões do mundo.

A necessidade de se pensar de maneira mais complexa o conceito e as características das cidades médias brasileiras estimulou muitos pesquisadores, especialmente geógrafos, a refletirem sobre as mudanças do território, no final do século XX, na tentativa de contribuírem numa discussão que, conforme expressa Corrêa (2007), trata-se de uma expressão vaga, aberta a múltiplos significados e impregnada do idealismo.

A dimensão numérica mascara as diferenças e desvantagens urbanas, assim como seus papéis e funções regionais. Corrêa (2007, p. 23) aponta que o estudo das cidades médias exige um esforço para se combinar as dimensões demográficas, as funções urbanas e a organização de seu espaço intraurbano, pois se trata de um objeto complexo e diferenciado, “resultado de um processo de urbanização em contextos econômicos, políticos e sociais heterogêneos em um mundo desigualmente fragmentado e articulado”.

A cidade média é um importante nó na rede urbana brasileira, enquanto um centro articulador e centralizador. O desenvolvimento de novas funções urbanas, criadas por elites locais, regionais ou extrarregionais, estimula o aumento populacional e a multiplicação de novas atividades não básicas ou das já existentes. A relação poderá se manter, pois nem

sempre o crescimento demográfico indica mudanças de funções locais e regionais, porém, se ocorre, certamente, esses centros podem mudar seu status para uma cidade grande.

A dimensão demográfica é relativizada por Corrêa (2007) podendo ser analisada por três ângulos: tamanho demográfico absoluto, escala espacial de referência e a dimensão temporal. Nesse sentido, o autor afirma ser necessário qualificar a cada momento, o que se entende do ponto de vista demográfico, por cidade média, uma vez que para ele, essas cidades podem ser consideradas como um “estado transitório”.

A necessidade por um quadro teórico sobre as cidades médias leva Corrêa (2007) a contribuir com a reflexão de alguns elementos essenciais para nosso estudo. Primeiro, a cidade média deve ter uma elite empreendedora ativa? Uma cidade que possui um centro portuário ou centro industrial deve ser caracterizada como uma cidade média? Segundo o autor, a cidade deve ter uma elite empreendedora que faça a diferença em relação às outras cidades da mesma dimensão demográfica, estabelecendo uma relativa autonomia econômica e política, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades. O fato de ser um centro funcional nem sempre afirma que é média, pois se as atividades forem controladas externamente, e não for um local de tomada de decisões, nem de acumulação de capital, fica claro que não tem uma elite empreendedora e ativa.

O segundo ponto a ser analisado por Corrêa (2007) diz respeito à localização relativa; para o autor é relevante que uma cidade média seja um lugar central na hierarquia regional e, para isso, a localização e as vias de circulação, ou novos fixos espaciais criam os nós do tráfego, envolvendo fluxos de pessoas, capitais, informações, mercadorias e serviços. E, o terceiro, não menos importante, são as interações espaciais complexas, multidirecionadas e marcadas pela multiescalaridade (intraurbana, regional e extrarregional).

Outra autora que contribui na temática das cidades médias é Castello Branco (2007) que busca identificar todas as cidades médias, também chamadas de intermediárias, na rede urbana brasileira, considerando como análise a localização relativa, que reflete características do sistema de povoamento.

Em seu trabalho, mapeia todas as cidades médias combinando duas formas de abordagem: o tamanho demográfico e estruturação da rede urbana, com base no papel que cada nó desempenha como centro de distribuição de bens e prestação de serviços, seguindo modelo estruturalista das localidades centrais. Foram adotados indicadores reveladores da

existência de fluxos que apontavam para a centralidade político-administrativa e a presença de equipamentos indispensáveis à existência de outros fluxos.

A autora tentou privilegiar as escalas interurbanas e intraurbana, e, para isso, selecionou em seu trabalho características que informassem sobre o tamanho populacional (Censo IBGE) e econômico (PIB/nº de empresas locais) dos municípios, a qualidade de vida (nº de domicílios ligados à rede de esgoto), a centralidade administrativa e o transporte aéreo (linhas regulares).

Verificamos que os tamanhos demográficos não podem ser considerados isoladamente e uma cidade não pode ser analisada separadamente de sua rede urbana, uma vez que ela apresenta regionalmente, diferentes configurações territoriais, gerando cidades com funções distintas.

Percebemos que os estudos e reflexões buscam mais levantar características das cidades médias e tecer algumas tipologias, do que de fato responder à questão conceitual do que seja a cidade média. Preocupação esta que o grupo RECIME busca discutir.

Em função de tantas disparidades conceituais, o grupo RECIME⁷ iniciou o desenvolvimento do Projeto *Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional*⁷, financiado pelo CNPq a partir de 2006, com o objetivo de buscar uma reflexão teórico-conceitual sobre as cidades médias. Esse grupo busca contribuir teoricamente sobre essa temática, tendo como base duas dimensões da realidade contemporânea, direcionando a reflexão para a realidade brasileira.

A primeira dimensão para se pensar no conceito de cidade média trata-se das mudanças recentes na urbanização brasileira, decorrentes das transformações na divisão regional do trabalho e dos novos papéis desempenhados pelo país na divisão internacional do trabalho, e a segunda dimensão aborda a dinâmica que viabiliza as mudanças atuais nas cidades brasileiras.

Outra coisa, que o grupo também chama a atenção nessa pesquisa, diz respeito ao critério demográfico; esse fator isolado não consegue dar sustentação teórica às discussões de cidade média por, pelo menos, duas razões principais: no Brasil não há correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana, ou seja, cidades do mesmo porte podem desempenhar papéis que diferem em sua natureza e importância; além disso, outra razão são as múltiplas formas de aglomeração urbana do território brasileiro, no final do século XX, expressando uma integração do ponto de vista funcional.

⁷ O grupo RECIME - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, foi criado em 2001 por iniciativa da UNESP de Presidente Prudente/SP, tendo a Profa. Maria Encarnação Beltrão Sposito como organizadora. Reúne um importante grupo de Universidades parceiras, tais como PUC-MG, UFU, UFPE, UFCE, UFPB e UFPA.

O grupo salienta no projeto que é importante procurar o que identifica as cidades médias entre si, uma condição que está diretamente associada a uma situação geográfica favorável a sua ascensão regional. Para trilhar nessa direção, é necessário que sejam considerados alguns pontos, entre eles, analisar apenas as cidades que não pertençam às áreas metropolitanas ou aglomerados, pois do ponto de vista econômico, compõem uma área urbana estruturada funcionalmente, com grau significativo de integração ou coesão interna.

Outro ponto, relacionado com o anterior, trata-se de considerar os papéis urbanos de uma cidade com sua localização, uma vez que a distância dos grandes centros urbanos pode ser uma determinante de maior ou menor importância de uma cidade. E, ainda, não é possível reconhecer o papel intermediário que uma cidade desempenha, sem avaliar as relações que ela estabelece com cidades maiores ou menores, e com as relações que ela desempenha com os espaços rurais.

Em função da constituição de um Meio técnico científico informacional, novas lógicas são definidas, segundo as quais se estabelecem as relações. A proximidade não perde sua relevância, mas a ela se agregam as possibilidades oferecidas da conectividade, reduzindo o tempo de deslocamento.

A partir desse novo contexto, que é de clara natureza espaço-temporal, o espaço de relações é marcado por articulações espaciais, sem que haja necessariamente continuidades territoriais. As relações espaciais que assim se conformam não estruturam áreas ou regiões, mas sobrepõem as áreas ou regiões, organizadas por lógicas territoriais, outros fluxos que podem ultrapassar essas áreas ou regiões de comando de uma cidade média e o fazem, gerando estruturas espaciais em rede, cuja morfologia não contém continuidade territorial. (SPOSITO et al., 2007, p. 38).

As relações que fortalecem as cidades médias numa rede descontínua, interligada pela conectividade, devem ser consideradas na redefinição de seus papéis.

Algumas questões sobre a dimensão econômica e a dimensão social são levantadas para induzir à reflexão sobre essas cidades, nos aspectos das redefinições das redes urbanas, em diferentes escalas, e, por conseguinte, nos papéis das cidades médias que constituem essa rede.

Seguindo as ideias apresentadas por Sposito et al. (2007) orientadas pelo Projeto RECIME, foram apresentados quatro processos que são responsáveis por redefinir os papéis das cidades médias: a) Concentração e centralização econômica; b) melhoria e diversificação do sistema de transporte e telecomunicações; c) organização espacial das atividades econômicas do setor terciário e consumo de bens; e d) serviços especializados ao setor agropecuário moderno.

Essa proposta de reflexão sobre a dimensão econômico-social das cidades médias e a discussão de um conceito que abarque essa nova realidade, desenvolvidas pelo RECIME, possibilita-nos pensar essas cidades numa visão mais dialética, considerando fatores internos e externos à dinâmica urbana, sua centralidade e seus novos papéis regionais, além disso, também nos auxilia a delimitar caminhos para traçar novas pesquisas.

Nas discussões das cidades médias inseridas nas regiões agrícolas, destacam-se inicialmente as obras de Santos (1979, 1989), que buscaram desenvolver uma classificação para a hierarquia urbana e pensá-las em regiões onde o processo de reestruturação produtiva influencia na sua autonomia e refuncionalização.

Essas cidades, denominada de “cidades do campo”, incluem as pequenas e as médias, e apresentam características distintas de cidades inseridas em regiões industriais ou turísticas.

Nessa linha, destacaremos duas autoras que desenvolvem suas pesquisas sobre as cidades médias inseridas nas regiões agrícolas: Denise Elias e Beatriz Ribeiro Soares.

Elias (2006; 2007; 2008) discute as cidades do agronegócio, a partir da reestruturação produtiva da agropecuária. Sua preocupação se volta à dinâmica de (re) reprodução dos espaços urbanos não metropolitanos, promovida pela reestruturação produtiva. No que tange às cidades médias, contribui com a discussão sobre a expansão da urbanização, das novas funções exercidas pelas cidades do campo e sobre a expansão do agronegócio.

Soares (1999; 2007; 2008) é outra autora que analisa as cidades médias inseridas nas regiões agrícolas, mais propriamente nas áreas de Cerrados. Ela aponta que no estudo das cidades médias, diversas características precisam ser consideradas em conjunto, dentre elas o tamanho demográfico, suas funções, sua dinâmica intraurbana, as intensidades das relações interurbanas com o campo, os indicadores de qualidade de vida e de infraestrutura, as relações externas e seu comando regional.

Segundo Soares (2007, p. 463) esses fatores identificam vários padrões de cidades médias, portanto, “é imprescindível, nesse sentido, analisar contextos territoriais concretos e definidos, existentes em diferentes realidades socioespaciais”. As cidades médias não constituem um bloco homogêneo de funcionalidades em nenhum período ou recorte espacial considerado. Uma constatação que permeia todos os autores que abordaram essa temática nesse trabalho.

Elias (2006; 2007; 2008) e Soares (1999; 2007) direcionam seus trabalhos buscando compreender as transformações nos espaços agrícolas e as refuncionalizações das cidades e das redes urbanas que são estabelecidas, e serão melhor apresentadas logo mais a seguir.

A contribuição dos autores supracitados e primordialmente do RECIME irão nos direcionar na reflexão das cidades médias, possibilitando-nos a pensar e afirmar Rio Verde/GO enquanto uma cidade média inserida numa região agrícola, mediada pelo agronegócio regional. Para isso, abordaremos sobre a discussão das cidades inseridas nas regiões agrícolas e a transição das “cidades do campo” para as “cidades do agronegócio”, com a ressalva de que nossa discussão caminhará no sentido de compreender as cidades médias no contexto do agronegócio.

2.2 Repensando as cidades médias inseridas nas regiões agrícolas

Propomo-nos a apresentar uma breve discussão conceitual sobre as cidades pequenas e médias inseridas em regiões agrícolas, tendo como respaldo teórico Corrêa (1999), Santos (1979; 1989; 1996; 2005), Soares (1999; 2007; 2008) e Elias (2006; 2007; 2008). Em seguida, contextualizaremos a cidade de Rio Verde/GO do ponto de vista de sua funcionalização agrícola e agroindustrial, no sentido de pensá-la enquanto uma cidade média, redefinida funcionalmente para atender ao agronegócio.

No processo de modernização do campo, é fundamental destacar o papel da globalização na efetivação da revolução tecnológica. Compreendida, conforme Corrêa (1999), como um espalhamento do capital produtivo vinculado a grandes corporações que atuam em escala global, a globalização pode se manifestar de diferentes maneiras e por intermédio de diversos agentes no Brasil.

No Centro-Oeste, o Estado e o capital privado foram os grandes agentes que propiciaram a inserção da revolução tecnológica no campo, caracterizada pela Revolução Verde, constituindo-se na modernização agrícola. Corrêa (1999) afirma que esse processo implicou na reestruturação fundiária, em novas relações de produção, nos sistemas agrícolas, em novos cultivos e na criação dos complexos agroindustriais.

O conjunto de elementos que transformaram os Cerrados do Centro-Oeste na sua atual configuração, implicou entre outros fatores, em uma nova divisão territorial do trabalho, redefinindo o papel das diversas cidades e áreas. O campo se refuncionalizou como previam as políticas de interiorização e os Cerrados se transformaram no maior produtor de grãos e carnes do país, contribuindo efetivamente com o crescimento do PIB e atendendo à demanda internacional.

Segundo Corrêa (1999), Santos (2005), Elias (2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2008), a

reestruturação agrícola propicia a dispersão da urbanização bem como um novo arranjo produtivo. Ela é responsável por ampliar a fluidez do território⁸, cujos avanços das bases materiais (sistemas de engenharia) e imateriais (informações, ordens, circulação de pessoas e de mercadorias), têm permitido nas últimas décadas do século XX maior fluxos de matéria e informações até então inimagináveis.

Podemos perceber isso no Centro-Oeste pela aceleração do êxodo rural e o consequente incremento populacional nas cidades, alterando o número e o tamanho delas, além disso, a ampliação do consumo produtivo agrícola e a formação do agronegócio vão provocando mudanças funcionais e econômicas em muitas delas.

Nas regiões agrícolas, a reestruturação produtiva da agricultura estimula a refuncionalização dos centros urbanos e das redes. Primeiro, a refuncionalização não atinge todos os centros da rede urbana com o mesmo grau. A localização, o tamanho, a função local, bem como a estrutura urbana e econômica pré-existentes vão contabilizar na futura mudança de função, podendo responder em maior ou menor grau.

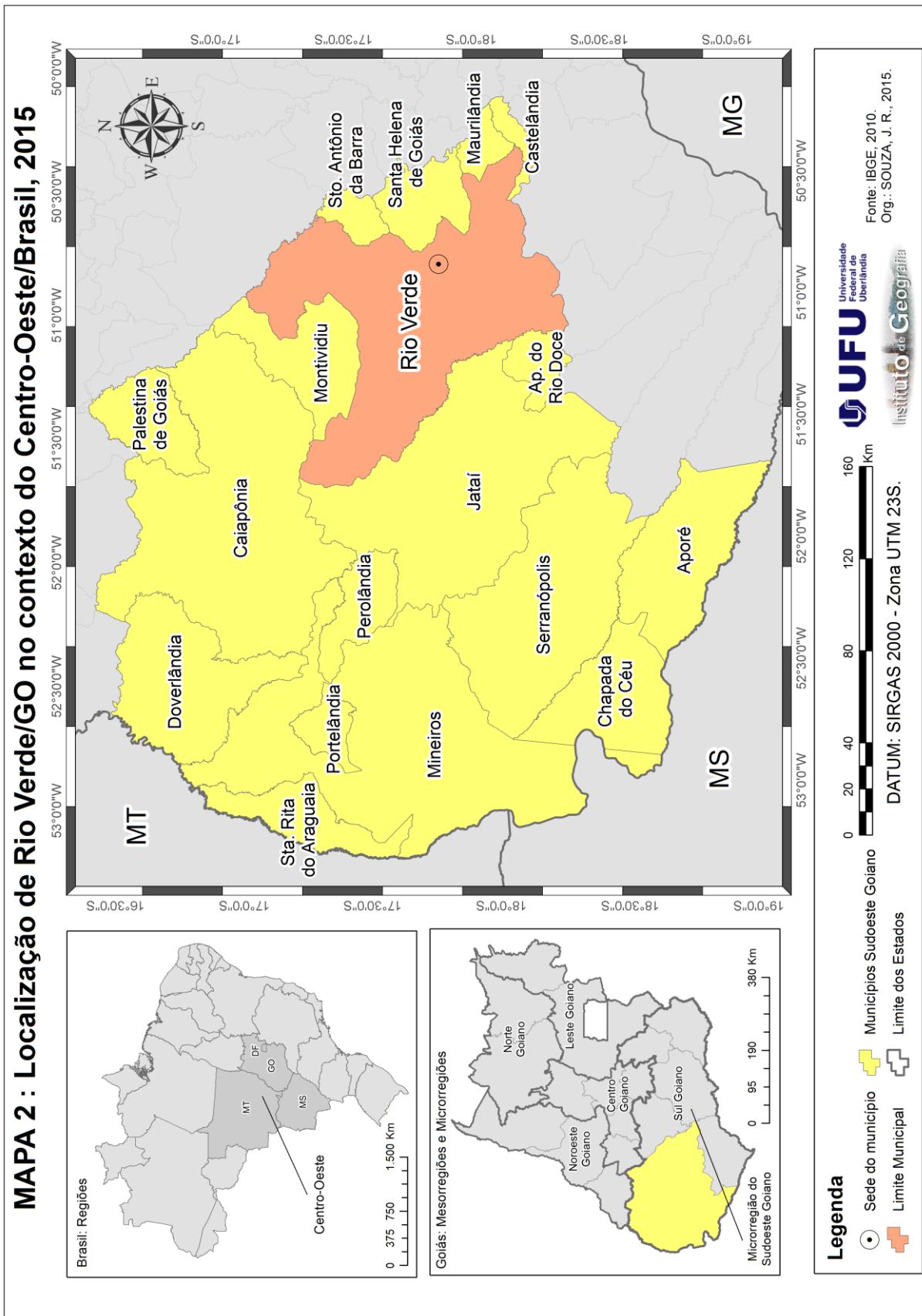
Corrêa (1999) nos mostra que nesse processo, as pequenas cidades são as que mais estão fragilizadas, podendo-se submeter a duas possibilidades de refuncionalização. A primeira, perder de maneira relativa ou absoluta sua centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não centrais e ligadas diretamente à produção do campo. Essa perda de centralidade pode ocorrer quando há uma ampliação da polarização de outro centro mais próximo, por meio das melhorias dos transportes e por estar mais equipado em atender à demanda da economia local. Esses pequenos centros terão a função de reservatório da força de trabalho para as modernas atividades agrícolas.

Nas modernas áreas agrícolas Goianas, onde as monoculturas de soja e de cana de açúcar predominam, muitas pequenas cidades irão adquirir função de reservatório de força de trabalho. Além disso, muitas delas, perderam sua centralidade para outros centros que melhor se equiparam, ou que por diversas razões, sobressaíram-se economicamente devido as ações ativas da elite local.

No Sudoeste Goiano, particularmente, vários municípios perderam centralidade para Rio Verde ou Jataí, tornando-se dependentes do comércio e serviços especializados, do setor financeiro, de serviços hospitalares, educacionais, entre outros (Mapa 2).

⁸ Nesse trabalho, nos limitaremos sobre a discussão teórica do conceito de Território. Sobre o assunto cf. Brandão (2007); Castro; Gomes; Corrêa (2005); Raffestin (1993).

MAPA 2 : Localização de Rio Verde/GO no contexto do Centro-Oeste/Brasil, 2015



Percebemos esse fato quando relacionamos a arrecadação de alguns municípios vizinhos de Rio Verde (Tabela 2), inseridos na Microrregião do Sudoeste Goiano e a dependência de muitos deles com os comércio e serviços. Trata-se de pequenos municípios, cuja função atual está vinculada à agricultura globalizada, mas não conseguem exercer centralidade.

Tabela 2: Municípios do Sudoeste Goiano - arrecadação do ICMS (R\$ mil), entre 2000/2014

Municípios	População (2010)	Arrecadação		
		2000	2007	2014
Aparecida do Rio Doce	2.427	677	1.286	1.661
Castelândia	3.638	3.895	93	436
Maurilândia	11.521	2.530	305	809
Portelândia	3.839	318	694	997
Santo Antônio da Barra	4.423	273	310	5.105

Fonte: Seplan-GO/2000, 2007, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

A arrecadação está vinculada com a limitação das atividades econômicas desses centros, contudo, percebemos que alguns deles, vinculados à agricultura moderna da cana-de-açúcar, não sofrem mudanças no conteúdo social e espacial; pelo contrário, a alta arrecadação originada dessas agroindústrias (usinas canavieiras), em função de uma má administração, não é reinvestida em seus municípios. Dessa maneira, os centros melhores equipados, tais como Rio Verde e Jataí, servem de apoio.

Há também uma segunda possibilidade de refuncionalização entre os pequenos municípios. Ela diz respeito,

[...] à transformação do núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho.(CORRÊA, 1999, p. 50).

As especializações produtivas podem conferir aos núcleos urbanos uma singularidade funcional e ampliar sua centralidade. Corrêa (1999) afirma que essas especializações produtivas podem estar associadas às novas demandas da produção agrícola regional, com nova tecnologia, novos padrões sociais e culturais, caracterizando a própria industrialização do campo.

Corrêa (1999) ao analisar a dinâmica das pequenas cidades inseridas nas regiões agrícolas toma como base as discussões de Milton Santos. Este iniciou suas reflexões sobre a classificação das cidades no final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980. Na sua obra de 1979, Santos sistematiza a hierarquia das cidades em quatro níveis: cidades

embrionárias, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas; uma classificação apoiada em numa dimensão demográfica.

A terminologia “cidade intermediária” vai aparecer nos estudos de Santos (1989), associada à noção de “cidade regional” e “cidade média”. Uma intermediação cujo sentido se refere aos centros que comandam a produção regional em seus aspectos técnicos e, até certo ponto, dos aspectos políticos. Ainda nessa época, o autor escreve sobre a urbanização brasileira, levando em consideração os centros urbanos inseridos nas áreas agrícolas.

A partir da década de 1980, esse autor irá tratar das cidades pequenas e intermediárias que se refuncionalizam em atender às demandas do campo moderno, denominando-as de “cidades do campo”, indicando que nelas ocorrem mudanças no conteúdo socioeconômico e espacial, a fim de criarem novas funções e atividades, conforme as demandas do campo. Para Santos (2005) essas “cidades do campo” são centros voltados para a moderna agricultura praticada em sua hinterlândia, deixando de ser uma “cidade no campo”, sem expressividade econômica e social, cuja função era unicamente reservatório de mão de obra.

Enquanto cidades funcionais, Santos (1979) denomina as pequenas cidades das regiões agrícolas de “cidades locais”. Elas distinguem-se de uma cidade média pela sua influência estritamente local. Apesar de possuir um nível urbano elementar, é fundamental para seu entorno imediato, ou seja, as vilas e a zona rural. Isto através das solicitações de produção, circulação, distribuição e consumo que, na medida do possível, têm que ser satisfeitas localmente.

No entanto, o termo cidade do campo é amplo, sendo estendido a todas as cidades que estejam vinculadas com as atividades modernas do campo, cidades que se reafirmam em novas atividades implantadas para atender à demanda do consumo produtivo da agricultura, da pecuária e da agroindústria. Nas palavras de Santos (2005, p. 56)

Esses lugares representam estoques dos meios de consumo, estoques de sementes, [...] estoque de capital de giro, estoque de mão de obra nos mais diversos níveis, centros de transporte e de comunicação, polos de difusão de mensagem e ordens.

Milton Santos foi um autor que contribuiu sobremaneira para os estudos das cidades médias, quando discutiu as “cidades do campo”, uma vez que elas podem se caracterizar com tamanhos e funcionalidades diferentes. Além disso, nos direciona a compreender a urbanização do território, a divisão social e territorial do trabalho, as refuncionalizações dos centros urbanos e do espaço agrário.

Esse conjunto de transformações nos estimula promover novas reflexões e debates sobre as cidades médias, inseridas nas regiões agrícolas, repensando-as além da dimensão demográfica.

Denise Elias é outra autora que tem contribuído muito para a discussão das cidades com funções de atender à produção agrícola e ao consumo globalizado nas regiões agrícolas modernas. Seus trabalhos relacionam a reestruturação produtiva com a formação das cidades do campo, que ela denomina de “cidades do agronegócio”.

A mudança de termo faz jus às novas funções ligadas ao processo produtivo agropecuário e ao agronegócio que essas cidades estão associadas. Elias (2007) afirma que elas se transformam em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio globalizado.

No contexto das cidades médias, inseridas nas regiões agrícolas, a autora busca entendê-las a partir do processo da reestruturação produtiva agrícola e agroindustrial que refuncionaliza essas cidades sob seus comandos, possibilitando a diversificação do setor terciário e, consequentemente, da economia urbana.

Segundo essa autora, a modernização e a expansão do agronegócio globalizado promovem o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos principais se devem às interrelações cada vez maiores entre campo e cidade, desencadeadas pelas novas necessidades de consumo produtivo.

Essas cidades desenvolvem-se atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem em graus diversos dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada. Representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento de cidades intermediárias e locais, fortalecendo em termos demográficos, econômicos e funcionais (ELIAS, 2006b).

A gestão do processo produtivo agrícola e agroindustrial necessita da sociabilidade e dos espaços urbanos. Ao mesmo tempo em que esses processos dinamizam o setor terciário e consequentemente a economia urbana, evidenciam também que é na cidade que se realiza a regulação, a gestão e a normatização das transformações do espaço agrícola (ELIAS, 2006a; 2006b; 2006c; 2007).

A ampliação do consumo produtivo agrícola estabelece laços de cooperação e de dependência entre as áreas agrícolas modernas e as cidades do agronegócio. Santos (2005) e Elias (2007; 2008) mostram que essas cidades, desenvolvidas no contexto de reestruturação produtiva, vão se equipar com o que há de mais moderno e funcional para atender à demanda

da produção da agropecuária capitalista e agroindustrial, estabelecendo um papel de dependência entre campo e cidade, uma vez que essas últimas fornecem aportes técnicos, financeiros, jurídicos, mão de obra, pesquisa e assessoria, sistema de armazenagem e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização.

A demanda pelo consumo produtivo e por um consumo consumptivo criado a partir de novas necessidades das famílias e da elevação de suas rendas, vão fortalecer o agronegócio nas cidades do campo, ampliando o setor terciário. Ampliam os serviços de apoio às empresas rurais, tais como o técnico agrícola, o administrador de agronegócios, o agrônomo, o veterinário, o piloto agrícola; além disso, outros setores vão se ampliando e diversificando em função de novos consumos: concessionárias de automóveis, lojas de grife (tais como moda country), bares noturnos, agências de viagens e turismo, representantes de marcas de aparelhos celulares e de empresas de telefonia, empresas de segurança eletrônica, dentre outros.

A ampliação e diversificação de atividades do setor terciário não atende apenas os “consumidores do campo”; mas todos aqueles ligados ao agronegócio, seja campo ou cidade. Isso, porque o capital provindo do agronegócio faz criar um efeito multiplicador na economia, ou seja, o crescimento das atividades impulsiona crescimento de outros setores, tais como o setor de comércio e prestação de serviços.

Assim, numa cidade do agronegócio, o aumento de emprego e de renda gerado pela agroindústria ou pela produção agrícola estimula a venda nas lojas de implementos e maquinário, nas concessionárias, nos supermercados, nas lojas de eletroeletrônicos. Consequentemente, as indústrias vendem mais para suprir os estoques e empregam mais pessoas. Com dinheiro circulando, as pessoas criam novas necessidades, consomem mais produtos e demandam novos, tais como serviços especializados (saúde, estética, cursos profissionalizantes etc.) ou ampliação do lazer, como viagens, livrarias, boates, clubes, bares.

A realidade socioeconômica e funcional das cidades inseridas nas regiões agrícolas mudaram de conteúdo e técnica. Nesses espaços, a dinâmica da agricultura científica segue o mesmo raciocínio da produção agroindustrial na cidade, no sentido de reduzir custos, reduzir mão de obra, ampliar a produção, ampliar a qualidade, ampliar os lucros.

Nesse sentido, as cidades que se formam no entorno desse campo inteligente, passam a servir de maneira inteligente, mais racional, ligadas cada vez mais ao circuito superior e ao setor terciário; por isso o termo cidade do agronegócio seria mais apropriado do que cidade do campo, uma vez que elas ganham novas funções, direcionadas cada vez mais ao agronegócio.

Elias (2006; 2007) toma como orientação metodológica em seus estudos sobre as cidades do agronegócio, a escolha de temas e processos que possibilite a compreensão da produção dos espaços urbanos não metropolitanos, destacando-se: a) a formação das redes agroindustriais e as novas relações campo-cidade; b) o mercado de trabalho agropecuário e dinâmicas populacionais e c) desigualdades socioespaciais. Segunda a autora, cidades tais como Rio Verde em Goiás, Sinop, Sorriso e Rondonópolis no Mato Grosso, Sertãozinho, Matão e Bebedouro em São Paulo, entre outras, são exemplos de “cidades do agronegócio”.

Os municípios sedes das cidades do agronegócio, associadas à produção agrícola dos Cerrados (Goiás, Mato Grosso, Bahia, Piauí e Maranhão), promovem novos arranjos territoriais produtivos que fortaleceram a economia urbana de vários municípios polos, gerando mudanças de papéis urbanos e regionais.

No contexto das cidades inseridas nas regiões agrícolas, destacam-se as pesquisas de Soares (1999; 2007; 2008), que analisa o desenvolvimento das cidades médias inseridas nos Cerrados e as novas configurações na rede urbana. As cidades inseridas nas áreas do Cerrado estão cada vez mais se refuncionalizando para a agricultura capitalista e esses novos arranjos territoriais produtivos fortalecem a economia urbana de vários municípios, gerando mudanças de papéis urbanos e regionais.

Soares (2007) aponta que para os estudos das cidades médias do Cerrado, diversas características precisam ser consideradas em conjunto, dentre elas o tamanho demográfico, suas funções, sua dinâmica intraurbana, as intensidades das relações interurbanas com o campo, os indicadores de qualidade de vida e de infraestrutura, as relações externas e seu comando regional.

Vários pontos foram destacados por Soares (2007), no sentido de apreendermos o significado e os fenômenos em processo, nas cidades médias brasileiras:

- a) as diferenças entre as cidades de porte médio e as “cidades médias”; uma vez que estas últimas apresentam um significado mais complexo tendo em vista sua especialização econômica, o comando regional, equipamentos urbanos, dentre outros;
- b) as análises das escalas intra e interurbanas desses espaços articulados com seu entorno, avaliando os níveis de centralidades regionais;
- c) a divisão regional do trabalho, para que seja identificada a multiplicidade dos espaços que as compõem;

- d) capacidade de organizar atividades na região e de gerar e difundir inovações nas áreas circundantes;
- e) a existência de indicadores de qualidade de vida, que abrangem habitação, saúde, educação, lazer, saneamento básico, dentre outros;
- f) as relações hierárquicas complementares e competitivas entre as cidades médias;
- g) identificação da natureza e intensidade dos fluxos que ocorrem nas relações interurbanas;

Sua discussão em muito contribui no sentido de refletirmos sobre as mudanças técnicas e produtivas nos espaços agrícolas do Brasil, em especial, nas áreas dos Cerrados, que é o seu foco de estudo, além disso, direciona-nos para a discussão da urbanização dos Cerrados e da refuncionalização e articulação de suas redes.

Soares (2007) e Elias (2006; 2007) direcionam seus trabalhos buscando compreender as transformações nos espaços produtivos agrícolas e as refuncionalizações das cidades e das redes urbanas que são estabelecidas, contribuindo, portanto, na caracterização das cidades médias das regiões agrícolas.

Muitas características da cidade do agronegócio são encontradas na realidade de Rio Verde. O fato de estar inserida diretamente numa área agrícola moderna, cujo processo produtivo está direcionado ao capital monopolista, acarretando-lhe mudanças funcionais, especialização dos setores agroindustriais e terciários, transformações no espaço intraurbano como também a formação de novos fluxos regionais que permitiram que a cidade viesse exercer maior centralidade interurbana.

Além disso, está em construção um setor terciário que se amplia e se diversifica, atendendo não apenas ao consumo produtivo agrícola, mas também ao consumo urbano, mais qualificado, direcionado à população, ao comércio e à agroindústria local e regional, possibilitando a geração de novas centralidades e novas redes de consumo.

2.3 A centralidade regional de Rio Verde em função do agronegócio

Vimos que as cidades médias inseridas nas regiões agrícolas do Cerrado estão se equipando cada vez mais para atender a um campo moderno, incorporado de informação, ciência e tecnologia. Algumas dessas cidades crescem em população e em serviços, equipando-se e se complexificando. Portanto, muitas ganham importância regional, pois ao se refuncionalizar, exercem mais centralidade, e passam a liderar pequenas e diferentes redes.

Nesse sentido, considerando o contexto da cidade de Rio Verde, inserida numa região agrícola e apresentando uma população de 176 mil habitantes em 2010, buscaremos conhecer que tipo de centralidade tem exercido desde a década de 1960, período anterior aos investimentos agropecuários no Cerrado goiano, até o momento atual da pesquisa, avaliando a dimensão da escala de centralidade, para reforçarmos suas características de cidade média do agronegócio.

No âmago das discussões sobre cidade média, a centralidade regional tem perpassado constantemente, uma vez que nos revela o dinamismo de um dado local com seu entorno. Autores diversos tais como Castello Branco (2007), Corrêa (1989, 2007), Soares (2006, 2007), Sposito (2001, 2007), Souza (2005), entre outros, além do próprio RECIME, partem do pressuposto que é relevante entender a cidade média vista tanto do local, quanto da escala regional, o que legitima essa análise como mais uma característica das cidades médias.

Metodologicamente, iremos contextualizar a centralidade de Rio Verde, entre as décadas de 1960 a 2007⁹, tendo como respaldo o trabalho do IBGE, denominado “*Regiões de influência das cidades*” (REGIC), realizados em 1966 (publicado em 1972), em 1978 (publicado em 1987), 1993 (publicado em 2000) e em 2007. E na seção 3, onde trataremos da refuncionalização e diversificação econômica de Rio Verde, apresentaremos algumas redes contemporâneas, tecidas por essa cidade, para representar sua importância regional do momento mais recente da pesquisa.

Precisamos levar em consideração que as cidades médias são importantes nós da rede urbana. Soares (2006) e Corrêa (2007) nos confirmam essa questão, e afirmam que elas são centros articuladores e centralizadores, que garantem a articulação dos movimentos e fluxos que viabilizam a produção, a circulação e o consumo.

Corrêa (2007, p. 30) também nos chama a atenção para a análise das interações espaciais das cidades médias:

⁹ O recorte temporal segue a disponibilidade dos REGIC's.

Admite-se que a cidade média apresente interações espaciais intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade. [...] As interações espaciais *de e para* a cidade média se realizam em duas escalas espaciais gerais, a escala regional e a escala extra-regional (sic), seja ela nacional ou internacional (grifo do autor).

Corrêa (1989) já analisara esse fenômeno, confirmando-nos que a hierarquia das cidades existe no Brasil, porém se tornaram relativas, havendo papéis de complementariedade ou de concorrência; não há necessidade de buscar serviços num centro médio, se a distância, tempo de deslocamento ou os meio de transportes não forem facilitados.

Ainda é relevante fazer uma leitura das redes urbanas, pelo fato delas ainda nos esclarecer a complexa dinâmica de fluxos que coexistem, especialmente em escalas regionais, onde um ou mais centros urbanos se refuncionalizam e se transformam em centros polarizadores.

Nesse sentido, a cidade média representa bem essa interação espacial complexa e multidirecional. São vários os fatores que tornam esses centros médios, nós articuladores de uma rede, variando entre fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e até ambientais, como se refere Sposito et al. (2007) em seu texto, mas, são os fatores econômicos e os serviços de saúde e de educação, que ainda determinam o fluxo de pessoas em relação as cidades médias mais próximas.

Por oferecerem “algo a mais”, em termos econômicos, sociais, culturais, os fluxos materiais e imateriais redefinem os papéis de centros médios. Tornam-se centros regionais, atendendo a novas demandas por comércio e serviços, e são “pressionados” a melhorar a qualificação das pessoas e empresas locais, a facilitar a conectividade de comunicação e transporte, a ampliar novos serviços e mercadorias. E esse processo favorece a própria cidade, que amplia e se diversifica em consumos não apenas produtivos, como também consumptivos.

A essas alterações acrescentem-se as possibilidades abertas pela existência de novos tipos de mídia que favorecem a difusão de imagens e de valores que ampliam o consumo e estimulam a expansão territorial de capitais, empresas, grupos e conglomerados, da escala regional, passando pela nacional e chegando à internacional. (SPOSITO, 2006, p. 10).

Sposito (2001) afirma que embora o centro se revele por determinados atributos localizados ou fixados no território, a centralidade se desvela pelo que se movimenta no território. Ou seja, o recorte territorial não define a centralidade e sim o centro; a centralidade é definida pelos fluxos, pelo movimento e pela articulação das diferentes localizações.

[...] a centralidade pode ou não ser fugaz, efêmera ou transitória, porque ela não se institui apenas pelo que está fixo no espaço, mas pelas mudanças ocorridas no decorrer do tempo, no uso, apropriação e sentido dados aos espaços e deles apreendidos. (SPOSITO, 2001, p. 239).

E ainda, centralidade não é um lugar específico; mas sim a condição e expressão central que uma área pode exercer e representar.

Segundo Sposito (2001) centro e centralidade se definem através de dinâmicas propulsionadas por determinantes objetivas, como as possibilidades de mercado dadas por uma localização qualquer, mas, por outro lado, resultam também de determinantes subjetivas, definidas através dos conteúdos simbólicos produzidos historicamente ou de signos forjados pela lógica de mercado.

No que se refere a centralidade regional, Souza (2005, p. 57) afirma que a centralidade é a capacidade acima de tudo, de uma cidade ofertar bens e serviços para outros centros urbanos, estabelecendo desse modo, uma área de influência, caracterizando-se portanto, numa centralidade de natureza econômica. Segundo o autor, “[...] uma cidade será tanto mais complexa e possuirá uma posição tanto mais elevada na hierarquia da rede urbana, quanto mais ela possuir essa capacidade de ofertar bens e serviços de capturar uma área de influência maior”.

Sposito (2001) e Souza (2005) fazem uma leitura semelhantes da dinâmica do espaço, em termos de centralidade. Portanto, falar de uma centralidade exercida por uma cidade no âmbito regional, é preciso levar em conta diferentes temporalidades e espacialidades, bem como os interesses econômicos, políticos e sociais, tanto das elites empresariais e políticas locais e regionais, como as necessidades da população.

Num determinado momento histórico, a centralidade pode ser exercida por uma cidade, mas isso não significa que essa situação vai perdurar indefinidamente, haja vista as transformações cada vez mais rápidas que se dão em tempos de globalização. Novos eventos, novos fenômenos, criam novos centros, com poder de estabelecer novas áreas de influência, forjando portanto, novas centralidades.

Para compreendermos o contexto regional e as relações externas de Rio Verde, precisamos pensar a especialização funcional do centro principal, caracterizado pelo agronegócio, no que se refere aos serviços e comércio de maior alcance financeiro e geográfico, bem como a situação dos centros menores, que possuem serviços de menor densidade e alcance e, portanto, tornam-se dependentes do centro polarizador.

Dante do exposto, levantamos algumas questões para o desenvolvimento dessa seção: - considerando uma escala temporal a partir da década de 1960, teria Rio Verde, papel de centralidade regional? Se sim, quais setores mais exerceram funções de polaridade em Rio Verde? Considerando o período atual, seria Rio Verde um nó articulador e centralizador em sua rede regional? Com qual função central?

2.3.1 Centralidade de Rio Verde entre as décadas de 1960/1970

O trabalho do IBGE de 1966, publicado em 1972, com o título “*Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*”, teve como proposta organizar um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades que pudesse servir de modelo tanto para o planejamento político regionalizado como para “[...] orientar a racionalização no suprimento dos serviços de infraestrutura urbana através da distribuição espacial mais adequada” (IBGE, 1972, p. 9).

Metodologicamente, o estudo seguiu a orientação teórica da divisão regional apresentada por Haggett e Chorley¹⁰ e buscou criar um sistema simplificado de divisões territoriais e de núcleos urbanos hierarquizados. A concepção de ambos os autores não levava em consideração apenas uma forma, mas sim uma estrutura. “Esta estrutura é dada pela existência de uma economia básica urbana, capaz de estabelecer laços econômicos entre as cidades e suas regiões” (IBGE, 1972, p. 10).

O estudo buscava inicialmente estabelecer uma classificação dos centros e delimitar suas áreas de atuação, e o foco estava na caracterização do equipamento terciário polarizador, que eram os seguintes: comércio de mercadorias, serviços bancários e financeiros, serviços administrativos e de direção, serviços de consultoria e publicidade, serviços de educação, serviços de saúde e serviços de cultura e lazer.

Como resultado, a divisão regional foi classificada em quatro níveis:

- 1º nível: Centros Metropolitanos;
- 2º nível: Centros Regionais;
- 3º nível: Centros Sub-regionais;
- 4º nível: Centros Locais

¹⁰ HAGGETT, Peter; CHORLEY, Richard J. **Socio-Economic Models in Geography**. London: Univesity Paperbacks, 1967.

No nível 1, foram identificadas aquelas cidades que tinham grande número de relacionamentos diretamente com o centro metropolitano e com outros centros de produção industrial (no abastecimento do atacado e varejo), resultando na seguinte classificação:

- a) Grande Metrópole Nacional – São Paulo;
- b) Metrópole Nacional – Rio de Janeiro;
- c) Centros Metropolitanos regionais: Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre;
- d) Centros Macrorregionais – Curitiba, Fortaleza, Belém e Goiânia.

Classificada como Centro Macrorregional, Goiânia apresentava-se no final dos anos de 1960 com uma área de atuação 920.940 Km² e uma população polarizada de aproximadamente três milhões, além de um grande número de cidades subordinadas, incluindo algumas do estado do Mato Grosso (IBGE, 1970). Goiânia tinha naquele momento, seis relacionamentos com São Paulo (três fluxos agrícolas e três vínculos na economia) e três relacionamentos com Rio de Janeiro.

Nesse período, Brasília e sua área de influência estavam polarizadas por Goiânia. Seus equipamentos e ligações rodoviárias assumem importância apenas como centro regional (nível 2b). A tabela 3 nos mostra a hierarquização principal de Goiás, e faz uma distinção entre as categorias **a** e **b**; apresentando o comando de uma área com estruturação urbana definida, contendo centros dos escalões inferiores.

Tabela 3: Hierarquização dos centros urbanos polarizados por Goiânia na década de 1960

Hierarquização dos Centros urbanos por Goiânia – 1966					Municípios polarizados por RIO VERDE
1º nível	2º nível	3º nível	4º nível		
	2 b	3 ^a	4a	4b	
Goiânia	Brasília	Jataí Formosa	Rio Verde	Mineiros Arraias Dianópolis	- Cachoeira Alta - Maurilândia - Santa Helena de Goiás

Fonte: IBGE, Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, 1972. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Nesse período, Brasília se classificou como Centro Regional (nível 2b), e sua área de influência abarcava parte do estado da Bahia (município de Barreiras) e Goiás. Com relação ao nível 3 ou centros sub-regionais, destacamos a cidade Jataí. Na década de 1970, era polarizado imediatamente por Goiânia (nível 1), além de estabelecer uma área de centralidade com outros municípios menores (nível 4b).

O estudo mostra que Rio Verde não fazia parte da área diretamente polarizada por Jataí, em termos econômicos, contudo, em termos políticos e religiosos¹¹, naquele período, ainda exercia polarização em todo o Sul Goiano.

Finalmente, o nível 4 ou Centros Locais, foi identificado como aqueles municípios que oferecem algum serviço a um número reduzido de pequenas localidades próximas, geralmente, serviços bancários, serviços educacionais (ensino fundamental e médio), serviço hospitalar, além da concentração de produção agrícola dentro da área de atuação de um centro hierárquico superior.

Rio Verde foi classificada no estudo como Centro Local de nível 4a. As características dessa categoria eram os centros de 20 a 40 relacionamentos, subordinando pelo menos três municípios.

Essa relação interurbana revela que Rio Verde já apresentava uma pequena centralidade no final dos anos de 1960. Os fluxos que geravam centralidade estavam ligados à prestação de serviços procurados à curta distância, tais como serviços bancários, comércio varejista, educação (antigo ginásio) e serviços médicos e hospitalares, uma vez que a cidade já possuía hospital.

Rio Verde nesse período era polarizada diretamente pela capital estadual, em função da proximidade e, ainda assim, também conseguia oferecer um mínimo de comércio e serviços para algumas pequenas localidades, tais como Cachoeira Alta, Maurilândia e Santa Helena de Goiás. Além desses municípios, incluía como área de influência de Rio Verde os distritos de Castelândia, Montividiu, Ouroana, Riverlândia e Santo Antônio da Barra.

2.3.2 Centralidade de Rio Verde entre as décadas de 1970/1980

Num trabalho sistemático, o IBGE deu continuidade ao estudo das cidades e suas áreas de influências, visando retratar o novo quadro dessa rede urbana e permitir comparações intertemporais.

Em 1978, o IBGE desenvolve o segundo REGIC, publicado apenas em 1987. Convém ressaltar que as metodologias usadas entre os estudos de 1966 e este foram, diferentes em alguns fatores; o de 1966, não seguiu nenhum respaldo conceitual e teve como base, a pesquisa de 12 atividades do comércio e serviços, ligadas à centralidade. E, neste estudo, há o

¹¹ Em termos políticos, o colégio eleitoral de Jataí tradicionalmente elege representantes estaduais e federais, e em termos religiosos, as paróquias de Rio Verde estão sob a coordenação do Bispo da Diocese de Jataí.

embasamento na teoria dos “Lugares centrais” e a escolha de 76 funções agrupadas em quatro conjuntos hierarquizados.

Em termos teóricos metodológicos, o IBGE seguiu uma linha de cunho estruturalista, tendo como base conceitual as teorias das Localidades Centrais, do geógrafo alemão Walter Christaller, para entender rede urbana e centralidade.

Essa teoria considera o conjunto de centros de uma região ou país (cidades, vilas, povoados) em seu papel de distribuição varejista e de prestação de serviços para uma população neles residentes. Estes centros são denominados de localidades centrais e a centralidade de que dispõem é derivada de seu papel como centros distribuidores de bens e serviços, ou seja, das funções centrais que desempenham.

De acordo com essa teoria, cada bem ou serviço apresenta uma dimensão específica de seu mercado mínimo e alcance espacial. Entretanto, bens e serviços que apresentam semelhanças em tais dimensões tendem a ser oferecidos, em um mesmo conjunto de localidades centrais, por meio da distribuição realizada pelas empresas.

Desse modo, a localização da oferta de bens e serviços traduz-se em uma diferenciação entre as localidades centrais, seguindo uma hierarquização dos centros. Essa hierarquia se processa de maneira que as localidades centrais de baixo nível hierárquico distribuem bens e serviços procurados frequentemente, possuindo área de influência espacialmente restrita.

As localidades centrais de nível imediatamente superior distribuem além daquilo que é oferecido nos centros inferiores, bens e serviços menos procurados e, por isso, possuem área de influência maior que inclui os centros menores e suas respectivas áreas de influência.

Quanto aos centros de mais alto nível, eles têm o papel de distribuir todos os bens e serviços já oferecidos pelos centros inferiores, além de outros bens e serviços mais especializados, constituindo-se no único centro distribuidor para uma ampla região do país.

Em função das mudanças de produção, distribuição e consumo e nas articulações entre eles, algumas variações precisaram ser revistas na teoria clássica dos lugares centrais. De acordo com o REGIC (1987), os estudos empíricos colocaram em evidência que, algumas informações teorizadas como invariável ganham caráter variável na rede de localidades centrais, tais como a forma e o conteúdo da rede e de seus elementos, afetando na organização espacial presente e futura. Era o início da globalização sobre a rede urbana, e a formação de redes complementares, como defende Corrêa (1989).

Com base nesta teoria, o IBGE buscou colocar em evidência a rede de localidades centrais do Brasil da década de 1970. Para Rio Verde, configura-se como uma fase de

transição agrícola e de crescimento populacional urbano, onde a cidade vai equipando-se gradualmente, e onde bases sólidas vão se formando na área empresarial. Nesse sentido, que novos municípios passaram a fazer parte dessa rede? Quais os fluxos que comandaram essa nova centralidade?

No primeiro REGIC (1972) os centros foram classificados em quatro níveis, enquanto neste, houve novas divisões e denominações:

- Metrópole nacional;
- Metrópoles regionais;
- Centros submetropolitanos;
- Capitais regionais;
- Centros sub-regionais;
- Centros de zona.

Nesta pesquisa publicada em 1987, foi apontado que o país estava com duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro e onze cidades que desempenham o papel de metrópoles regionais, incluindo Goiânia. Elas eram os principais focos regionais de distribuição de bens e serviços no território nacional.

Apesar das mudanças de denominações em relação ao estudo de 1966, verificamos que Goiânia permanece como o centro que mais polariza em Goiás, exercendo centralidade em todo o estado, além de Brasília e cidades do Tocantins e da Bahia, conforme podemos visualizar na tabela 4:

Tabela 4: Hierarquização dos centros urbanos polarizados por Goiânia na década de 1970/80

Região de Goiânia				
Metrópole Regional	Capital Regional	Centro Sub Regional	Centro de Zona	Municípios Subordinados
GOIÂNIA	BRASÍLIA-DF	Rio Verde (GO)	Santa Helena de Goiás (GO)	- Acreuna (GO) - Maurilândia (GO)
			-	- Aporé (GO) - Caçú (GO) - Itarumã (GO) - Serranópolis (GO) - Ponte Branca (MT) - Portelândia (GO) - Santa Rita do Araguaia (GO)
		Jataí (GO)	Mineiros (GO)	- Balisa (GO) - Piranhas (GO)
			Caiapônia (GO)	- Ponte Branca (MT)

Fonte: IBGE, Regiões de influência das cidades, 1987. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Em Goiás, não houve nessa época classificação para Centro Submetropolitano. Brasília, classificada como Capital Regional, manteve sua área de influência polarizada por Goiânia. Contudo, amplia sua área de polarização para os municípios de nível Centro de zona, tais como: Luziânia (GO), Formosa (GO), Posse (GO), Arraias (GO), Dianópolis (GO), Barreiras (BA), Unaí (MG), Paracatu (MG), João Pinheiro (MG), Porto Nacional (GO) e Correntes (PI).

Quanto às cidades de Jataí e Rio Verde, classificadas como Centros sub-regional, sofrem centralidade direta de Goiânia. Destacamos que Jataí continua desempenhando papel de maior centralidade em relação à vizinha Rio Verde. Nesse período, 1970/80, Jataí centraliza, além de alguns municípios diretos (Aporé, Caçú, Itarumã e Serranópolis), outras duas áreas: a de Mineiros e a de Caiapônia.

Rio Verde, ocupando também a mesma classificação em termos de comércio e prestação de serviços, apresentou nesse período da pesquisa, uma centralidade semelhante à década de 1960. Entra para sua área de atuação, o município de Acreúna, sai Cachoeira Alta e permanece Santa Helena de Goiás. Hierarquicamente, obedece a influência direta de Goiânia, uma vez que a capital oferece bens e serviços menos procurados e mais complexos que o município em questão.

Na classificação que Rio Verde e Jataí ocupam, determinada pela metodologia usada no REGIC (1987), eles apresentaram durante a fase de pesquisa, pelo menos, 20 tipos de bens e serviços inseridos nos ramos de atividades do comércio varejista, do comércio atacadista e representações e de serviços, conforme segue na tabela 5:

Tabela 5: Rio Verde/GO e Jataí/GO - bens e serviços selecionados segundo o nível hierárquico “Centro Sub regional”, pelo o REGIC (1987)

NÍVEL HIERÁRQUICO	RAMO DE ATIVIDADE	BENS E SERVIÇOS
CENTRO SUB REGIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Comércio Varejista - Comércio Atacadista e Representações - Serviços 	<ul style="list-style-type: none"> Arados e tratores Televisores Cortinas e Tapetes Máquinas de escrever Veículos Ford ou General Motors Bicicletas Motores e bombas Azulejos e decorados Máquinas fotográficas Óculos com receita médica Produtos alimentares em conserva Material de limpeza doméstica Artigos de armários Gás de cozinha Material para construção civil Médico pediatra Médico ginecologista Médico otorrinolaringologista Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Serviços de engenharia

Fonte: IBGE, Regiões de influência das cidades, 1987. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Os bens e serviços escolhidos e detalhados nesse estudo do REGIC (1987) para classificar a centralidade dos municípios, evidenciaram que Rio Verde já apresentava diversidade nas atividades comerciais, contudo, sem grandes diferenças em relação à década anterior.

Segundo a teoria dos lugares centrais, trata-se de um município cujos estabelecimentos comerciais ainda apresentavam característica de mercados mínimos reduzidos e um alcance espacial também pequeno, por isso, a centralidade era limitada, chegando apenas aos municípios menores.

E ainda, verificamos que os diversos tipos de comércio e serviços oferecidos na década de 1970 em Rio Verde não foram suficientes para gerar uma ampliação da centralidade interurbana e permitir a emergência de uma centralidade múltipla e complexa, ocorrendo esse processo somente após os anos 2000, quando o agronegócio passa a ser o carro chefe da economia.

2.3.3 Centralidade de Rio Verde entre as décadas de 1990/2000

O terceiro estudo sobre as “*Regiões de influência das cidades*” do IBGE ocorreu em 1993, e foi publicado no ano 2000.

O contexto territorial, econômico e social de Goiás, na década de 1990/2000, não era mais o mesmo das décadas anteriores. Houve investimentos, transformações técnicas e informacionais, mudanças de produção, distribuição e consumo. O período de 1980 e 1990 correspondeu à fase de amadurecimento da agricultura moderna de exportação implantada pelo Estado e pelo setor privado. E, em meados dos anos 2000, acontecia a instalação do Complexo Agroindustrial de grãos no Sudoeste Goiano, especialmente no município de Rio Verde.

Nesse sentido, o contexto da terceira pesquisa contempla uma realidade política e econômica divergente, onde pequenos centros se emanciparam, tornando-se municípios independentes, e outros, cresceram e se equiparam para atender a seu entorno, adquirindo mais autonomia e influência regional. Os fluxos que permitem os meios de transporte e comunicação passaram por completa reestruturação, possibilitando uma complementariedade de serviços entre alguns centros.

Apesar das mudanças espaciais e funcionais brasileiras, esse REGIC manteve a mesma linha teórico-metodológica, respaldada na Teoria dos Lugares Centrais de Christaller. No

entanto, o IBGE observou que os padrões de cidades usualmente preconizados para a utilização da Teoria dos Lugares Centrais, usados no REGIC anterior, “[...] poderia não retratar a diversidade de centros da rede urbana brasileira, englobando heterogeneidades em cada um daqueles cinco níveis” (IBGE, 2003, p. 25).

Por essa razão, na tentativa de mostrar um retrato mais real da hierarquia brasileira, o IBGE empregou oito diferentes níveis de centralidade, como forma de alcançar uma maior diferenciação entre os centros da hierarquia urbana, como podemos verificar na tabela 6.

Tabela 6: Níveis de centralidade das cidades brasileiras, 1993

Níveis	Número de cidades	Padrões de cidades
Máximo	9	Metropolitano
Muito forte	24	Predominante Sub-metropolitano
Forte	35	Predominante de Capital Regional
Forte para médio	108	Predominante de Centro Sub-regional
Médio	141	Tendendo a Centro Sub-regional
Médio para fraca	195	Predominante Centro de Zona (centro local)
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona
Muito fraco	3733	Municípios subordinados

Fonte: IBGE, Regiões de influência das cidades (1993, p. 25). (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Sobre a classificação “muito forte”, estão inseridas as nove metrópoles brasileiras, incluindo Goiânia. Nesses casos, a área de influência pode ultrapassar o limite do próprio estado, e incluir cidades classificadas em níveis menores, portanto são consideradas as “cabeças de rede”.

Segundo o IBGE (1993) havia uma única exceção em relação às cabeças de rede, que era Brasília. Apesar de ser classificada com centralidade “muito forte”, a capital federal foi considerada cabeça de rede por representar um centro de poder e de decisão, e por seu papel político administrativo nacional.

No que se refere a Goiânia e Rio Verde, podemos verificar suas interações espaciais e áreas de influência na tabela 7.

Rio Verde segue uma classificação tal qual Catalão, com um nível “médio” de centralidade, *tendendo a Centro Sub-regional*, e ambas são atendidas diretamente pela metrópole Goiânia.

É necessário destacar que nesse período de estudo, a cidade de Quirinópolis foi classificada com “centralidade fraca”, subordinada a Rio Verde. Mas no entanto, conseguia exercer centralidade em pequenos centros tais como Gouvelândia, Paranaiguara e São Simão.

Também, devemos apontar que a classificação para Jataí em relação a Rio Verde alterou. O REGIC mostra que Rio Verde superou em termos de centralidade sua vizinha.

Tabela 7: Interações espaciais e níveis de centralidade de Goiânia e Rio Verde, 1993

Máximo	Médio	Médio fraco	Muito fraco
Goiânia	Rio Verde	Jataí	
			Acreúna
			Cachoeira Alta
			Caiapônia
			Castelândia
			Doverlândia
			Maurilândia
			Montividiu
			Palestina de Goiás
			Santa Helena de Goiás
			Santo Antônio da Barra
			Turvelândia
			Aparecida do Rio Doce
			Caçu
			Chapadão do Céu
			Itarumã
			Serranópolis
			Perolândia

Fonte: IBGE, Regiões de influência das cidades, 1993. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Tradicionalmente, Jataí era referência no Sudoeste Goiano, em termos políticos, no entanto o REGIC revela que Rio Verde ampliou sua área de centralidade regional. Alguns distritos se emanciparam, cidades cresceram e se equiparam com comércio e serviços antes inexistentes e, portanto, a área de polarização de Jataí reduziu.

Por outro lado, Rio Verde cresce em termos populacionais, inicia os investimentos agroindustriais e amplia o setor terciário. Para se ter uma ideia do contexto econômico social local, no final da década de 1970, a empresa COMIGO era a primeira agroindústria a se instalar no município, e era apenas um embrião, num município com aproximadamente 70 mil habitantes (IBGE, Censo demográfico, 1980).

Em 1993, passada uma década e meia, era o momento de consolidação da modernização agrícola. Rio Verde e os municípios vizinhos já se destacavam na produção de soja, e o setor urbano já estava buscando meios de atender efetivamente ao produtor rural, sem que ele necessitasse de ir até Goiânia ou outros centros.

Em função do processo migratório (êxodo rural e migração interna), a cidade de Rio Verde continuou a crescer, alcançando 96 mil habitantes em 1991, conforme nos informa o IBGE (Censo Demográfico, 1991), ganhando novos empresários locais (apresentados na seção 3), o que favoreceu seu processo de centralidade regional.

2.3.4 Centralidade de Rio Verde no início do século XXI

Em 2007 o IBGE desenvolve o último estudo sobre as Regiões de influência das Cidades (REGIC), publicado em 2008. Após um período de 14 anos, a pesquisa irá retratar

um período de intenso dinamismo populacional e econômico no estado de Goiás, que teve início entre os anos de 1990 e o início do novo século.

Com o apoio do Estado (nos três níveis), empresas diversas são criadas ou transferidas para Goiás, e junto com elas, uma massa de mão de obra migra para essas terras. Rio Verde vive essa realidade mais intensa a partir da década de 1990.

Portanto, seu crescimento é visível em termos populacionais e econômicos, destacando neste último, o crescimento imobiliário, os investimentos empresariais, a ampliação do custo de vida e o aparecimento de algumas mazelas que acompanham tal crescimento. Considerando as transformações no território brasileiro, o IBGE também avançou na sua metodologia conceitual, repensando o conceito dos lugares Centrais de Christaller para um sistema de redes, onde as cidades são os nós.

O estudo de 2007 tem como embasamento teórico Dematteis (1998) e Offner (2000). Este último afirma que convivem dois tipos de sistema urbano, o sistema de localidades centrais, com regiões formadas no entorno dos centros, como apresentou originalmente Christaller, e o sistema reticular, onde a cidade funciona como nó de uma rede mundial, ou seja, um ponto inserido nas redes globais, mais dinâmicos economicamente, tais como as metrópoles.

Nesse contexto de hierarquia e globalização, o REGIC (2007) contribui com uma visão da rede de cidades definidas por um sistema de relações horizontais, não-hierárquicas, de complementaridade e cooperação entre centros do mesmo nível.

Portanto, diante das transformações contemporâneas do Brasil, verificamos que coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas, possibilitadas por meio da instalação dos fluxos de informação e controle. Corrêa (2003) em seus estudos sobre a rede urbana brasileira, também, mostra-nos que a gestão pública ou empresarial, mantém o controle e comando dos centros urbanos, por meio de decisões que definem relações e destinam investimentos.

Mas, as cidades, também mantêm relações horizontais de complementaridade, definidas por sua especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades e pela oferta diferencial de serviços.

Considerando esse fenômeno de subordinação e de cooperação, o IBGE considerou a influência de órgãos do executivo, do judiciário, de grandes empresas e a oferta de ensino superior, serviços de saúde e domínios de internet. A mudança na metodologia revelou redes

que se sobrepõem à divisão territorial oficial, estabelecendo forte influência até mesmo entre cidades situadas em diferentes unidades da federação.

Além disso, para aqueles municípios que não se caracterizaram como centros de gestão, o IBGE investigou as principais ligações de transportes regulares, em particular, as que se dirigem aos centros de gestão e os principais destinos dos moradores locais, para obter produtos e serviços (compras, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, aquisição de insumos e destino dos produtos agropecuários).

Na classificação dos centros e de sua área de atuação, foram identificadas 12 redes de primeiro nível, caracterizadas pelas metrópoles que mantêm grande relacionamento entre si, e forte poder de decisão e gestão. Sendo elas divididas em três subníveis: a- Grande metrópole nacional; b- Metrópole nacional e c- Metrópoles.

Goiânia e Manaus, apesar de terem menos de dois milhões de habitantes em 2007, foram incluídas no grupo das metrópoles, por apresentarem porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto. Em termos de abrangência, Goiânia centraliza os estados de Goiás e Tocantins, e ainda partes do Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso. As demais cidades foram classificadas em quatro níveis de centralidade, divididos em subníveis (Tabela 8).

Tabela 8: Classificação da hierarquia urbana brasileira segundo o IBGE, 2007

Classificação	Subníveis	Principais cidades e quantidade
Metrópoles	a- Grande metrópole nacional	São Paulo
	b- Metrópole nacional	Rio de Janeiro e Brasília
	c- Metrópoles	Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.
Capital Regional	Capital Regional A	11 cidades
	Capital Regional B	20 cidades
	Capital Regional C	39 cidades
Centro Sub-regional	Centro Sub-regional A	85 cidades
	Centro Sub-regional B	79 cidades
Centro de Zona	Centro de Zona A	192 cidades
	Centro de Zona B	364 cidades
Centro Local	-	4.473 cidades

Fonte: IBGE, Regiões de influência das cidades, 2007. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

As Capitais regionais incluem as cidades que se relacionam também com o estrato superior da rede urbana, em termos de tecnologia, gestão, informação, comando, no entanto apresentam uma área de influência de âmbito regional, com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles.

Os subníveis quantificam as cidades por tamanho populacional e relacionamentos regionais, portanto, no nível A, incluem aquelas com até 955 mil habitantes e possuem até 487 relacionamentos, enquanto que o nível B apresenta 435 mil habitantes/406 relacionamentos e o nível C, 250 mil habitantes/162 relacionamentos.

Os Centros sub-regionais, segundo o IBGE (2007), são os centros que possuem atividades de gestão menos complexas, com área de atuação reduzida e com relacionamentos restritos a no máximo, três metrópoles nacionais. Possui presença mais adensada no Nordeste e no Centro-Sul. Nessa categoria, inclui cidades entre 71 e 95 mil habitantes.

Quanto aos Centros de Zona, configuram como cidades de menor porte e com atuação restrita a sua área imediata, entre 23 e 45 mil habitantes; no entanto exercem funções de gestão elementares. Santos (1979) as denominam de “Cidades Locais”, e mostra que são cidades que possuem relativa autonomia regional e conseguem estabelecer um papel de complementaridade com outras da mesma classificação, além de exercer centralidade sobre os Centros locais.

No último nível da classificação da rede urbana, estão os Centros locais, que abarcaram em 2007, a maior parte das cidades brasileiras. Elas se caracterizam como centros em que a centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, possuem comércio e serviços básicos e têm população inferior a 10 mil habitantes.

No que se refere a nosso objeto de estudo, Rio Verde, analisamos que esse centro se manteve na classificação de Centro Sub-regional (A). No entanto, gostaríamos de fazer algumas comparações com o resultado do REGIC de 1987. Com base na tabela 9, podemos fazer algumas comparações entre as redes apresentadas no REGIC de 1987 e no de 2007.

Tabela 9: Hierarquização dos centros urbanos polarizados por Goiânia, Rio Verde e Jataí em 2007

Metrópole Nacional	Capital Regional	Centro Sub Regional	Centro de Zona	Centros locais
GOIÂNIA		Rio Verde (GO)	-	<ul style="list-style-type: none"> - Aparecida do Rio Doce (GO) - Cachoeira Alta (GO) - Caçú (GO) - Castelândia (GO) - Itarumã (GO) - Maurilândia (GO) - Montividiu (GO) - Porteirão (GO) - Santa Helena de Goiás (GO) - Santo Antônio da Barra (GO) - Turvelândia (GO)
		Quirinópolis		<ul style="list-style-type: none"> - Gouvelândia - Paranaiguara - São Simão
		Jataí (GO)		<ul style="list-style-type: none"> Caiapônia Perolândia Serranópolis

Fonte: IBGE, Regiões de influência das cidades, 2007. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Em duas décadas, verificamos algumas mudanças na configuração de várias redes:

- Goiânia ascende de Metrópole Regional para Metrópole Nacional em 2007.
- Brasília ascende de Centro sub-regional para Metrópole Nacional.
- Jataí perde o posto de Centro Sub-regional e reduz sua área de influência econômica e política. Passa a ser classificado em 2007 como Centro de Zona (A), exercendo influência direta em apenas três municípios.
- Rio Verde se mantém na posição de Centro Sub-regional (A) e amplia consideravelmente sua área de atuação, incorporando a área de influência de Quirinópolis. Ganha influência econômica e política a partir do agronegócio.
- Além de Rio Verde e Jataí, os municípios de Mineiros e Acreúna tornam-se área de influência direta de Goiânia.
- São Simão e Paranaiguara têm influência direta de Quirinópolis e Rio Verde, como também de Ituiutaba e Uberlândia (MG).

Podemos verificar, com base nos estudos do REGIC, que Rio Verde sempre apresentou alguma importância regional, seja ela em escala menor ou maior, devido a seu crescimento populacional, econômico e funcional.

Historicamente, teve menor importância política e econômica que Jataí, explicado pela melhor localização geográfica dessa última, e pela elite política, religiosa (católica) e empreendedora desse local.

Mas, assistimos que a partir da década de 1990, novos fenômenos socioeconômicos vão se desencadeando no Sudoeste Goiano, e também uma elite empreendedora passa a investir maciçamente em Rio Verde; o crescimento populacional e econômico acelera, e o colégio eleitoral passa a eleger representantes políticos de peso regional, para facilitar novas decisões políticas e economias em função da cidade.

Portanto, Rio Verde se configura como um nó articulador e centralizador regionalmente, nos ramos do comércio e serviços, voltados ao consumo produtivo do setor agrícola (produtos e serviços), como também ao consumo consumptivo do setor urbano (educação, saúde, transporte aéreo).

Nesse contexto, destacamos ainda que Jataí perde força política e econômica, mas mantém-se como um dos municípios importantes economicamente no âmbito regional. Mesmo com menor força de centralidade, ainda concentra centros decisórios no segmento da

segurança e na igreja, tais como a Sede da Polícia Rodoviária Federal e a sede da Diocese Católica, que subordina as paróquias do Sudoeste Goiano.

Os estudos das Regiões de Influência (REGIC) nos permitem avaliar que a rede urbana ainda segue uma hierarquia de funções, no entanto não se trata de uma hierarquia engessada; as decisões políticas e econômicas possibilitam mudanças espaciais, possibilitam que centros ganhem novas funções, que fixos do transporte e da comunicação favoreçam novas centralidades ou complementaridades.

Sposito (2001) nos mostra que o centro pode tornar-se múltiplo e a centralidade pode ser redefinida de tempos em tempos segundo os interesses do capital. Esse processo é denominado de centralidade cambiante, que segundo a autora, é resultante não apenas das relações decorrentes da articulação entre o que está fixo e o que está em movimento, mas das variações impressas e expressas nessa articulação no decorrer de determinados intervalos de tempo.

A gestão de investimentos dos grandes centros estão constantemente redirecionando novos fluxos pelo país, e muitos deles estão cada vez mais se instalando em cidades médias de população acima de 100 mil habitantes. Tais investimentos podem, muitas vezes, refuncionalizar alguns centros e/ou potencializar a economia de outros, desencadeando numa reconfiguração das redes locais.

Considerando os diferentes processos decorrentes dos investimentos dos setores público/privado e as possíveis reconfigurações das redes locais, buscaremos avaliar se Rio Verde apresenta uma rede urbana contemporânea distinta daquela apresentada pelo REGIC (2007) num período de 7 anos.

Em outras palavras, buscaremos nessa pesquisa, identificar em campo, por meio de aplicação de entrevista em diferentes setores, se a centralidade que Rio Verde apresenta em 2014 configura numa rede semelhante àquela apresentada pelo IBGE em 2007.

É necessário ressaltar que nossa metodologia é mais simplificada, pois trata-se de um roteiro de entrevista simples aplicado em alguns setores do comércio e de serviços selecionados.

Tomamos como modelo, alguns dos setores investigados pelo próprio IBGE em 2007: comércio (consumo e aquisição de insumos) e serviços (educação superior, serviços de saúde e transporte aéreo). O resultado da configuração dessas pequenas, mas, importantes redes funcionais das cidades médias, será tratado logo mais na seção 3.

Além da apresentação conceitual de cidades médias, teremos como respaldo teórico-metodológico à nossa tese, alguns processos que Rio Verde tem vivenciado, e que nos servirão também de eixos norteadores no decorrer da confirmação da tese. São eles: os resultados da reestruturação produtiva agrícola no campo, e os resultados desse processo na cidade, com destaque para a refuncionalização urbana, a diversificação econômica, a centralização regional contemporânea e a produção do espaço intraurbano.

Esses processos serão discutidos nas seções a seguir, no sentido de confirmar Rio Verde enquanto uma cidade que apresenta características de uma cidade média que se refuncionalizou para o agronegócio, submetendo a transformações de ordem funcional econômica, social e habitacional, impostas pela reestruturação produtiva agrícola.

3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA EM GOIÁS E A CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO: vantagens ou discurso?

O Centro-Oeste brasileiro representa, nesse início de século XXI, o celeiro do Brasil, contribuindo com 23% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). Por apresentar uma agropecuária globalizada, vem difundindo especializações territoriais produtivas (soja, milho, cana-de-açúcar, pecuária bovina), estimulando a agroindústria e refuncionalizando as pequenas e médias cidades, antes dependentes do campo, em áreas especializadas no agronegócio.

Diante disso, propomo-nos apresentar nessa seção, o processo de reestruturação produtiva agrícola nas áreas de Cerrado, contextualizando a consolidação da modernização da agricultura, em especial no estado de Goiás. Buscaremos apresentar as ações políticas e econômicas do setor privado após 1970, na lógica da reestruturação produtiva em Goiás, desdobrando-se em uma cadeia produtiva que fomentou a economia regional.

Apresentaremos variáveis que comprovam o crescimento econômico e produtivo das áreas de Cerrado e sua inserção ao Complexo Agroindustrial. E, ao final, discutiremos sobre as desvantagens da reestruturação produtiva no campo, especificamente, nos setores sociais e ambientais.

Como exemplo desse processo, destacaremos a Microrregião do Sudoeste Goiano e o município de Rio Verde, que foram palcos da lógica capitalista no campo, por meio de investimentos Estatais e corporativos, reestruturando a agropecuária nos seus diversos aspectos: técnico, econômico, fundiário e social, e que hoje se destaca nacionalmente pelo agronegócio, num discurso de riqueza e sucesso.

3.1 Contextualização socioeconômica do Centro-Oeste e de Goiás até 1980

A ocupação do Centro-Oeste está relacionada ao período do ciclo do ouro no século XVIII. Até esse momento, apenas as áreas litorâneas do Nordeste e do Sudeste estavam ocupadas e exerciam um papel primordial enquanto sede administrativa, comercial e residencial.

Os bandeirantes foram os primeiros aventureiros a explorarem o interior do território brasileiro. Suas expedições, de caráter oficial, partiam para as áreas desconhecidas em busca de ouro, drogas do sertão e índios. Nesse sentido, tiveram um importante papel na ampliação da fronteira interna e na ocupação dos “sertões” do Brasil.

Em 1763, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, também chamado de “Anhanguera” encontrou ouro onde está situada a cidade de Goiás Velho (primeira capital de Goiás). Divulgado o novo eldorado, multidões heterogêneas se deslocaram para Goiás e Mato Grosso em busca da sonhada riqueza (GOMES, 1974).

O ciclo do ouro foi um período de riquezas passageiras, em que não houve interesse da parte dos mineradores em efetivar núcleos urbanos, pois a busca por minerais e pedras preciosas era intensa e passageira, não havendo necessidade de fixação. No entanto, alguns povoados surgiram naturalmente onde a exploração durava um tempo mais longo, como é o caso de Cuiabá e Vila Bela (MT) e Goiás Velho (GO).

Nesses locais, a precariedade de estrutura humana era sensível. Gomes (1974) relata que as condições higiênicas eram as piores possíveis. Tanques eram abertos nos campos, animais mortos, restos de alimentos, além dos focos de doenças tais como tuberculose, malária e sífilis.

Convém destacar que o nível moral da população imigrante não era modelo a ser seguido, pois muitos daqueles que chegavam sedentos pelo ouro, já estavam marcados por erros incorrigíveis, tais como crimes, saques, contrabando de ouro, suborno. Além disso, a prostituição e os conflitos com índios eram algo comum naquela época.

A mineração, carro-chefe da ocupação dispersa e precária, teve na pecuária um fator auxiliar de fixação. Ela aparece quando a população se dá conta do descuido com a alimentação e a dependência com São Paulo e com o Sul.

A partir do momento que o preço de uma vaca em época de carestia chegou a custar um quilo de ouro, alguns mineradores voltaram-se às atividades da agropecuária para subsistência. Mal sabiam eles que essas atividades iriam constituir-se na pedra angular da sobrevivência da região no instante em que se esgotassem os veios auríferos (GOMES, 1974).

Com o fim do ouro, intensificaram as dificuldades de acesso e de comunicação com São Paulo e Rio de Janeiro, além do deslocamento de pessoas e mercadorias, piorando também o trabalho administrativo do governo, que se esbarrava em sérios entraves financeiros.

Consequentemente, houve um esvaziamento das vilas e povoados, com a dispersão da população em busca de novas riquezas ou seu retorno às suas terras de origem. Os indivíduos

que ficaram no Centro-Oeste após a mineração eram humildes e rudes, não conseguindo estabelecer mudanças econômicas significativas (GOMES, 1974).

Dentre os fatores que impediram a dinamização das antigas áreas de mineração, destacamos o isolamento geográfico, a dificuldade com transportes adequados e a inexistência de capitais que propiciassem a exploração de atividades lucrativas.

Em Mato Grosso, os desdobramentos socioeconômicos do auge da mineração, reafirmaram Cuiabá como eixo econômico do estado, mas que passou por uma lenta involução econômica e social cristalizada também na pecuária de bovinos e muares (IPEA, 2002). Goiás, após a decadência da mineração, tornou-se uma província isolada e sem importância política e econômica até as primeiras décadas do século XX; apenas o centro-oeste do estado, local onde se situava a antiga capital Goiás Velho se comunicava com Rio de Janeiro, por meio da rota que atravessava o sul de Minas Gerais.

Segundo Gonçales (2001, p. 13),

A decadência do ouro afetou a sociedade goiana, sobretudo na forma de ruralização e regressão. Ao término do século XVIII, Goiás se apresentava como área de pecuária e agricultura de subsistência, com baixa articulação com os centros mais desenvolvidos e quase nenhuma integração econômica interna.

Poucas foram as vilas que permaneceram, configurando uma desarticulada teia urbana no séculos XIX. Firmaram uma pecuária rudimentar e a manutenção de uma agricultura de subsistência, além de que importavam alguns produtos manufaturados. Aos poucos, muitas fazendas se tornaram autossuficientes.

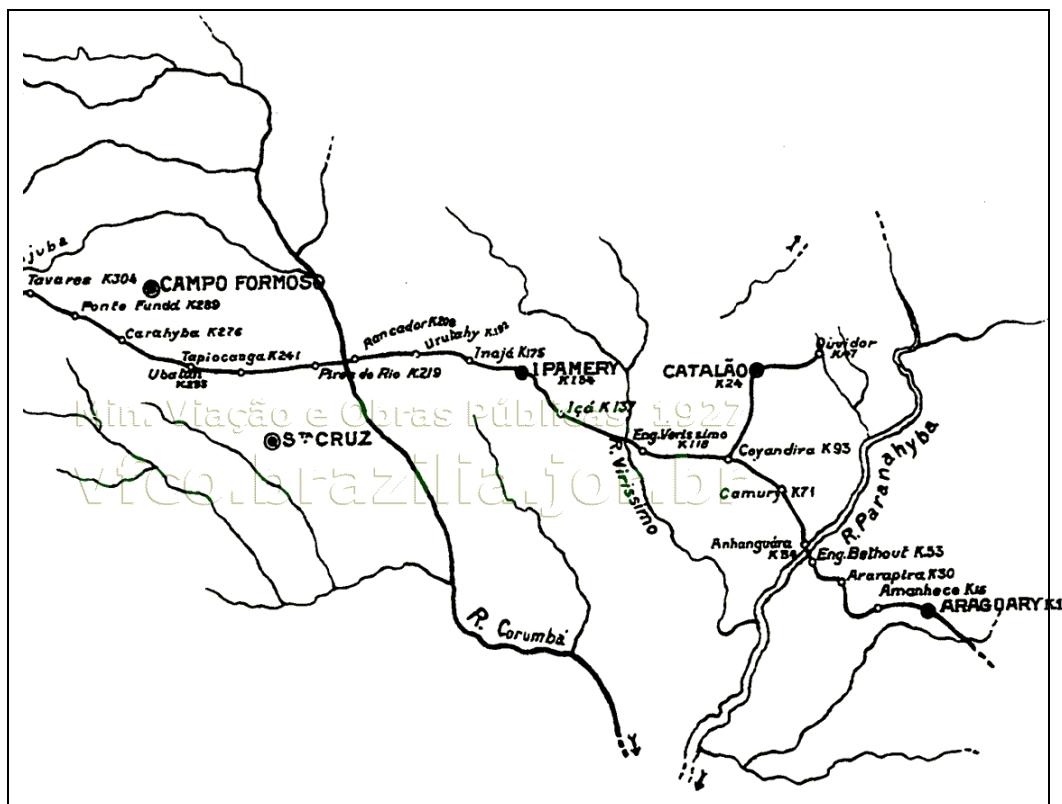
Na segunda metade do século XIX, o Brasil passa a contemplar um novo ciclo econômico, comandado agora pela cafeicultura no Sudeste. Com o avanço da economia cafeeira paulista, o Centro-Oeste foi palco de uma nova configuração espacial e na divisão do trabalho, reafirmando novos laços econômicos.

Conforme o IPEA (2002), os efeitos dinamizadores da cafeicultura provocaram intensas mudanças no setor de comunicação e de transportes na época, sendo a ferrovia o fator decisivo desse processo. Em Goiás, o isolamento foi reduzido quando a estrada de ferro alcançou o Triângulo Mineiro (MG) em 1896, na cidade de Araguari e depois Catalão (GO), por meio da extensão da Companhia Mogiana, ligando comercialmente o Centro-Oeste com o litoral paulista, um canal mais rápido e permanente.

Pelo Decreto nº 5.394, de 18 de outubro de 1904, foi determinado que o ponto inicial, daquela que viria a ser então a Estrada de Ferro Goiás, seria na cidade de Araguari e o seu

terminal na capital de Goiás. Até 1952, a Estrada de Ferro Goiás (Figura 1) se estendeu a 480 Km, chegando ao seu ponto mais distante: Goiânia. No total, 30 estações serviam à estrada, onde se destacavam: Araguari, Amanhece, Ararapira, Anhanguera, Goiandira, Roncador, Pires do Rio, Engenheiro Balduíno, Leopoldo de Bulhões, Anápolis e Goiânia (IBGE, 1954).

Figura 1: Estrada de Ferro Goiás, 1927

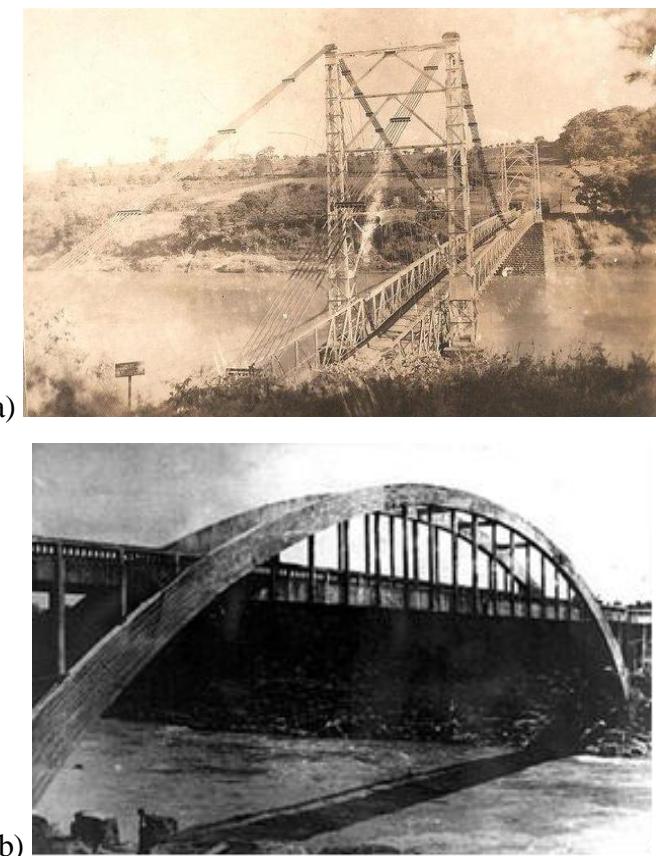


Disponível em: < <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1927-Estrada-Ferro-Goias.shtml> >. Acesso em: 20 fev. 2016.

Atualmente, o território goiano possui 685 Km de trilhos, pertencentes à Ferrovia Centro-Atlântica, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce e sucessora da antiga Estrada de Ferro Goiás e da Rede Ferroviária Federal. Essa empresa ferroviária percorre com seus trilhos a região Sudeste de Goiás, passando por Catalão até Anápolis, seguindo para Brasília.

Além da ferrovia, a construção da Ponte Afonso Pena em 1909, ligando Minas e Goiás por Itumbiara (GO) e da Ponte Leopoldo Moreira, chamada de “Grande Arco”, sobre o Canal de São Simão em 1935, ambas sobre o Rio Paranaíba (Foto 1), vieram intensificar as relações entre o Centro-Oeste, especialmente, o Sul Goiano, com o Sudeste, uma vez que as balsas limitavam a travessia de transportes, cargas e pessoas.

Foto 1: a) Ponte Afonso Pena (1909); b) Ponte Leopoldo Moreira (1935)



Disponível em: <<http://wikimapia.org/16793409/pt/Pilastras-da-Antiga-Ponte-Afonso-Pena>> e <<http://www2.saosimao.go.gov.br/fotos-historicas/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

Consequentemente, a rota comercial por terra desestrutura-se, tornando obsoleto o eixo de integração Goiás Velho ao Rio de Janeiro¹². Com o enfraquecimento econômico e populacional do centro-oeste de Goiás, ocorre uma crescente urbanização do centro-sul do estado capitalizada pelos novos meios de circulação, e, posteriormente, pela criação de Goiânia.

Na virada do século XX, Goiás apesar de isolado, já contava com mais de 255 mil habitantes e em 1920 registrou pouco mais de 511 mil; com uma população bastante dispersa, apresentava densidade populacional de apenas 0,77 hab./Km² (GOMES, 1974). O Sudeste do estado era a região mais povoada, por sua maior proximidade com o Triângulo Mineiro e por ser o canal do fluxo ferroviário.

O latifúndio era o tipo de propriedade que dominava o cenário goiano, em decorrência do sistema de sesmaria. O censo de 1920 constatou 16 mil propriedades em Goiás, destas,

¹² A rota comercial seguia Goiás Velho, Pirenópolis, Santa Luzia/MG, Paracatu/MG, Sul de Minas Gerais até o Rio de Janeiro.

85% tinham mais de 40 hectares. A extensão média das propriedades era de 1.344 ha. (280 alqueires). (GOMES, 1974).

Gomes (1974) nos relata que nessas grandes propriedades viviam grupos de despossuídos tais como agregados, vaqueiros, meeiros, parceiros, jagunços, dentre outros, num sistema patriarcal herdado do período colonial; posteriormente, engrossaram a classe de minifúndios por meio de compra, posse ou grilagem.

O isolamento geográfico, político e econômico do Centro-Oeste ocorreu até a década de 1930/40, período em que o Brasil vivia um novo cenário político da república recém-criada e da ruptura da política “café com leite”, em que São Paulo e Minas tiveram longos êxitos políticos.

Nas décadas seguintes, os governos que presidiram o país dispensaram um olhar mais pontual para o Centro-Oeste, em especial, o estado de Goiás, investindo em infraestruturas rodoviárias, implantação de projetos agropecuário, além da construção da nova capital goiana e da nova capital federal, Brasília.

Tais transformações socioespaciais e políticas iniciaram a partir do governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, que, dentre suas ações, destacamos o projeto “Marcha para o Oeste”.

Esse grande projeto estabelecia uma política de interiorização que tinha como objetivo estender a fronteira econômica para as regiões menos desenvolvidas, bem como, possibilitar, naquele momento, a integração nacional.

Dante de um contexto político ameaçador da época, a ideologia de estender a fronteira econômica mascarava um receio político de ocupação estrangeira, principalmente dos grupos socialistas. Para isso, o projeto “Marcha para o Oeste” também deveria desenvolver uma ocupação racional, com a criação de colônias agrícolas e urbanas, ocupando os imensos vazios que existiam pelo interior do Brasil, reforçando a segurança das fronteiras.

De acordo com Cataia (2006), esse projeto motivou uma volumosa campanha publicitária e se materializou, sobretudo, na construção de ferrovias e rodovias e na criação de oito colônias agrícolas nacionais, pelo Decreto 3.059 de 1941, das quais Goiás foi pioneiro.

Em termos políticos, Getúlio Vargas escolheu Pedro Ludovico para governar Goiás. Seu maior empreendimento político de desenvolvimento regional foi a construção da nova capital estadual, Goiânia, em 1933, para o centro-sul do estado, provocando um surto imigratório facilitado pela ferrovia e estradas existentes.

A expectativa da nova capital era vista como um investimento necessário pelo governo, na tentativa de apagar da memória goiana, aquele “ranço” de estado pobre, miserável e sem desenvolvimento. Era preciso desenvolver nos goianos uma autoconfiança perdida nos tempos de isolamento econômico e esquecimento nacional.

A mudança da capital mais que um ato político constituiu uma atitude precursora de uma fase moderna do desenvolvimento para o estado de Goiás em razão de consistir num rompimento deliberado do provincianismo e a falta de perspectivas que dificultavam a antiga capital Goiás Velho.

A construção de Goiânia foi o marco de uma etapa histórica, mobilizando energias, ações e serviços. A abertura de novas estradas interligou municípios e estados e facilitou a articulação entre os centros urbanos por meio dos fluxos de pessoas e de mercadorias, favorecendo a urbanização.

A nova capital fez parte do início da política de interiorização que Vargas iria efetivar após a década de 1940. Pode ser considerada como o começo de uma nova etapa para Goiás, marcada mais pela projeção futura do que pelas realizações imediatas.

Em 1940, a população urbana já era de 14,6% e a rural de 85, 4%. Em 1950, a população passava de 820 mil habitantes. Aos poucos, estruturava-se uma rede urbana mais densa, com mais de 125 cidades e vilas de até dois mil habitantes. (GOMES, 1974).

No final dos anos de 1950, o governo de Juscelino Kubitschek lança as bases de uma nova etapa de ocupação no Centro-Oeste. Tratava-se de um ambicioso e arrojado Plano de Metas, projeto que previa uma política de ocupação e desenvolvimento, tendo como meta principal, a construção da nova capital federal e sua transferência do Rio de Janeiro para o temido “sertão” do Brasil central.

Segundo o IPEA (2002), o que se inaugura com o Plano de Metas é fundamentalmente a articulação das novas infraestruturas (circulação e energia) num processo mais arrojado, que envolvia a concepção de um novo padrão de industrialização, elevadas taxas de crescimento econômico, unificação do mercado nacional e o binômio “indústria automobilística/rodoviário”, além dos programas e políticas oficiais para a agricultura.

A construção da nova capital federal representou mais do que a mudança espacial do arcabouço político, representou também uma modernização dos sistemas de comunicação, transportes e energia, visando dar suporte para a recente indústria automobilística e as possíveis indústrias vindouras para o Centro-Oeste.

Novos eixos rodoviários foram construídos ligando o centro do país aos seus extremos, favorecendo a circulação de pessoas e mercadorias, possibilitando uma maior integração entre o sertão e os centros de decisões político-econômicas. Dentre essas redes de circulação, destacamos a BR 153, “Belém - Brasília”, que serviu de rota de ocupação no norte de Goiás, estimulando a economia regional.

Em termos de macroescala, Brasília, também, reforçou a centralidade de Goiás no Centro-Oeste. Em 1950, seu crescimento foi de 4,9% por influência da obra da capital federal.

A implantação dos projetos de transferência política (Brasília e Goiânia) foram também projetos de ocupação planejada, redirecionando fluxos imigratórios e estimulando a urbanização em áreas desocupadas do interior do país. As novas sedes de poder consolidaram novos espaços estratégicos no Centro-Oeste, especialmente em Goiás. No entanto, do ponto de vista econômico, ainda era necessário inserir o Centro-Oeste na economia nacional.

Tradicionalmente, os solos dos Cerrados, por serem pobres em nutrientes, não apresentavam grande produtividade, além de que não era qualquer espécie que se adaptava. Nesse sentido, o sertão do Brasil não contribuía economicamente para o PIB brasileiro; a agropecuária era direcionada para subsistência ou trocas comerciais regionais.

Essa mudança irá ocorrer a partir do final dos anos de 1970 e se efetivar nos anos de 1980 adiante, quando o Estado investe numa forte política de desenvolvimento agrícola, visando potencializar a produção de grãos e criação bovina, nos solos de Cerrados do Centro-Oeste. O contexto dessa política agrícola e os efeitos no território goiano serão assuntos tratados logo mais a seguir. Antes, iremos contextualizar o município de Rio Verde por meio de sua dinâmica local até a década de 1980, para em seguida, compreendermos, como a reestruturação agrícola e agroindustrial se efetivaram no município.

3.2 Da terra das abóboras à Princesa do Sudoeste Goiano: evolução histórico-econômica de Rio Verde – GO

A ocupação territorial de Rio Verde, iniciada no século XIX, ocorreu de maneira gradual e rarefeita por todo o território onde seria mais tarde, estabelecido o município. A formação de uma vila, décadas depois, concentrou um número reduzido de moradores no embrião da futura cidade. A fazenda foi, por longo tempo, o local de moradia que predominou no município até meados da década de 1970.

Luiz Palacín (1976), Onaldo Campos (1971), Oscar Cunha Neto (1988), Sérgio Lopes (2006) e Zilda Pires (1998), são autores que contribuíram na contextualização de Goiás, bem como de Rio Verde, abordando a ocupação e o desenrolar político e econômico entre os séculos XIX e XX. De acordo com esses autores, a ocupação no Sudoeste Goiano iniciou a partir de 1830. Nesse período, o esgotamento e a dificuldade de adaptação das terras disponíveis no Triângulo Mineiro permitiram uma rápida penetração de fazendeiros no Sul Goiano. Eles optaram pelos chapadões altos, fugindo dos grandes rios e das zonas de matas, ocupando as zonas de campo e Cerrados. A formação e expansão das grandes fazendas de gado estruturaram-se, portanto, entre os territórios dos atuais municípios de Rio Verde e Jataí.

Como os pioneiros vinham à procura de campos limpos para suas criações extensivas, logo que chegavam a um lugar, demarcavam a posse pelos acidentes geográficos. Isto determinou que, por vezes, estendiam-se por léguas, à procura de um rio ou espigão mestre para definir uma divisa bem feita. Até onde a pata do boi marcasse o terreno, essa eram as fronteiras da fazenda. Estima-se que isso perfazia, a partir da sede da fazenda, um raio de três léguas¹³. Feita as demarcações, as fazendas eram edificadas perto de um pequeno riacho, de onde se podia desviar a água para a sede.

A primeira decisão política para a ocupação dessas terras formalizou-se em 1838 quando o então presidente da Província de Goiás, Luís Gonzaga Fleury, assinou a Lei nº. 11, estimulando a ocupação por meio da isenção do pagamento de dízimos de gado vacum e cavalar, por um período de 10 anos. O pioneiro que se assentou nas terras onde seria Rio Verde, foi José Rodrigues de Mendonça e sua família, provindos do interior de São Paulo.

Estabeleceram-se na fazenda São Tomás próximo ao Rio de mesmo nome, distante aproximadamente seis léguas do lugar onde mais tarde se fundaria o povoado de Dores do Rio Verde.

Em 25 de agosto de 1846, doaram parte das terras dessa fazenda para a Igreja, construindo uma capela em devoção a Nossa Senhora das Dores, surgindo em seguida o Arraial de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde (CAMPOS, 1971).

O distrito de Rio Verde foi criado em 05 de agosto de 1848. Em 1854 foi elevado à condição de vila, chegando à categoria de cidade somente em 1882. Nesse período, um fluxo de pessoas se instalou no Sudoeste Goiano desenvolvendo o comércio regional nos arredores da capela de Nossa Senhora das Dores.

¹³De acordo com o Dicionário Aurélio, uma légua representa uma medida equivalente a 6.000 metros.

Recebeu os seguintes nomes: Freguesia de Nossa Senhora das Dores, Vila de Nossa Senhora das Dores¹⁴ e, posteriormente, Rio Verde. Este último, relaciona-se ao fato do principal curso d'água que abastece a região, Rio Verdão, ter uma tonalidade verde clara.

Cunha Neto (1988) nos mostra que em 1861, Rio Verde já possuía uma base econômica respaldada na agricultura, no comércio e numa nascente indústria (manufatureira). A tabela 10 descreve as atividades existentes no período em que Rio Verde ainda era uma vila, e a maior parte de seus moradores viviam dispersos nas fazendas, conforme relatos de diversos autores.

Tabela 10: Rio Verde/GO - descrição das atividades econômicas do município em 1861

Maquinários	Produção Anual
10 teares	300 varas de pano grosso e 300 varas de pano fino
02 engenhos de cana	100 arrobas de açúcar branco e 150 arrobas de açúcar mascavo
01 engenho de serra	30 dúzias de taboados
01 Olaria	6.000 telhas
60 Monjolos	6.000 alqueires de farinha

Fonte: Relatório de Presidente da Província. Cunha Neto (1988, p. 254).

As atividades desenvolvidas no final do século XIX eram predominantemente rurais. Teares, engenhos e monjolos eram comuns nas grandes fazendas.

Quanto ao vilarejo, Cunha Neto (1988) nos fala que um viajante, chamado Visconde de Taunay, o descreveu na época da visita da tropa de soldados da Guerra do Paraguai (em 1865) como sendo uma “paupérrima aldeola”, chegando a ser um absurdo o qualificativo de vila. O lugarejo possuía apenas uma rua, formada de palhoças, dispostas de forma espalhada e algumas já em ruínas, mas já tinha uma escola para turmas masculinas.

Interessante destacar que foi nessa época que o vilarejo ganhou o apelido de “Arraial das Abóboras”, dado pelos soldados que participaram da Guerra do Paraguai em 1865, e que ao passarem por Rio Verde, com uma tropa de 3.000 homens, descansaram por quatro dias. Nesse período, foram alimentados com abóboras, que era muito farta na região.

Tanto foi o consumo que apelidaram o local de Arraial das Abóboras. O termo era pejorativo, já que a abóbora era um produto quase sempre destinado à alimentação dos porcos. (CAMPOS, 1971).

As primeiras descrições que temos sobre o núcleo de Rio Verde datam de 1854, por intermédio de um Relatório do presidente da Província de Goiás, citado na obra de Onaldo Campos (1971, p. 46),

¹⁴Ao ser elevada à categoria de vila, é separada do município de Goiás, antiga capital goiana.

[...] sua população excede a 4.000 almas, porém, está muito dispersa; seus habitantes são laboriosos, dedicam-se à lavoura e à criação de gado vacum [...]; são lavradores abastados, cujas fortunas constantes de escravos, gados e terras (que é o que menor valor tem) são relativamente a esta província consideráveis.

Segundo Cunha Neto (1988), em 1872, a região já contava com 4.554 pessoas, delas, 3.456 pertenciam à região de Rio Verde. Apesar da simplicidade urbana, havia uma pujança local em Rio Verde, no começo do século XX. Era um dos locais em Goiás, onde mais corria dinheiro, muitos fazendeiros de recursos habitavam aquela área e o caminho que a atravessava, era animado pelo movimento das grandes boiadas. Cerca de 10 a 15 mil cabeças de gado eram exportadas anualmente para Minas, São Paulo, Mato Grosso e Paraguai no começo do século XX. (CUNHA NETO, 1988).

Além das boiadas, havia intensas transações comerciais com a Província de Minas, fator que encarecia os produtos consumidos. Por isso, os fazendeiros recorriam a São Paulo como estado fornecedor de gêneros mais baratos, tais como sal, café e querosene. Segundo relato de Pires (1998, p. 15) “os mesmos gêneros comprados em Araraquara de SP, que são 30 léguas mais distantes, saiam até por menos da metade do que custavam em Uberaba, MG”.

O transporte característico do sertão era o carreiro; esse tipo de transporte existiu até a transformação das “picadas” em estradas e da inserção do automóvel nos Cerrados. Os carreiros e os tropeiros movimentavam a economia local; eles eram os viajantes comerciais que levavam mercadoria, gado, dinheiro e informação entre as freguesias, vilas e cidades.

A chegada das tropas ou dos carreiros de sal, geralmente, era motivo de movimentação nas praças comerciais. De acordo com Pires (1998, p. 24), “alguns carros necessitavam de 40 bois. Alguns traziam sobressalentes e não havia fiado para frete; todos sabiam e já reservavam o numerário para pagarem à vista, aos tropeiros e carreiros”.

Com a intensificação desses comerciantes, novos negócios foram surgindo pelo sertão adentro. No curso das picadas e estradas, muitos sitiante e fazendeiros construíam vendas, currais e pastos para cobrarem pernoites dos animais e do uso dos ranchos.

No princípio era tudo deserto; depois as estradas foram ficando pontilhadas de tavernas, ranchos, donos de pastos de aluguel, pensão e campiões profissionais, que exploravam de todas as maneiras os incautos viajantes, inclusive, escondendo alta noite algum animal para ganhar no campeio nos dias seguintes. Os gêneros necessários eram vendidos por alto preço a esses aventureiros. (PIRES, 1998, p. 24).

Nos vilarejos, as casas comerciais tinham a função de atender às poucas necessidades do campo. Naquela hora, as fazendas eram autossuficientes, produziam praticamente tudo que precisavam, tais como gado (consumo e venda), porcos e aves, além de gêneros da agricultura para subsistência, tais como arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar e algodão. O milho era transformado em ração para os animais e farinha para o consumo da família; a mandioca virava farinha e polvilho; a cana era transformada em açúcar, melaço, rapadura e pinga de engenho, e o algodão era transformado em tecidos.

Nas casas comerciais das vilas, a procura era exatamente por aquilo que não podia ser produzido nas fazendas: sal e querosene.

Segundo Cunha Neto (1988), em 1890, Oscar Leal passou por Rio Verde e a descreveu como uma cidade que se caracterizava por apenas uma rua bastante extensa e sem nome, de duas outras de menor importância, de uma praça pouco edificada, onde estava a matriz e a cadeia. As casas em geral eram mal construídas e mal divididas no seu interior; a argamassa das paredes era feita com excremento de gado.

A última descrição sobre a cidade de Rio Verde no século XIX foi feita por Vitor Coelho de Almeida, em 1892, citada no trabalho de Campos (1971, p. 85).

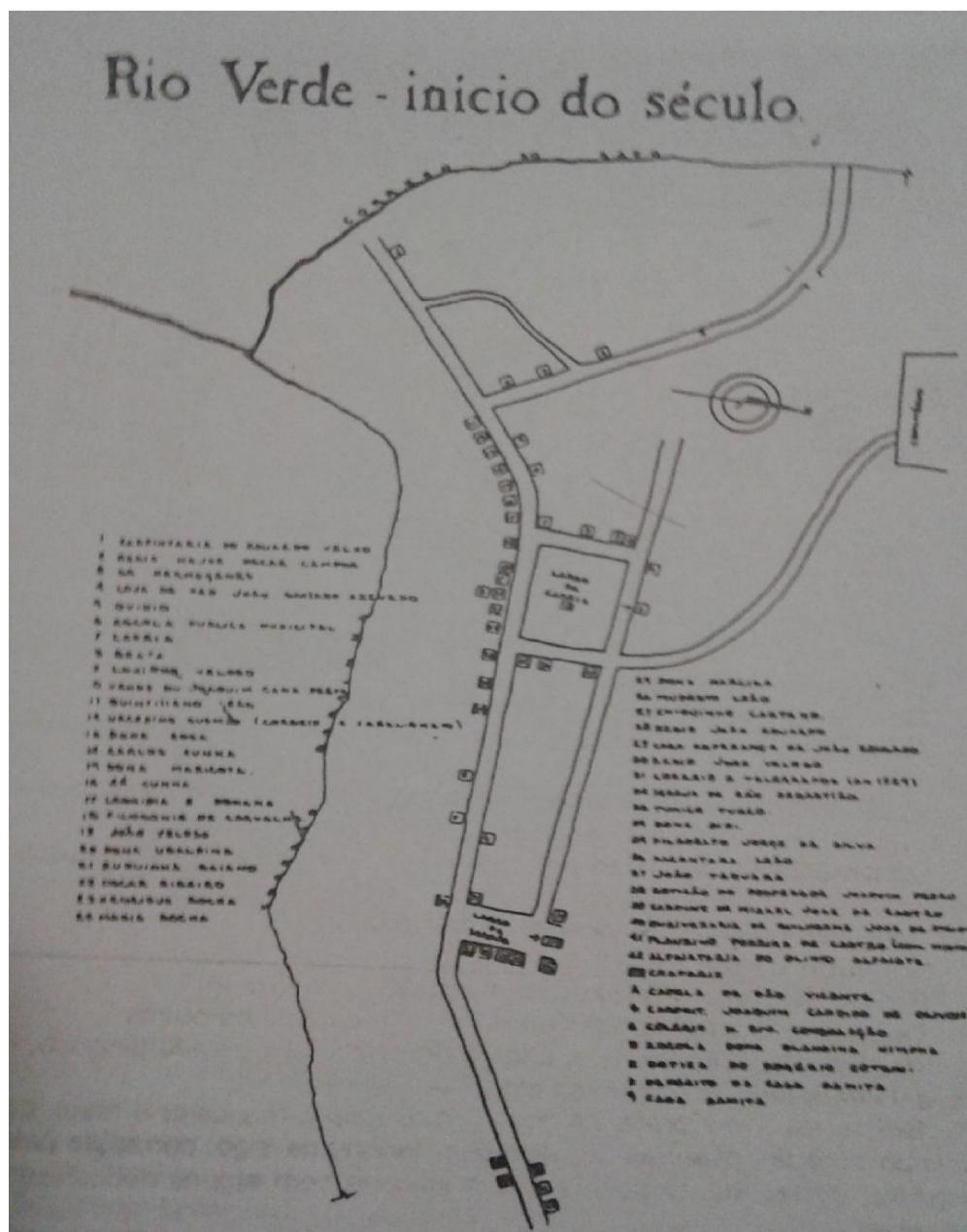
A população de Rio Verde [...] não atingia mil habitantes. Era no entanto a principal vila de todo aquele sertão. Gente de boa índole e pacífica, vivia, porém sobressaltada e via-se obrigado a armar-se, para legítima defesa, por causa dos mandões políticos, em luta entre si, e tendo cada qual a seu serviço, u'a malta de capangas (sic). Daí a má fama do sertão das Abóboras, terra de mulheres muito formosas e de homens perigosos. [...]. Só uma peste local: a politicagem.

Segundo Lopes (2006), em 1896, a pedido do conselheiro Francisco Ribeiro, foi feita a primeira demarcação da cidade, uma planta simples, em que estabelecia dez ruas e duas travessas. Em 1926, houve nova mudança do espaço urbano, passando para 14 ruas e quatro praças.

As descrições sobre a formação do espaço urbano de Rio Verde são cheias de contradições, mas revelam um vilarejo simples em que a economia naquela hora, não era reinvestida no urbano, mas sim, em terras e no rebanho. Aliás, esta atividade esteve ligada à formação territorial e econômica de Rio Verde favorecendo o comércio com outros estados, tornando sua localização privilegiada.

Na virada do século XX, a cidade de Rio Verde já contava com dois mil habitantes. Sua planta ainda era simples, como podemos visualizar na figura 2.

Figura 2: Núcleo urbano de Rio Verde no início do século XX



Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, 2015.

Cunha Neto (1988) e Lopes (2006) mostram que no início do século XX, Rio Verde destacou-se entre as demais cidades goianas, tanto na economia quanto na infraestrutura, sendo a primeira cidade do estado a possuir rede de água encanada, um sistema de captação de água potável que atendia 70 casas, além de duas escolas primárias e uma secundária.

Em 1915, foi instalada na cidade uma usina de geração de energia, que atendia algumas poucas residências e, em 1922, foi ligada a primeira linha de telefone de domínio particular, pertencente à Empresa de Força e Luz – SEABRA e às indústrias Reunidas Sudoestinas.

Na década de 1920, era comum que os estabelecimentos comerciais se anunciassem nos jornais locais, uma vez que existia uma tipografia na cidade. Dentre os anúncios, destacamos alguns, citados na obra de Cunha Neto (1988, p. 173):

É preciso que notem bem!...A FILIAL SOUZA LIMA – de Luiz Inácio de Souza Lima, está pondo as suas mercadorias, isto é, com 20% sobre o custo. Está na hora do tatu ir beber.

Seba & Árabe – Vendas em condições – colossal (sic) sortimento. Seus preços são os menores possíveis. Não temem concorrência (sic) – Completo sortimento de fazendas, calçados, chapeos (sic), perfumarias finas, ferragens etc., etc. – Praça da Independência – Rio Verde.

Brevemente – Grande stock (sic) do afamado calçado da reputada fábrica COOK – artigos finos por preços de fábrica. A casa oferece um premio de 100\$000 a quem provar que os seus artigos não são bons e os de menores preços – Visitem o 1º Barateiro! – Ao queima! Ao queima!

Em 1936, Rio Verde era uma cidade de aproximadamente cinco mil habitantes; a chegada da família Gordon, fundadores do primeiro hospital particular, descreve um lugarejo com estradas precárias, poeirentas e esburacadas.

Mas é na década de 1940 que o espaço urbano ganha dimensão. A infraestrutura recebe melhorias, por meio da instalação de uma nova hidrelétrica, com capacidade para 400 hp, que possibilitou atendimento de energia elétrica para 250 prédios e outros 80 estabelecimentos comerciais. Pela primeira vez, a população é recenseada pelo IBGE, que registrou 31 mil habitantes no município. A cidade, com apenas seis mil habitantes (LOPES, 2006), representava a baixa urbanização do Centro-Oeste naquela hora.

Nesse período, cresce a necessidade de policiamento e de um Poder judiciário em Rio Verde. A partir da década de 1930/40, nasce a comarca com um juiz de direito, tabeliões, cartórios, um promotor público e dois oficiais de justiça.

Já existia também organização policial, com uma média de 22 soldados e uma prisão com capacidade para 12 detentos, podendo, no entanto comportar 50 pessoas. Curiosamente, em 1940, transitaram pelas celas cerca de 60 detentos. (CUNHA NETO, 1988).

O crescimento urbano atraiu pessoas diversas e sua reprodução se fez ao longo desse século e no início do século XXI, quando uma nova fase de migração surge na cidade, em função da agroindústria.

Ainda nesse período (1940 e 1950), o núcleo urbano possuía a seguinte estrutura:

[...] matadouro municipal, 01 (um) hotel e 04 (quatro) pensões, 02 (dois) centros de saúde, 03 (três) escolas, 01 (um) aeroclube, loja maçônica, templos religiosos, 103 (cento e três) estabelecimentos comerciais, 05 (cinco) exportadoras, 19 (dezenove) estabelecimentos industriais, 1.434 [...] construções, sendo 1.200 [...] com energia elétrica, 300 (trezentos) telefones em instalação, 01 (uma) rádio difusora, 02 (dois) jornais. (LOPES, 2006, p. 9).

A cidade, nesse período, aparece descrita como um espaço urbano bem traçado, bem organizado, tendo ruas limpas, belas praças e um comércio bastante dinâmico, contudo não havia calçamento nem arborização nas ruas.

Nos idos da década de 1940 e 1950, o comércio e a indústria movimentavam a economia do município. Trata-se agora de mercadorias produzidas não apenas nas fazendas, mas também na cidade.

O intercâmbio da praça de R. Verde (sic) era feito com as praças do Rio e de São Paulo, e muitos compravam diretamente das fábricas e do exterior. As indústrias eram as de transformação, principalmente na zona rural, onde existiam numerosas fábricas de aguardente, açúcar, rapaduras, queijos, manteiga, cremes, banhas, etc. As pequenas indústrias da cidade eram serrarias, cerâmica, marcenarias, fábrica de mosaicos, uma porção de pequenas manufaturas e estabelecimentos como: mercearias, bares, padarias, fábricas de gelados, etc. (CUNHA NETO, 1988, p. 256).

Os pequenos produtores eram grandes contribuintes das arrecadações municipais, tais como fabricantes de doces, bebidas, carnes, toucinho, derivados do leite e artesanatos em geral, dividindo espaço com os grandes fazendeiros.

Interessante ressaltar a presença de veículos na cidade, de acordo com Cunha Neto (1988, p. 179), nesse período, “transitavam pela cidade, em média diária oito caminhões e quatro automóveis, com a média mensal de 600 veículos” (Foto 2).

Para o lazer e diversão, além das praças, havia também um cinema, o “Cine Rio Verde” (Foto 3), cuja lotação alcançava 600 lugares; antes de sua reestruturação com áudio no início dos anos de 1930, ele era mudo.

Pires (1998, p. 15) relata que o cinema mudo localizava-se perto do banco da orquestra; assim, “[...] enquanto na tela as pessoas deliravam com o filme, os músicos executavam valsas”.

E ainda acrescenta que era comum garotos pintarem a testa com tinta tipográfica e saírem pelas ruas gritando – “hoje tem Tarzan no cinema! Era um alvoroço, [...] as velhas loucas por cinema pegavam um lampião de vela que não ilumina além de seus pés e iam caindo aqui e ali. Era uma luta horrorosa até chegar ao cinema” (PIRES, 1998, p. 16).

Foto 2: Rio Verde – Rua Rui Barbosa, centro, década de 1950



Disponível em: <<http://revistaking.blogspot.com.br/2013/01/culturama-rio-verde-ontem-e-hoje.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

Foto 3: Rio Verde – antigo cinema da cidade



CINE RIO VERDE – 1958 (destruído por incêndio na década de 60)

Fonte: Cunha Neto (1988, p. 213)

Até a década de 1960, a população rural foi maior do que a urbana, tendo o campo um forte peso na economia. A cidade até essa época era pouco desenvolvida, como podemos verificar na planta de 1940 (Figura 3) e na figura 4, em que mostra a cidade na década de 1950, simples, com traçados paralelos e poucas edificações.

Figura 3: Rio Verde - planta urbana de 1940



Fonte: Cunha Neto (1988, p. 178).

Figura 4: Rio Verde - vista da cidade na década de 1950



Disponível em: <<http://www.omb100.com/rioverde-setorcentral/historia>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Já em 1970, a população rural e urbana já se equiparavam, como podemos verificar na tabela 11.

Tabela 11: Rio Verde/ GO - evolução da população residente entre 1872/1970

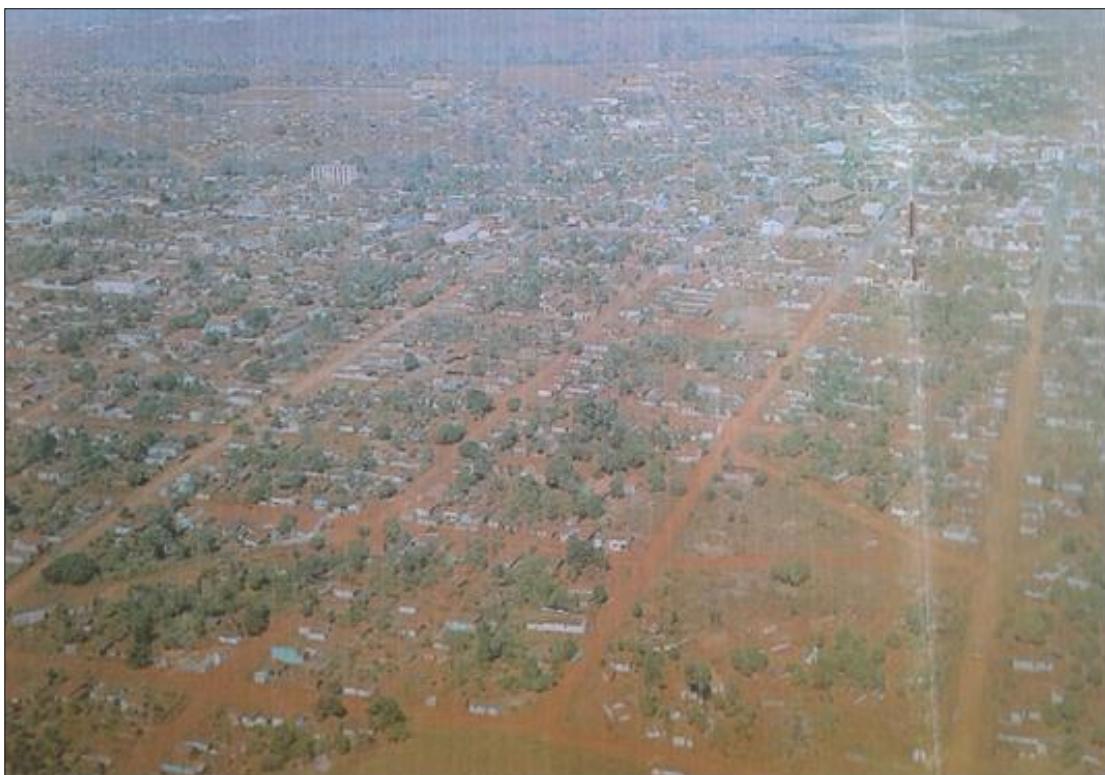
Anos	População total	População urbana	População rural
1872	3.456	-	-
1920	12.661	-	-
1940	31.337	6.000	25.337
1950	25.329	6.511	18.808
1960	40.390	11.684	28.706
1970	55.742	26.972	28.770

Fonte: Cunha Neto (1988, p. 252). Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014.

Nesse período, o comércio tornou-se mais consolidado, uma vez que a população urbana ultrapassara os 25 mil habitantes. O crescimento da cidade exigiu dos administradores, mais planejamento e, portanto, muitas choupanas e velhos casarões foram derrubados para dar lugar a novos traçados, novas casas e praças, instituindo nas décadas de 1960/70, o embrião planejado da cidade de hoje (início do século XXI). A figura 5, de 1975 ilustra a cidade naquele período.

Na pecuária, o censo do IBGE de 1940 revelou um efetivo significativo: mais de 130 mil cabeças de gado, mais de 40 mil suínos e 120 mil aves, conforme podemos visualizar na tabela. A exportação das boiadas era feita pelos portos do Paranaíba para Barretos e para o Triângulo Mineiro.

Figura 5: Rio Verde – vista aérea da cidade em 1975



REVISTA RIO VERDE. Rio Verde: Prefeitura Municipal de Rio Verde, ano 1, n. 1, 5 ago. 1975.

Na década de 1960, verificamos uma redução em todo o efetivo animal (Tabela 12). Dos fatores responsáveis, o processo de desmembramento e emancipação do distrito de Garimpo do Rio Verdão¹⁵ foi um deles.

Tabela 12: Rio Verde/ GO - efetivo da pecuária em 1940/1970

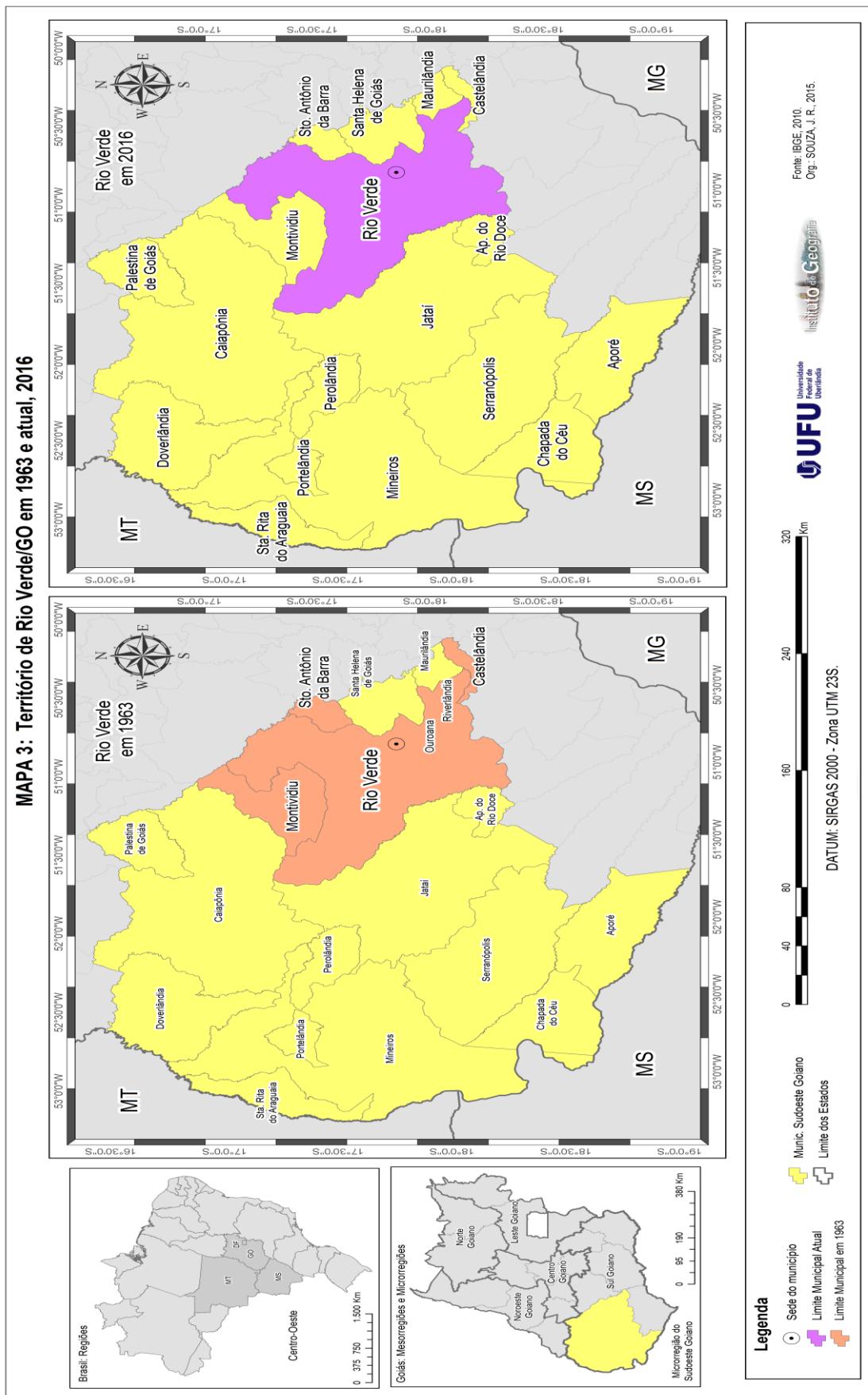
Produtos	1940	1960	1970
Bovinos (cab.)	136.083	111.652	210.039
Suínos (cab.)	43.188	25.106	54.162
Aves (cab.)	120.906	97.880	203.212

Fonte: Cunha Neto (1988, p. 255). Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

Após essa divisão territorial, em 1963, o município de Rio Verde ficou constituído de cinco distritos: Castelândia, Montividiu, Ouroana, Riverlândia e Santo Antônio da Barra. Muitos distritos foram criados e desmembrados até a década de 1990, reduzindo o território original¹⁶. Podemos visualizar essa redução do território de Rio Verde no mapa 3.

¹⁵A lei estadual nº 4.925, de 14 do nov. 1963, desmembra do município de Rio Verde, o distrito de Garimpo do Rio Verdão e o eleva à categoria de município, com a denominação de Maurilândia.

¹⁶ Disponível em: <<http://riooverde.go.gov.br/i.php?si=aci&id=3>>. Acesso em: 20 fev. 2015.



Posteriormente, Montividiu se desmembra em 1987, Castelândia se desmembra em 1991 e Santo Antônio da Barra em 1992. Assim, o município fica constituído da sede principal, Rio Verde, e três distritos: Ouroana (criado em 1959), Riverlândia (1961) e Lagoa do Bauzinho (criado em 1994).

Apesar da redução territorial, a agricultura e a pecuária têm crescimentos positivos; contudo o plantio em larga escala ocorrerá somente após a década de 1970; até esse período, a pecuária ainda prevalece como carro-chefe da economia local.

No que se refere especificamente à economia agrícola, em 1940, 8.625 hectares estavam ocupados pela agricultura, baseada essencialmente no milho, arroz, fumo, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, além de café e laranja. Mais de um milhão de hectares estavam formados com pastos para criação de gado. Nesse período, o pessoal ocupado nas atividades agropecuárias era de 10.337 pessoas.

Em 1945, a área de agricultura já era de 15.937 hectares, tendo como reserva de futuro, 201.506 hectares de matas e mais 78.439 de campos e Cerrados com terras boas, próprias para arados (CUNHA NETO, 1988).

Em 1960 e 1970, os produtos mais plantados era o arroz de sequeiro e o milho, utilizados para a subsistência e a alimentação. O algodão e a soja vieram aparecer no cenário econômico de Rio Verde após a década de 1970. Até essa época, a soja era um grão desconhecido em grande parte do Brasil, sendo mais cultivado na região sul (Tabela 13).

Tabela 13: Rio Verde/GO - indicadores da agricultura, 1960/1970

Produtos	1960		1970	
	Quantidade (t)	Área (ha)	Quantidade (t)	Área (ha)
Arroz	27.679	20.456	52.358	54.613
Milho	6.983	5.516	23.148	16.452
Algodão	17	-	16.979	8.452
Soja	-	-	3.214	3.713

Fonte: Censos agropecuários, 1960 e 1970. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

A introdução da soja em terras rio-verdenses foi feita inicialmente por um grupo de religiosos norte-americanos, denominados Menonitas¹⁷.

¹⁷ Os Menonitas são uma comunidade religiosa norte-americana, conservadora, que buscam preservar os valores familiares e religiosos. Dão preferência às atividades rurais e dificilmente aceitam casamentos com pessoas de outras religiões.

De acordo com relatos de Gonçales (2001), o grupo veio ao Brasil em busca de terras para plantar, uma vez que suas propriedades no estado de Kansas (EUA), já estavam pequenas, dificultando o processo de partilha das terras entre os filhos.

De acordo com os depoimentos, o grupo chegou a Brasília em 1969 e comprou uma kombi. Em seguida, percorreram milhares de quilômetros, parando em Rio Verde, porque o carro quebrou.

Na oficina, onde consertavam o veículo, foram informados que havia uma imensa e improdutiva propriedade de 20 mil ha à venda, a poucos quilômetros dali. Interessados, os Menonitas fecharam negócio, comprando 2.500 ha. Iniciaram a comunidade rural com poucas famílias (GONÇALES, 2001).

A primeira produção de soja dos Menonitas deu-se em 1972 e acredita-se que foi deles, o primeiro plantio desse grão no município.

Segundo entrevista com um dos membros da comunidade Menonita¹⁸, esse grupo religioso escolheu migrar para o Brasil por conta da liberdade de religião e da existência de terras baratas e agricultáveis (no final da década de 1960).

No decorrer dos anos, a comunidade Menonita foi modelo para muitos sojicultores inexperientes, pelo trabalho disciplinado e uso de tecnologia (Foto 4).

Atualmente, a comunidade congrega 70 famílias, e juntos, concentram no município de Rio Verde, aproximadamente 7.260 ha (1.500 alqueires), com produção de soja, milho, sorgo, criação de gado e de suínos em granjas. Além disso, muitos deles estão investindo em novas terras agricultáveis no Mato Grosso e no Tocantins.

¹⁸ Entrevista concedida em jul./2014 por um dos integrantes das primeiras famílias americanas de Menonitas que se instalaram em Rio Verde.

Foto 4: Lavouras da comunidade Menonita, 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

Em escala nacional, a década de 1970 foi o período em que o país lançou as bases da política agrícola nacional. Para Goiás, é inegável a importância do Estado na expansão e modernização da agricultura.

Nesse período, o Cerrado despontava-se como uma das mais importantes áreas agrícolas do Brasil e Goiás foi alvo de vários projetos agropecuários. Nesse contexto, Rio Verde foi um dos municípios escolhidos pelas condições dos solos, topografia e clima favorável à agricultura, as quais foram potencializadas por uma classe de produtores que aderiram aos avanços tecnológicos, colocando-o na era do agronegócio, como veremos a seguir.

3.3 O papel do Estado e do capital privado na reestruturação produtiva agrícola e na formação dos complexos agroindustriais no Centro-Oeste/Goiás após 1980

Iniciamos nosso texto, ressaltando que a transferência da capital federal carioca para o Distrito Federal não foi suficiente para integrar economicamente o Centro-Oeste com o restante do país. A produção agropecuária era de pequena escala e a produção industrial quase inexistia.

A implantação e o asfaltamento de novas vias estratégicas, interligando a nova capital federal a diferentes pontos do país, propiciaram uma melhor articulação do Centro-Oeste em nível nacional; porém, a economia brasileira precisava de produção e de mais mercados. Os entraves não consistiam apenas nas fracas redes de circulação e transportes, mas também na baixa densidade populacional e, especialmente, na falta de inovação tecnológica para ser aplicada ao Cerrado.

No entanto, as mudanças de paradigmas estavam por vir. Ainda na década de 1970, o Estado e o capital privado aderiram à chamada “Revolução Verde”, importando um “pacote tecnológico” que iria “resolver” os problemas do Cerrado e de sua baixa produtividade, modernizando a agricultura brasileira.

Esses agentes promotores da “Revolução Verde” no Brasil efetivaram o consumo de novos produtos por meio de um discurso ideológico. O capital estrangeiro justificava o emprego de técnica, ciência e informação no campo, para sanar a fome do mundo; e, o Estado aliou-se a esse discurso para desenvolver o setor primário brasileiro, visto como entrave econômico.

O pacote tecnológico era composto pelas seguintes inovações: novas técnicas de cultivo, equipamentos para mecanização, fertilizantes, defensores agrícolas, adubos e sementes selecionadas. Tudo o que era necessário para corrigir os solos dos Cerrados e propiciar uma alta produtividade. Santos e Silveira (2001, p. 118) mostram que as inovações tecnológicas e organizacionais na agricultura concorreram para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra:

[...] o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informação, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação, constituem certamente, dados que vão permitir a reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes [...]. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico científico informacional.

Diante desse contexto, o Estado coloca em prática seu plano de potencializar os solos dos Cerrados do Centro-Oeste, usando como ferramenta as políticas agrícolas. Dentre os programas criados para dar suporte ao novo modelo produtivo, destacamos os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND).

Ainda que o I PND (1972-1974) tenha se preocupado com o setor agrícola, pretendendo taxas de crescimento anual superiores a 7%, e orientando-se a desenvolver uma agricultura moderna, foi o II PND, criado no governo de Geisel (1974-79), que voltou a tratar com afinco sobre a ocupação de novas fronteiras agrícolas, bem como modernizar as áreas já incorporadas ao mercado (MACHADO, 2008).

Seus objetivos visavam à interiorização do desenvolvimento, beneficiando, sobretudo, o Centro-Oeste e a Amazônia, nas áreas de Cerrado.

No contexto físico-geográfico, o Cerrado ocupa no Brasil uma área heterogênea de aproximadamente 2 milhões de Km², equivalente a 24% do território nacional. Abrange quase todo o Centro-Oeste, além de Rondônia, Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Piauí e Maranhão, além de algumas manchas na Amazônia (SOARES; BESSA, 1999).

Outros programas agrícolas que se efetivaram no Centro-Oeste foram: Programas integrados de colonização (PIC) e Programa de redistribuição de terras e desenvolvimento agroindustrial (PROTERRA); - Programa de incentivo fiscal para o armazenamento legal (abrangendo o Centro-Oeste, Minas Gerais e Norte de Goiás); - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) que incentivou a agropecuária comercial¹⁹; - Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), promovendo a expansão da agricultura moderna.

A política de modernização da agricultura estabeleceu um conjunto de medidas que iria abranger a totalidade da produção econômica, financeira, ocupacional e estrutural no Centro-Oeste, visando torná-lo potencialmente produtivo. Na dianteira desse processo, o Estado ficou responsável em financiar e estimular a ocupação planejada, promovendo o desenvolvimento intenso e racional de uma agricultura mecanizada e volumosa, cuja matéria-prima deveria atender, prioritariamente ao mercado internacional. Coube ainda ao Estado, oferecer pesquisa, assistência técnica, sistema de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Ao capital privado, coube importar o pacote tecnológico e revendê-lo ao produtor, imprimindo-lhe o desejo pela riqueza, pela competição, pela dependência tecnológica, ou seja,

¹⁹ Áreas escolhidas para a implantação do POLOCENTRO: Campo Grande, Três Lagoas e Bodoquena (MS); Xavantina e Parecis (MT); Gurupi (TO); Paranã, Pirineus, Piranha e Rio Verde (GO).

alienando-o à lógica do capital. E, como na lógica do capitalismo, predomina a desigualdade, muitos foram (e são) excluídos do processo de modernização tecnológica do campo.

Além da agricultura, a pecuária foi outra vertente dos projetos; dinamizar a área do Cerrado, transformando-a em grandes pastagens para fortalecer o mercado nacional/internacional com carnes e leite.

Cataia (2006) analisa que somente houve efetivação dos projetos agropecuários, porque o Estado teve de lançar mão de um tripé, cujos vértices encontram-se articulados com a técnica, os créditos/subsídios e os grandes capitais. Contudo, precisamos acrescentar a esse sustentáculo, o papel do agricultor, enquanto intermediário da “revolução do campo” no Centro-Oeste.

Vimos que para a efetiva consecução do projeto de ocupação e produção, dois fatores tiveram solução por intermédio do Estado. O primeiro “quem produzir”, foi solucionado no decorrer das décadas de 1970/80 por meio das colonizações (priorizando sulistas e paulistas que tinham experiências no campo); e o segundo, “como pagar”, ou seja, a origem dos recursos necessários à viabilização da compra das terras, de produtos e tecnologias, de investimentos, de armazenagem, de processamento, de escoamento, entre outros, foram todos subsidiados até o final dos anos 1980.

Nesse sentido, o Centro-Oeste tornou-se o principal centro para os projetos de modernização: uma área estratégica que serviria para abastecer o mercado nacional e internacional, potencializar a economia regional e promover a segurança nacional do território por meio da ocupação das áreas vazias e próximas às fronteiras; e, ainda, criar uma integração entre setores primários com o secundário.

Gonçales (2001), ao analisar a modernização da agropecuária nos Cerrados do Sudoeste Goiano, explica que a consolidação da soja no Brasil ocorreu a partir da década de 1970 por duas razões principais: a) uma conjuntura internacional favorável – diante do aumento da demanda internacional em função da crise da oferta de outras matérias-primas ricas em proteínas; b) a atuação do Estado financiando todas as fases da cadeia produtiva da soja e articulando a indústria a montante, com base em três mecanismos: a concessão de crédito rural subsidiado, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); o processo de subsistência dos insumos e equipamentos agrícolas; e a subvenção dos custos dos principais insumos do campo, além da criação de programas destinados a suprir a carência na infraestrutura de transporte e armazenagem.

A efetivação dos programas agropecuários no Centro-Oeste, especialmente em Goiás e Mato Grosso, ocorreram por meio da produção de grãos úteis ao mercado agroexportador. Dentre eles, destacam-se a soja, o milho e o sorgo. No que se refere à soja, a produção cresceu em mais de mil vezes no Centro-Oeste em três décadas (1975-2010), como podemos ver na tabela 14.

Tabela 14: Produção da soja (t) por região brasileira – 1970/2010

Década	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
1970	1	23	94.723	1.764.912	24.568
1975	66	173	677.492	7.793.384	250.160
1980	26	940	1.205.671	10.041.462	1.509.861
1985	677	86.185	1.816.700	10.702.000	5.572.700
1990	53.200	267.800	1.843.500	11.688.952	6.325.620
1995	45.500	1.303.300	2.418.500	12.025.100	10.401.900
1999	133.461	1.615.876	2.756.952	12.918.939	13.356.147
2005	1.384.561	3.959.940	4.640.903	12.544.106	28.652.564
2010	1.612.231	5.308.842	4.293.584	25.673.464	31.591.846

Fonte: Instituto brasileiro de geografia e Estatística, IBGE 1970- 2000.

Convém ressaltar que, até a década de 1970, a soja era cultivada apenas na região Sul, entretanto, com a crescente demanda internacional pela soja in natura, farelo e óleo de soja, o governo promove a modernização agrícola estimulando a produção em alta escala nos Cerrados do Centro-Oeste (VIEIRA, 2002).

Em 1985, o Sul produzia 59% da soja no Brasil, enquanto que o Centro-Oeste era responsável por apenas 30%. Já a partir do ano 1999, o Centro-Oeste produziu 43% da soja, ficando o sul com 42% da produção. Nos anos seguintes, o Centro Oeste tem se consagrado como maior produtor de soja do país.

Aos poucos, o Cerrado foi tornando-se uma grande fonte de renda por meio da implantação de uma agricultura comercial para exportação de bases empresariais, fortalecendo-se como o “Celeiro do Brasil”.

Importante ressaltar que as mudanças ocorridas no Centro-Oeste foram importadas de um modelo capitalista originada na globalização da economia. Essa mesma globalização, representada pelo avanço da técnica, da ciência e da informação, configurara-se numa mola propulsora para viabilizar a modernização da agricultura brasileira e, ao mesmo tempo, excluir pequenos produtores que não conseguiram se integrar nesse processo.

Conforme Teixeira (2005), o conceito de modernização da agricultura varia entre os diversos autores que abordam o tema, uns consideram apenas as modificações na base técnica e outros levam em conta todo o processo de produção. No primeiro caso, considera-se

modernizada a produção agrícola que faz uso intensivo de equipamentos e técnicas, tais como máquinas e insumos modernos, que lhe permitem maior rendimento no processo produtivo. Assim, modernização da agricultura seria sinônimo de mecanização e tecnificação da lavoura. No segundo caso, o conceito de modernização não pode se restringir aos equipamentos usados e, sim, deve levar em conta todo o processo de modificações ocorrido nas relações sociais de produção.

Nas palavras de Graziano Neto (1985), a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, senão, o processo de transformação capitalista da agricultura. Com novas técnicas e equipamentos modernos, o produtor passa a depender cada vez menos da “generosidade” da natureza, adaptando-a mais facilmente de acordo com seus interesses. Um processo que subordina a agricultura cada vez mais à indústria.

A partir da maior interdependência entre a agropecuária com os demais setores, fortalecendo o capitalismo no campo, Santos e Silveira (2001) e Elias (2006a; 2006b; 2006c; 2007) afirmam que a agropecuária brasileira passou a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do Período técnico-científico-informacional, com possibilidades semelhantes às dos setores econômicos para a aplicação de capital e para a obtenção de alta lucratividade, competitividade, qualidade. Ou seja, a agricultura passa a receber as mesmas ordens ou leis que regem os outros setores da produção econômica, e a exigir, por outro lado, inovações tecnológicas que sustentam e ampliam sua participação no mercado.

O capitalismo chega ao campo e impõe uma ordem de mudanças radicais, em que o homem do campo se adapta ao movimento capitalista e, num segundo momento, não consegue mais sair do ciclo. Essa fase de modernização da agricultura toma conta do homem centroestino como um convite e ao mesmo tempo uma ordem invisível pelo sistema capitalista.

A partir dessas reestruturações no espaço agrícola, tendo a ciência, a tecnologia e a informação aplicadas à produção agropecuária, surge um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuário, denominado por Elias (2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2008) de “agricultura científica”.

A implantação de uma agricultura científica demanda cada vez mais inovações e torna o espaço agrário mais racional. Essa racionalidade do campo é vista por meio dos fixos e fluxos que são criados para atender ao capital. O tempo e o espaço deixam de ser empecilhos para a produção agrícola.

Sobre isso, Santos e Silveira (2001, p. 118) tecem o seguinte comentário:

No passado a natureza do produto e as condições e velocidade da circulação determinavam certa organização do território, pois existiam ritmos agrícolas que não podiam ser modificados e uma necessidade de industrialização próxima diante dos problemas de conservação. [...], hoje as biotecnologias e os novos calendários, a capacidade de armazenagem e as condições de fluidez efetiva para certas firmas permitem a emergência do que chamamos de fazenda dispersa.

As fazendas dispersas que os autores falam, é uma das características desse novo modelo produtivo agrário, especialmente, das regiões agrícolas; são grandes propriedades que absorvem os nexos da agricultura científica, transformando-se, muitas vezes, em empresas rurais, para atender à produção globalizada. Nelas, ocorre o que Elias (2006a; 2006b; 2006c) mostra sobre a agricultura científica: são colocadas na dupla dependência da indústria: primeiro para a aquisição da energia, máquina e produtos, depois para o escoamento de suas colheitas, no sentido de viabilizar os Complexos Agroindustriais.

O desenvolvimento da agricultura científica nos moldes capitalistas de produção e sua união com a agroindústria veio estabelecer o que Elias (2006a; 2006b; 2006c; 2007; 2008) denomina de Reestruturação produtiva da agrícola, que pode ser compreendido também como a intensificação do capitalismo no campo, cujas mudanças técnicas, sociais e econômicas são vislumbradas mais intensamente nas regiões agrícolas, incluindo a região concentrada (SANTOS, 2005), que foram as primeiras a atingir o processo de modernização. Além da região Centro-Oeste e algumas manchas do Nordeste e Norte.

No que se refere ao entendimento de reestruturação produtiva, Gomes (2007) afirma com base em Lefebvre (1971) que as estruturas são momentos provisórios e portanto, que a reestruturação é um movimento que contém em si “continuidades” e “descontinuidades”. Ou seja, para ocorrer a reestruturação, a estrutura incorpora elementos pertencentes ao primeiro e ao segundo momento, formando um amálgama. No caso da reestruturação produtiva, pode se dizer que, o “novo” e o “velho” se misturam, ou seja, do ponto de vista do processo

Assim como Gomes (2007), entendemos que a reestruturação produtiva seja um processo de mudança espacial, social, tecnológica e organizacional. Vemos isso ocorrer efetivamente nas regiões agrícolas, por meio do emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos pela atividade industrial como nos trata Elias (2006a). A estrutura velha sendo modificada pela nova; a metamorfose do espaço sendo reconstruída nas relações sociais e técnicas, por meio da divisão social e territorial do trabalho agrícola.

É necessário considerar que, a partir de 1980, o capital produtivo agrícola vai ganhando força e se subordina paulatinamente à indústria. Graziano da Silva (1996) chama essa fase de “industrialização da agricultura”, ou seja, é a subordinação da natureza à lógica do capital. Segundo esse autor, esse processo ocorreu tendo a implantação de indústrias de ramos a montante da agropecuária, os fornecedores de insumos modernos e a jusante, os transformadores dos produtos agropecuários. Esse processo ganha força no Centro-Oeste a partir de 1980/1990 e vai estruturar os Complexos Agroindustriais, também chamados de CAI's.

A formação do CAI vai além das mudanças técnicas, modificando, também, o setor econômico e social. Sobre isso, Muller (1989, p. 34) nos esclarece:

Com a integração indústria e agricultura no período de 1960-80, deparamo-nos com empresas e grupos econômicos que influenciam poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercuções em suas estruturas. Mas na própria agricultura surgem empresas e grupos econômicos, que com suas congêneres industriais, fazem parte do poder econômico com interesses nas atividades agrárias.

Erthal (2006), analisando os Complexos Agroindustriais na economia e na organização do espaço brasileiro, mostra-nos que há uma diferença entre os termos modernização e industrialização da agricultura. De acordo com esse autor, por modernização, entende-se basicamente a mudança de base técnica da produção agrícola, elevando-se o consumo de insumos e ampliando-se a produção; já a industrialização da agricultura, corresponde a uma fase mais “evoluída” da modernização, ou seja, envolve a ideia de que a agricultura acaba se transformando num ramo da produção semelhante a uma indústria, exigindo insumos num primeiro momento e produzindo matérias-primas para outros ramos da produção num segundo momento.

Quando a agricultura alcança o estágio de “industrialização”, o processo ganha um caráter de irreversibilidade (ERTHAL, 2006). Nesse sentido, o mais elevado grau de irreversibilidade ocorre no contexto do Complexo Agroindustrial, quando a agricultura encontra-se altamente modernizada e industrializada.

Graziano da Silva (1996) nos mostra que a formação desses Complexos Agroindustriais, também, denominados Sistemas Agroindustriais, deu-se a partir da integração intersetorial de três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas beneficiadas por fortes incentivos governamentais.

Nessa discussão, Muller (1989), também, analisa os Complexos Agroindustriais no Brasil, e os define como um conjunto estabelecido pelas atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades que incluem a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; além da coleta, da armazenagem, do transporte, da distribuição dos produtos industriais e agrícolas, do financiamento, da pesquisa e da tecnologia e da assistência técnica.

A nova conexão do Complexo Agroindustrial, integrando agricultura e a indústria, tira o poder dos grupos rurais de atuarem isoladamente, além de exigir uma maior participação do Estado como capitalista financeiro. A relação básica ocorre via capital dos grupos rurais, do Estado e de grandes grupos internacionais, que geralmente incorporam outras atividades, além da agrícola (MULLER, 1989).

As transformações no espaço agrário por meio dos Complexos Agroindustriais exigiam além da mudança técnica, uma mudança ideológica, uma vez que o proprietário precisava aceitar as novas lógicas do mercado, fazendo investimentos pesados num sistema de fixos e fluxos, até então desconhecidos na prática rural, tais como inserção de maquinários, química, armazenamento, circulação, exportação, que viéssem viabilizar a produção em alta escala.

Nesse sentido, concomitante à agropecuária, o Estado cria programas que irão direcionar e estimular a agroindústria no Centro-Oeste, favorecendo a formação dos CAIs, especialmente dos grãos. Dentre as políticas de interiorização voltada pra o Centro-Oeste, foi criado um conjunto de incentivos fiscais tendo por eixo central o fomento à agroindustrialização, que se distribui da seguinte maneira, conforme informações do IPEA (2002): - GO: incentivos por 10 anos para indústrias recém-implantadas, com isenção do ICMS; - MS: devolução de até 67% do ICMS gerado por três anos; - MT: área da SUDAM, concessão de subsídios sem tempo determinado.

Importante ressaltar que o processo de ocupação agroindustrial do Centro-Oeste ocorreu mais tarde, como nos revelam as pesquisas de Castro (1995), podendo ser dividido em três fases: na 1^a fase – o movimento se inicia com a adaptação da soja no Cerrado na década de 1970 e seu processamento; na 2^a fase – ocorre a expansão da soja e do milho para o interior do Mato Grosso, apresentando excelente produtividade, e a entrada de empresas que atuam junto ao mercado de commodities; e na 3^a fase - configura-se com o deslocamento de grandes conglomerados industriais para o Centro-Oeste, na segunda metade da década de 1980,

transferindo fábricas de beneficiamento de grãos e atividades integradas de criação e abate de pequenos animais, oriundos do Sul e do Sudeste.

Aos poucos foram sendo implantadas pequenas unidades industriais na região, operando com baixo nível técnico e sob a tutela de pequenos grupos empresariais locais e regionais (utilizando parte das plantas industriais desmontados no Centro-Sul) e, tendo com suporte, capital favorecido pelos incentivos fiscais. Essas empresas, quando hegemônicas, conseguem modificar, muitas vezes, as regras da economia regional e adaptar a sociedade à sua imagem, ocasionando reestruturação produtiva no campo e na cidade.

De região pobre e improdutiva, o Centro-Oeste passou a despontar na agricultura. Os grãos tornaram-se “commodities agrícolas” no mercado internacional e estimularam cada vez mais a monocultura da soja em latifúndios.

Desenrolaremos esse assunto nas subseções 3.3.1, onde abordaremos consolidação da reestruturação produtiva agrícola no Centro-Oeste, os agentes responsáveis e as ações políticas aplicadas na agropecuária, bem como a consolidação do Complexo Agroindustrial vinculado à soja. E, no item 3.3.2 abordaremos sobre os indicadores da reestruturação produtiva.

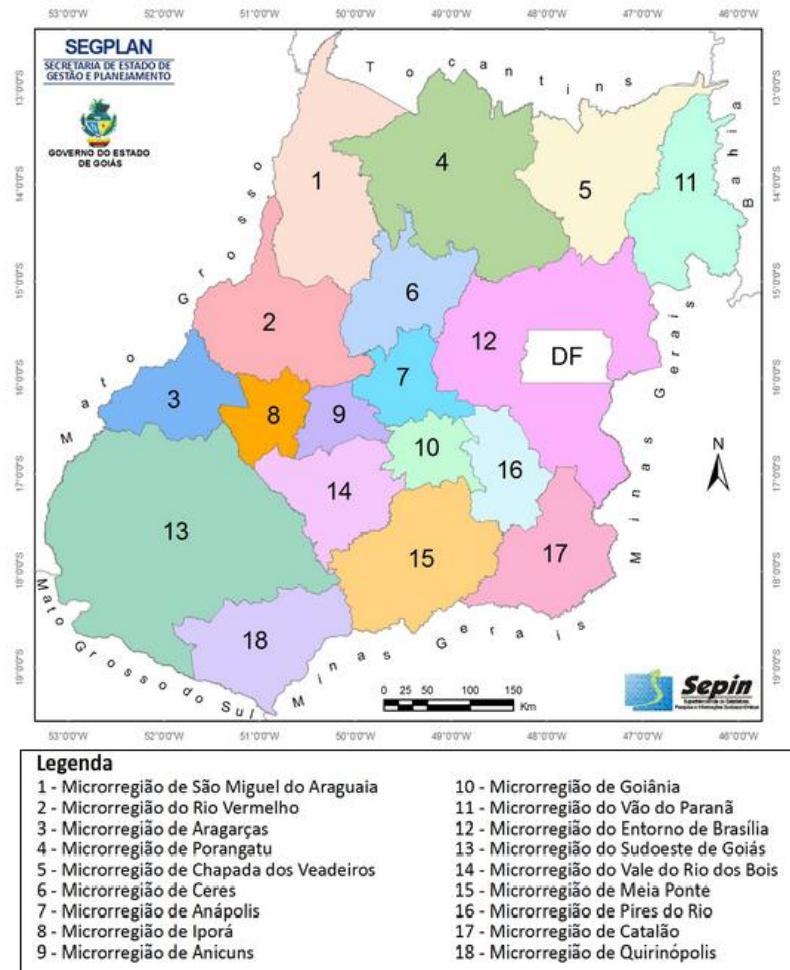
3.3.1 A consolidação do agronegócio e as mudanças no espaço agrário do Sudoeste Goiano/Rio Verde após a implantação dos Programas agropecuários

A restruturação produtiva da agropecuária não ocorre de maneira homogênea: “algumas áreas são mais intensamente beneficiadas pelos sistemas técnicos e sistemas normativos inerentes à agricultura científica e ao agronegócio” (ELIAS, 2006a, p. 32). Em Goiás, a Microrregião do Sudoeste Goiano configura-se como uma dessas áreas. Foram muitos os programas e incentivos governamentais direcionados para a agricultura goiana, e essa Microrregião pôde se beneficiar de muitos deles, promovendo o desenvolvimento de suas relações capitalistas no campo.

A área em destaque, Microrregião do Sudoeste Goiano, localiza-se na porção sul do estado de Goiás (Mesorregião Sul Goiana) é composta por 18 municípios²⁰ (porção 13 do Mapa 4).

²⁰ Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis.

MAPA 4: Microrregiões do estado de Goiás, 2015



Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewmapa.asp>. Acesso em: 18 jun. 2015.

O Sudoeste Goiano representa numa escala menor, a efetivação dos programas agropecuários investidos pelo Estado e pelo capital privado no Centro-Oeste. Os grupos beneficiados por esse processo defendem fervorosamente a modernização da agricultura em Goiás e seus desdobramentos, bem como a consolidação do agronegócio regional.

Se por um lado houve excluídos do processo, endividados e fracassados, por outro, muitos foram os ganhadores com a inserção de tecnologia na agropecuária e seu atrelamento à agroindústria. A alta produção de grãos e bovinos elevaram Goiás à categoria de estado agrário, produtor, moderno, substituindo o estereótipo de estado atrasado, improdutivo e rural.

A reestruturação agrícola efetivada no território goiano o direcionou para uma nova lógica capitalista, obrigando-o, portanto, a submeter-se a uma nova divisão social e territorial do trabalho. Tradicionalmente, a produção agropecuária era pequena, não exigindo tecnologia ou qualificação, mas apenas força física de muitos indivíduos que se constituíam mão de obra.

E ainda, o produto do campo atendia prioritariamente ao camponês e sua família, apenas o excedente era comercializado na cidade.

Hoje, com a inserção da tecnologia científica no campo, esses papéis mudaram. As mesmas necessidades de assessoria jurídica, administrativa ou contábil que uma empresa necessita, as do campo, também. Por isso, a mão de obra exigida no campo passou a ser qualificada na cidade. Não há necessidade de força física, apenas de conhecimento tecnológico e mecanizado. Além disso, a nova divisão territorial dessas empresas vão muito além do município local, ganhando dimensões internacionais.

Em Goiás, as especializações territoriais produtivas características da reestruturação produtiva materializaram-se a partir de 1980, por empresas agrícolas e agroindustriais, nacionais e multinacionais, especialmente, vinculadas à soja. Elas criaram arranjos territoriais produtivos que se articulam com a escala nacional e internacional e se organizam a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado.

Segundo Elias (2006a), esses arranjos territoriais são inerentes ao circuito superior do agronegócio. Os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação promovem uma reorganização do espaço produtivo, comandado pela racionalidade do presente período histórico e imposto pelo capital hegemônico.

No Sudoeste Goiano, a pecuária extensiva de corte e de leite e a agricultura de grãos tais como a soja, o milho e o sorgo formaram a base produtiva responsável pela produção de matérias-primas para agroindústria. Esta, por sua vez, desenvolveu uma cadeia produtiva de grãos e carnes (incluindo rações, farelos e óleos) atendendo ao produtor rural com uma parte e o mercado internacional, com outra.

Nesse sentido, a produção regional aliada à agroindústria veio desencadear uma economia pautada no agronegócio, cujo ciclo de agroindustrialização tem ampliado cada vez mais seu espaço local e regional por meio da inserção de novas unidades modernas e de alta produtividade nos municípios do Sudoeste Goiano.

De acordo com Gonçales (2008, p. 20), é relevante destacar que a agricultura começou a reestruturar-se no Sudoeste Goiano no momento em que se incorporou ao circuito de produção industrial, “seja como consumidora de insumos e maquinários, seja como produtora de matéria-prima para a transformação industrial”. Embora permaneça a transferência de excedentes do setor agrícola, “essa transferência foi realizada notadamente pela ação do Complexo Agroindustrial, que passou a comandar os processos de produção na agricultura”.

Esse complexo do agronegócio depende da cidade para concluir o ciclo; um grande motor integrado que dará força ao agronegócio ou agribusiness. Nelas, estruturam-se as agroindústrias, comércio e serviços que vão girar o motor do agronegócio regional. Cada um desses segmentos, somados à infraestrutura (transporte, armazéns, comunicação, sistema financeiro, exportação), assume funções próprias no arranjo produtivo regional.

O termo agribusiness foi criado nos Estados Unidos na década de 1950 pelos professores John Davis e Ray Goldberg, da Universidade de Harvard. Segundo Araújo (2005), esses pesquisadores criaram esse conceito para entender a nova realidade da agricultura norte-americana e o definiram como:

[...] o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção das unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários in natura ou industrializados. (ARAUJO, 2005, p. 16).

No Brasil, o termo chega a partir da década de 1980 e vão aparecer publicações mais representativas a partir da década de 1990, com a denominação de agronegócio. Importante compreender que o agronegócio tem como ideia central a constituição de cadeias produtivas, que são formadas por dezenas de elos ou agentes econômicos, integrados por diversos mecanismos, como cooperativismo, associativismo, parceiros, contatos, integração vertical e alianças estratégicas (ARAUJO, 2005).

O quadro 1 sintetiza a integração do agronegócio, reunindo quatro eixos principais: fornecedores de insumos/ bens de produção; a produção agropecuária; o processamento/ a transformação; e a distribuição/ consumo, tendo ainda na base da estrutura, os serviços de apoio.

Quadro 1: Constituição do Agribusiness no Brasil

Fornecimento de insumos e bens de produção	Produção agropecuária	Processamento e transformação	Distribuição e consumo	C O N S U M I D O O R E S
Sementes	Produção animal	Alimentos	Restaurantes	
Calcário	Lavouras perm.	Têxteis	Hotéis	
Fertilizantes	Lavouras temp.	Vestuários	Bares	
Rações	Horticulturas	Madeira	Padarias	
Agrotóxicos	Silviculturas	Bebida	Fast food	
Produtos veterinários	Extração vegetal	Álcool	Self service	
Tratores e Colheitadeiras		Papel	Supermercados	
Implementos		Fumo	Comércio atacadista	
Equipamentos		Óleos	Exportação	
Máquinas e Motores		Essências		

Serviços de apoio: Veterinários, agrônomos, P&D, bancários, marketing, vendas, transporte, armazenagem, portuários, assistência técnica, informações de mercado, centros formadores de mãos de obra qualificada e especializada, administradores, contadores, bolsas, seguros, outros.

Fonte: Araújo, N. B.; Wedekin, I.; Pinazza, L. A. (1990). Org. autora.

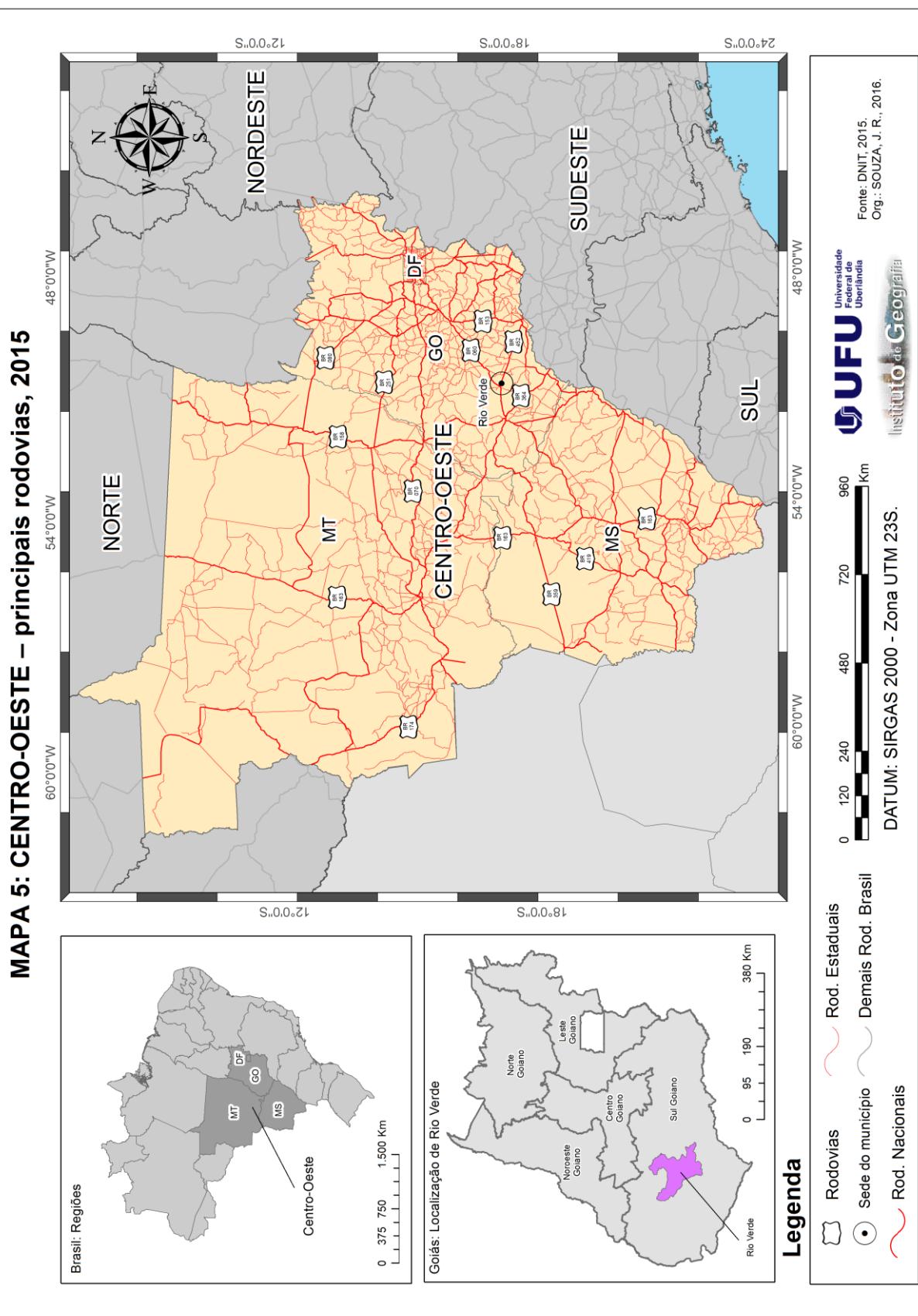
Esses eixos sistematizados evidenciam o arranjo das funções em torno das novas fazendas (empresas rurais); nelas, a gestão é avaliada pela capacidade de escolher e adquirir os insumos, os equipamentos e as máquinas, de conduzir técnica, avaliar o processo de produção e calendário e de realizar operação comercial. Tudo isso pode ser entendido como atividades que são realizadas a montante. A jusante, aparecem estruturas complexas que são assumidas por outras organizações empresariais, tais como armazenamento, processamento e distribuição dos produtos.

O agronegócio se apresenta como um dos principais setores da economia brasileira, tanto em termos de geração de renda e emprego quanto da contribuição para o desempenho da balança comercial do país. Contribuiu em 2014 com 23% do PIB total da economia, cerca de R\$ 1,1 trilhão, em que as atividades agrícolas representaram 70% e a pecuária, cerca de 30% do valor produzido no ano, segundo a Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento²¹.

A implantação de um sistema de fixos e de fluxos (SANTOS, 2005) que estão na base da reestruturação agrícola, facilita a difusão da agricultura científica e do agronegócio. No Centro-Oeste, esse sistema de fixos e de fluxos são materializados no território por meio das vias de transporte e comunicação, estabelecendo maior fluidez para atender à demanda da agricultura moderna. São elas que ajudam a efetivar o processo produtivo do campo. Em 1970, as rodovias federais representavam apenas 7,5 % do total dessa região, sendo fundamentais na constituição da base do sistema rodoviário e também nas artérias de integração com o restante do país, conforme afirma Cataia (2006).

Os três principais eixos estruturais que auxiliaram na circulação da produção regional são: a rodovia Belém-Brasília (BR 153), a rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163) que possibilita a ligação do sul do MT até o entroncamento ao norte com a Transamazônica e ao sul, ligando Rondonópolis a Campo Grande (MS), e a rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR 364), que serve de escoamento para Rondonópolis (MT) e Cuiabá, e liga ainda Rondônia e Acre ao Triângulo Mineiro/MG. Outra BR que tem papel relevante é a 060, partindo de Brasília, liga Goiânia com o Sudoeste Goiano, principal região produtora de soja do estado de Goiás (Mapa 5).

²¹ Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/12/produto-interno-bruto-da-agropecuaria-deve-ser-de-rs-1-trilhao>>. Acesso em: 10 out. 2015.



Destacamos que a consolidação do sistemas de transporte e comunicação no Centro-Oeste, além da presença de matéria-prima, foram primordiais para a instalação de importantes grupos do complexo das oleaginosas e cárneos na região dos Cerrados.

A integração entre a soja de um lado e a carne de outro, são estratégias das grandes empresas para diversificar sua produção, usando sua base técnica produtiva com ativos que possuem na região. Os abatedouros e frigoríficos constituem a presença mais antiga de empresas como a Sadia em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (CASTRO, 1995) e em Goiás, a BRF (antiga Perdigão) se instala no ano 2000.

A proximidade com as regiões produtoras pode trazer vantagens competitivas de localização às empresas, ao diminuir os custos de movimento de carga, associados à operação industrial (entre a fábrica e a área produtora), pela aproximação às áreas de cultivos. Essa proximidade permite que as compras de grãos sejam efetuadas em condições vantajosas junto aos produtores agrícolas.

No Centro-Oeste, a estratégia de localização permitiu maior ganho de preço pela manutenção da qualidade dos grãos obtidos na região, qualidade que se estende também aos seus derivados (óleos e farelos).

Numa pesquisa realizada por Castro (1995), no início da década de 1990, sobre a origem do capital investido no Centro-Oeste, foi constatado que nessa época, Mato Grosso apresentava uma agroindustrialização mais recente e mais concentrada que Goiás, predominando a grande empresa nacional, consolidando um padrão próprio de relacionamento industrial, do complexo grãos/carnes (Tabela 15).

Tabela 15: Origem do capital das empresas investidoras no complexo de grãos-carnes no Centro-Oeste e participação por estado (%), 1991

Origem do capital	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Capital Nacional	20	60	53
Capital Internacional	20	9	4
Capital Cooperativo	25	11	7
Capital Regional	35	20	36

Fonte: CASTRO, A. *A dinâmica industrial do Centro-Oeste*. Brasília: IPEA, 1995. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2013).

No Mato Grosso do Sul, em função de sua melhor localização geográfica, pela existência de uma rede de transportes intermodais e pela vocação para a produção de carnes e grãos, ocorreu uma diversificação na origem das empresas investidoras.

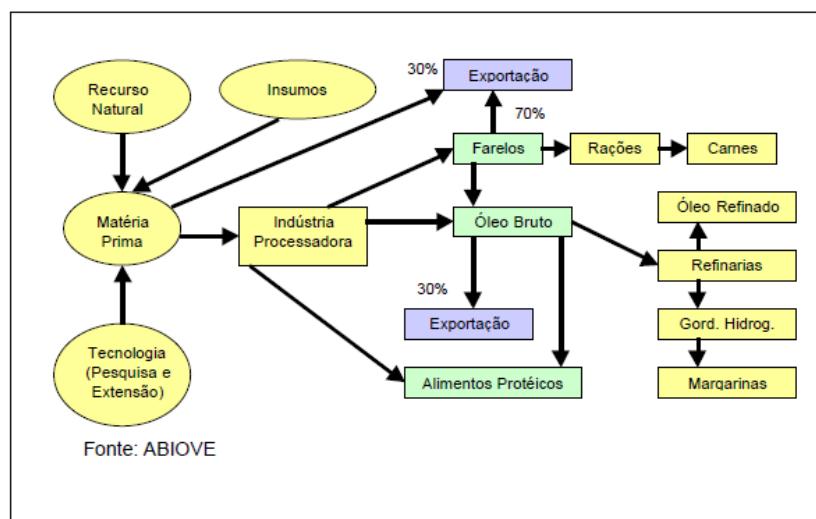
Em Goiás, o capital internacional participava com 20% nesse período, bem acima dos outros estados, em função de infraestrutura e logística e incentivos estaduais. O complexo grãos/carnes correspondia a 73%, evidenciando uma maior diversidade de atividades em Goiás, em relação ao Mato Grosso e ao Mato Grosso do Sul (CASTRO, 2013).

A especialização do Centro-Oeste na sojicultura deu bases para a instalação de uma cadeia produtiva liderada pelo capital hegemônico agroindustrial.

A cadeia produtiva da soja é constituída por diversos segmentos que tendem a produção in natura e posteriormente seu processamento e venda final. Todo esse processo constitui o Complexo agroindustrial e move o motor do agronegócio.

Segundo Vieira (2002), o setor produtivo é a essência de toda a cadeia por movimentar e interligar os demais segmentos, mas antes da unidade produtiva, há o setor de insumos que por sua vez, viabiliza a produção. Esse setor é composto por produção de sementes, indústria de máquinas e equipamentos, indústria de fertilizantes, corretivos e agrotóxicos, combustíveis e sua revenda (Figura 6).

Figura 6: Cadeia produtiva da soja



Disponível em: <<http://www.abiove.com.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Após a produção, ocorre o transporte, armazenagem e comercialização até seu processamento, onde outros segmentos irão agregar valor até chegar ao consumo final.

No Centro-Oeste, a formação do Complexo Agroindustrial de grãos é revelado no fortalecimento de empresas integradas verticalmente (agroindústrias) e a formação de novos arranjos territoriais.

Dentre as grandes firmas agroalimentares que se territorializaram no Centro-Oeste, destacam-se a Ceval, a Frangosul, a Avipal, além da BRF, Bungue Alimentos, Cargill, COMIGO, Caramuru, Maeda, Louis Dreyfus, dentre outras.

Em Goiás, a política agrícola estatal deu suporte ao grande capital agroindustrial para se estabelecer no território, especialmente, empresas ligadas à transformação de grãos e carnes.

Estímulos tais como a logística de armazenamento e escoamento, a alta produção de grãos e incentivos fiscais foram fatores primordiais para estabelecer esse vínculo entre o território goiano e o capital monopolista.

Como o Sudoeste Goiano é tradicionalmente uma região agropecuarista, a implantação do POLOCENTRO (em 1975) veio fortalecer essa atividade. Não tardou, para que fatores tais como a alta produtividade, necessidades por espaço de armazenagem, por menor preço de insumos e por intermediação comercial, unissem alguns produtores para dar início ao embrião da empresa COMIGO (Cooperativa mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) em 1976, com sede em Rio Verde.

Segundo Pisaro (2007), ela foi fundada com o apoio do Serviço de Assistência ao Cooperativismo (SAC) e com recursos financeiros do que eram intermediados pelo Banco do Brasil e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Na Microrregião, a COMIGO divulgou e introduziu componentes dos pacotes tecnológicos importados da Revolução Verde. Esses componentes eram vendidos pela cooperativa com o auxílio do Departamento de Assistência Técnica (DAT).

Foi a pioneira no setor de esmagamento e transformação da soja na região. No ano de 1981, com recursos do BNCC, é construída a primeira unidade esmagadora e refino de óleo de soja na unidade da COMIGO da cidade de Rio Verde. A partir de então, a soja produzida no município, e na região, passa a ser processada próxima ao seu local de produção.

A evolução dessa cooperativa/empresa se fez junto da evolução agrícola do Sudoeste Goiano, tornando-a um signo regional no tocante à soja e seus derivados. Outras empresas do setor de transformação foram se instalando nas décadas de 1990/2000 fortalecendo o Complexo Agroindustrial de grãos.

Outro exemplo que configura o Complexo Agroindustrial no Sudoeste Goiano, especificamente no município de Rio Verde, foi a implantação do “Projeto Buriti” pela empresa Perdigão Agroindustrial S/A em 1997 (atual BRF), com inauguração no ano de 2000; junto a essa estrutura, considerada na época a maior da América Latina, a empresa implantou um sistema de produção integrado de aves e suínos.

De acordo com Pisaro (2007), o sistema é composto pela parceria entre os produtores rurais, que prestam o serviço de produção e engorda dos animais para a agroindústria, e esta por sua vez é responsável em fornecer os animais, tecnologia de produção, rações e assistência técnica aos produtores integrados.

O Projeto Buriti intensificou as relações entre o campo e a indústria, estreitando as relações entre os produtores rurais, novos consumos de tecnologias, novas formas de comercialização da produção e dos serviços prestados.

A instalação da antiga Perdigão estabeleceu as bases de um novo Complexo Agroindustrial de carnes e um efeito multiplicador na economia da região, atraindo empresas suportes na produção e na manutenção, tais como a Videplast (embalagens plásticas), a Brasilata (embalagens metálicas) e o Grupo Orsa (embalagens de papelão) além de dezenas de empresas prestadoras de serviço.

O aspecto locacional aliado à proximidade de um complexo de grãos foram fatores relevantes para abertura dessa empresa no Centro-Oeste, particularmente, em Rio Verde. França e Fernandes Filho (2003, p. 191) ao discorrerem sobre a evolução da avicultura em Goiás, afirmam que o Projeto Buriti estaria acompanhando a marcha das empresas avícolas e de suínos para o Cerrado, criando uma nova geografia para o setor, “baseada na proximidade com as áreas fornecedoras de matérias-primas a baixo custo, principalmente, o milho para a ração”.

Além disso, outro fator a se considerar é a localização do estado de Goiás no centro do Brasil e sua proximidade a grandes centros consumidores; há uma grande vantagem no processamento e na produção de alimentos, aproveitando a produção de matéria-prima regional aliada ao mercado consumidor.

A logística em transporte, compondo-se de uma malha rodo-hidro-ferroviária e a política de incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelos Governos Estaduais do Centro-Oeste, tais como o FCO em Goiás, foram fatores atrativos (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003).

O incentivo à Perdigão foi o financiamento de 70% do ICMS com prazo de 10 anos, a juros de 2,4% a.a., sem atualização monetária. França e Fernandes Filho (2003) nos mostram que a implantação dessa agroindústria teve a sua atratividade baseada na concessão pelo estado de Goiás, do diferimento do ICMS para atrair o investimento, em detrimento do estado de Minas Gerais. Além disso, a possibilidade de utilização dos recursos do FCO, recurso inexistente em Minas, marcou a decisão final.

Os inventivos fiscais atraíram outras agroindústrias processadoras para fortalecer a cadeia produtiva dos grãos (soja, milho, sorgo) e carnes (suínos e aves): Kowalski alimentos (óleo e farelo de soja), Cargill (óleo e farelo de soja), Cereal (rações animais, óleo e farelo de soja) e Adubos Moema.

Um dos segmentos que atende à cadeia produtiva do agronegócio é a demanda pelo segmento da pesquisa. Na Microrregião do Sudoeste Goiano, podemos exemplificar a pesquisa pela própria COMIGO que possui um centro de pesquisa nessa área, a Universidade de Rio Verde (UNIRV) e o Instituto Federal de Goiás (IFGO).

Nesse momento, a cidade atende ao campo em suas necessidades técnicas, científicas e informacionais e faz girar o movimento capitalista nos dois espaços; campo e cidade tornam-se mais racionais, produzem mais, geram divisas, emprego e renda.

A estruturação do CAI e do agronegócio é um processo novo, pouco mais de duas décadas no Centro-Oeste e suas transformações ainda não estão prontas. As cidades das regiões agrícolas que se estruturaram em função dos complexos agroindustriais, desenvolvem características próprias, refuncionalizam conforme a demanda regional e estimulam outras novas.

Algumas dessas cidades passam a ter como carro-chefe de sua economia, o agronegócio; são exemplos Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO), sedes agroindustriais e de eventos tecnológicos direcionados para a agricultura científica.

3.3.2 Indicadores das mudanças ocorridas no espaço agrário do Sudoeste Goiano/Rio Verde após a reestruturação produtiva agrícola

Buscaremos nesse ponto conhecer os indicadores do processo de reestruturação produtiva agrícola no Sudoeste de Goiás e sua materialização territorial no município de Rio Verde.

Escolhemos Rio Verde/GO como objeto de estudo por ser ele um dos municípios selecionados para a efetivação do programa POLOCENTRO, implantado na década de 1970 pelo Governo Federal, bem como subsequente desenvolvimento do Complexo Agroindustrial grãos-carnes desencadeados após a inserção da agricultura científica.

As condições físicas foram favoráveis à implantação de Políticas agrícolas, tais como o relevo e o solo, onde predominam os planaltos do tipo chapadão, levemente ondulados e altitude média de 748 m, e solo originado de rochas basálticas e areníticas (latossolo vermelho

escuro com textura areno-argilosa), influenciado por um clima com duas estações bem definidas: uma seca (maio a outubro) e outra chuvosa (novembro a abril) e uma temperatura média de 23º C.

Dentre as políticas de desenvolvimento regional, elaboradas pelo Estado, que favoreceu diretamente Rio Verde, destacamos o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), criado pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) em 1973, no âmbito do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), conforme podemos visualizar na tabela 16.

Tabela 16: Programas agropecuários federais direcionados a Goiás/Rio Verde na década de 1970/1980

PROGRAMAS		Data de criação
PLADESCO	Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste	1973
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado	1975
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o desenvolvimento dos Cerrados	1985 (II etapa)

Fonte: Pereira e Xavier (2003); Gonçales (2001; 2008), Ferreira (2001).

Não era um plano que contemplava um modelo de regionalização, mas apenas grandes linhas de ações orientadas para a organização do espaço econômico regional, como ocorreu com a SUDENE ou a SUDAM.

Contudo, a partir do II PND, foi instituído o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) instituído pelo Decreto Nº 75.320 de 29 de janeiro de 1975. Este se baseava na concepção de polos de desenvolvimento. Para tanto, foram selecionadas áreas dotadas de infraestrutura e com um potencial para a expansão agropecuária em Minas Gerais e no Centro-Oeste.

É necessário destacar que ele foi o maior programa de desenvolvimento regional executado em Goiás, com impacto direto sobre os Cerrados e sobre a economia agrícola no Sudoeste de Goiás.

Segundo Vieira (2002, p. 37),

o programa POLOCENTRO oferecia crédito ao produtor rural com até doze anos e carência de até seis anos. Os bancos exigiam garantias de produção em larga escala e que os produtores fossem proprietários de terras. Estas exigências proporcionaram o aumento da demanda de terra e de seu preço. As garantias não estavam ao alcance dos pequenos produtores por causa da exigência operacional, tecnológica e da propriedade de cultivo em larga escala.

Foi um projeto que buscou integrar várias áreas do Cerrado ao processo produtivo, por meio do subsídio de técnicas modernas, tais como adubação, mecanização e calagem. O programa esteve em vigor entre 1975 e 1982 e aprovou nesse período um total de 3.373 projetos, num montante aproximado de US\$ 600 milhões.

Desse total, o Centro-Oeste participou com 71,3 % dos projetos e 74,1 % do valor total. Em Goiás, especificamente, Rio Verde e Piranhas, foram recebidos 38,1% dos projetos aprovados (PEREIRA; XAVIER, 2003).

No conjunto, ainda é necessário ressaltar o Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), implantados pelo Estado, em parceria com capital japonês; estabelecido em 1976 pelo então presidente Gisel.

O Projeto foi desenvolvido em etapas; o projeto piloto, PRODECER I, foi implantado entre 1979 e 1983 no Triângulo Mineiro (MG) e incorporou 70 mil ha de cerrados. Já o PRODECER II, iniciado em 1985, abrangeu uma área maior que o primeiro projeto, perfazendo 200 mil hectares de Cerrado nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Piauí. Os investimentos japoneses foram de US\$ 350 milhões (PESSÔA, 1988; PEREIRA; XAVIER, 2003)²².

Os programas de níveis macroeconômicos somados à criação de uma infraestrutura de apoio à logística e à pesquisa, à criação de distritos industriais e isenções fiscais, em nível estadual, puderam favorecer diretamente a inserção da agricultura na era do capitalismo monopolista.

Durante os anos de 1970/80, o Governo Federal e o Estadual lançaram algumas iniciativas de apoio aos projetos agropecuários (Tabela 17); dentre eles, Programa de Financiamento de Equipamentos para a Irrigação (PROFIR), que contou com a ajuda de empréstimos japoneses.

Tabela 17: Goiás - programas suportes à agropecuária, entre 1970/1980

PROGRAMAS SUPORTES		Data de criação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	1973
PRONAZEM	Programa Nacional de Armazenagem Rural	1975
PROCAL	Programa Nacional de Calcário Agrícola	1975
PROFIR	Programa de financiamento de equipamentos de irrigação	1982

Disponível em: <http://www.bnDES.gov.br>. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

²² Para saber mais a respeito do PRODECER, ver Pessôa (1988).

A intenção era aumentar a produtividade e introduzir culturas irrigadas por diferentes métodos, entre estes, o de pivô central. A EMBRAPA também favoreceu a área de melhoramento de grãos, no sentido de adaptar os grãos de soja nos Cerrados.

Os complexos agroindustriais de grãos/carnes também tiveram estímulos do Estado, por meio do programa Fundo de Participação e Fomento à agroindustrialização do estado (FOMENTAR), lançado em 1985. Além de investimentos políticos, a consolidação do setor se deve, também, à inserção de um sistema de objetos e ações no território agrícola, tais como as relações comerciais estabelecidas, oferta de mão de obra, disponibilidade de matéria-prima, disponibilidade de créditos, sistema parceria integrada, de armazenamento, circulação, produção e consumo (PEREIRA; XAVIER, 2003; GONÇALES, 2001; FERREIRA, 2001).

Segundo a Revista Economia & Desenvolvimento (1999), o programa FOMENTAR foi substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (PRODUZIR) em 2000. A partir deste, foi possível alterar significativamente a estrutura econômica do estado em apenas 14 anos (1985-1999). Com prorrogação de 73 % do ICMS, por um prazo de até 25 anos, a juros anuais de 2,4 %, o programa atraiu inúmeras indústrias para Goiás, mudando o perfil da economia, que era basicamente agropecuária. A soja que saía do estado *in natura* passou a ser esmagada, agregando valor à produção, graças à instalação de quase uma dezena de indústrias do setor em diversas regiões.

Também, foi criado o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) em 1988 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da economia Goiana, principalmente dos setores secundários e terciários. Silva (2006, p. 35), ao desenvolver sua pesquisa sobre esse programa, revela-nos que “em 18 anos de história, o FCO, financiou mais de 345 mil empreendimentos produtivos de todos os portes e em todos os segmentos, culminando com investimentos totais de R\$10,9 bilhões e geração de 1,4 milhões de empregos”.

Esses investimentos foram fundamentais para a reestruturação produtiva do Sudoeste Goiano bem como do município de Rio Verde, e exigiram investimentos de ordem técnica e científica no campo, apoio da indústria a jusante e a montante, formando o Complexo Agroindustrial de grãos regional e a consolidação do agronegócio. Esses sistemas de fixos investidos e de fluxos resultantes são os indicadores de uma região agrícola; os números nos evidenciam uma reestruturação agrícola, entrelaçada ao Período técnico científico informacional.

Dentre os indicadores da modernização da agricultura em Goiás/ Sudoeste Goiano/ Rio Verde, destacamos os investimentos em técnica, investimentos e resultados econômicos

relacionados à produção fundiária, e alguns indicadores sociais, que evidenciam as transformações na divisão social do trabalho.

3.3.2.1 Indicadores técnicos

a) Mecanização e químificação

Dentre as mudanças técnicas no campo, destacamos a mecanização, por meio do uso de tratores e demais maquinários.

No Brasil, os tratores eram importados até 1959, fator que limitava seu consumo no país. Depois desta data, instala-se uma fábrica da Ford e inicia sua fabricação, ampliando seu uso.

Os censos agropecuários de 1970 a 2006 nos revelam uma evolução no consumo produtivo de tratores, especialmente entre 1970 e 1985, fase em que a monocultura de exportação estava estruturando-se no país (Tabela 18). Goiás apresentava um consumo de 13 mil tratores em 1970, teve uma evolução de três vezes mais máquinas até 2006.

Tabela 18: Brasil, Goiás, Sudoeste Goiano e Rio Verde - número de tratores entre 1970/2006

Indicadores: tratores	1970	1985	1995/6	2006
Brasil	165.870	665.280	803.742	820.673
Goiás	13.634	33.548	43.313	44.688
Sudoeste Goiano	868	6.544	8.253	9.374
Rio Verde	446	2.343	2.137	2.254

Fonte: Censos agropecuários 1970/2006. SIDRA/IBGE. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Num contexto mais reestruturador, em função dos projetos agropecuários direcionados para o Sudoeste de Goiás, este teve um crescimento bem maior em relação ao estado. Seu crescimento em três décadas foi de 10,7 vezes mais máquinas, passando de 868 em 1970 para 9.374 em 2006.

O maior crescimento em tratores no Sudoeste Goiano explica-se em função do consumo mecanizado dos outros municípios que compõem a microrregião, uma vez que eles são tradicionalmente envolvidos na agropecuária, com destaque para Rio Verde, Jataí, Mineiros e Montividiu. Rio Verde foi o pivô dos projetos agropecuários que estimularam a capitalização

de suas lavouras, respondendo à lógica do capital internacional; em 2006, representava 25% do consumo de tratores do Sudoeste Goiano.

Com relação ao uso de arados de tração mecânica, Goiás passou de 5.818 unidades em 1970 para 16.153 em 2006. No tocante às colheitadeiras, havia no estado 1.575 máquinas em 1970 saltando para 5.667 em 2006, conforme relata o Censo Agropecuário (2006).

Em 2006, o Sudoeste Goiano possuía 2.123 colheitadeiras, ou seja, 37% das máquinas do estado de Goiás. Rio Verde participava com 617 peças, representando 29% desse mercado consumidor na Microrregião (Foto 5).

Foto 5: Goiás - maquinários usados nas lavouras de soja, safra 2015/16



Disponível em: <<http://aprosojago.com.br/goias-inicia-colheita-da-safra-201516-de-soja/>>. Acesso em 10 març. 2016.

É importante ressaltar que houve uma queda do consumo das colheitadeiras em Goiás, após 1990, resultado dos cortes de subsídios e créditos fartos oferecidos pelo governo até a década de 1980. Segundo Ferreira (2001, p. 118), essa taxa negativa apresentada no crescimento das colheitadeiras nesse período, pode ser explicada por três situações: “primeiro é a queda dos recursos disponíveis para financiamento de maquinários agrícolas, segundo é o tempo de vida útil das colheitadeiras e o terceiro, o aumento da capacidade nominal²³ [...]”.

Com relação aos indicadores químicos, destacamos que os usos se acentuaram a partir da década de 1960, usados especialmente para fertilização dos solos ácidos do Cerrado. Segundo Graziano Neto (1985), entre 1965 e 1975, o consumo de fertilizantes cresceu à taxa

²³ É a capacidade de colheita que as máquinas dispõem a cada renovação.

média de 60% ao ano, enquanto que os agrotóxicos cresceram numa média anual de 25%. Segundo o IBGE, no período entre 1970/1980, o Brasil aumentou o consumo de fertilizantes de 2.750,060 toneladas para 10.272, 127 t.

De acordo com informações do site da International Plant Nutrition Institute (IPNI), uma organização que busca informar sobre o manejo responsável dos nutrientes das plantas – o uso de fertilizantes no Brasil na última década é alarmante como podemos verificar na tabela 19.

Tabela 19: Consumo de fertilizantes no Brasil, região Centro-Oeste e Goiás, em 2008 e 2014 (em 1.000 toneladas métricas)

Localização	2008	2014
Brasil	22.429.232	32.209.082
Centro-Oeste	6.802.161	10.535.091
Goiás	2.033.856	2.956.610

Disponível em: <<http://brasil.ipni.net/article/BRS-3132#consumo>>. Acesso em: 12 out. 2015

A região Centro-Oeste foi a que mais consumiu fertilizantes no período de 2008 a 2014, e dentre os estados dessa região, não foi Goiás que se destacou e, sim, o Mato Grosso, que teve seu consumo ampliado de 3.714.856 para 5.844.080 no mesmo período.

No Sudoeste Goiano, os estabelecimentos rurais iniciaram a químificação na década de 1970. Na década de 1980, foi introduzido o uso de calcário, uma vez que o solo da microrregião é constituído de latossolo vermelho escuro, com alto teor de alumínio e pH médio de 4,5. A baixa fertilidade inicial foi corrigida com o uso de calcários e adubos, daí seu crescimento entre 1970/1996 ser de 15,3% e 7,6% ao ano, respectivamente, enquanto que o uso de agrotóxicos teve uma queda de - 0,6% ao ano (FERREIRA, 2001).

b) Irrigação

Outro fixo que representa um indicador da reestruturação produtiva do Sudoeste Goiano é a evolução da área irrigada.

Em um trabalho publicado por Martins e outros (2014) sobre a espacialização da irrigação em Goiás, eles nos informam que em 2014 havia 2.897 unidades de pivôs em Goiás, distribuídos em 149 municípios, no âmbito de 116 bacias hidrográficas, perfazendo uma área total de 212.975 hectares irrigados.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), em 2013-2014, Goiás era o segundo estado em concentração de pivôs (18%), perdendo para Minas Gerais, com 31% (5.573 unidades).

A região que mais concentra pivôs em Goiás é o entorno do Distrito Federal, com 36%, e em segundo lugar, o Sul Goiano, com 15%. O Sudoeste Goiano participa com 9% de pivôs, destacando Rio Verde, com 64 pivôs, irrigando uma área de 6.017 ha (Foto 6), Acreúna e Turvelândia, com 28 e 23 pivôs, e áreas irrigadas de 2.235 e 2.135 respectivamente.

A maior parte da área irrigada, 70%, é direcionada ao cultivo de grãos, tais como o milho e o feijão; e ainda para o trigo e o tomate. No caso da soja, ela não precisa de irrigação. A outra parte é direcionada para o cultivo de cana-de-açúcar, e áreas para pastagens irrigadas.

Foto 6: Rio Verde – pivô instalado em lavoura de Rio Verde



Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/noticias/economia/goi%C3%A1s-tem-a-segunda-maior-concentra%C3%A7%C3%A3o-de-piv%C3%B4s-no-pa%C3%ADs-1.795516>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

c) Armazéns

A alta produção requereu investimento de novos sistemas de engenharia que viabilizasse a produção, o armazenamento, o escoamento e a comercialização. Em Goiás, a rede de armazenagem apresentava uma capacidade de 11 milhões de toneladas no final dos anos de 1990 e era distribuída entre silos e armazéns.

A alta produção de grãos em Rio Verde é confirmada pelo Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (CONAB); em 2010, foram armazenados 1.507.253 toneladas. Nesse ano, havia 36 empresas rurais e agroindustriais cadastradas, responsáveis por 79 armazéns e silos, capazes de atender ao município e à região. Dentre elas, a empresa

COMIGO, Cargill, Grupo Brejeiro, Grupo Cereal, Caramuru, entre outras, oferecem armazenagem e esmagamento da soja.

d) Consumo de energia rural

A ampliação do consumo produtivo agrícola amplia entre outros fatores, o consumo de energia rural. Ainda que o consumo rural viesse ocorrendo nas últimas décadas, ele se sobressai a partir de 2000 em função da ampliação das empresas rurais e a informatização agrícola, elevando consideravelmente o consumo em Goiás, Sudoeste Goiano e em Rio Verde (Tabela 20).

Tabela 20: Goiás, Sudoeste Goiano e Rio Verde – consumo de energia rural (Mwh) 1995/2014

Localização	1995	2000	2005	2010	2014
Goiás	366.026	654.638	871.168	1.142.200	1.311.238
Sudoeste Goiano	-	-	98.764	146.380	176.353
Rio Verde	-	20.662	36.135	59.997	70.650

Fonte: Seplan/Sepin/GO. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás (SEPLAN), são alocados na categoria energia rural, os consumidores que desenvolvem atividades rurais com objetivos econômicos, tais como as subclasses: agropastoril, cooperativas de eletrificação rural, indústria rural e coletividade rural.

A industrialização do campo com base no apoio financeiro do Estado e a formação das empresas rurais em Goiás vão elevar o consumo de energia rural nesse estado, indicando a reestruturação agrícola que vem ocorrendo. Somente em Goiás, o consumo de energia rural dobra entre 1995 e 2005.

Em Rio Verde, a elevação do consumo rural foi ainda maior se comparado ao estado no período de 2000 a 2014; pois foi triplicado. Isso devido à inserção de tecnologia no campo, como maquinário, silos, pivôs e atividades de granja suínas e de aves, que aumentaram significativamente após os anos 2000.

e) Transportes

Santos e Silveira (2001) chamam a atenção para o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação enquanto fatores essenciais para o desenvolvimento de um Meio-

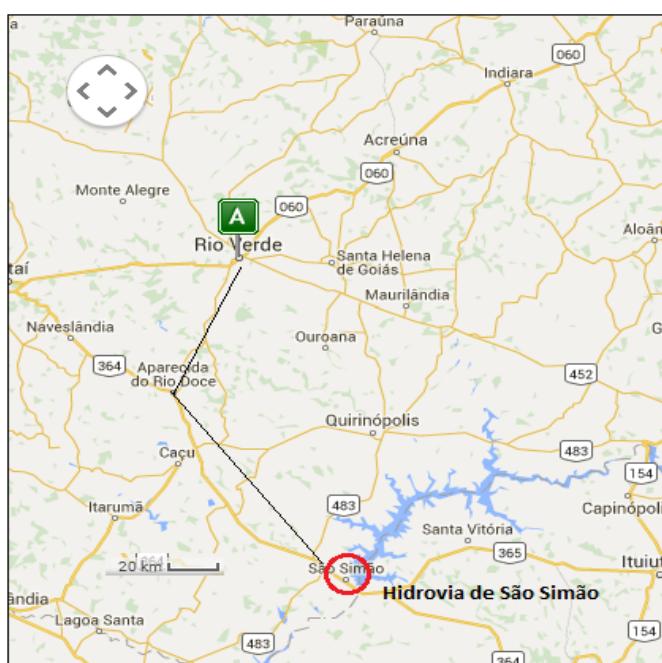
técnico-científico-informacional no território brasileiro. No desenvolvimento do processo produtivo agroexportador, quanto maior a fluidez, melhor será a circulação e comercialização da produção.

No Brasil, a maior parte dos transportes de carga é realizada por rodovias; seu intenso uso e falta de fiscalização por excesso de peso tem piorado sua conservação. No período de safra, aumentam o número de caminhões nas estradas e o congestionamento no pátio das agroindústrias ou dos portos, fatores que ajudam a encarecer o frete. Visando maior fluidez do transporte, Vieira (2002) argumenta que o governo tem investido na integração e racionalização das rotas, criando os corredores de transportes multimodais, que incluem rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aerovias.

Goiás se utiliza do corredor Tietê-Paraná (que inclui Goiás, Triângulo Mineiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul) e do corredor Centro-Norte (que inclui o Tocantins, sul do Maranhão, Piauí, sudeste do Pará, leste do Mato Grosso e nordeste de Goiás).

O Sudoeste Goiano se utiliza do corredor Tietê-Paraná para exportação, escoando sua produção pelos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR). Utiliza-se previamente a Hidrovia de São Simão, por meio da GO-174. Essa Hidrovia está localizada aproximadamente a 150 Km de distância de Rio Verde (Figura 7).

Figura 7: Localização da Hidrovia de São Simão-GO, 2015

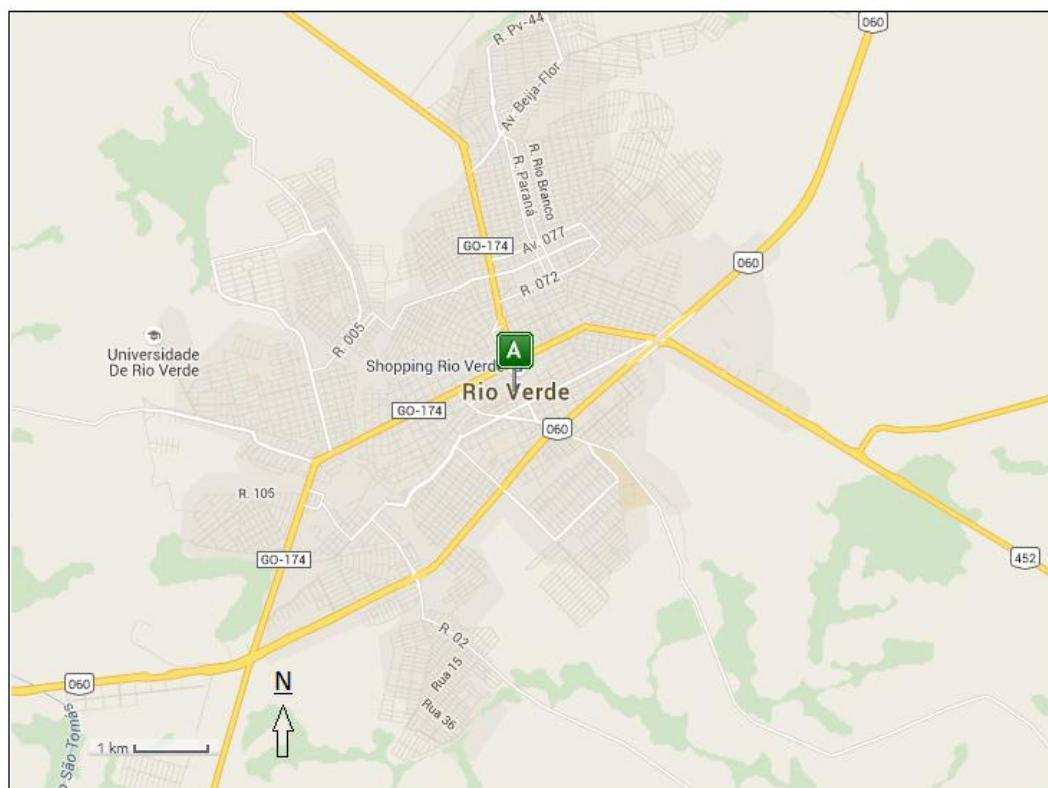


Disponível em: <<http://mapas.guiamais.com.br/guia-de-bairros/darv+distrito+agro+rio+verde-rio+verde-go>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Em Goiás, a lógica do processo produtivo agrícola exigiu a instalação de um território mais estruturado, capaz de atender à operacionalidade do mercado.

Dentre o sistema de circulação e escoamento, duas importantes rodovias federais cortam o município de Rio Verde: a BR 060 (Jataí- Rio Verde – Goiânia- Brasília, estendendo-se para o Norte), e a BR 452 (Rio Verde - Itumbiara-GO, direcionando-se para a região Sudeste), como pode ser visto na figura 8.

Figura 8: Rio Verde/GO - localização das principais rodovias asfaltadas, 2015



Disponível em: <<http://mapas.guiamais.com.br/guia-de-bairros/darv+distrito+agro+rio+verde-rio+verde-go>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

3.3.2.2 Indicadores econômicos e fundiários

a) Estabelecimentos rurais

O Censo Agropecuário de 1970/2006 nos revela que a distribuição dos estabelecimentos rurais tem uma dinâmica semelhante nesse período. Na tabela 21, podemos observar que em 1985 houve crescimento dos estabelecimentos em nível federal e regional; e redução em nível

estadual e municipal. Na década de 1990, ocorreu uma redução geral de estabelecimentos em todos os níveis.

Tabela 21: Brasil, Goiás, Sudoeste Goiano e Rio Verde – estabelecimentos, área total e pessoal ocupado, 1970/2006

Indicadores	1970	1985	1995/6	2006
BRASIL				
Estabelecimento (n.)	4.924.019	5.801.809	4.859.865	5.204.130
Área total (ha.)	294.145.466	374.924.929	353.611.246	354.865.534
Pessoal ocupado	17.582.089	23.394.919	17.930.890	16.414.728
Goiás				
Estabelecimento (n.)	145.115	131.365	111.791	136.244
Área total (ha.)	35.783.038	28.864.106	27.472.100	24.983.002
Pessoal ocupado	547.647	616.336	471.657	402.441
Sudoeste Goiano				
Estabelecimento (n.)	6.921	10.015	9.434	10.443
Área total (ha.)	3.346.132	5.018.385	4.490.209	3.870.966
Pessoal ocupado	36.873	47.658	43.953	40.730
Rio Verde				
Estabelecimento (n.)	3.095	2.911	2.231	2.289
Área total (ha.)	977.414	977.409	720.242	580.808
Pessoal ocupado	15.182	13.586	8.356	9.401

Fonte: IBGE/ Censo agropecuário 1970-2006. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

No período de 1970 a 2006, houve um crescimento de 20% na utilização da terra no Brasil, diferente do estado de Goiás, que teve seu território dividido em 1988, a partir da Constituição Federal, originando o estado do Tocantins com uma área total de 277.620 km², e restando para o primeiro, uma área de 340.086 km². Assim, Goiás reduz seus 131 mil estabelecimentos em 1985 para 111 mil em 10 anos.

Em 2006, o Censo agropecuário registra um pequeno aumento dos estabelecimentos agropecuários em todos os níveis. O Sudoeste Goiano aumenta 10% dos estabelecimentos e, em Rio Verde, o aumento foi pouco mais de 2%, em função de processo de herança ou vendas.

b) Área utilizada: produção e pecuária

A área total de terras utilizadas no Brasil sofre um aumento considerável a partir de 1970, em função dos programas agropecuários desenvolvidos em diversos estados do país. Em 1970, somavam 34 milhões de hectares de terras utilizadas para lavouras, uma década depois alcançou 51 milhões de hectares. Com relação às áreas de pastagens, em 1970, havia cerca de 154 milhões de ha e em 1980, essas áreas somaram 171 milhões de hectares.

A inserção da agricultura científica promovida pelo capital transnacional e financiada pelo Estado promoveu uma modificação nas velhas formas de produção (técnicas, produtividade, qualidade, relações de trabalho, etc.) do Sudoeste Goiano para um novo modelo que atendesse ao capital agroexportador. A especialização de um limitado número de cultivo na região determinou a formação de monocultura, especialmente, da sojicultura.

Em função disso, ocorre no Sudoeste Goiano e em Rio Verde uma redução nas áreas direcionadas para a pecuária, que sofrem um remanejamento para a produção agrícola, com o uso intenso de insumos agrícolas, o que irá gerar maior produtividade em menor espaço. A soja é o melhor exemplo – na década de 1980, um hectare nas áreas do Cerrado permitia produzir 11 sacas desse grão; já em 1990/2000 esse volume subiu para 50 sacas (MENDONÇA, 2004).

Esse aumento de produção pode ser constatado na produção do município de Rio Verde, a partir da década de 1970. A evolução da produção dos grãos, tais como milho, soja e sorgo, e a redução do arroz de sequeiro evidenciam esse processo (Tabela 22).

Tabela 22: Rio Verde/GO - principais produtos agrícolas, 1978/1990

Produtos	1978		1980		1990	
	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)
Arroz	20.482	41.800	86.700	85.000	17.420	23.450
Milho	61.200	51.000	55.440	28.000	250.170	80.700
Soja	8.268	7.500	46.800	30.000	184.800	146.670
Sorgo	-	-	-	-	175	125

Fonte: Cunha Neto (1988, p. 259). IBGE/ SIDRA. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Logo após a retirada da vegetação dos Cerrados, é comum o plantio do arroz de sequeiro. Esse cultivo vai predominar até a década de 1980, sendo substituído nas décadas seguintes por plantio de grãos, especialmente, a soja.

A produção do milho, já tradicional no município, continua crescendo em área e em produção, servindo de matéria-prima à agroindústria local. Outro produto que chamamos a atenção é o sorgo, que é introduzido no plantio a partir da década de 1990, direcionado para a pecuária, e tem um crescimento em área e produção bastante elevado, aumentando de 175 toneladas para 63 mil toneladas em 2000 para atender à demanda da pecuária.

Cultivos tais como o milho e o sorgo são plantados na safrinha, criada a partir do plantio direto. Ferreira (2001, p. 121) explica que “a safrinha é o plantio de mais de uma safra por

ano”. O agricultor colhe a soja até meados de fevereiro e faz o plantio da safrinha. As chuvas de abril e maio possibilitam a produção ficando a colheita para julho, no período seco.

Contudo o grão que mais determina a produção agrícola no Sudoeste Goiano e de Rio Verde é a soja. A ampliação da área plantada para esse grão nesse município é outro indicador que chama a atenção. Em 1970, compreendia apenas 3.713 hectares. Em pouco mais de três décadas (2005), ampliou consideravelmente para uma área 265 mil hectares, possibilitando a produção de 715 mil toneladas de grãos e fortalecendo o Complexo Agroindustrial de grãos e carnes (Tabela 23).

Tabela 23: Rio Verde/GO - principais produtos agrícolas, 2000/2013

Produtos	2000		2005		2013	
	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)
Arroz	7.200	3.000	4.500	4.500	1.740	600
Milho (2ª safra)	87.500	35.000	90.000	25.000	1.008.000	210.000
Soja	507.500	175.000	715.000	265.000	870.000	290.000
Sorgo	63.000	35.000	97.000	65.000	70.000	25.000

Fonte: IBGE/ SIDRA. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Os mesmos cultivos de antes de 1980 ainda continuam, como arroz, milho e sorgo, acrescentando agora a soja e a cana-de-açúcar. O algodão e o tomate diminuiriam sua produção local. O milho produz duas safras por ano, e será na segunda que haverá maior produção, uma vez que não irá dividir espaço com a soja.

A cada ano, o estado de Goiás aumenta sua área de cultivo, batendo recordes de produção com uma área de 2,9 milhões de hectares. Na safra de 2013/2014, ficou classificado como o 4º maior produtor de soja do Brasil, perdendo para o Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, conforme informações da Secretaria Estadual da agricultura de Goiás.

O ritmo de crescimento dessa lavoura foi muito rápido, atendendo ao comando do capital internacional. Na década de 1970, fase de implantação dos projetos agropecuários, a produção foi baixa em todo o estado de Goiás. Mas, após esse período de implantação, o cultivo foi ganhando espaço rapidamente no estado, exigindo mais capital e tecnologia, e reestruturando o espaço rural.

Em apenas 15 anos, Goiás teve um cultivo recorde de soja com uma produção que iniciou com 10 mil toneladas em 1970 e que ultrapassara 1,1 milhão de toneladas em 1985; chegando a 8,9 toneladas em 2013 (Tabela 24).

Tabela 24: Goiás, Sudoeste Goiano e Rio Verde - evolução da produção de soja (t), 1970/2013

Local	1970	1985	1995	2006	2013
Goiás	10.219	1.157.704	1.960.112	6.996.430	8.913.069
Sudoeste Goiano	8.587	933.953	1.508.058	2.909.900	3.419.608
Rio Verde	3.214	230.151	231.800	715.500	870.000

Fonte: IBGE/ SIDRA. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

A inserção do Sudoeste Goiano ocorre na mesma época, com apenas 8,5 mil toneladas em 1970. Naquele momento, representava 37% da produção estadual. Na década de 1980, a produção aumentou em função da introdução de novos produtores, beneficiados pelos programas supracitados.

No Sudoeste Goiano, destacam-se os municípios de Rio Verde, Jataí, Montividiu e Mineiros na produção de soja, abastecendo o Complexo Agroindustrial que se formou em torno dessa oleaginosa; em 2013, representava mais de 35% da produção do estado.

Uma primeira etapa de produção ocorreu entre as décadas de 1970 e 1990, passando de 3 mil toneladas para 230 mil. Nessa fase, boa parte da produção era exportada, pois quase não havia agroindústrias em Rio Verde.

Num segundo momento, ocorre um novo crescimento entre 1995 e 2013, fase em que a produção cresce vertiginosamente, passando de 230 mil para 870 mil toneladas. Nesse período, ocorre a implantação do Complexo Agroindustrial de grãos, com a implantação de agroindústrias que irão beneficiar os grãos, transformando-os em farelos, ração e óleo.

Essas empresas vão demandar maior produção de grãos (soja e milho) estimulando os produtores rurais a produzirem maior quantidade (com qualidade); nesse momento, o produtor terá que abastecer o mercado nacional e internacional.

Convém salientar que, se por um lado, a agroindústria demanda maior produção, por outro, não oferece vantagem no preço de venda para os produtores, estes pagam valores padronizados de mercado. A vantagem maior é para a agroindústria que tem a matéria-prima próxima, garantida mesmo antes da colheita.

Além dos grãos, chamamos a atenção para o cultivo da cana-de-açúcar, que vem crescendo numa proporção muito elevada no sentido de atender ao setor sucroalcoleiro que se instala pesadamente em Goiás a partir do início dessa primeira década do século XX.

Em Rio Verde, a produção foi de 320 mil toneladas em 1999, alcançando a safra de 2,6 milhões de toneladas em 2013 (Tabela 25).

Tabela 25: Rio Verde/GO – produção de cana-de-açúcar, 2000/2013

Produto	2000	2005	2013
Produção (t)	320.000	210.001	2.614.400
Área (ha)	4.000	2.626	30.400

Fonte: IBGE/ SIDRA, 2000, 2005 e 2013. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

É necessário ressaltar que a inserção da lavoura de cana-de-açúcar no município de Rio Verde sofre resistência por parte de produtores rurais e empresários do ramo da agroindústria.

Movimentos foram realizados entre 2005/06, buscando frear a produção de cana-de-açúcar, bem como limitá-la em detrimento da produção de grãos e das agroindustriais ligadas a esse setor. No entanto, antigas áreas de pastagens ou de grãos foram sendo gradativamente substituídas pela cana, num contrato de arrendamento pelos vários usineiros que existem na região²⁴ (Foto 7).

Foto 7: Rio Verde - lavoura mecanizada de cana-de-açúcar

Disponível em: <<http://www.rioverdeagora.com.br/noticias/cidade/lancamento-da-colheita-de-cana-de-acucar-2013-14>>. Acesso em: 12 out. 2015.

A pecuária também tem seu espaço de destaque na economia regional, abastecendo o Complexo Agroindustrial de carnes. Enquanto região tradicionalmente pecuarista com gado de corte e produção leiteira, pôde vincular essas atividades à agroindústria de laticínios e frigoríficos.

Até a década de 1990, o efetivo bovino destacou-se no município em função da atividade prioritária, sobrepondo-se ao efetivo suíno e de aves (Tabela 26). Seu crescimento foi contínuo até 1998, contudo em 2006 sofre uma leve redução do rebanho, estabilizando-se nos anos seguintes.

²⁴ Dentre os vários grupos, destacamos: Grupo Usina Rio Verde Ltda. (Rio Verde); Grupo Raízen Energia S/A (Jataí); Grupo São Martinho (Quirinópolis); Grupo Vale do Verdão (Santa Helena de Goiás), Grupo Odebrecht Agroindustrial (Caçú e Mineiros).

Tabela 26: Rio Verde/GO - efetivo da pecuária em 1978/2013

Produtos	1978	1980	1998	2000	2006	2013
Aves (cab.)	220.000	224.358	186.000	3.220.000	11.600.000	12.000.000
Bovinos (cab.)	347.520	490.394	440.000	440.000	320.000	340.000
Suínos (cab.)	80.000	38.740	29.000	91.000	335.000	780.000
Prod. de leite (1.000 l)	20.851	40.000	55.000	55.750	61.000	70.000
Prod. de ovos (1.000 dz.)	-	-	340	5.455	9.211	23.000

Fonte: Cunha Neto (1988, p. 260) e SIDRA/IBGE 1978, 1980, 2000, 2006 e 2013. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de). Disponível em:<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica_bde.asp> Acesso em: 18 jun. 2014.

Apesar da relevância das lavouras e da pecuária (Figura 9), a produção de leite não perdeu espaço no cenário econômico regional, uma vez que é matéria-prima na produção de produtos lácteos em laticínios locais, sendo um deles, a própria COMIGO.

Figura 9: Rio Verde – apresentação da pecuária, sojicultura e cana-de-açúcar

Disponível em: <<http://www.msnnoticias.com.br/editorias/agronegocios/bovinos-soja-e-cana-alavancam-alta-no-valor-da-producao-agro-em-ms/59519/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

Mudanças no efetivo suíno e aviário vieram ocorrer a partir de 2000, quando a empresa Perdigão²⁵ (atual BRF) instala-se em Rio Verde desenvolvendo atividades frigoríficas com suínos e aves e ampliando consideravelmente esse efetivo no município, reestruturando a divisão do trabalho agropecuário.

A partir disso, uma nova etapa surge no campo: uma parceria entre pequenos produtores rurais e a agroindústria. Tornam-se parceiros integrados, ou seja, por um lado, recebem apoio técnico, manejo, incentivos e, por outro, criam suínos e aves para a agroindústria.

²⁵ A fusão das empresas Perdigão com a Sadia, em 2009, gerou a BRF.

Um novo complexo é estruturado na economia do município, o complexo de carnes, tendo a soja como matéria-prima suporte (grãos e farelo). A produção agroindustrial de aves e suínos direcionados para o mercado consumidor nacional e internacional passa a exigir a ampliação significativa do efetivo de aves e suínos do município.

Em apenas dois anos (1998/2000), o efetivo de aves ampliou de 186 mil para mais de três milhões de aves, e, em 13 anos, o efetivo aumentou de três milhões para mais de 12 milhões. O mesmo ocorreu com o efetivo suíno, que antes era criado em chiqueiros tradicionais apenas para consumo local.

A produção de caráter industrial obrigou a formação de granjas suínas, que pudessem suprir regionalmente a demanda da BRF, mantendo um padrão de higiene e de produtividade de alta qualidade. Nesse sentido, no início do processo de funcionamento das granjas, a produção salta de 29 mil suínos em 1998 para 91 mil em 2000 e ficará ainda mais intensa a partir desse período, chegando a 780 mil suínos em 2013, que serão usados como matéria-prima nas indústrias de alimentos (Foto 8).

Foto 8: Rio Verde – granjas avícolas e suínas, 2015



Disponível em: <<http://www.tecnologiaetreinamento.com.br/aves-peixes/avicultura/granja-criacao-aves-instalacoes-aviario-higiene-alimentacao/>>; <[http://www.avesuy.com.br/index.php/desc_noticia/aceaо-muda-forma-de-gerir-granjas-de-suinos-no-brasil](http://www.avesuy.com.br/index.php/desc_noticia/aceaो-muda-forma-de-gerir-granjas-de-suinos-no-brasil)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

c) Exportação

A capitalização do setor agrícola em Goiás e no Sudoeste Goiano ocorre em função de uma política de crédito rural facilitada, financiamentos em tecnologia e químificação, melhoria nos meios de transporte e comunicação, presença de um mercado consumidor, além da capacidade empresarial do produtor rural.

Em Goiás, a lavoura capitalista foi planejada para o mercado mundial e, como a soja é uma commodity internacional, algumas vezes, os produtores são influenciados em suas decisões, dependendo do contexto econômico internacional.

Para facilitar a exportação, os produtores podem comercializar sua produção diretamente na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuro) de São Paulo e Bolsa de Valores de Chicago/EUA.

Em 2004, Goiás realizou um volume de negócios externos da ordem de US\$ 1,4 bilhão; em uma década, esse volume saltou para US\$ 6,9 bilhões em 2014 (Seplan/Sepin-Go). As importações também foram alavancadas, passando de US\$ 625 milhões em 2004 para US\$ 4,4 bilhões no mesmo período, como vemos na tabela 27.

Tabela 27: Goiás - balança comercial entre 2004/2009 (em bilhões US\$)

Período	GOIÁS		
	Exportação	Importação	saldo
2004	1.411.773	625.364	786.410
2006	2.093.111	992.574	1.100.536
2008	1.090.520	3.050.197	1.040.323
2010	4.044.660	4.175.264	-130.603
2014	6.979.883	4.419.225	2.560.657

Fonte: Seplan/Sepin-Go. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

As exportações são direcionadas para países da Ásia e da Europa, tais como China, Rússia, Países Baixos e, em menor escala, Espanha, Índia, Irã, França, Reino Unido, Arábia Saudita.

Segundo informações do “Goiás em Dados” (2014) e do Seplan/Sepin-GO, dentre os produtos exportados, o complexo de soja (farelo, grãos e óleo) ficou em primeiro lugar, participando com 42% das exportações goianas. E, o segundo lugar, ficou para o complexo de carne, que participou de 22% do total exportado.

Com relação às importações, estas procedem em sua maioria, da Coréia do Sul, Estados Unidos e Japão, atendendo às montadoras de veículos, o consumo produtivo do campo como máquinas agrícolas e fertilizantes além de insumos para indústrias farmacêuticas.

As eventuais quedas nas exportações são decorrentes dos reflexos da crise mundial, que afetam a produção goiana por meio da demanda das exportações, pela valorização do câmbio e pela retração das cotações internacionais das commodities.

No Sudoeste Goiano, ocorre um crescimento expressivo da exportação, aumentando de US\$ 63.584.195 em 2001 para US\$ 233 milhões para 244 milhões em 2005 (Tabela 28).

Tabela 28: Sudoeste Goiano e Rio Verde - balança comercial entre 2001/2014 (US\$ FOB)

Ano	SUDOESTE GOIANO			RIO VERDE		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
2001	63.584.195	33.753.815	29.832.381	28.951.864	24.762.790	4.189.074
2005	244.073.705	65.959.247	178.116.463	182.558.841	42.690.269	139.868.572
2009	233.236.156	99.917.628	133.320.537	140.912.735	71.736.546	69.176.189
2010	210.997.783	133.211.582	77.786.201	147.757.703	97.925.194	49.832.509
2014	815.977.439	234.238.028	581.739.411	596.792.825	183.916.359	412.876.466

Fonte: Seplan/Sepin-GO. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

O aumento da exportação está relacionado com a implantação do Complexo Agroindustrial, ocorrendo o mesmo processo em Rio Verde. As exportações estão pautadas no complexo da soja e no complexo das carnes (frangos/suínos).

Em 2008, o frigorífico Margem fecha suas portas em Rio Verde, ao mesmo tempo em que ocorre uma ligeira queda das exportações do complexo soja em decorrência da redução de preços das commodities (FAEG). Esses fatores resultaram no saldo negativo na balança comercial do município naquele ano e no ano seguinte.

Contudo, após esse período, as exportações reagem e o saldo volta a ser positivo, especialmente após 2010. A partir disso, queremos mostrar que o crescimento da balança comercial é mais um indicador da reestruturação produtiva no Sudoeste Goiano e da formação dos complexos agroindustriais grãos-carnes.

3.3.2.3 Indicadores sociais da reestruturação agrícola

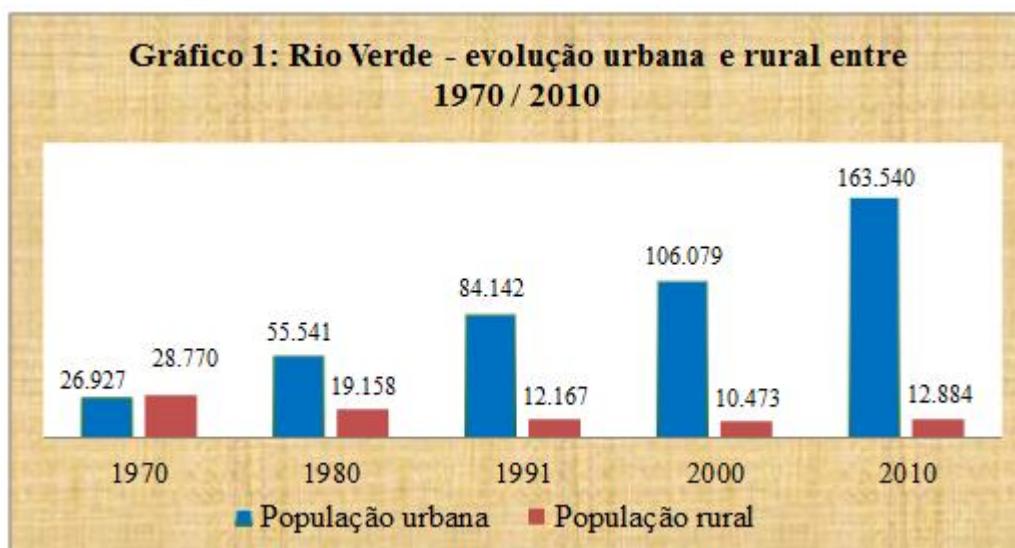
a) Migração ascendente e pessoal ocupado no setor agrícola

A partir do momento em que a modernização da agricultura se estabelece no Sudoeste Goiano e a formação do Complexo Agroindustrial de grãos se desenvolve, ocorreu uma significativa redução no conteúdo populacional do campo. Entendido como mão de obra sem qualificação, o trabalhador braçal é paulatinamente substituído por mão de obra qualificada e pela mecanização.

Parte desse fluxo rural, constituído de pequenos proprietários, agregados, parceiros e empregados temporários, são excluídos de seu trabalho agrícola e são expulsos para as cidades, gerando uma migração ascendente (ELIAS, 2006a; 2006b; 2006c), ou seja, o êxodo rural.

A exemplo desse processo, o Sudoeste Goiano apresentou uma redução populacional rural significativa entre 1980 e 2010. Neste período, a população rural caiu de 65.349 para 42.858 habitantes. Em Rio Verde, a população rural se equipara à população urbana a partir da década de 1970, fase em que se iniciam as mudanças técnicas no campo.

Após 1980, a população rural entra em declínio, reduzindo de 19 mil para 10 mil em 2010. Esse fluxo retornou para a cidade, uma vez que o crescimento urbano se eleva no mesmo período, recebendo fluxo rural e externo (Figura 10).



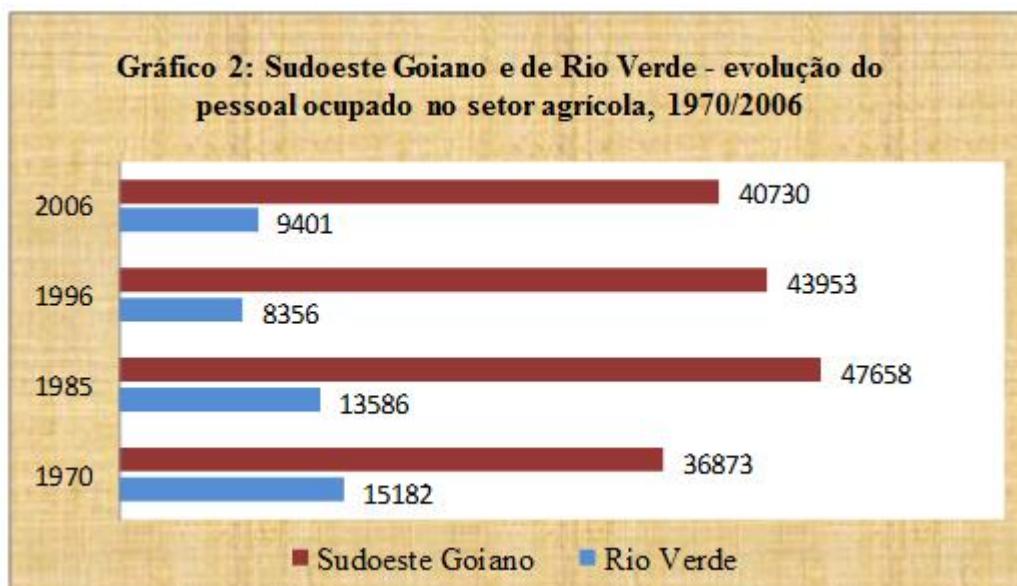
Fonte: IBGE 1980/2010. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Dentre os fatores de expulsão do campo no Sudoeste Goiano, será necessário destacar o lado perverso do agronegócio, um processo que reproduz o capital e, por isso, gera contradições e conflitos sociais.

Gonçales (2008) cita a concentração econômica, concentração política, concentração da propriedade, legislação fundiária, modernização da produção e ausência de uma política agrária. Além disso, a cidade também exerce atração a partir de melhoria do sistema viário, concentração de equipamentos de saúde, educação e lazer, estimulando, ainda mais, a saída desse homem do campo.

A redução dos trabalhadores permanentes do campo não foi equilibrada com o retorno do trabalhador nas lavouras temporárias (soja, cana, milho); as alterações no processo produtivo das áreas dos Cerrados modificaram a estrutura técnica do plantio e, portanto, exige mais inovações mecanizadas que mão de obra braçal.

Podemos verificar essa situação analisando a evolução do pessoal ocupado no setor agrícola do Sudoeste Goiano e Rio Verde entre 1970 e 2006 (Figura 11). As mudanças são efetivadas a partir da década de 1980, alguns anos após a instalação do POLOCENTRO, porém com particularidades entre o nível microrregional e municipal.



Fonte: IBGE Censo agropecuário (1970/2006). (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Em 1970, o Sudoeste Goiano apresenta um total de 36 mil pessoas trabalhando no campo, contudo em 1980 ocorreu uma elevação em 29%. Isso ocorreu em função do aumento dos estabelecimentos rurais na produção agrícola de grãos, exigindo naquele momento, mais mão de obra no período de transição de Cerrado bruto ou pastagens para agricultura capitalista. Nesse período, houve um salto de 6.921 estabelecimentos em 1970 para 10.015 em 1985.

Posteriormente, quando os estabelecimentos transformam-se em empresas rurais e atendem aos imperativos capitalistas da técnica, ciência e informação, ocorre uma reestruturação tanto na produção quanto na administração e no pessoal. A visão racionalista e competitiva de mercado chega aos espaços agrícolas.

Portanto, a partir da década de 1990 e 2000, o Sudoeste Goiano vai configurar-se noutra fase, agora, de redução de pessoal ocupado no campo.

Em Rio Verde a redução de mão de obra no campo se efetiva a partir da década de 1980 e torna-se mais intensa na década de 1990, ou seja, uma redução em 45% no período

1970/1996. Após 2006, o crescimento do pessoal ocupado no campo ocorre em função da criação das granjas suínas para atender à agroindústria BRF.

Se o número de empregados permanentes cresce na década de 1980 no Sudoeste Goiano, inversamente, os números de parceiros vão reduzir. Segundo Ferreira (2001), o parceiro foi sendo substituído pelo empregado permanente ou temporário no sentido de adaptar ao novo modelo agrícola capitalista. O empregado rural passa a ter garantias trabalhistas tal qual o empregado da cidade.

A figura do arrendatário também ganha relevância nessa microrregião, a partir de 1970. Provenientes do sul e do sudeste, os novos imigrantes chegam capitalizados e optam por arrendar parte de propriedades e recursos modernos (maquinários), efetivando a compra da terra logo em seguida.

Em 1970, a área arrendada no Sudoeste Goiano era de 215.320 hectares, passando para 423.533 hectares em 1995. Um total distribuído entre 1.772 e 1.893 arrendatários respectivamente (FERREIRA, 2001).

Novos arrendamentos vão surgindo por parte de agroindústrias sucroalcoleiras na microrregião, no sentido de atender à demanda pela matéria-prima (cana-de-açúcar). Em Rio Verde, a introdução do plantio da cana ocorreu por meio do arrendamento de áreas de pastagens, no entanto enfrenta resistências em função da especialização na sojicultura.

b) Migração descendente e o emprego agrícola

O paradigma da competitividade que se estabeleceu no campo, vem exigindo que o produtor rural trate sua fazenda com uma visão empresarial. Para isso, ele precisa aperfeiçoar ou contratar pessoas com capacidade de gerenciamento e administração, principalmente, para as atividades com alta produção e alta qualidade, como a agropecuária.

As fazendas que vão se integrando ao sistema produtivo capitalista tornam-se empresas rurais. Suas características estão ligadas à exploração da capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.

Qualquer tipo de empresa rural, seja familiar ou patronal, é integrada por um conjunto de recursos, denominados fatores da produção. São eles: a terra, onde se aplicam os capitais e se trabalha para obter a produção, o capital, que representa o conjunto de bens colocados sobre a terra com objetivo de aumentar sua produtividade e ainda facilitar e melhorar a

qualidade do trabalho humano; e o trabalho, que se trata das atividades desempenhadas pelo homem.

Além disso, outro fator de produção é a técnica, que interage com os demais fatores propiciando que a empresa rural participe do processo capitalista de modo competitivo.

Andrade (1996) entende a empresa capitalista rural como uma unidade de produção com elevado nível de capital de exploração, o que explica a natureza intensiva de sua produção. Numa empresa dessa característica, as relações sociais de produção são capitalistas, ou seja, a força de trabalho é formada por trabalhadores assalariados, permanentes ou temporários.

Uma empresa capitalista possui alto grau de produção, comercialização, e poder de competição, uma vez que sua produção se destina ao mercado. Geralmente, constitui uma unidade de produção especializada ou com poucas linhas de exploração, muitas vezes complementares.

Com a intensificação da produção capitalista nos Cerrados, pelas empresas rurais, houve necessidade de mão de obra qualificada, estimulando um processo de migração descendente, ou seja, o retorno do trabalhador ao campo.

Em algumas dessas empresas rurais, a mão de obra assalariada ainda tende a restringir-se àquela de mais alta qualificação, tais como tratoristas, técnicos agrícolas, administradores, agrônomos etc.

A empresa rural representa também uma mudança na divisão social do trabalho; o empregado precisa dominar conhecimento técnico para trabalhar com maquinários, pivôs, adubos, ou ter conhecimento especializado em solos, administração em agronegócio, exportação, contabilidade dentre outros. Nessa fase de capital monopolista, o trabalhador braçal sem especialização, praticamente não tem mais espaço permanente.

As atividades agropecuárias operam mais sob o comando da técnica do que sob o comando da natureza. A sazonalidade será um fator intrínseco a essas atividades, estipulando tempo para engorda; tempo para plantio; tempo para colheita.

Mas, será a técnica empregada nesse contexto que fará a produção agrícola aumentar ou reduzir, conforme a demanda do mercado. Segundo dados da RAIS²⁶/CAGED²⁷, o número de

²⁶RAIS - Relação Anual de Informações Sociais: é reconhecida como um censo anual do mercado de trabalho formal, entretanto, é importante registrar que ela, assim como outras fontes, apresenta limitações, sendo a principal delas a omissão de declarações. Nesse sentido é necessário cautela na utilização e interpretação dos dados.

²⁷CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: este Cadastro Geral serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais.

emprego formal na atividade extrativa e agropecuária de Rio Verde, no ano de 2007, somava 3.161 postos (Tabela 29).

Tabela 29: Rio Verde/GO - número de empregos formais admitidos, segundo a RAIS/CAGED em dez. 2007/2014

Atividades	2007	2014
Extrativa Mineral	32	38
Agropecuária	4.759	3.123
Total	4.791	3.161

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. RAIS/CAGED. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 12 maio 2015.

No período de safra da soja, ocorre um aumento de 30 a 50% no quadro de funcionários temporários do setor agropecuário, atendendo a demanda das empresas rurais. Esse contingente faz a marcha da migração descendente por um período de aproximadamente quatro meses (novembro a fevereiro), fase de plantio e colheita dos grãos. Além das empresas rurais, emprega-se também nas atividades agropecuárias integradas com a BRF; dentre as ocupações, as mais admitidas são: trabalhador agropecuário geral, trabalhador volante da agricultura, trabalhador da suinocultura, trabalhador da avicultura de cortes e tratorista agrícola (CAGED, 2014).

Com relação à mão de obra mais qualificada, há outras ocupações que se admitem em menor número: operadores de máquinas agrícolas, técnico agrícola, agrônomo, aviador e técnico em manutenção de maquinários. Esta última é classificada como uma função que tem grande carência na Microrregião (informações confirmadas pelo Sindicato Rural de Rio Verde e uma empresa rural entrevistada). Segundo informações estatísticas do sistema CAGED, em 2014, 90% dos empregados inseridos no setor agropecuário de Goiás, recebem entre 2 e 5 salários mínimos. Tratoristas e operadores de máquinas ganhavam uma média de 2 salários²⁸.

A exigência de pessoal com conhecimento técnico no campo concorrendo com a automação, fez elevar os salários pagos. Além deles, muitas empresas rurais acrescentam um benefício aos seus funcionários, que é a gratificação por safra. Essa gratificação vem a partir de uma meta que toda a equipe deve cumprir para aumentar a produtividade por hectare. O trabalho em equipe dever ser disciplinado para que o resultado seja positivo e retorne por meio da bonificação dos salários.

²⁸ Considerando o salário mínimo vigente no ano de 2014 (R\$ 724,00), um tratorista recebeu uma média de R\$ 1.400,00 por mês. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 20 jul. 2015.

3.4 O efeito perverso do agronegócio no campo: desmascarando os discursos

O discurso do agronegócio centrado na potencialização da produção e da produtividade, mediante à inserção da modernização da agricultura, criam-se expectativas de riquezas, desenvolvimento, status, e mascara uma crescente degradação da natureza e muitos conflitos sociais, como o desemprego no campo, a expulsão rural ou a substituição da mão de obra braçal. A opinião pública é manipulada a ver apenas números e médias que representam a produção nacional.

Nas palavras de Mendonça (2004, p. 228),

Algumas dessas abordagens se colocam claramente na defesa dos interesses do capital e utilizam a nomenclatura da modernização da agricultura como sinônimo de progresso e bem-estar para a maioria da população local e regional, salientando que as possíveis consequências negativas são necessárias para atingir o bem-comum.

Nessa subseção, apresentaremos alguns pontos de reflexão sobre os efeitos negativos da modernização da agricultura e do agronegócio.

3.4.1 Aspectos sociais

As transformações na agricultura a partir de 1970/80, pressionadas pela expansão do capital industrial promoveram mudanças sociais no campo, provocando uma reviravolta em toda a extensão da sociedade brasileira. Dentre os vários acontecimentos, destacamos a intensa transferência de população para o setor urbano, promovida por um conjunto de fatores, tais como a mecanização do campo, a substituição de culturas exigentes de mão de obra ou a aplicação da legislação trabalhista no campo.

O Estatuto do trabalhador rural (Lei 4.214/1963) não foi o fator preponderante para expulsar o homem do campo, mas, certamente, teve grande contribuição no processo, uma vez que abalou profundamente as relações trabalhistas camponesas. Após a criação dessa lei, houve uma pressão dos sindicatos dos trabalhadores rurais para que fossem cumpridos os direitos trabalhistas dos agregados.

Diante disso, criou-se uma situação conflituosa, uma vez que muitos proprietários não podiam ou não queriam efetivar a lei; culminando em dois resultados diretos: êxodo rural e mecanização do campo.

A concentração de terras visando à comercialização do campo tornou-se um processo segregador e conflituoso. A população rural mais pobre sentiu-se pressionada a migrar cada vez mais para além da fronteira agrícola, ou inserir-se nas periferias dos núcleos urbanos, uma vez que os programas e subsídios visam mais os latifundiários que os camponeses descapitalizados, traduzindo-se numa modernização conservadora (FERNANDES, 2005).

Por modernização conservadora, remetemos-nos a Mendonça (2004, p. 227) que explica ser um “processo de reformulação das técnicas, sem alteração das relações de propriedade, que permanecem centradas no latifúndio moderno, escudado na denominação de empresas rurais”.

Vemos que a concentração de terras permanece atrelada agora, ao nome das empresas rurais, representantes do capital agroexportador e monocultor. Segundo Mendonça (2004), a transformação do latifúndio em empresas rurais, significou novo fôlego para os grandes proprietários de terra. Eles tentam encobrir os movimentos sociais que lutam pela posse da terra sob o discurso produtivista do agronegócio.

Por ser conservadora, a modernização do campo aumentou a distância entre os grandes agricultores, que tiveram acesso ao pacote tecnológico e os pequenos, que não tiveram condições de competir com os novos parâmetros de produtividade. A terra no Brasil tornou-se mercadoria cara nas áreas de produção agrícola.

Sem acesso e sem apoio governamental para uma efetiva redistribuição de terras, os conflitos tornam-se regra e necessidade para novos assentamentos. Para o grande capital, a monocultura de grãos e cana-de-açúcar são de fato as mais relevantes para a economia nacional. No entanto, são as pequenas propriedades brasileiras que sustentam o chamado cultivo de mesa, produzindo arroz e feijão.

O Censo Agropecuário de 1995/1996, já revelava que eram as pequenas unidades produtivas que produzem a maioria dos produtos agropecuários. Enquanto representavam 91% do número de estabelecimentos e 29% do total de área produzida nas lavouras temporárias, responsabilizaram-se por 38% do rebanho bovino, 71% da produção do leite, 79% de ovos de galinhas, 55% do algodão, 78% do feijão, 92% da mandioca, 54% do milho e 47% do arroz.

Apesar da superioridade produtiva das pequenas propriedades²⁹, os latifúndios mascaram a terra improdutiva, uma vez que historicamente, o papel da grande propriedade

²⁹ A classificação da Reforma Agrária define as propriedades rurais da seguinte maneira: menos de 200 ha (pequenas), de 201 a menos de 2000 ha (médias) e com mais de 2000 ha (grandes) (MENDONÇA, 2004).

brasileira é de servir como reserva patrimonial de valor para as elites e setores hegemônicos, ao contrário das pequenas, que sempre se vinculam à produção.

Até 1973, o Estado concedia bons empréstimos para os proprietários que plantavam arroz, feijão e milho como podemos verificar na tabela 30.

Tabela 30: Brasil - empréstimos concedidos pelo Estado entre 1968/1975 (1000 toneladas)

Anos	Soja (t)	Milho (t)	Arroz (t)	Outros (t)	Total (t)
1968	87,80	273,10	369,50	230,20	960,60
1969	120,60	132,60	494,90	260,20	1.008,30
1970	173,90	372,50	639,50	163,40	1.349,30
1971	400,10	176,20	422,90	222,00	1.221,20
1973	4,80	404,70	794,90	211,10	1.415,50
1975	1.488,20	787,30	603,70	331,10	3.210,30

Fonte: Coelho (2001). (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

A partir desse período, as linhas de crédito fundiário, investimentos e custeio, foram fixadas a taxas de juros reduzidos e sem correção monetária, como afirma Coelho (2001), contudo, direcionados a grandes produtores que tivessem o objetivo de plantar em alta escala para exportar ou produzir grandes pastagens.

Os pequenos camponeses foram os mais afetados pela modernização do campo; não apenas em função da substituição de técnicas, mas também em função da nova divisão social do trabalho. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a exclusão, a dívida, o esfacelamento ou a venda. (FERNANDES, 2005).

As classes hegemônicas tornaram-se a “civilização da soja no Cerrado” destituindo os verdadeiros donos, uma vez que eles eram considerados empecilhos ao desenvolvimento do agronegócio, justificando assim, a introdução de sulistas, paulistas, e comunidades estrangeiras, tais como americanos e russos.

Segundo Mendonça (2004), essa nova classe de empresários rurais, viabilizou um novo pacto social entre seus correligionários locais/regionais criando políticas assistencialistas financiadas pelo Estado, como forma de diminuir os conflitos sociais e, também, de se perpetuarem no poder.

Para formatar esse pacto social, o Estado, pressionado pelas elites, implementou os mutirões da moradia e outras formas de assistencialismo, com o intuito de minorar os problemas causados pela acelerada mobilidade populacional do campo para as cidades. Associava-se a necessidade de ajeitar as condições de vida para os expulsos da terra, e paralelamente, [...] assegurar a aliança entre as elites históricas e os empresários rurais, perpetrando no poder as velhas oligarquias, travestidas de modernas, utilizando discursos progressistas e humanitários. (MENDONÇA, 2004, p. 169-170).

Diante disso, percebemos que a modernização da agricultura foi um processo contraditório, em que o Estado buscou aumentar a qualquer custo a produção agropecuária, ajustando-se apenas aos objetivos da política de desenvolvimento e, no entanto, não se preocupou com as alterações ambientais, sociais, os conflitos e a situação fundiária.

Mendonça (2004, p. 228) registra bem esse impasse:

O capital objetiva homogeneizar as diferentes formas de produzir, as diferentes relações sociais de trabalho, os conflitos e as contradições em torno da posse da terra [...]. Apontam para uma perspectiva política conservadora, sem qualquer compromisso social com uma perspectiva analítica e crítica, e afirmam a lógica perversa do capital no processo de apropriação das áreas cerradeiras, desconsiderando inteiramente o trabalho e os desdobramentos para os povos cerradeiros.

Interessante analisar que os projetos governamentais não visavam uma divisão justa das terras, mas, sim, a inserção da agricultura no processo capitalista globalizado. A implantação do POLOCENTRO deixa isso evidente, quando analisamos que somente teve prioridade ao programa, aqueles que possuíam propriedades com extensão média de 600 hectares.

Tal programa excluiu o pequeno produtor do processo produtivo globalizado, estendendo-se a uma parcela menor, com rendas mais altas que tinha acesso a grandes extensões de terra, excluindo os proprietários com estabelecimentos menores de 100 hectares. No caso da Microrregião em estudo, pelo menos 50% dos estabelecimentos não puderam participar desse programa (FERREIRA, 2001).

Segundo Coelho (2001), dos beneficiários, 81% operaram fazendas com mais de 200 hectares, absorvendo 88% do total de crédito do programa. As fazendas com mais de 1.000 hectares absorveram mais de 60% do total financiado. Das áreas beneficiadas, 35,4% estavam no Mato Grosso do Sul, 32,3% em Goiás e Tocantins, 17,6% em Minas Gerais e 14,7% no Mato Grosso.

3.4.2 Aspectos ambientais

O discurso da produtividade disseminado pelo agronegócio mascara também severos impactos ambientais no Bioma do Cerrado.

Por se caracterizar com solos ácidos, vegetação retorcida de clima tropical, e não atender à produção capitalista nacional, o Estado legitimou o Cerrado como área improdutiva, um bioma sem importância econômica até meados da década de 1970.

Sabemos hoje, que esse Bioma é seguramente importante, não exatamente por atender à demanda do agronegócio, mas por se constituir como o segundo maior ecossistema brasileiro, sustentando uma intensa riqueza florística e faunística integradas.

A partir da capitalização dos Cerrados, os impactos ambientais aparecem de maneira intrínseca ao espaço de atividade agrícola devido ao emprego de técnicas mecanizadas e ao uso de agrotóxicos. Segundo Barreto e Ribeiro (2008), o emprego de técnicas mecanizadas causaram uma situação contraditória, pois de um lado tornam os solos agricultáveis e, do outro, destroem a vida microbiana e a matéria orgânica do solo, quando expostos a altas temperaturas, o que facilita a ação de elementos erosivos.

A adoção de um pacote tecnológico importado, apropriado a climas temperados e adaptado em um país tropical, provavelmente, constituiu-se em um erro, como nos aponta Graziano Neto (1985, p. 91),

[...] absurdo pensar que as práticas agrícolas podem ser universalizadas, como se houvesse homogeneidade entre os ecossistemas terrestres. As diferenças de solos, radiação solar, regime de chuvas, temperatura, na diversidade de espécies e outras, levam a que certas técnicas, como a adubação química, o controle químico de pragas, o manejo do solo, por exemplo, apresentem resultados duvidosos e insatisfatórios nas condições de nossa agricultura tropical.

O Estado cooptado pelos interesses empresariais e comerciais se omitiu da responsabilidade de debater com a sociedade o processo de “ocupação racional” das áreas de Cerrado. De acordo com Mendonça (2004), preferiu estabelecer um discurso de que o progresso beneficiaria a todos, sem no entanto, subsidiar pesquisas para verificar os impactos sociais e ambientais, mapear e catalogar as potencialidades dessa área.

De fato não é interesse do governo ou do grande capital, em desvelar os discursos da agricultura moderna e do agronegócio. A alta produtividade e a cadeia produtiva, as estatísticas “justificam” a concentração de terras, mascaram a improdutividade de muitos latifúndios, desvalidam as reivindicações por reforma agrária, além de naturalizar desmatamentos e queimadas, em prol do agribusiness.

A abertura das áreas de Cerrado para a agricultura moderna ainda pode ser vista por meio do desmatamento sem controle, e da falta de fiscalização por órgãos competentes. A desculpa desses órgãos se respalda na justificativa de que é necessário auferir renda na etapa de abertura do Cerrado, por meio da fabricação e comercialização de carvão vegetal.

Sobre a produção de carvão vegetal nos Cerrados Goianos, Mendonça (2004) nos informa que ela atende ao complexo siderúrgico mineiro que necessita de matéria-prima para aquecer os fornos do parque industrial, localizado próximo a Belo Horizonte.

Em Rio Verde, o desmatamento ocorreu em função da agropecuária e do crescimento urbano, fato pesquisado por Barreto e Ribeiro (2008) nos mapas de uso do solo entre 1975 e 2005. Nesse período, as autoras analisaram que houve uma intensa redução de área de Cerrado denso e de mata galeria (quase 50 % de área), e que a primeira foi incorporada à agropecuária, e ainda, que as áreas de pastagens e agricultura ocupam 44% e 24% respectivamente, da área do município. Quanto à cidade, sua área construída cresceu mais de 600%, passando de 3,22 km² para 24,31 km² em 2005.

Apesar de serem obrigatorias nas propriedades, as reservas legais ainda são alvos fáceis dos produtores rurais. Elas são pequenas e frágeis vitrines do ecossistema do Cerrado. Na pesquisa de Barreto e Ribeiro (2008), a respeito dos impactos da agricultura sobre o meio ambiente, as autoras constataram que em Rio Verde, das 49 infrações expedidas pelo IBAMA e pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) entre 2004/05, 28 infrações se referiam a atividades de retirada de vegetação, e 10 delas em Área de Preservação Permanente (APP).

É evidente o desinteresse do governo em combater o desmatamento ou outros crimes ambientais. A descrição de Barreto e Ribeiro (2008, p. 19) sobre a estrutura existente em Rio Verde, deixa essa questão clara:

[...] o Ibama possui escritório regional em Rio Verde que conta com apenas cinco fiscais que, além desse município, fiscalizam mais outros 29, e que o BPMA possui apenas dois policiais militares no município encarregados de auxiliarem os fiscais do Ibama. [...] o baixo número de fiscais e policiais e os parcos recursos financeiros disponibilizados ao escritório regional do Ibama não permitem que haja uma fiscalização ambiental eficiente no município. Por isso, pode-se concluir que se houvesse mais fiscais e recursos financeiros, também haveria mais autuações, o que auxiliaria no combate ao desmatamento ilegal em Rio Verde.

Outro fator não menos importante se refere à quimificacão da lavoura. Seu uso afeta não apenas o ecossistema do Cerrado como a própria saúde humana. As lavouras que mais consomem agrotóxico são as de algodão, arroz, cana-de-açúcar, café, milho, soja e trigo, num total de 75% (BARRETO; RIBEIRO, 2008). Com exceção do trigo e do café, os demais cultivos são característicos das áreas de Cerrado.

A contaminação do solo e da água desequilibra a cadeia alimentar no Cerrado, exterminando desde insetos, peixes e animais de maior porte. Nem sempre os males da intoxicação são levados à mídia; mortes de cardumes de peixes, de bovinos, intoxicação por

contato do trabalhador rural, suicídio por consumo direito e até a causa de abortos ou de fetos anencefálicos em regiões agrícolas.

Segundo o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícolas (SINDAG), o consumo de agrotóxicos por estados brasileiros, em 2010, classificou-se da seguinte maneira: 20% MT, SP 18%, PR 14%, RS 11%, MG 9%, GO 8%, BA 6,5 %, MS 4,7 %, SC 2%, demais 6%. Em Goiás, são muitos os casos de intoxicações por agrotóxicos, mas destacamos o caso de Rio Verde, onde em 2013 ocorreu intoxicação numa escola rural de Ensino Fundamental³⁰. As crianças foram bombardeadas com veneno por um avião agrícola que fazia o trabalho na redondeza (Foto 9).

Foto 9: Bombardeamento de agrotóxicos em lavouras de soja por avião agrícola



Disponível em: <<http://sna.agr.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

A divulgação do acidente não teve repercussão uma vez que a elite política e econômica local estão diretamente ligadas à agropecuária.

Destacamos também o Médico e professor Wanderlei Pignat³¹, que nos tem revelado um lado muito perverso dos efeitos dos agrotóxicos na saúde humana, por meio de suas pesquisas. Segundo ele, o consumo de agrotóxicos em 2010 nas lavouras temporárias e permanentes, um total de 69 milhões de hectares, foi de 828 milhões de litros.

³⁰ Sobre o acidente, cf. o vídeo “Pontal do Buriti”, produzido por Murilo Mendonça O. Souza e Dagmar Talga (<https://www.youtube.com/watch?v=qHQdWwZcGlg>).

³¹ Wanderlei Pignati, médico e doutor na área de toxicologia, realiza pesquisas em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Centro-Oeste. Professor na Universidade Federal do Mato Grosso, há dez anos estuda os impactos do agronegócio na saúde coletiva.

As formas de contaminação do agrotóxico podem ocorrer pelas formas ocupacionais, alimentares e ambiental. Dentre as doenças de agravo agudas, Pignati (2015), destaca as gastrointestinais, dérmicas, hepáticas, renais, neurológicas e pulmonares. As de agravo crônicos, destacamos as doenças neurológicas (neurites periféricas, surdez, doença de Parkinson), Desreguladores endócrinos (diabetes, hipotireoidismo, infertilidade, abortos), Teratogênicos (anencefalia, malformações cardíacas, intestinais, aborto) e Carcinogênicas (mama, ovário, próstata, testículo, esôfagos, estomago, dentre outros)³².

Em termos de contaminação direta, a pesquisa de Pignat e Danielly Palma³³, iniciada desde 2007, detectou contaminação nos leites maternos de 100% das mães pesquisadas. Em todas as mães foram encontrados resíduos de DDE, um metabólico do DDT, agrotóxico proibido no Brasil há mais de dez anos. Dos resíduos encontrados, a maioria são organoclorados, substâncias de alta toxicidade, capacidade de dispersão e resistência tanto no ambiente quanto no corpo humano.

Ainda, segundo o DATASUS, no Brasil, foram notificados 34.147 casos de intoxicação por agrotóxico, entre 2007 e 2014. Em Rio Verde, destacamos 41 casos de intoxicação por agrotóxicos notificados pelo Centro de Informação Toxicológica de Goiás (CIT-GO), no período entre 2004 e 2005, 13 casos foram de suicídio e 8 casos de acidentes. Destacam-se os usos de Furadan (17 casos), Roundup (5 casos), formicida (4 casos), Diazinon (3 casos) dentre outros que não foram identificados (BARRETO; RIBEIRO, 2008).

Infelizmente, o modelo de modernização conservadora adotado no Brasil, baseado no uso intensivo de tecnologias químicas, mecânicas e biológicas e na priorização das grandes empresas rurais, reforçando a concentração de terras, não condiz com uma agricultura sustentável e uma estrutura agrária justa.

A saúde humana e o equilíbrio do meio ambiente se tornam questões secundárias, uma vez que o faturamento obtido pelo uso de agrotóxicos é muito alto. Somente em 2014, o faturamento da indústria de agrotóxicos no Brasil foi de U\$ 12 bilhões, segundo a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF). Ou seja, a mentalidade capitalista ainda grita mais alto que as necessidades humanas ou ambientais³⁴.

³² Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/wanderlei-pignati-dinheiro-para-a-vigilancia-de-boi-e-soja-tem-para-a-saude-do-homem-nao.html>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

³³ Pesquisa realizada em Lucas do Rio Verde – MT. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/exclusivo-a-pesquisadora-que-descobriu-veneno-no-leite-materno.html>>. Acesso em 20 fev. 2016.

³⁴ Para não fugir do foco da pesquisa, nos limitamos na discussão dos impactos ambientais. Para mais informações, cf. Barreto e Ribeiro (2008), Mendonça (2004) e Pignat (2015).

Na sequência da questão da reestruturação produtiva agrícola, abordaremos como essas transformações no campo, também, afetaram direta e indiretamente o espaço urbano de uma cidade média, como Rio Verde, modificando aspectos funcionais, econômicos, sociais, espaciais, e mesmo, sua função de representação na rede urbana, que se recria em torno do agronegócio.

4 OS REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA NO ESPAÇO URBANO: tecendo a rede da refuncionalização e da diversificação econômica de Rio Verde no Sudoeste Goiano

Vimos que a reestruturação produtiva agrícola ocorre dependente de novas relações de trabalho, de novos fluxos, de novos conhecimentos científicos, de ordens previstas nas cidades. Um processo que cria um novo sistema de demandas de serviços, de produtos, de escoamento, de fornecedores, de consumidores no campo e na cidade.

As cidades que atendem a esse campo moderno e equipado, “as cidades do campo”, foram forçadas a se adequarem às novas demandas da agricultura científica. Precisaram agregar novas funções, junto aquelas tradicionais. Foi necessário ampliar suas ofertas de serviços financeiros, comerciais, representações de maquinários e de sementes modificadas, preparar mão de obra para oferecer prestação de serviço qualificado, dentre outras.

As cidades do Centro-Oeste, especialmente as do Sudoeste Goiano, representam bem as transformações funcionais, econômicas e espaciais em função da reestruturação produtiva, justamente por estarem localizadas numa região agrícola bastante dinâmica em função das commodities agrícolas e de agroindústrias processadoras.

Foi a partir da reestruturação agrícola no campo, que a economia regional integrou todos os setores econômicos, especialmente a agroindústria de grãos e de carnes e o setor terciário, tais como as áreas de tecnologia, setor financeiro, comunicação, transporte e educação. Essa forte integração estimulou os negócios no campo e na cidade, por meio do agronegócio, criando um processo em que as cidades se especializam para o agro e pelo agro.

Algumas dessas cidades se adequam, recebem novos investimentos, especializam-se no agronegócio, e conseguem se diversificar em serviços que têm demandas regionais, como é o caso de Rio Verde; crescem e ganham elementos de cidade média, vinculadas ao agronegócio.

Nessa seção, iremos confirmar parcialmente a tese de uma cidade média do agronegócio, mostrando os reflexos da reestruturação agrícola no espaço urbano. Iremos apresentar as novas funcionalidades de Rio Verde para o campo moderno e configurar suas redes de apoio.

Propomos também apresentar sua diversificação econômica direcionada para o agronegócio (agroindústria; comércio e serviços especializados para o campo e comércio e serviços gerais). E por meio dessas variáveis, teceremos as redes de fluxos estabelecidas a partir de Rio Verde e sua área de polarização.

Para a realização dessa seção, nossa metodologia teve como respaldo as discussões apontados por Corrêa (2007), Elias (2006; 2007), Santos (1996; 2005) e Sposito et al. (2007). Com bases nas proposições desses autores, adaptamos alguns processos para analisar Rio Verde nessa seção, enquanto uma cidade média especializada no agronegócio.

Apresentaremos três processos que irão somar em conjunto para a confirmação de nossa tese principal, corroborando na discussão de cidade média.

O primeiro processo se refere à refuncionalização das cidades do campo em função do agronegócio, ou seja, iremos apresentar determinantes que comprovem que Rio Verde se refuncionalizou, bem como estruturou seu espaço urbano para atender às novas demandas do campo moderno.

O segundo processo refere-se à diversificação e à especialização dos setores agroindustriais e terciários em detrimento do agronegócio em Rio Verde; apresentaremos algumas redes agroindustriais das principais empresas locais e os principais ramos do Comércio e Serviços demandados pelo agronegócio.

E o terceiro processo, característico das cidades médias, refere-se a centralidade regional que Rio Verde tem exercido neste período contemporâneo, integrada ao processo de refuncionalização (nas variáveis de educação superior e transporte aéreo) e ao processo da diversificação econômica (agroindustrial, comercial e serviços).

Tomaremos como recorte espaço-temporal, a cidade de Rio Verde, a partir da década de 1990, fase em que a soja se encontra consolidada nacionalmente, e período de investimento da agroindustrial local.

4.1 A refuncionalização de Rio Verde para o agronegócio: novos paradigmas nos setores econômicos, científicos, educacionais e espaciais

Elias (2006) afirma que as cidades do campo podem ser as cidades locais ou as médias, e que elas se mostram como componentes de meras regiões do fazer e não do reger, uma vez que os comandos geralmente vêm das metrópoles.

São as cidades do fazer, que atendem às novas necessidades impostas pelo capitalismo no campo, transformando matéria-prima em mercadoria, incorporando informação e ciência, adequando a novas funcionalidades do campo. São portanto, cidades dinâmicas, inseridas no agronegócio, e podem ser designadas, como “cidades do agronegócio”.

Algumas cidades inseridas nas regiões agrícolas passam por dupla mudança de papéis: primeiro, refuncionalizam-se em atender ao campo moderno, por isso se tornam as cidades do campo; e segundo, quando estabelecem um centro agroindustrial e um setor terciário mais completo, como Rio Verde, também passam por outra mudança, ou seja, adequar-se para atender, além do campo, à agroindústria e ao setor terciário.

As cidades médias que se formam nas áreas agrícolas com funções duplas são mais complexas que as cidades do campo, elas são cidades que diversificam suas atividades econômicas, fortalecidas no primário, no secundário e no terciário.

Por isso, são cidades médias que centralizam funções diversificadas e estabelecem redes de consumo e de serviços em nível regional; nesse sentido, a expressão “cidade média do agronegócio” surge como uma necessidade de se especificar essas características, uma vez que se refuncionalizam para o agronegócio.

E por ser complexa no seu entendimento, não pode ser apenas uma denominação de “cidade do campo”, nem ser apenas uma característica das cidades médias; pelo contrário, apresenta-se como uma tipologia de cidade média, que contém características distintas, ainda em construção nas áreas agrícolas, como é o caso de Rio Verde.

No entanto, é relevante pensarmos que as cidades médias do Brasil possuem funções e características distintas, conforme a especialização de seu entorno.

Sendo assim, as cidades médias das regiões industrializadas possuem algumas características distintas das cidades médias localizadas nas regiões agrícolas, dentre elas, a reestruturação produtiva agrícola (ELIAS, 2006) e, em alguns casos, o papel da agroindústria.

Como característica das cidades médias, a refuncionalização e o crescimento do setor econômico nos revelam diversificação de atividades urbanas e especialização para alguns setores que integram o agronegócio (campo/agroindústria).

Fazemos essa afirmação tendo como referência, indicadores tais como o Cadastro Central de Empresas do IBGE, a arrecadação tributária de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) bem como as maiores empresas contribuintes desse imposto em Goiás (Secretaria Estadual da Fazenda de Goiás), PIB e Valores adicionados por setores de atividades (SEGPLAN/IMB e IBGE), além de informações do CAGED sobre o número de empregos formais (admissões e desligamentos), geral e por setores de atividades.

Em termos gerais, o IBGE apresentou Rio Verde com as seguintes informações sobre empresas, pessoal e salários, referentes ao ano de 2012 (Tabela 31):

Tabela 31: Rio Verde/GO - estatísticas do cadastro central de empresas, 2012

Número de unidades locais	5.299 unidades
Pessoal ocupado total	54.571 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	49.067 pessoas
Salários e outras remunerações	R\$ 998.167, 00
Salário médio mensal	2,4 salários mínimos

Fonte: IBGE (Cadastro Central de Empresas), 2012. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Em comparação aos dados da mesma fonte, referentes ao ano de 2006, houve crescimento de 45% no total do número de empresas, passando de 3.618 unidades para 5.299 em 2012. Em função disso, houve considerável ampliação no pessoal ocupado; passando de 37.481 pessoas para 54.571.

A folha mensal injetada na economia em 2006, que era de R\$ 369 mil; praticamente triplicou, elevando-se para R\$ 998 mil. O consumo fica evidente no início de cada mês, período em que o comércio e as prestações de serviços aumentam significativamente (CAGED).

Segundo dados disponibilizados pelo escritório regional do Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/GO), organizado segundo critérios próprios e tendo como base o Censo de 2010, as empresas de Rio Verde se dividem em 63% de micro porte, 3% de pequeno porte e de 34 % grande porte.

Segundo a definição do SEBRAE, o porte do estabelecimento é definido em função do número de pessoas ocupadas e depende do setor de atividade investigado (Tabela 32):

Tabela 32: SEBRAE - classificação dos estabelecimentos segundo o porte

PORTE	Setores	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	Até 19 pessoas	Até 9 pessoas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas	de 10 a 49 pessoas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas	50 a 99 pessoas
Grande empresa	500 pessoas ou mais	100 pessoas ou mais

Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/>>. Acesso em: 21 out. 2014.

Em Rio Verde, as atividades ligadas à agroindústria e ao comércio e serviços são as que mais contribuem para a dinâmica econômica do agronegócio, ficando a agropecuária como atividade que gera menos tributação (por se tratar de matéria-prima bruta) e menos emprego, em função da automação.

A concentração do Comércio e de Serviços justifica a alta arrecadação do ICMS do setor terciário apresentados pela Secretaria Estadual da Fazenda; e, junto com as indústrias, caracterizam-se como as atividades que mais cresceram e arrecadaram entre 2003 e 2008 como podemos verificar na tabela 33.

Tabela 33: Rio Verde/GO - arrecadação do ICMS total por setor, no período de 2003/2008³⁵ (R\$)

Setores	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PROD. AGROPEC.	4.722.578,87	4.528.530,04	4.882.798,75	6.124.308,03	5.679.399,29	7.340.446,29
INDÚSTRIA	19.467.623,35	26.530.256,40	28.807.879,90	27.820.831,04	39.405.463,58	83.738.283,23
COM./SERV.	37.502.396,43	27.286.077,72	33.506.356,54	43.910.495,79	49.389.203,30	56.599.387,29
Total	61.692.598,65	58.344.864,16	67.197.035,19	77.855.634,86	94.474.066,17	147.678.116,81

Pesquisa de campo (Secretaria Estadual da Fazenda de Rio Verde/GO). (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

O desenvolvimento e fortalecimento do setor de comércio e serviços de Rio Verde são verificados na evolução da arrecadação do ICMS sobre esse setor, passando de R\$ 37 milhões em 2003 para R\$ 56 milhões em 2008.

A arrecadação no setor agropecuário representa no município apenas 5% do total. Esses dados nos mostram que a agricultura isoladamente, não tem representatividade na arrecadação do município; sua representação ocorre somente em conjunto com o CAIS grãos e carnes, fase em que divide funções com o setor secundário e terciário.

³⁵ Em função de restrição de informações, não foi possível atualizar os dados.

Tanto é que em 1998, a arrecadação total de Rio Verde foi da ordem de R\$33 milhões; nesse período, o Complexo Agroindustrial de grãos estava se consolidando, enquanto que o complexo de carnes (originado com a chegada da Perdigão), ainda não havia se estruturado.

Em 2000, a Perdigão começa sua produção, e em 2003, a arrecadação do município salta de R\$ 61 milhões para R\$ 94 milhões em 2007. Contudo, em 2008, num curto período de um ano, em função da ampliação da agroindústria, ocorre uma elevação total de 56,3% ou seja, a arrecadação chega aos patamares de R\$ 147 milhões.

O crescimento do ICMS em Rio Verde particularmente, deve-se à incorporação da agroindústria do complexo da soja e de aves.

Este setor cria uma grande reserva de mão de obra e injeta grandes quantias no mercado por meio das folhas mensais e dos tributos, contribuindo para a dinamização do terciário, especialmente o setor de transportes.

Tanto as produções agrícolas quanto as agroindustriais, demandam uma variedade de serviços e produtos que devem ser servidos nas cidades do agronegócio, como afirma Elias (2006, p. 293):

[...] as demandas das produções agrícolas e agroindustriais têm o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, uma vez que estas fornecem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra, e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização.

Podemos constatar a variedade do agronegócio por meio das empresas que mais contribuíram com o ICMS em 2013 (Quadro 2). Elas se diversificam entre indústrias de transformação, beneficiamento e transportes.

Essas empresas são representantes do agronegócio em Rio Verde, constituindo uma cadeia de diferentes serviços integrados, tais como produção, processamento, transformação, distribuição e serviço de apoio. Em termos de arrecadação do ICMS, destacam-se os transportes de cargas e de mercadorias como serviço de apoio.

O Produto Interno Bruto (PIB), também, pode ser usado como medida do valor dos bens e serviços finais que um dado local produz num determinado período. Por ele, é medido quanto se produz nas atividades da agropecuária, indústria, Comércio e Serviços.

O crescimento das atividades econômicas pode ser comprovado pela evolução do PIB em Goiás, especialmente, de Rio Verde, no período entre 2002, 2008 e 2011.

Quadro 2: Rio Verde - as 20 empresas que mais pagaram ICMS para o município, em 2013

Razão Social		Nome Fantasia	Atividade
1	COOP. AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO	FAZENDA SÃO TOMAZ	Processamento de grãos, indústria de óleo e sabão.
2	CARGILL AGRÍCOLAS/A	CARGILL AGRÍCOLA	Processadora de grãos
3	BRF S.A.	PERDIGÃO	Frigorífico / indústria de alimentos
4	KOWALSKI ALIMENTOS S/A.	KOWALSKI	Processadora de grãos
5	CEREAL COMÉRCIO EXP. E REPRES. AGROPECUÁRIA	CEREAL AGROPECUÁRIA	Processadora de grãos
6	DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA	AGROMEN TECNOLOGIA	Melhoramento genético de sementes
7	ADM DO BRASIL	ADM	Transporte de grãos imp. exp.
8	USINA RIO VERDE LTDA	FAZENDA ALVORADA	Indústria de açúcar e etanol
9	RODORÁPIDO TRANSPORTES	RODORÁPIDO TRANSPORTES	Transporte
10	COOP. AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO	COMIGO	Indústria de grão e laticínios.
11	TRANSPORTADORA BRASIL CENTRAL LTDA.	BRASIL CENTRAL	Transporte
12	MFB MARFRIG FRIGORÍFICOS BRASIL S/A.	MFB MARFRIG	Frigorífico
13	LONTANO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	LONTANO TRANSPORTES	Transporte
14	MAGNABOSCOSCO COM. E TRANSP.	MAGNABOSCO	Transporte
15	KRM TRANSPORTES LTDA	KRM TRANSPORTES	Transporte
	SARTCO LTDA	SARTCO	Transporte
16	BURITAMA TRANSPORTES LTDA.	BURITAMA TRANSPORTES	Transporte
17	CATTO COMÉRCIO E TRANSP. LTDA.	CATTO TRANSPORTES	Transporte
18	G10 TRANSPORTES LTDA	G10 TRANSPORTES	Transporte
19	NIDEIRA SEMENTES LTDA.	NIDEIRA SEMENTES	Sementes selecionadas
20	TSA GRÃOS LTDA	CENTRO OESTE TRANSPORTE	Transporte

Pesquisa de campo (Secretaria Estadual da Fazenda de Rio Verde-GO). (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Na tabela 34, apresentamos a evolução dos 10 maiores municípios goianos, em relação ao Produto Interno Bruto. Podemos verificar no período citado, que Rio Verde perde posição para Aparecida de Goiânia, mas, no entanto, continua tendo elevado crescimento.

Em 2011, Rio Verde representava 5% do PIB goiano, segundo o Segplan/GO, com um valor de R\$ 5,5 bilhões, valor este que quase triplicou desde 2002, e se deve ao aumento da participação da indústria de transformação e da atividade de construção civil.

Chamamos a atenção para Jataí, que sempre ocupou um lugar de destaque no Sudoeste Goiano em termo do agronegócio e da prestação de serviços, e que aparece em 8ª posição, distanciando-se de Rio Verde. O PIB de R\$ 2,4 bilhões revela que a cidade está menos produtiva que Rio Verde, mas não menos importante no estado.

Tabela 34: Os 10 maiores municípios goianos, em relação ao Produto Interno Bruto, em 2002/2011

2002		2008		2011	
Município	Valor (R\$ mil)	Município	Valor (R\$ mil)	Município	Valor (R\$ mil)
1	Goiânia 10.127.289	Goiânia 19.456.021	Goiânia 27.668.222		
2	Anápolis 2.151.293	Anápolis 6.262.949	Anápolis 12.119.553		
3	Rio Verde 1.861.853	Ap. Goiânia 3.873.000	Ap. Goiânia 6.296.699		
4	Ap. Goiânia 1.425.571	Rio Verde 3.613.834	Rio Verde 5.526.024		
5	Catalão 1.270.520	Catalão 3.348.201	Catalão 4.851.815		
6	Sen. Canedo 1.197.065	Sen. Canedo 2.304.325	Sen. Canedo 3.720.499		
7	Itumbiara 961.301	Itumbiara 2.046.811	Itumbiara 2.575.943		
8	Jataí 954.144	Jataí 1.859.958	Jataí 2.416.424		
9	Luziânia 826.512	Luziânia 1.805.582	Luziânia 2.112.327.		
10	São Simão 791.482	São Simão 1.343.015	São Simão 1.455.612		
Participação no estado de Goiás		61%		61%	
Estado de Goiás		75.271.163		111.268.553	

Fonte: Instituto Mauro Borges/ Segplan/GO. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014). Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibmun2011/Tabela2.htm>>. Acesso em: 20 out. 2014.

A participação de cada setor da economia pode ser analisada separadamente por meio do Valor Adicionado (VA) do PIB. Segundo explicações do IPEADATA, trata-se do valor que uma determinada atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Ele é a contribuição ao PIB pelas diferentes atividades econômicas, obtidas pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

De acordo com os resultados do PIB de 2012, o Valor Adicionado referente a Rio Verde se distribui conforme vemos na tabela 35:

Tabela 35: Rio Verde/GO - classificação do Valor Adicionado bruto por setores de atividades em Goiás (R\$ mil), 2012

Cl.	Setor	V.A.
1º	Agropecuária	951.809
4º	Indústria	1.948.575
5º	Serviços	2.691.531,47

Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibmun2012/pibmun2012.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

Com relação ao VA agropecuário, o município de Rio Verde tem ocupado o primeiro lugar no estado há alguns anos. Em 2002 o VA nesse setor era de R\$ 528.522 mil, classificado em primeiro lugar, em função do intenso cultivo de grãos (soja, milho, sorgo). Em 2012 representa 6,7% do Valor Adicionado de Goiás com R\$ 951.809 mil, deixando Jataí na terceira posição, com 4,9% de participação. Nos últimos anos, a pecuária tem se destacado com o crescimento no efetivo de aves e suínos, para atender à agroindústria local e regional.

No que se refere ao VA da indústria, Rio Verde se posicionou no quarto lugar entre os municípios goianos, perdendo para Goiânia, Anápolis e Catalão. A participação de Rio Verde na economia industrial em 2012 foi de 6,9%, contra 7,1% em 2011. Segundo informações da Secretaria de Planejamento de Goiás, a redução se deu em função da produção da agroindústria de alimentos que desacelerou e da redução do consumo de energia.

Com relação ao Valor Adicionado referente aos serviços, Rio Verde participou com 4,1% no estado, em 2012. Inclui as atividades de comércio, transportes e armazenagem, atividades financeiras, imobiliária, administrativa, e de serviços de saúde, educação pública e informação. Em relação a 2002, teve um crescimento surpreendente de R\$ 715.134,00 para R\$ 2.691.531,47 em 2012, revelando o dinamismo do agronegócio.

A evolução do número de empregos e a demanda por setores específicos do agronegócio evidenciam o dinamismo econômico e populacional típico de uma cidade média especializada no agronegócio.

Outro indicador que poderá nos auxiliar nessa leitura da cidade média, são as informações do CAGED, organizadas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego. Por ele, podemos verificar a evolução do número de empregos formais entre 2004 e 2014, em detrimento das demissões, por setores de atividades.

Por meio das tabelas 36 e 37, podemos verificar mensalmente, no ano de 2004, fase de consolidação do agronegócio, o total de trabalhadores admitidos e desligados por setores de atividades.

Em 2004, fase de consolidação do complexo de carnes/grãos, já podemos constatar que o setor da indústria de transformação emprega tanto quanto os setores de comércio e serviços juntos, pois ocorrem demandas altas para os três setores.

Chama-nos a atenção a demanda do setor agropecuário; nele se incluem funções ligadas à agricultura, criação de animais, extrativismo vegetal, dentre outros. Em Rio Verde, precisamos destacar o papel das granjas suínas, que iniciaram o trabalho após a instalação da Perdigão, caracterizando-se como fornecedores locais. Além de estimular a migração descendente, contribuiu para diversificar as atividades no campo.

O número de empregos no setor agropecuário é relevante para verificarmos seu dinamismo; nele está contido funções de características urbanas, mas que atendem às demandas do agronegócio particularmente nas empresas rurais.

Tabela 36: Rio Verde/GO - evolução do emprego por setor de atividade econômica (1º semestre de 2004)

2004	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho	
SETORES	TA*	TD**	TA*	TD**	TA*	TD**	TA*	TD**	TA*	TD**	TA*	TD**
EXTRATIVA MINERAL	0	3	5	0	8	1	3	0	11	4	3	1
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	521	255	412	296	659	391	436	324	326	292	472	340
SERV INDUST DE UTIL. PÚBLICA	1	2	1	0	15	16	0	1	1	0	5	2
CONSTRUÇÃO CIVIL	144	121	95	188	136	205	121	144	150	84	183	117
COMÉRCIO	285	246	294	194	361	288	369	251	322	301	235	218
SERVIÇOS	195	182	241	165	268	216	244	182	226	211	198	166
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AGROPECUÁRIA	217	161	197	114	201	170	160	192	209	154	192	159
TOTAL	1.363	970	1.245	957	1.648	1.287	1.333	1.094	1.245	1.046	1.288	1.003

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), CAGED. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>. Acesso em: 07 jan. 2015.

*TA - Total de admissão **TD - Total de desligamentos

Tabela 37: Rio Verde/GO - evolução do emprego por setor de atividade econômica (2º semestre de 2004)

2004	Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
SETORES	TA*	TD**	TA*	TD**	TA*	TD**	TA*	TD**	TA*	TD**	TA*	TD**
EXTRATIVA MINERAL	3	1	2	0	2	1	1	3	0	0	3	2
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	420	286	396	288	368	306	348	280	283	317	214	233
SERV INDUST DE UTIL. PÚBLICA	2	3	1	0	0	0	9	21	1	1	0	0
CONSTRUÇÃO CIVIL	312	155	236	132	227	153	179	150	94	182	140	309
COMÉRCIO	267	226	259	236	265	223	301	290	280	252	276	238
SERVIÇOS	220	186	249	174	194	147	226	205	225	237	146	227
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AGROPECUÁRIA	188	170	153	222	134	163	211	126	142	149	120	134
TOTAL	1.412	1.027	1.296	1.052	1.190	993	1.275	1.075	1.025	1.138	899	1.143

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), CAGED. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>. Acesso em: 07 jan. 2015.

*TA - Total de admissão **TD - Total de desligamentos

No sistema CAGED, temos acessos às mais diferentes funções, predominando vagas para o sexo masculino. Dentre elas, destacamos algumas: - trabalhador agropecuário, trabalhador da suinocultura, trabalhador da avicultura, tratorista, supervisor agrícola, operador de máquina agrícola, motorista de caminhão, operador de colheitadeira, trabalhador volante para o corte de cana-de-açúcar, auxiliar de escritório, limpeza, técnico agrícola, piloto, classificador de grãos etc.

Em 2014, fase de amadurecimento do complexo de carnes, verificamos que os setores da indústria de transformação, comércio e serviços permanecem sendo aqueles que mais admitem, e, também, desligam, com a mesma variação, refletindo numa instabilidade de emprego, confirmada também pelo SINE de Rio Verde.

As vagas não se preenchem 100% por falta de especialização, além disso, ocorre um rodízio de admissões, onde parcela dos empregados cumprem apenas o primeiro mês ou o primeiro trimestre, e partem para outras vagas disponíveis no mercado, como podemos constatar na tabela 38 e 39.

Tabela 38: Rio Verde/GO - evolução do emprego por setor de atividade econômica (1º semestre de 2014)

2014	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho	
SETORES	TA*	TD**										
EXTRATIVA MINERAL	0	4	7	3	5	2	5	6	3	5	8	1
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	637	506	899	562	545	650	477	706	627	612	597	564
SERV INDUST DE UTIL. PÚBLICA	7	0	4	0	2	5	4	3	3	4	3	1
CONSTRUÇÃO CIVIL	299	309	172	231	209	334	185	199	188	266	243	232
COMÉRCIO	649	668	668	616	581	566	681	722	620	671	764	659
SERVIÇOS	1.167	804	756	828	869	891	883	1.000	790	762	944	803
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AGROPECUÁRIA	571	403	455	328	384	371	419	424	405	392	395	406
TOTAL	3.330	2.694	2.961	2.568	2.595	2.819	2.654	3.060	2.636	2.712	2.954	2.666

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), CAGED. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#/relatorioSetor>. Acesso em: 07 fev. 2015.

*TA - Total de admissão **TD - Total de desligamentos

Tabela 39: Rio Verde/GO - evolução do emprego por setor de atividade econômica (2º semestre de 2014)

SETORES	2014		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
	TA*	TD**	TA*	TD**										
EXTRATIVA MINERAL	7	4	5	6	2	3	6	4	6	8	3	7		
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	598	588	511	581	703	611	462	569	466	525	381	516		
SERV INDUST DE UTIL. PÚBLICA	3	4	10	1	3	2	5	5	2	4	4	0		
CONSTRUÇÃO CIVIL	161	176	180	226	299	220	270	242	164	205	100	204		
COMÉRCIO	745	685	682	673	655	664	739	710	857	660	638	699		
SERVIÇOS	816	827	764	806	812	842	886	765	930	758	642	843		
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
AGROPECUÁRIA	337	332	362	422	424	372	412	330	315	396	280	433		
TOTAL	2.667	2.616	2.514	2.715	2.898	2.714	2.780	2.625	2.740	2.556	2.048	2.702		

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), CAGED. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>. Acesso em: 07 fev. 2015.

*TA - Total de admissão **TD - Total de desligamentos

Em 2014, também, podemos verificar que o setor agropecuário empregou mais que 2004. Apesar de o campo passar por uma subordinação ao capital e a ciência, ele ainda repete um ciclo de sazonalidade. E muitas demissões ou admissões são feitas respeitando esse tempo, onde a safra e safrinhas estão vinculadas.

Na safra (outubro a fevereiro) e na safrinha (julho a setembro), grandes empresas rurais demandam mais mão de obra para realizarem serviços tais como arado, plantio, manutenção, pulverização, colheita, armazenamento e/ou transporte.

Lembrando que parte dessas atividades realizadas no campo está vinculada a serviços da cidade; por isso o setor de comércio e serviços e da construção civil, também são dinamizados.

De qualquer maneira, os diferentes setores se completam e se mantém em crescimento desde o final dos anos de 1990. Confirmamos isso por meio dos dados consolidados do sistema RAIS/CAGED, entre 1998 e 2014 (Tabela 40).

Tabela 40: Rio Verde/GO - números de admitidos, desligados e saldo de emprego, nos anos de 1998/2014

Todos os setores	1998	2004	2014
Admitidos (CAGED)	4.947	15.219	32.750
Desligados (CAGED)	4.484	12.785	32.447
Saldo (CAGED)	463	2.434	303

Fonte: Ministério do Trabalho. RAIS/CAGED. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>. Acesso em: 20 jan. 2015.

O crescimento populacional de Rio Verde, no período de 2000 a 2014, teve um salto de 116 mil habitantes (Censo de 2000) para 202 mil em 2014 (estimativa IBGE). Um incremento populacional de 86 mil habitantes em 14 anos; com média de 6 mil habitantes por ano. Em função desse processo de crescimento há demanda urgente por empregos, e há empregos com demandas que não se efetivam, em função da grande desqualificação (conforme informações do SINE).

No contexto do agronegócio, destacamos dois representantes da classe agropecuarista empresarial, que são responsáveis por eventos, cursos e pesquisas dessa classe: o Sindicato Rural e a empresa COMIGO.

O primeiro, o Sindicato Rural, foi criado em 1958 e atua em conjunto com a Federação da agricultura e com o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAR). É responsável pela organização anual da festa agropecuária e do rodeio de touros; bem como por promover atividades para seus 1.200 sócios e o SENAR custeia; dentre elas, atividades de lazer e prestação de serviços públicos; publicação de cartilhas e manuais informativos (Entrevista direta³⁶).

Já a segunda, a COMIGO, atende ao campo moderno, por meio da promoção de cursos para seus cooperados (5.800 em 2014), referentes a plantio, pragas, legislação ambiental, pecuária, dentre outros, além disso, desenvolve pesquisas com grãos em um Centro Tecnológico (CTC) próprio com mais de 130 hectares destinados aos experimentos agropecuários. Além do CTC, a empresa Perdigão também tem parceria na área de pesquisa junto à Universidade de Rio Verde no desenvolvimento da Granja escola, com produção de suínos e aves, em funcionamento desde 2004.

No campo dos eventos tecnológicos, em 2002, o CTC da COMIGO lança o 1º Encontro Tecnológico em Rio Verde, um encontro nacional direcionado ao agropecuarista, agregando produtos, consumidores e capital e difundindo tecnologia e geração de negócios. Entre 2004 e

³⁶ Entrevista concedida pelo Sindicato Rural em jul./2013.

2007, a COMIGO assina contrato de parceria com sistema Agrishow e a feira passa a se chamar AGRISHOW COMIGO.

De acordo com a empresa COMIGO, em 2008, a feira agropecuária aconteceu sob o nome de TECNOSHOW COMIGO e teve 50 mil visitantes, 250 expositores e a comercialização de cerca de R\$ 165 milhões. Em 2015, a feira teve 540 expositores e recebeu 104 mil visitantes nos cinco dias de evento, fechando negócios num total de R\$ 1,1 bilhão. Caracteriza-se como um evento que alavanca o agronegócio no Centro-Oeste, pois recebe expositores e visitantes brasileiros e estrangeiros³⁷ (Foto 10).

Foto 10: Rio Verde - Feira agropecuária Tecnoshow COMIGO, 2015



Disponível em <<http://www.tecnoshowcomigo.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

Esses profissionais do agronegócio estão presentes durante o ano em Rio Verde, seja nas feiras de agronegócios, seja em negociações in loco; nesse sentido, a cidade precisa se equipar com uma rede de apoio, como hotéis, transporte de pessoas e alimentação. Segundo informações do setor, as reservas de hotelaria para a Tecnoshow são feitas pelo menos oito meses antes do evento.

Os serviços de apoio ao agronegócio são amplos, diversificando entre apoio para qualificação de mão de obra, transporte, logística, eventos, setor hoteleiro, prestação de serviços diversos, tais como financeiros, contábeis, jurídicos, administrativos, dentre outros.

No contexto de eventos, o setor hoteleiro tem ampliado para atender à demanda. De acordo com o IBGE, em 2010, eram 35 hotéis cadastrados, com 2.100 leitos, com uma taxa de ocupação anual acima dos 60%. Dentre eles, já existe um de padrão internacional franqueado pela rede Blue Tree Hotels. A demanda ocorre durante todo o ano, uma vez que o agronegócio regional atrai semanalmente, comerciantes, representantes, empresários brasileiros e estrangeiros, além dos visitantes dos eventos locais.

³⁷ Informações retiradas do site oficial da empresa COMIGO. Disponível em: <www.comigo.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2015.

No contexto da qualificação da mão de obra, destacamos esse fator como uma das características marcantes da cidade média do agronegócio, onde há exigência e demanda das empresas rurais por agrônomos, administradores, pilotos, contadores, veterinários, dentre outros.

Nesse ponto, verificamos que Rio Verde está paulatinamente atendendo ao comando do agronegócio; as instituições de ensino superior estão a cada tempo, aprovando novos cursos que atendem diretamente a agricultura científica, ao Comércio e a agroindústria, e mais recentemente, a saúde.

Elias (2007) e Santos (2005) mostram que uma cidade do agronegócio precisa criar estoques de mão de obra nos mais diversos níveis. Rio Verde está entre umas das cidades do Sudoeste Goiano, mais equipada em qualificação profissional, oferecendo quatro instituições de nível superior, sendo três particulares³⁸ e uma pública (Instituto Federal Goiano), além de unidades de outras faculdades oferecendo cursos a distância³⁹.

Criada no final dos anos de 1960, a UNIRV, foi a primeira faculdade particular de Rio Verde. Em 1973 passou a se chamar Fundação do Ensino Superior de Rio Verde (FESURV). Conquistou o título de Universidade de Rio Verde em 2004.

Os 22 cursos de graduação se direcionam ao Comércio, Serviços, Agronegócio Educação e Saúde. São eles: Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Design de Interiores, Design Gráfico, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia de Software, Engenharia Mecânica, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia.

Na Pós-graduação há 19 cursos de especialização e um mestrado em Produção Vegetal. Em 2015, o quadro de docente era composto por mais de 80% de professores com mestrado e/ou doutorado e o número de acadêmicos matriculados eram 7.300, incluindo os campi de Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Caiapônia e Goianésia.

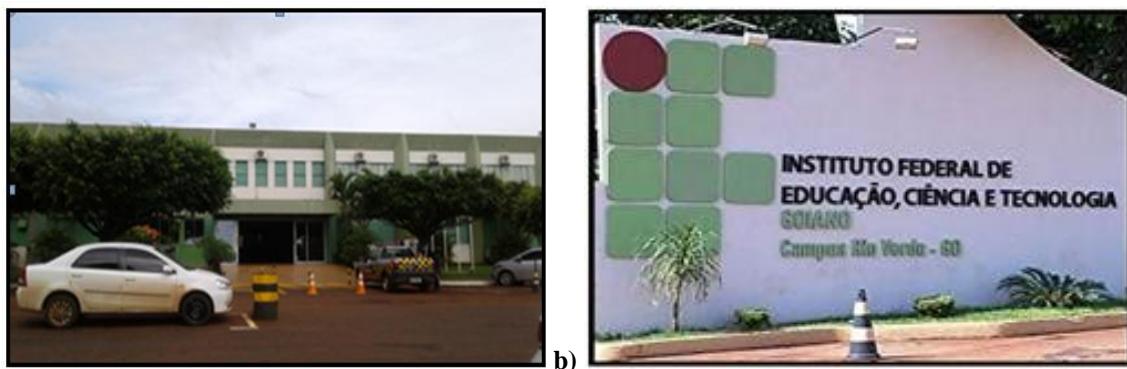
Outro pioneiro é o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde (CEFET) (Foto 11), criado em 1967 e transformado em 2008 no Instituto Federal Goiano (IF-Goiânia). Em 2015, a instituição oferecia 11 cursos de graduação e oito cursos técnicos voltados ao agronegócio e à agroindústria. Sendo os de graduação direcionados ao agronegócio e serviços urbanos: Agronegócio, Agronomia, Bacharelado em Ciência da Computação, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos,

³⁸ Universidade de Rio Verde (UNIRV), Faculdade Almeida Rodrigues (FAR) e Faculdade Objetivo.

³⁹ União Norte do Paraná de Ensino (UNOPAR), Universidade Anhanguera e a Rede de Educação Claretiano.

Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Biológicas, Licenciatura em Química, Saneamento Ambiental, Zootecnia.

Foto 11: a) Fachada da Universidade de Rio Verde – UNIRV; b) Fachada do IF-Goiano



a) Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016. b) Disponível em: <www.rioverde.ifgoiano.edu.br>. Acesso em: jan. 2014

Na área de Pós-graduação, a instituição oferece quatro programas de Mestrado (Agronomia, Agroquímica, Zootecnia e Tecnologia em alimentos) e um doutorado em (Ciências Agrária/Agronomia). Em 2015, havia mais de 1.300 alunos matriculados nos diferentes níveis, provindos de Rio Verde e região.

Outra faculdade de caráter particular, o Instituto de Ensino Superior de Rio Verde/Faculdade Objetivo (IES/RIVER), funciona desde 2001, e oferece dez cursos de graduação diversos, voltados à saúde e à prestação de serviços: Administração de empresas, Gestão comercial, Gestão hospitalar, Processos Gerenciais, Comunicação social: Jornalismo, Comunicação social: Publicidade e propaganda, Direito, Enfermagem, Fisioterapia e Turismo. Em 2014 havia mais de 1.600 alunos matriculados.

Outra faculdade menor, também particular, denominada Faculdade Almeida Rodrigues (FAR), começou suas atividades em 2002 e oferece quatro cursos de graduação (Administração, Direito, Pedagogia e Recursos Humanos) e sete pós-graduações *Lato sensu* (Direito Privado e Empreendedorismo, Gestão de Pessoas, Gestão Estratégica Empresarial, Planejamento e Gestão Ambiental, Práticas Docentes e Gestão na Educação Básica, Práticas Docentes na Educação Infantil, Práticas Docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental). Em 2014, atendia mais de 700 alunos.

A demanda por mão de obra qualificada para o agronegócio tem ampliado o número de cursos de graduação, incluindo cursos tecnólogos (dois ou três anos) e Pós graduação *Lato sensu e Stricto sensu*. O IFGoiano a UNIRV são as instituições que mais oferecem cursos direcionados ao agronegócio e as únicas que oferecem curso de Mestrado; dentre os cursos de

graduação mais procurados nessa área, destacam-se agronomia, veterinária e zootecnia.

Com relação às demandas do Comércio e da Agroindústria, Rio Verde possui também outras instituições que oferecem cursos técnicos ou de aperfeiçoamento, sendo eles:

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), oferecendo cursos de mecânica automotiva e eletroeletrônica, informática, segurança e apoio administrativo; seu atendimento anual chega a aproximadamente mil alunos.

- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que oferece cursos diversos, tais como aperfeiçoamento e técnico. Os cursos seguem as áreas de administração, informática, moda e beleza, saúde, hotelaria, comunicação e artes. O número de atendimento médio anual é de três mil alunos.

- Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae), que desenvolve atividades ligadas à qualificação de empresários e seus funcionários, voltadas especialmente para os micro, pequeno e médio empresários.

As instituições de ensino superior e técnico são centros atrativos que tornam Rio Verde uma cidade importante na região onde se localiza, gerando centralidade sobre muitas outras. Interessante observarmos no leque de cursos oferecidos pelas diferentes instituições, que não se trata apenas de cursos voltados ao agronegócio, mas também a novas demandas que o meio urbano vem exigindo, como áreas de educação, saúde, engenharias e tecnologia.

No sentido de analisarmos a origem desse fluxo e a dimensão da rede em termos de distância, realizamos entrevistas diretas nas instituições pesquisadas e constatamos que a origem dos alunos que vêm e voltam diariamente num movimento pendular é praticamente dos mesmos municípios que compõem a Microrregião do Sudoeste Goiano, dentre outros do entorno.

A Universidade de Rio Verde e o IF-Goiano são as instituições que atraem alunos de outras cidades mais distantes e mesmo, de outros estados. A primeira por apresentar maior diversidade de cursos, inclusive o de Medicina, e o segundo por ser ensino público. Os ingressantes de outros estados, tais como Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, São Paulo, dentre outros, normalmente, instalam-se na cidade durante o curso.

Em termos de pesquisa de campo, as instituições não nos repassaram a quantidade de alunos por cidade, mas apenas os nomes das cidades cujos alunos fazem fluxo pendular diariamente.

Foram citados nomes de sete municípios relativamente próximos de Rio Verde, e que

estão inseridos na Microrregião do Sudoeste Goiano, sendo eles: Aparecida do Rio Doce, Castelândia, Jataí, Maurilândia, Montividiu, Santa Helena de Goiás e Santo Antônio da Barra, fazem parte da rede educacional de Rio Verde. As distâncias podem ser verificadas na tabela 41.

Tabela 41: Sudoeste Goiano – distância (Km) dos municípios em relação à cidade de Rio Verde, 2015

Cidade	Km	Cidade	Km
Aparecida do Rio Doce	70	Montividiu	50
Aporé	242	Palestina de Goiás	219
Caiapônia	208	Perolândia	185
Castelândia	98	Portelândia	225
Chapadão do Céu	308	Rio Verde	-
Doverlândia	246	Santa Helena de Goiás	38
Jataí	90	Santa Rita do Araguaia	281
Maurilândia	73	Santo Antônio da Barra	48
Mineiros	196	Serranópolis	147

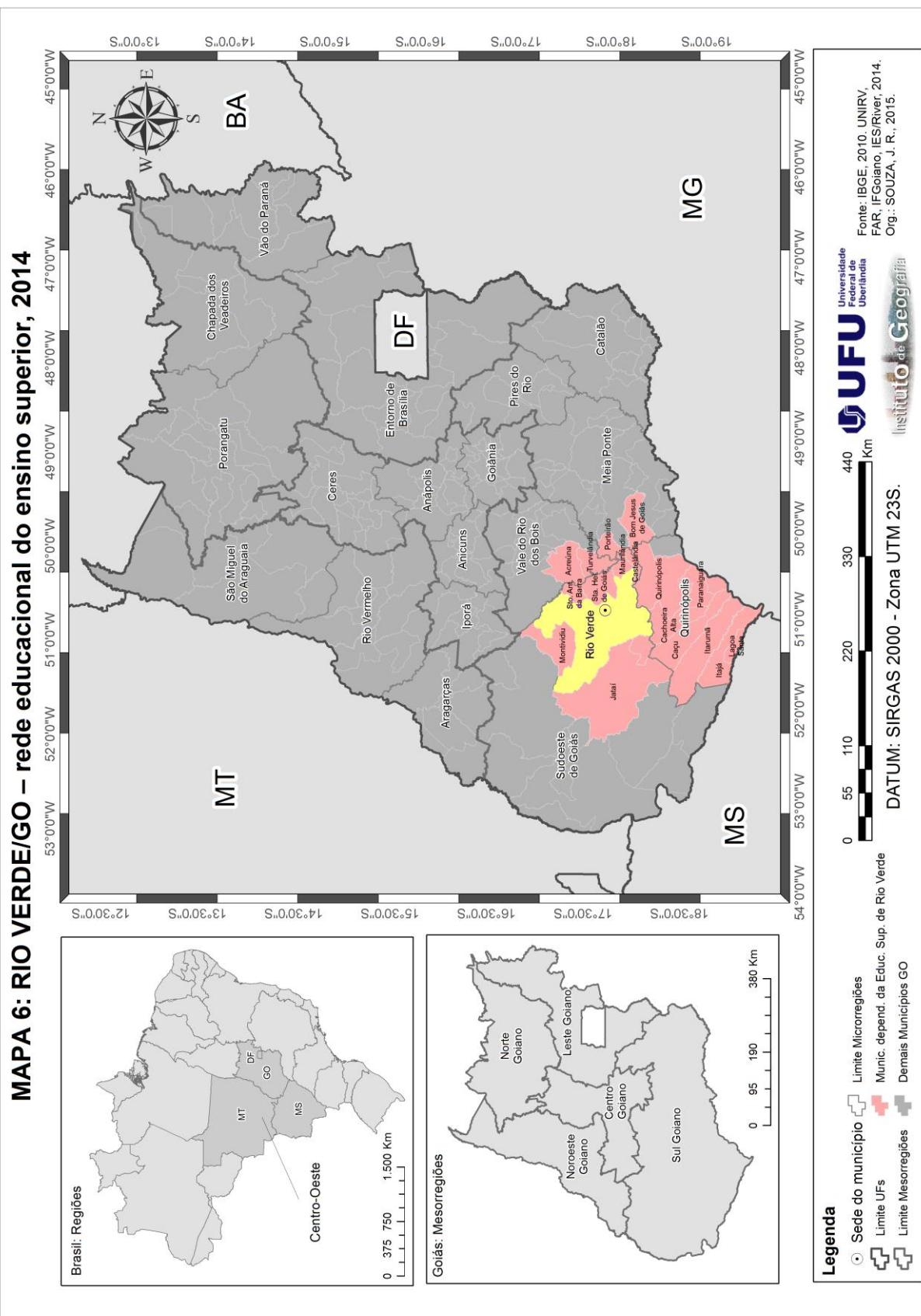
Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2015. (Org.: OLIVEIRA, 2015).

Os outros municípios que formam a Microrregião mencionada, não constituem uma rede educacional com Rio Verde em função da maior distância, cuja média é de 200 km, e por serem sedes de outras instituições superiores.

Há ainda, cidades que dependem de Rio Verde para a qualificação superior e que não estão inseridas no Sudoeste Goiano, são elas: Turvelândia (72 km) e Acreúna (81 km) inseridas na Microrregião do Vale do Rio dos Bois; Cachoeira Alta (125 km), Caçu (102 km), Itajá (181 km), Paranaiguara (160 km), Quirinópolis (113 km) e São Simão (175 km), inseridas na Microrregião de Quirinópolis e a cidade de Bom Jesus de Goiás (138 km) inserida na Microrregião do Meia Ponte.

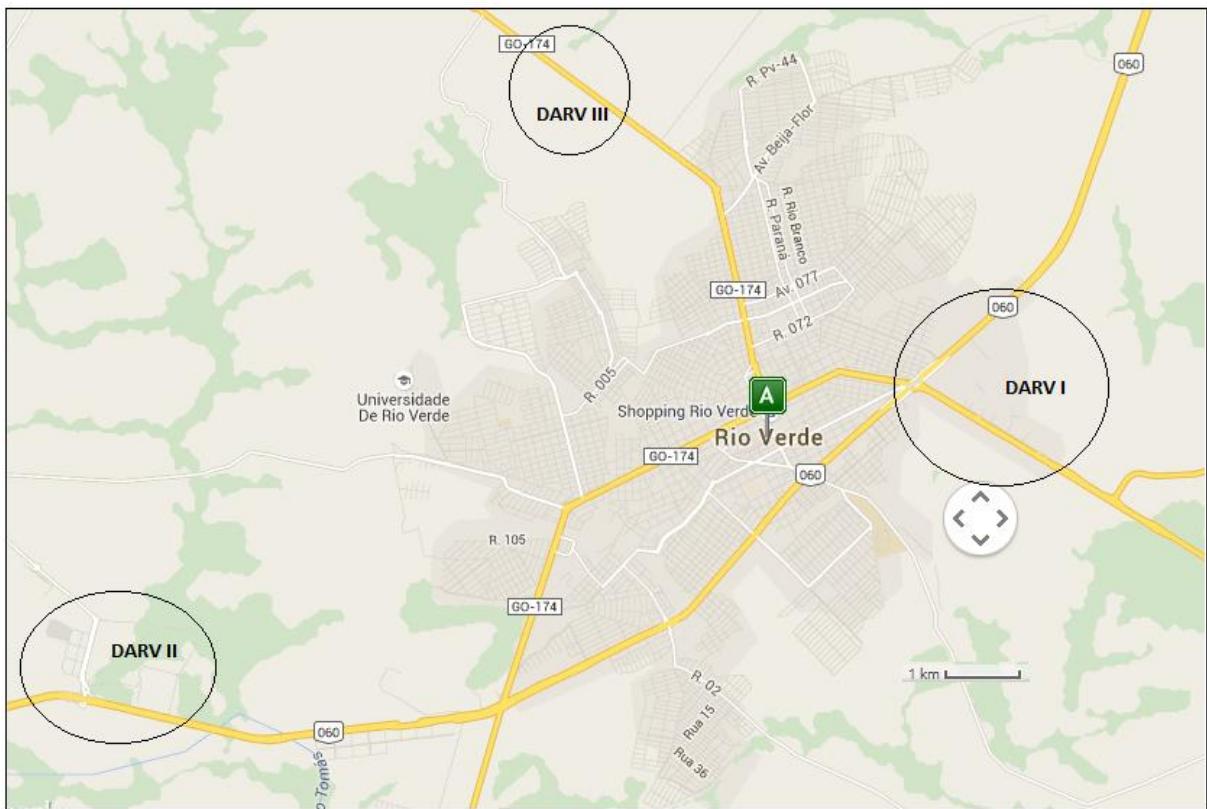
Portanto, podemos verificar que Rio Verde possui uma importância regional que extrapola sua microrregião, a rede educacional formada por fluxos pendulares abrange nesse momento, as Microrregiões do Sudoeste Goiano, o Vale do Rio dos Bois, Quirinópolis e Meia Ponte. Podemos visualizar essa rede no mapa 6.

No aspecto logístico, a infraestrutura espacial foi criada ou reformulada para atender à demanda do agronegócio, como transportes de carga e armazenamento, bem como o espaço criado para o funcionamento das agroindústrias, chamados de distritos agroindustriais. Nesses espaços, o Governo Municipal teve de adequar o espaço urbano e perimetral para receber indústrias de porte médio e grande.



Conforme os registros da Prefeitura Municipal, os loteamentos dos setores agroindustriais iniciaram oficialmente em 1987 com denominações diferentes: DARV I, II, III e dois setores industriais (municipais) localizados próximos a rodovias numa distância média de 10 km. Juntos, os distritos concentram mais de 200 empresas (Figura 10).

Figura 10: Rio Verde – localização dos Distritos Agroindustriais DARV I, II e III, 2015



Disponível em: <<http://mapas.guiamais.com.br/guia-de-bairros/darv+distrito+agro+rio+verde-rio+verde-go>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, o Distrito Agroindustrial de Rio Verde (DARV I) apresenta uma área de 111,3 ha e foi construído na saída de Rio Verde (BR 060 sentido Goiânia e BR 452, sentido Itumbiara). Sua infraestrutura caracteriza por pavimentação asfáltica, rede de energia e de telefone, poço artesiano e Relatório de impacto ambiental aprovado (RIMA). Dentre as empresas inseridas, destacam-se Refrigerantes Rinco, Cereal Comércio e exportação (Foto 12), Moinho Centro-Oeste.

Foto 12: Rio Verde – a) Cereal Comércio e Exportação; b) Refrigerantes Rinco, 2016



a) Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016. b) Refrigerantes Rinco. Disponível em:<<http://www.rinco.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

Já o DARV II localiza-se a 10 km de distância do perímetro urbano da cidade na BR 060 sentido Jataí. Sua área apresenta 252,2 ha e está equipada com pavimentação asfáltica, sistema de água (poços artesianos), estação de tratamento de água e afluentes, rede de energia e de telefone, RIMA aprovado, e sedia as maiores empresas de Rio Verde, com a BRF, COMIGO, Orsa Celulose, Videoplast Embalagens, CARGILL Alimentos, Kowalski (Foto 13), dentre outras nos setores de equipamentos rodoviários, automotivo e refrigeração.

Foto 13: Rio Verde – a) CARGILL Alimentos; b) Kowalski, 2016



a) Disponível em: <http://br.geoview.info/cargill_agricola_sa_fabrica_rio_verdego,17975578p> b) <<http://www.kowalski.com.br/Timeline>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

E ainda o DARV III, aprovado em 2006, está situado a 15 km de Rio Verde, na rodovia GO 174, sentido Montividiu. Possui uma área de 316,5 ha, pavimentação asfáltica, rede de energia, poço artesiano e Relatório de impacto ambiental aprovado. Inicialmente foi aberta para a Indústria Gessy Lever, que se transferiu de cidade, repassando a sede para a empresa Siol (atomatados), como pode ser vista na foto 14.

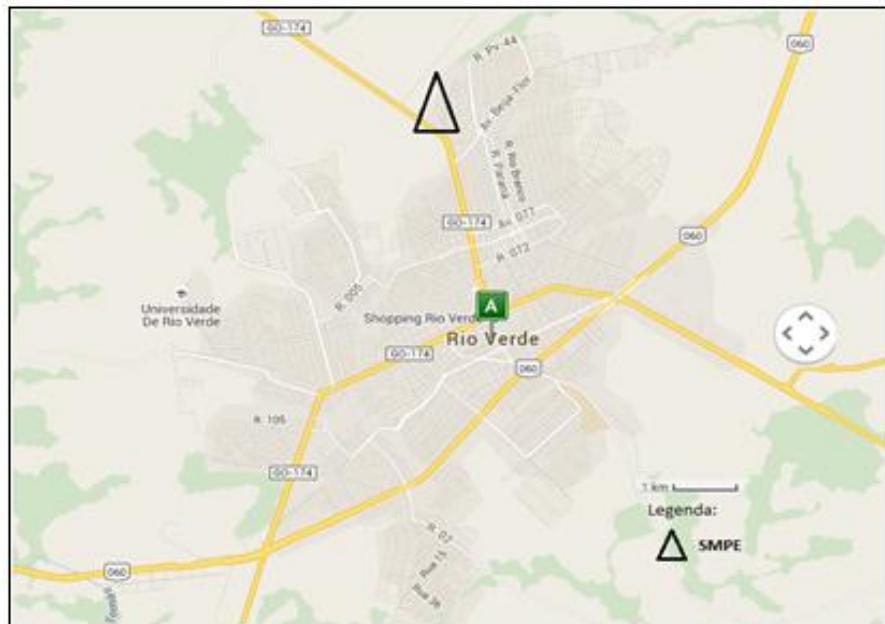
Foto 14: Rio Verde – vista da empresa SIOL Alimentos, 2016



Disponível em: <<http://www.siol.com.br/Empresa/Empresa2.asp>>. Acessado em: 18 fev. 2016.

Chamamos a atenção para o Setor Municipal de Pequenas Empresas (SMPE) (Figura 11). Uma área de 10 mil m² que foi criada em 2004 para abrigar as pequenas e médias indústrias da cidade.

Figura 11: Rio Verde – localização do Setor Municipal de Pequenas Empresas (SMPE), 2015



Disponível em: <<http://mapas.guiamais.com.br/guia-de-bairros/dimpe-rio+verde-go>>. Acesso em: 16. Jul. 2015. (Org.: OLIVEIRA, B. S.de, 2015).

Em 2015 concentrava aproximadamente 280 empresas diversas, nos ramos de marcenaria, funilaria, uniformes, serralheria, troféus, pré-moldados, produtos agropecuários, dentre outros.

Ainda no quesito da logística, destacamos outra característica das cidades médias, que é o transporte aéreo. Rio Verde possui o maior aeroporto do Sudoeste Goiano, com uma pista de 1500 m, pavimentada e sinalizada e realiza transporte de passageiros pela empresa Azul/Trip.

O aeroporto, denominado “General Leite de Castro”, foi construído no final dos anos de 1960 para dar suporte à força aérea durante a construção de Brasília, começando a atender ao público civil a partir de 1970 (Foto 15).

O aeroporto é utilizado para voos particulares e voos regulares, diretos para Campinas/SP com conexão para outros destinos. Os voos ocorrem em dois horários diários, durante todos os dias úteis, atendendo a uma clientela voltada para negócios e prestação de serviços. E aos domingos, um voo diário para atender clientela geral, muitas vezes, retornando para suas cidades.

Segundo informações diretas do aeroporto (ago./2015), a aeronave ATR 72-600 de 72 lugares sempre está lotada, seja nos desembarques ou embarques de passageiros. Em termos de fluxos, não há um controle formal, mas cogita-se uma média de 1500 passageiros semanais, chegando ou saindo de Rio Verde.

Foto 15: Rio Verde – Aeroporto General Leite de Castro, 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

A demanda é alta e é caracterizada por um fluxo de passageiros relacionados ao ramo empresarial do agronegócio, investidores, supervisores, docentes, prestadores de serviços etc.,

um público, que segundo informações na fonte, movimenta o aeroporto durante os dias úteis, que lhe garante uma importância regional.

Em termos de destino, o setor administrativo do aeroporto nos informou que as linhas mais procuradas (com conexão) se direcionam a maior parte para São Paulo, e o restante para o Sul, destacando Porto Alegre e Curitiba⁴⁰. Destinos como Goiânia, Uberlândia e Brasília são reduzidos uma vez que a conexão é em Campinas, devendo o passageiro ter de regressar, e ficar mais horas em trânsito.

Os fluxos que chegam a Rio Verde, por ser de característica empresarial, são predominantemente do estado de São Paulo e Sul do Brasil. Segundo entrevista com o administrador do aeroporto, esses fluxos são na maior parte, empresários, investidores e funcionários de alto escalão de empresas cujas sedes estão localizadas no Sudeste e Sul do Brasil (como é o exemplo da BRF).

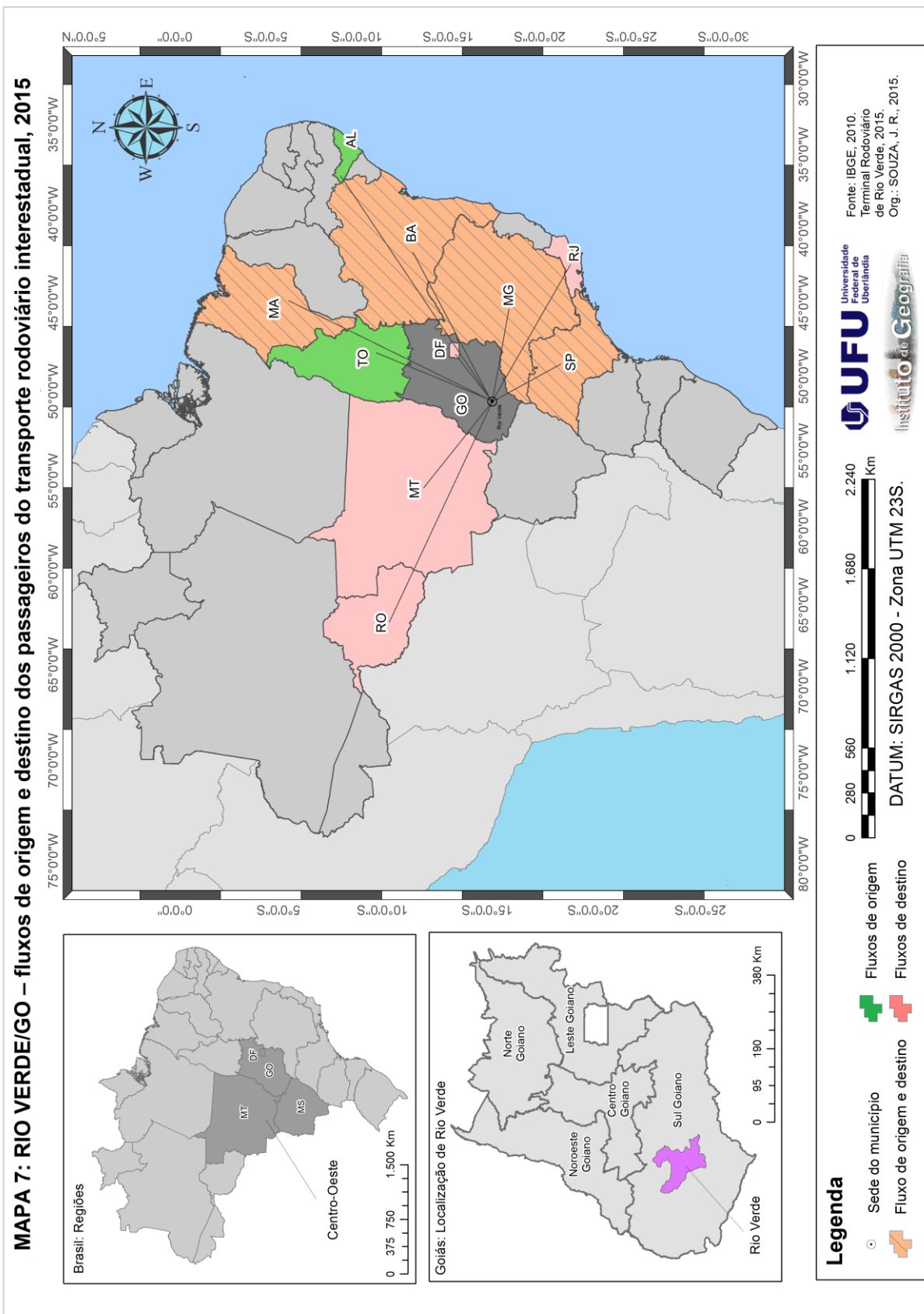
No setor de transporte de passageiros, há demanda por táxis, aluguéis de carros e mototáxis. Em 2015, estavam cadastrados 455 motos pela associação desse setor, entidade esta que foi criada em 2011 e que normatizou a rotina desse serviço: emplacamento das motos, uso obrigatório de capacetes, uso de coletes, horário de atendimento e padronização de preços.

No que se refere ao setor de transporte intermunicipal/interestadual, a cidade conta com 11 empresas que atendem no terminal rodoviário, sendo que apenas três delas saem diretamente de Rio Verde para outros destinos próximos dentro do estado de Goiás. As demais linhas fazem conexão com Rio Verde e direcionam o fluxo para várias partes do Brasil.

As empresas instaladas no terminal rodoviário são: Asa Verde, Expresso São Luiz, Eucatur, Gontijo, Lopes Sul, Mota, Nacional Expresso, Nobre, Viação São Luiz, Viação Uberlândia, Real Expresso e Reunidas. No entanto, muitas dessas empresas revendem passagem para outras empresas que estão instaladas em centros maiores, tais como Goiânia ou Brasília. Tais linhas têm rotas diferenciadas, mas se concentram em linhas para o Centro-Oeste e Nordeste, São Paulo e Sul (Mapa 7).

O diretor do terminal rodoviário nos informou que 70% do fluxo de saída se direcionam para a capital do estado, seguindo de lá para outros estados do país. É comum comprar a passagem para destinos distantes de Rio Verde, mas é regra fazer conexão em Goiânia.

⁴⁰ As informações foram obtidas junto ao Aeroporto General Leite de Castro, em jul. 2015, por meio de entrevista direta.



Os fluxos mais movimentados de saída e de chegada em Rio Verde estão integrados com linhas extensas que fazem trajetos tais como Porto Velho-São Paulo, Cuiabá-Rio de Janeiro, Goiânia-Brasília-Salvador, Juiz de Fora-Cuiabá e ainda, linhas do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso.

Queremos mostrar com essa investigação do transporte rodoviário, que há um fluxo que imigra com frequência para Rio Verde. Constatamos essa informação por meio das agências de viagem integradas no terminal rodoviário, que nos confirmaram que a maior parte do fluxo distante que tem chegado para ficar, vem da Bahia, Alagoas, Tocantins e Maranhão, passando por Goiânia.

Podemos constatar nessa primeira parte, que a refuncionalização de diferentes setores em função do agronegócio fortalece também o papel de centro de rede e a centralidade exercida por Rio Verde no seu entorno regional.

4.2 A especialização dos setores secundários e terciários no âmbito do Agronegócio

Outro processo que nos orienta na análise das cidades médias é sua diversificação econômica. Segundo Elias (2007) as cidades do agronegócio, especialmente as médias, vinculam suas atividades econômicas com as necessidades do agronegócio.

Destacamos que no trabalho de Sposito et al. (2007, p. 36) os autores elaboram uma proposta metodológica para o estudo das cidades médias, tendo como enfoque, o fator econômico, seguido da dimensão social. E eles nos mostram que a dimensão econômica é relevante uma vez que “[...] os determinantes dessa natureza têm tido alterações mais recentes, relativas aos papéis que desempenham as cidades médias brasileiras”.

Dentre os principais processos que redefinem os papéis das cidades médias, destacaremos nessa subseção o que Sposito et al. (2007, p. 45) denomina de “formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas, ligadas ao comércio de bens e serviços”, que são intrínsecas ao processo de concentração econômica.

Considerando a relevância das atividades econômicas, pretendemos apresentar a dinamização do setor agroindustrial vinculado, especialmente, à soja e a carnes, e à diversificação do setor terciário, que busca atender às demandas do campo, da agroindústria, do próprio comércio varejista e da população em geral, com serviços e mercadorias.

4.2.1 Setores secundários: as redes agroindustriais e o circuito de produção agroindustrial de Rio Verde

Nessa subseção, temos a intenção de mostrar como o setor agroindustrial contribui para a consolidação do agronegócio regional, além de que, por meio do circuito espacial de produção, também, ocorre a necessidade de ampliação da prestação de serviços do terciário. Portanto, trata-se de uma atividade integrada ao campo moderno e ao terciário, gerando novos fluxos locais e regionais.

Dentre os indicadores apontados nessa pesquisa, destacamos o apoio logístico, os atrativos fiscais e locacionais, o panorama econômico num primeiro momento e, posteriormente, apresentaremos o perfil de 10 agroindústrias e as redes estabelecidas por elas por meio do circuito espacial de produção e algumas mudanças econômicas e funcionais geradas pelo crescimento desse setor.

Nossa metodologia se respaldou em dados censitários e estatísticos do Ministério do trabalho (RAIS/CAGED), IBGE, Secretaria de Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO) e Secretaria Municipal da Fazenda, que nos orientou sobre a escolha das empresas pesquisadas no município.

A introdução do capital hegemônico agroindustrial regional, estimulado pela alta produção de grãos, inicia ainda na metade da década de 1970, com a constituição da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) na cidade de Rio Verde e se intensifica na década de 1990/2000. Neste segundo momento, outras grandes empresas agroindustriais no ramo de grãos e carnes, tais como a Perdigão, irão estabelecer um comando produtivo espacial, tendo como suporte, fatores atrativos de ordem política e econômica, visando ampliar o setor agroindustrial e o terciário.

Além dos fatores tradicionais como a proximidade da matéria-prima, a rota da produção e do escoamento entre Sudeste e Centro-Oeste, destacamos os fatores econômicos, tais como os incentivos fiscais oferecidos pelo estado de Goiás, os programas e créditos federais e estaduais disponíveis para os setores secundários e terciários (tais como o FCO e o Produzir); a possibilidade de realizar parcerias econômicas com empresas locais seja enquanto fornecedores seja enquanto clientes, além da própria demanda da população regional.

Segundo uma entrevista realizada com o secretário de Indústria e Comércio de Goiás⁴¹, o Produzir é o principal projeto do Governo Estadual para atrair novas empresas para Goiás. Por meio desse programa, há o apoio na parte de infraestrutura para minimizar os custos de instalação das empresas.

E ainda,

[...] dos principais projetos de investimentos feitos pela iniciativa privada em Goiás, 61,8% concentraram-se em Rio Verde; programas estaduais para micros, pequenas e grandes empresas como o Produzir, com incentivos fiscais e financiamentos de 20 anos e Fundo Constitucional do Centro-Oeste, de financiamento rural, com taxas de juros de 8,75% ao ano, prazo de até 12 anos e carência de até três anos (RV ECONOMIA, 2004, p. 12).

E dentre os fatores políticos, destacamos a guerra fiscal entre os estados, o apoio de sindicatos, a oferta de suporte físico e administrativo (terraplanagem, infraestrutura rodoviária, comunicação), conforme a demanda das empresas.

Em reflexo do aumento do setor secundário e terciário, o consumo energético também cresceu. A partir de 2000 a evolução do consumo de energia elétrica industrial se tornou progressiva (Tabela 42). No Sudoeste Goiano, o período entre 1999 e 2013 registrou um crescimento seis vezes maior, enquanto que Rio Verde, no mesmo período, teve uma evolução de 13 vezes maior.

Tabela 42: Sudoeste Goiano e Rio Verde/GO - consumo industrial de energia elétrica (Mwh) 1999/2013

Localização	1999	2000	2003	2005	2010	2013
Sudoeste Goiano	82.376	109.395	210.354	326.621	491.621	547.681
Rio Verde	28.155	50.572	141.441	209.976	347.992	361.499

Fonte: SEGPLAN-GO/SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica, 1999-2013.

A explicação consiste na instalação de novas empresas de grande porte, a partir de 2000, que vieram fortalecer o agronegócio, tais como a ORSA (produção de chapas e caixas de papelão) em 2003, a Cargill (processamento de grãos) e a SIOL (processamento de massa de tomate) em 2004, a VIDEPLAST (produção de embalagens plásticas) em 2006, dentre outras.

Escolhemos alguns indicadores que nos permitirá tecer um panorama do setor secundário de Rio Verde; são eles: o ICMS, considerando os maiores contribuintes de Rio Verde e a arrecadação industrial (Secretaria Estadual da Fazenda de Goiás), o Valor Adicionado do PIB no setor industrial (IMB/SEGPLAN) e demais indicadores inscritos no

⁴¹CANA-de-Açúcar mais energia para o crescimento de Goiás. **Revista Isto É**, n. 2030, 1 out. 2008. Suplemento.

sistema RAIS/CAGED (MTE): setores de atividades industriais, número admitidos e desligados por período estabelecido por nossa pesquisa e as funções e salários específicos do setor secundário.

No que se refere ao ICMS, anualmente a Secretaria Estadual da Fazenda de Goiás, apresenta em seu site, os 500 maiores contribuintes de ICMS do estado, independe de ser uma empresa local, nacional ou estrangeira. Esta lista apresenta a localização detalhada apenas quando se trata de uma única empresa no estado (seja filial ou matriz), porém quando a empresa possui várias filiais em cidades diferentes de Goiás, a localização não é especificada.

Na lista de 2013 havia as seguintes empresas localizadas em Rio Verde (Quadro 3):

Quadro 3: Os maiores contribuintes de ICMS do estado de Goiás, em 2013, localizados em Rio Verde

CLAS.	IDENTIFICAÇÃO	RAMO DE ATIVIDADE
182 °	ORSA INTERNATIONAL PAPER EMBALAGENS S/A	Indústria de papel e papelão
277 °	CABRAL E MAIA LTDA	Supermercados
305 °	CEREAL COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO AGROPECUÁRIO	Processamento de grãos, ração e insumos
322 °	DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA	Melhoramento genético de sementes
336 °	FOX COMERCIAL DE ALIMENTOS S/A	Supermercados
434 °	NASA CAMINHÕES LTDA	Revenda de caminhões
351 °	USINA RIO VERDE LTDA	Processamento de açúcar e etanol
456 °	VIDEPLAST INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA	Indústria de embalagens plásticos
474 °	RODORAPIDO TRANSPORTES LTDA	Transporte de cargas
475 °	CENTRO COMERCIAL CONQUISTA LTDA	Supermercados

FONTE: Secretaria da Fazenda de Goiás. Disponível em: <<http://aplicacao.sefaz.go.gov.br/post/ver/142639/os-maiores-contribuintes-do-icms>>. Acesso em: 02 de out. 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Podemos comparar essa lista, àquela apresentada na seção 3.1, cedida diretamente a nós, pela Secretaria Estadual da Fazenda de Goiás, unidade de Rio Verde.

As listas caracterizam um setor industrial correlacionado ao agronegócio, incluindo atividades diretas ou de apoio, tais como: indústrias nos ramos de processamento e beneficiamento de grãos, óleos e rações, beneficiamento de cana-de-açúcar, melhoramento genético de sementes e industrialização de papel, papelão e plástico; ou seja, empresas vinculadas à produção primária de grãos e cana-de-açúcar, além de empresas que dão suporte, incluindo as empresas de cargas e revendas de veículos.

É necessário destacar que empresas de grande porte não são as maiores contribuintes via de regra, isso porque algumas possuem isenção de impostos, outras são cadastradas no sistema cooperativo (em que tributação é menor) e ainda outras, recolhem a tributação pela capital do estado. Outra variável que nos auxilia na constatação do crescimento do setor industrial nos últimos anos, é a arrecadação do ICMS. Pela tabela 43, verificamos que entre 2007 e 2013 houve crescimento significativo.

Tabela 43: Sudoeste Goiano e Rio Verde/GO - arrecadação do ICMS industrial (R\$ mil), 2007/2013

Localização	2007	2010	2013
Sudoeste Goiano	51.461	79.876	101.602
Rio Verde	37.539	45.852	65.198

Fonte: Instituto Mauro Borges. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

Convém lembrar que no início da primeira década, grandes processadoras de grãos e atomatados, além de produtores de papel e papelão e embalagens plásticas se instalaram no município. Junto a elas outras novas empresas de suporte e apoio, ampliando consideravelmente a arrecadação de ICMS.

O PIB industrial também é um indicador do crescimento industrial. De acordo com o resultado do PIB/2012, produzido pelo Instituto Mauro Borges (IMB/SEGPLAN-GO), a atividade industrial é composta pela indústria extractiva mineral, indústria de produção e distribuição de eletricidade, gás e água e construção civil. Vinculado ao PIB, temos o Valor Adicionado industrial. Por ele podemos avaliar o crescimento da indústria de Rio Verde em comparação ao de Goiânia (Tabela 44):

Tabela 44: Rio Verde e Goiânia - Valor Adicionado da indústria 2002/2012

Município	2002		2012	
		Valor (R\$ mil)		Valor (R\$ mil)
1º	Goiânia	1.647.994		4.255.668
4º	Rio Verde	435.562		1.948.575
Estado de Goiás		7.919.089		28.371.786

Fonte: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Segundo o IMB, Rio Verde ocupou a quarta maior participação no Valor Adicionado (VA) da indústria do estado, com 6,9%, perdendo para Goiânia, Anápolis e Catalão. Houve crescimento na indústria de transformação, principalmente no ramo de alimentos e na construção civil, confirmado pelo crescimento no pessoal ocupado nas atividades de obras, terraplanagem e acabamento.

Outra fonte que nos permite fazer a leitura do dinamismo industrial de Rio Verde e sua integração ao agronegócio, é o sistema RAIS/CAGED. Por ele temos outros indicadores que comprovam o desenvolvimento desse setor por meio do total da geração de empregos formais e as funções específicas mais demandadas entre 2004 e 2014.

Na tabela 45, verificamos que houve um substancial aumento de admissões em 2014, se comparada a 2004. Em 10 anos, podemos verificar que o setor extractivo permanece

insignificante para a economia local e que o setor de transformação é o que mais se destacou; mantendo suas admissões superiores ao setor de construção civil.

Tabela 45: Rio Verde/GO - total de empregos formais, por setores de atividades industriais, 2004/2014, segundo dados da CAGED/MTE

SETORES INDUSTRIALIS	2004		2014	
	Total Admitido	Total Desligado	Total Admitido	Total Desligado
EXTRATIVA MINERAL	41	16	57	53
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	4.855	3.608	6.903	6.990
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.017	1.940	2.470	2.844
TOTAL	6.913	5.564	9.430	9.887

Fonte: CAGED/Ministério do Trabalho e do Emprego. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/caged-divulgacao-de-dados-3.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

As funções que caracterizam o setor de indústria de transformação atendem direta ou indiretamente ao complexo do agronegócio. Sistematizamos algumas das funções mais empregadas em 2014, inseridas no subsetor classificado como “Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico” (Tabela 46).

Tabela 46: Rio Verde/GO - empregos e médias salariais classificadas no setor de indústria de transformação* pelo CAGED em 2014

Funções	Total de Admissões	Salário médio adm. (R\$)
Magarefe	2.846	886,24
Alimentador de Linha de Produção	369	853,99
Auxiliar de Escritório, em geral	248	892,73
Carregador de veículos de Transportes Terrestres	98	961,91
Trabalhador de Tratamento do Leite e Fabricação de Laticínios e afins	87	979,86
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	82	1.083,78
Motorista de Caminhão	70	1.211,80
Inspetor de Qualidade	68	1.183,68
Operador de Máquinas Fixas, em geral	59	1.116,58
Armazenista	52	1.095,21
Mecânico de Manutenção de Máquinas, em geral	42	1.158,69
Trabalhador da Avicultura de Corte	36	396,00
Embalador, a máquina	35	1.121,71

Fonte: CAGED/ MTE. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 10 jan. 2015. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

* Setor principal: Indústria de transformação. Subsetor: Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.

Chama-nos a atenção a função de magarefe⁴², que é necessária em empresas que fabricam produtos alimentares tais como frigoríficos de bovinos, suínos e aves. Trata-se de uma função que não exige qualificação, apenas o Ensino Fundamental incompleto, por isso,

⁴² MAGAREFE: Trabalham no abate de bovinos, suínos e aves com o auxílio de máquinas e equipamentos. São os responsáveis por preparar as carnes para comercialização, desossa, identificação de tipos, fatia, pesa e realiza cortes. Podem, ainda, embalar carnes, manualmente ou com o auxílio de máquinas, bem como inspecioná-las e armazená-las. Disponível em: <<http://www.senai.br>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

compreende uma grande massa de funcionários desqualificados profissionalmente, que imigram dos estados do Nordeste e Centro-Oeste para Rio Verde (SINE de Rio Verde).

As funções destacadas dão uma singular representatividade das funções desempenhadas nas agroindústrias locais; atividades que envolvem frigorífico, grãos e laticínios, tais como alimentador de linha de produção, classificador de grãos, retalhador de carne, trabalhador de tratamento do leite e fabricação de laticínios.

Junto a estas funções, destacamos também outras, que demandam funcionários para o setor organizacional, administrativo e de serviços de manutenção em geral nas agroindústrias, tais como: inspetor de qualidade, supervisor administrativo, vigia, conferente de carga e descarga, técnico de segurança do trabalho, serventes, pedreiros, porteiros, eletricista, dentre outros.

3.2.1.1 O arranjo produtivo agroindustrial de Rio Verde

Ainda nesta subseção, temos como objetivo apresentar a discussão de cluster e confirmá-la por meio do perfil de 10 agroindústrias selecionadas. Também propomo-nos estabelecer o circuito espacial de produção, mapeando fornecedores e consumidores.

Segundo Elias (2007) os arranjos produtivos ligados à produção agrícola e agroindustrial estão muito envolvidos com o circuito superior da economia. Os processos produtivos e os arranjos que se formam se realizam em uníssono com as cidades próximas, originam novas funções e dinamizam o setor terciário, criando as “cidades do agronegócio”.

Chaves (2009, p. 76) em seu trabalho sobre instrumentos das políticas públicas em Goiás, mostra a formação dos arranjos produtivos locais, e os define como “[...] uma aglomeração produtiva organizada em torno de uma determinada cadeia produtiva, que possui como característica principal a constituição de um ambiente favorável ao desenvolvimento”.

Segundo Chaves (2009), a articulação regional de diferentes empresas (produtores, fornecedores, prestadores de serviços) e instituições públicas e privadas (governos, centros de pesquisa, consultorias, universidades, entidades financeiras, sindicatos patronuais e de trabalhadores) facilitam os acessos a serviços, fornecedores, crédito e pesquisa.

A concepção de arranjo produtivo local pode ser compreendida como uma denominação genérica para várias formas de organização territorial produtiva, tais como polo de crescimento, distrito industrial ou cluster.

Dessas denominações, nos interessa abordar sobre os “clusters”, para entender o arranjo produtivo de Rio Verde. Trata-se de uma palavra de origem inglesa e sugere o conceito de agregação, junção e integração, ou seja, um arranjo espacial onde ocorre cooperação, colaboração, especialização, divisão do trabalho.

Em outras palavras, cluster é um aglomerado de indústrias de portes variados com especializações diversas e instituições que têm ligações particularmente fortes entre si, tanto horizontal quanto verticalmente, e, usualmente, incluem: empresas de produção especializadas, empresas fornecedoras, empresas prestadoras de serviços, instituições de pesquisas, instituições públicas e privadas, e de suporte fundamental (CHAVES, 2009).

Esses aglomerados produtivos são intensamente articulados, e constituem ambientes de negócios de interesse entre ambas as partes envolvidas, estruturadas por redes de suportes tais como recursos humanos, financeiros, administrativos, jurídicos e infraestruturas, favorecendo o desenvolvimento econômico local.

Vieira (2002) defende sua tese comprovando a existência da cadeia produtiva da soja em Goiás, apontando dados para o Sudoeste Goiano. Em seu trabalho, a autora mostra que a produção de soja formou um arranjo que atende à manutenção do sistema, ou seja, fornecedores, indústria e consumidores, por meio das agroindústrias, do setor de insumos, sistema de produção e pesquisa, meios de transporte, mercados nacionais e internacionais.

No trabalho de Chaves (2009) o autor compara Rio Verde com Jataí e Mineiros, e afirma que Rio Verde apresenta uma cadeia produtiva em função da diversificação do seu setor econômico. Rio Verde apresenta uma grande variação de atividades industriais, caracterizando-se pelos seguintes grupos: indústrias do Agronegócio, indústria da construção civil e mineração, indústrias de veículos e motores, indústrias de produtos químicos, indústrias de bebidas, indústrias de carnes (Frigoríficos), acompanhado, em seguida, dos grupos de indústrias de Eletrodomésticos, combustíveis e lubrificantes, indústrias de cereais, indústrias de alimentos, indústrias de produtos agropecuários, indústrias de laticínios e indústrias de embalagem.

A diversificação de atividades e de funções no mercado de trabalho, o PIB industrial e a arrecadação de ICMS, apresentados anteriormente, dão-nos um parecer de que Rio Verde é um município autossustentável, apresentando uma cadeia produtiva para o agronegócio, com características de Cluster, que se destaca no Sudoeste Goiano.

Contribuindo com esses estudos, buscaremos em nossa pesquisa, tecer o arranjo produtivo com base em informações de 10 agroindústrias⁴³ localizadas em Rio Verde: Brasilata, BRF, Brejeiro, Caramuru, Cargill, Cereal Comércio e Exportação, COMIGO, Heringer, Siol, Videplast. Elas foram escolhidas com base no porte, nas atividades relacionadas ao agronegócio e na arrecadação de ICMS.

Como metodologia, elaboramos um roteiro de entrevista padrão para apresentar diferentes quesitos das agroindústrias que aceitaram participar dessa pesquisa. São eles: benefícios fiscais, especialização, produtos fabricados, matérias-primas necessárias, capacidade de produção, localização dos fornecedores e consumidores, principais parceiros, número de funcionários formais, folha salarial mensal, a preocupação social e ambiental da empresa.

Apresentaremos no quadro 4, um agrupamento de informações sobre as empresas entrevistadas; por ela teremos a possibilidade de fazer uma análise comparativa de empresas de setores que compõem o agronegócio de Rio Verde, relativas à produção, fornecimento, recursos humanos e preocupação socioambiental.

⁴³ Algumas grandes empresas do agronegócio não aceitaram contribuir com essa pesquisa (tais como Orsa, Kowalski, Laticínios Real) alegando restrição de informações, outras, aceitaram com limitações.

Quadro 4: Rio Verde - perfil geral das agroindústrias selecionadas em 2012

Empresas/ Quesitos		Brasilata	BRF	Brejeiro	Caramuru	Cereal Comércio e Exp.	Cargill	COMIGO	Heringer	Siol	Videplast
1	Ano instalação e benefícios concedidos	1992 FCO/ Fomentar e Município	2000 FCO/ Fomentar e Município	2005 100% de isenção de ISS (2005 a 2010)	1984 Fomentar	1981 Fomentar	2004 **	1975 Fomentar, BNCC, Banco do Brasil, Bradesco	2008 Capital próprio	2006 Fomentar	2002 FCO/ Fomentar e município
2	Especialização	Tampas e embalagens metálicas	Alimentos processados	Esmagamento de soja e algodão; óleo e ração.	Teste de transgenia, classificação secagem, armazena- gem e aeração	Soja in natura, Produção de óleo de soja degomado (bruto), farelo de soja e Lecitina de soja, fabricação de ração animal	Moagem de soja, produção de farelo, produção de óleo bruto, refino, envase, comercializa- ção e distribuição de óleo	Beneficia- mento, indústria- lização e comercia- lização de produtos agropecuá- rios (grãos e lácteos)	Produção, comercia- lização e distribuição de fertilizantes	Fabricação de derivados de tomates	Embalagens plásticas flexíveis direcionadas a frigoríficos e indústrias de alimentos
3	Matéria-prima	Aço	Aves/ suínos/ massas/ lácteos	Soja	Soja, milho	Milho, soja, sorgo	Soja	Grãos, leite; óleo, fertilizantes, sal	Ureia, Nitrito sulfato	Atomatados, soja, milho	Resinas poliméricas
4	Capacidade de Produção (t)	450/ mês	6 mil suínos/ 400 mil aves (dia)	36 mil/ mês	65 mil (armaz.)	36 mil /mês	40 mil/ mês	1.351.794 (armaz.)	6 mil/ mês	1.800/ mês	800/ mês

Fonte: Pesquisa de campo. Org. por OLIVEIRA, B. S. de, 2012.

Quadro 4: Rio Verde - perfil geral das agroindústrias selecionadas em 2012 (continuação)

Empresas/ Quesitos		Brasilata	BRFs	Brejeiro	Caramuru	Cereal Comércio e Exp.	Cargill	COMIGO	Heringer	Siol	Videplast
5	Produtos fabricados	Embalagens metálicas	Aves e suínos in natura e processada, massas e lácteos	Óleo bruto de soja e ração	Grãos in natura	Grãos in natura, farelo, ração, óleo de soja	Farelo de soja, ração, óleo de soja	Rações, Produtos Lácteos, Óleo de Soja, Fertilizantes, Farelo de Soja, Sabão, Sal Mineral e Sementes	Fertilizantes básicos e especiais	Óleo de soja, maionese, gordura vegetal, atomatados	Filmes barreiras, sacos com zíper, filmes e sacos laminados, rótulos, sacos de lixos etc.
6	Locais fornecedores	CSN/ Rio de Janeiro	Integrados do Sudoeste Goiano; Orça; Videplast	Sudoeste Goiano	Sudoeste Goiano	Sudoeste Goiano	Sudoeste Goiano, Mato Grosso, Paraná, Bahia	Sul Goiano (cooperados)	importação	Goiás e Chile	Importada da Argentina e EUA
7	Locais consumidores	Sudeste e Centro-Oeste/ Mercosul	Brasil, exportação para 149 países	Anápolis-GO e Orlândia-SP. Exportação para Ásia e Europa	Itumbiara-GO e exportação para Japão, China, EUA.	Sul, Sudeste, Goiás, Ceará, Maranhão, e Pará. Exportação para Ásia e Europa	Sul, Sudeste, Goiás, Pará e Tocantins. Exportação para Ásia e Europa	Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Pará. Exportação para Europa	Sudoeste Goiano	Sul, Sudeste, DF, Norte. Exportação para o Mercosul	Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Pará
8	Número de funcionários diretos	106	7.300	55	60	275	110	2.319	70	193	430
9	Folha salarial mensal*	**	**	**	R\$ 40 mil	R\$ 345 mil	**	**	R\$ 60 mil	R\$ 260 mil	R\$ 350 mil

Fonte: Pesquisa de campo. Org. por OLIVEIRA, B. S. de, 2012.

Quadro 4: Rio Verde - perfil geral das agroindústrias selecionadas em 2012 (conclusão)

Empresas/ Quesitos		Brasilata	BRF	Brejeiro	Caramuru	Cereal Comércio e Exp.	Cargill	COMIGO	Heringer	Siol	Videplast
10	Principais parceiros	Empresas que produzem óleo comestível, tais como Caramuru, COMIGO, Coimbra (Jataí), Ceval (Luziânia), Cargill, Siol	Granjas integradas (suínos e aves)	Unidades de Anápolis e matriz em Orlândia	Matriz em Itumbiara	Produtores rurais, Granjas, Cargill, indústrias de refino de óleo	Produtores rurais, consumidores em geral (atacadistas, mercados, revendedores, revendedores).	Cooperados e consumidores em geral (mercados, revendedores, atacadistas)	Produtores rurais, empresas agropecuárias, cooperativas, revendas, reflorestadoras e usinas de açúcar e álcool	Atacadistas, pizzarias, mercados	BRF, Frigorífico Marfrig, Cargill
11	Preocupação social e ambiental	Doações a entidades e instituições	Construção de creches, posto de saúde, doação de ambulância, doações de alimentos. Patrocínio de eventos culturais e científicos. Tratamento de efluentes líquidos e sólidos, com a reciclagem de parte dos resíduos.	Não respondeu	Não respondeu	Reflorestamento para a caldeira e o secador de grãos	Reutilização da água, uso de biomassa para produção de energia, apoio financeiro a instituições, reciclagem de óleo de cozinha, fundação Cargill	Projeto gestão ambiental rural COMIGO, Projeto Circuito ambiental na Tecnoshow, redução do consumo de energia, Reflorestamento, Tratamento de efluentes industriais.	Programa Menor aprendiz e vagas para funcionários com deficiência.	Caldeiras, tratamento de águas e efluentes, Reutilização da água no ambiente da fábrica.	Programa Menor aprendiz, e vagas para funcionários com deficiência. Patrocínio de eventos, incentivos a atletas. 5S; resíduos sólidos são reciclados em Goiânia ou em Santa Catarina.

Fonte: Pesquisa de campo. Org. por OLIVEIRA, B. S. de, 2012.

* informação sobre a folha salarial mensal inclui valores brutos e líquidos.

** restrição da informação

Por meio de eixos de informações das agroindústrias apresentadas, traçamos o seguinte perfil:

a) Ano de instalação e benefícios concedidos

Do universo pesquisado, apresentamos três grandes agroindústrias pioneiras do complexo da soja: COMIGO, Cereal Comércio e Exp. e Caramuru, precursoras do arranjo produtivo. As duas primeiras de capital local surgiram no período da introdução da soja na região, final anos 1970, início de 1980. A Caramuru possui seu Complexo Agroindustrial em Itumbiara, e na década de 1980 instalou um armazém no município de Rio Verde.

Na década de 1990, é a vez da instalação da empresa Brasilata, de capital nacional, que entra no mercado regional para fornecer embalagens metálicas às empresas fabricantes de óleo de soja, tais como a COMIGO e a Caramuru de Itumbiara.

De 2000 em diante, foi o período de instalação da maior parte das empresas pesquisadas. Elas representam a fase de consolidação do complexo da soja e da transformação dos seus derivados em commodities agrícolas (grãos, farelo, óleo), negociadas no mercado internacional. Nesse ramo, houve a instalação da Cargill, Brejeiro e Siol; voltadas ao processamento de grãos; e ainda a instalação do complexo de carnes da Perdigão/BRF e da Heringer, empresa que veio atender à demanda de fertilizantes na região. Destacamos, também, a empresa Orsa, que se instalou no município em 2001, atendendo à demanda por embalagens de papelão da cadeia produtiva.

Neste cenário de incentivos fornecidos pelos governos, verificamos que a maior parte das empresas pesquisadas foi beneficiada por programas de financiamentos e de incentivos fiscais, tais como FCO e Fomentar, benefícios municipais e atrativos econômicos.

Destacamos a participação do Governo Federal, através do fomento direcionado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), por meio do FCO (Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste), que tem como objetivo promover o crescimento e o desenvolvimento econômico da região, a partir de investimentos industriais e, sobretudo, de projetos agroindustriais. Com isso, o BNDES torna-se o principal parceiro das empresas no processo de inversões/deslocamentos para o Centro-Oeste, sendo o financiador de grandes projetos.

Quanto aos benefícios do Governo Estadual, destacamos o Fomentar (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás), que surgiu de outro Programa,

o FEICOM (Fundo de Expansão da Indústria e Comércio do Estado de Goiás) criado por meio da Lei nº. 7.700, de 19 de setembro de 1973.

A partir desta lei, o estado de Goiás passou a conceder incentivos fiscais e financeiros a empreendedores interessados. O fundo assegurava a implantação de infraestruturas básicas, tais como energia elétrica, água, telefone, estradas e auxiliares. O FEICOM durou, aproximadamente, dez anos e aprovou 90 projetos, sendo que mais de 73% foram para o município de Anápolis, dentre eles, Itambé, Mabel e Emege (CHAVES, 2009).

Já o Programa Fomentar, criado pela Lei nº. 9.489 de 19/07/1984, foi substituído pelo Produzir⁴⁴, por meio da Lei nº. 13.591 de 18/01/2000, que incentiva a implantação, expansão ou revitalização das indústrias. Com a aprovação da Lei nº 16.285, de 30 de junho de 2008, foi possibilitado às empresas beneficiárias do programa Fomentar migrar para o Produzir.

Destacamos também que as empresas pesquisadas retratam o modelo de efetivação industrial no município, pautada em benefícios fiscais, benefícios municipais (estrutura espacial) e atrativos econômicos que Rio Verde oferecia na época.

No quadro 5 podemos observar de maneira sistematizada os benefícios concedidos e os atrativos espaciais às indústrias pesquisadas (conforme informado):

Quadro 5: Agroindústrias de Rio Verde - benefícios fiscais e atrativos

Empresas	Benefícios fiscais	Benefícios estruturais do município / atrativos econômicos
Brasilata	FCO	- Concessão do terreno por parte do município - Atrativos: infraestrutura viária que permitia o escoamento dos produtos industrializados.
BRF	FCO/Fomentar	- Concessão de terreno, isenção de impostos municipais, instalação de infraestrutura de transporte e comunicação. - Atrativos: fornecimento de ração a preços mais baixos para a empresa e seus integrados. A infraestrutura urbana, solidificada com instituições de ensino técnico e superior, sistema financeiro e comercial.
Brejeiro	isenção do ISS	- Atrativos: alta produtividade iniciada pelos americanos, russos e paulistas.
Caramuru	Fomentar	- Atrativos: área produtora em grãos, estrutura montada, fornecedores cativos.
Cargill	Não informado	- Atrativos: disponibilidade de matéria-prima, demanda local por farelo e logística da região, que oferece várias saídas para o escoamento da produção.
Cereal Comércio e Exp.	Fomentar	- Atrativos: alta produção de soja regional/ logística que favorece o escoamento.
COMIGO	Fomentar/ outros	- Atrativos: cooperados e alta produção de soja regional.
Heringer	Capital próprio	- Disponibilidade da área/estrutura (antiga Adubos Moema) - Atrativos: demanda do mercado regional; proximidade dos clientes; menores custos de abastecimento; proximidade das principais rodovias estaduais; facilidade na contratação de transporte; acesso a portos e ferrovias e proximidade aos fornecedores

⁴⁴ O PRODUZIR garante às médias e grandes empresas beneficiadas (com faturamento anual acima de R\$1.200.000,00), o financiamento de até 73% do ICMS gerado, em até 15 anos, com taxa de juros de 2,4% ao ano, sem correção monetária, com prazo de pagamento anual e com aplicação de desconto que pode chegar até 100% do saldo devedor (CHAVES, 2009).

		importantes da empresa.
Siol	Fomentar	- Disponibilidade da área/estrutura (em 2007 adquiriu a estrutura completa que pertencia a Unilever/CICA e herda incentivos fiscais do Governo Estadual, tais como isenção para o pagamento de Impostos municipais e ICMS, concessão do terreno onde se localiza a fábrica, asfaltamento, instalações elétricas, caldeiras e tratamento de águas e efluentes).
Videplast	FCO/ Fomentar	- Concessão do terreno e infraestrutura; - Atrativos: demanda de frigoríficos e indústrias de alimentos e bebidas por embalagens plásticas e rótulos tais como a BRF, Cargill e Marfrig.

Pesquisa de campo, 2012. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2012).

A COMIGO, atual Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (antiga Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) foi criada em 1975 por um grupo de 31 agricultores, ampliando em dois anos para 50. Eram especializados nas operações de plantio e colheita, e associaram-se para formar a COMIGO, com os objetivos de beneficiar, industrializar e comercializar seus produtos agrícolas, a partir dessa iniciativa, criaram uma empresa cooperativa, que mais tarde se especializou nas operações a jusante do complexo rural, tais como armazenagem, processamento e distribuição final de produtos (GONÇALES, 2001).

A partir de 1978, com a cooperativa mais consolidada financeiramente, foi construída a primeira unidade armazenadora em Rio Verde; em 1982, inicia-se a construção da indústria de processamento de soja, que serviria de suporte ao complexo atual.

Com esses investimentos, os cooperados e demais produtores, sentiram-se mais seguros com relação a estocagem e a venda dos grãos, uma vez que os grãos passaram a ser processados (esmagamento e refino do óleo), derivando novos produtos. Essa fase configurou-se, portanto, na alavanca do arranjo produtivo local.

Em 2014, apresentava um total de 6.017 sócios, 2.319 funcionários e uma capacidade de armazenagem de 1.351.794 toneladas. Sua área de atuação, para efeito de admissão de associados, segundo o Estatuto Social da empresa, abrange 32 municípios do Sul Goiano. E ainda atua diretamente em algumas cidades por meio de armazenagens, lojas, posto de recepção de leite e unidade de produção de sal mineral. As cidades apresentam um raio máximo de 240 km de distância de Rio Verde. São elas: Acreúna, Caiapônia, Indiara, Jandaia, Jataí, Montes Claros de Goiás, Montividiu, Paraúna, Santa Helena e Serranópolis.

Seu complexo possui um parque com nove agroindústrias responsáveis pelo processamento de soja e derivados, tais como óleos, rações, farelos de soja, sabão, além de fertilizantes, sal mineral, sementes e produtos lácteos (Foto 16).

Foto 16: Rio Verde – Complexo Agroindustrial da COMIGO



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016.

Em 2014, foi listada novamente entre as grandes empresas do país pela revista Exame, que a classificou com posição de 230 entre as mil Melhores e Maiores empresas do Brasil, e posição 45º entre as 50 maiores empresas do agronegócio.

Num outro contexto econômico, em que a soja já havia se consolidado no Sudoeste Goiano, ocorre a introdução de um novo setor: o de carnes. Com sede em Videira/SC, a Perdigão, inicia em 1996 a fase de implantação do Projeto Buriti⁴⁵. Nesse período são feitos os primeiros contatos e parcerias com produtores rurais para a produção de matrizes.

Borges (2006) nos fala que a consolidação do CAI da soja, as agroindústrias de carnes foram atraídas pela produção de grãos e de industrializados da soja, pelos fortes incentivos do Estado e pela inexistência de frigoríficos de grande porte de aves e suínos na região.

Além desses fatores, Borges (2006, p. 119) agrupa outros atrativos:

- 1) transformações ocorridas nos mercados interno e externo de carnes;
- 2) mudanças no sistema produtivo e na gestão das empresas;
- 3) incentivos governamentais;
- 4) vantagens apresentadas pelo território, ou vantagens do território.

Dentre os incentivos governamentais, destacamos o FCO e o Fomentar para a instalação da Perdigão em Rio Verde. Sobre o FCO, observamos que o BNDES tornou-se o principal parceiro das grandes empresas que se deslocam para o Centro-Oeste, financiando projetos de custo elevado, tais como o da Perdigão, de cerca de R\$90 milhões, iniciais, para implantar o Projeto Buriti (Foto 17).

⁴⁵ Trata-se do local onde foi construído o parque industrial da empresa.

Foto 17: Rio Verde – Complexo BRF (Projeto Buriti)



Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/noticias/economia/goi%C3%A1s-vai-exportar-carne-su%C3%ADna-e-de-aves-para-a-r%C3%BAssia-1.635856>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

No entanto, Queiroz (2006) na sua pesquisa sobre a territorialização da Perdigão em Goiás, fala-nos que os investimentos foram se ampliando. No total, foram investidos R\$ 700 milhões no complexo Buriti de Rio Verde, sendo 480 milhões para a empresa Perdigão, com o apoio do BNDES e o restante para os produtores rurais (granjeiros) e os transportadores integrados.

A Perdigão, também, foi beneficiada pelo Fomentar em Rio Verde. Segundo Borges (2006) a empresa obteve um financiamento de 70% do ICMS por 15 anos, com cobranças de juros anuais de 2,4%, sem correção monetária. No total, foram cerca de R\$ 1 bilhão em compensação de ICMS. Segundo o autor, os benefícios concedidos foram além dos regulamentos em lei, favorecendo a empresa a se instalar em Goiás.

Outro incentivo foi a redução do ICMS de 7% para 3% nas transações feitas pelo setor de carnes (bovino, suíno, ave e peixe), que beneficiou produtores rurais, e os estabelecimentos frigoríficos, tais como a Perdigão e Marfrig.

Borges (2006) nos fala que nesse jogo de guerra fiscal, os municípios também entram concedendo benefícios tais como: doação de terrenos para instalação dos projetos; construção de infraestrutura necessária; parcerias para a qualificação da mão de obra e isenção de taxas e impostos municipais - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Constatamos isso na instalação da Perdigão, por meio da isenção dos impostos municipais por 15 anos, na cessão dos terrenos para a construção do seu Complexo Agroindustrial (incluindo incubatório, fábrica de ração e granjas, abrangendo uma área total ocupada de mais de 328 mil m²), que requereu ajuda direta na construção da fábrica, das granjas da empresa e dos poços artesianos, além da instalação de infraestrutura de transporte e comunicação.

A localização dessa empresa esteve estrategicamente ligada entre incentivos fiscais e atrativos locais. Segundo informações da Revista Parceria (1999, p. 12)

Partiu-se então para um minucioso estudo sobre a possível localização da nova unidade. Era necessário encontrar um lugar com aptidão para o desenvolvimento da atividade agropecuária e industrial; que revelasse alta produtividade e auto-suficiência nas culturas de grãos, tendo ao mesmo tempo um potencial de crescimento; com boa infra-estrutura básica, mão-de-obra disponível (sic) e condições climáticas favoráveis; e, finalmente, que oferecesse vantagens sanitárias devido à ausência de competidores.

Destacamos que a proximidade com a matéria-prima (soja e milho) favoreceu o fornecimento de ração a preços mais baixos para a empresa e seus integrados, balanceando as despesas com as distâncias dos centros consumidores ou portos para exportação. A infraestrutura urbana, solidificada com instituições de ensino técnico e superior, sistema financeiro e comercial que já atendiam à produção capitalista, também, deu suporte à agroindústria.

b) Especialização das empresas, matéria-prima, capacidade de produção e produtos fabricados

O arranjo territorial se consolidou basicamente em dois períodos: entre as décadas de 1980/2000, especializada nos grãos e após 2000, especializada no setor de carnes. No primeiro período houve ampliação de muitas indústrias especializadas no processamento da soja (esmagamento, refino do óleo, ração). Em nossa pesquisa, 30% das agroindústrias especializadas no processamento de grãos, foram implantadas no primeiro período, e mais outras 20% implantadas após o ano de 2000.

Após 1990/2000, ocorre uma diversificação na atividade industrial, com o setor de embalagens plásticas, grãos, carnes e lácteos, ou seja, amplia e complexifica o setor agroindustrial, favorecendo a formação do cluster. São elas: BRF (Carnes e massas), Videplast, atendendo aos setores que demandam embalagens plásticas, Siol (ramo do

agronegócio de atomatados) e Heringer, atendendo à demanda por fertilizantes dos agricultores.

Todas as empresas pesquisadas tiveram sua produção ampliada desde sua implantação. Por incentivos fiscais ou capital próprio, as ampliações da produção tem resultado na ampliação e diversificação dos setores de agroindústria e de serviços.

São empresas de plantas grandes, onde a produção é elevada, voltada para o atendimento de outras plantas, ou mercado nacional e mesmo, exportação. Na pesquisa, vimos que as grandes agroindústrias dos grãos, (Brejeiro, Cereal Comércio e Exp., Cargill e COMIGO), produzem mensalmente uma capacidade próxima de 30 e 40 mil toneladas.

Diferenciamos a produção da COMIGO pela sua diversidade de produtos tais como óleo de soja, lácteos, ração, ração, sabão, sal e fertilizantes, conforme ilustramos na tabela 47.

Tabela 47: COMIGO - capacidade de produção e armazenagem em 2015

COMIGO: CAPACIDADE AGROINDUSTRIAL, 2015	
Fábrica de rações	110 t/h
Fertilizantes	240 t/h
Moageira de soja	5.500 t/dia
Refinaria de óleo de soja	250 t/dia
Un. beneficiamento de sementes	200 mil sacas/ano
Un. processamento de leite	250 mil l/dia
Unidade de suplemento mineral	350 t/dia
CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM EM RIO VERDE	
Armazenagem (t)	354.414
Secagem (t/h)	1.120

Disponível em: <<http://www.COMIGO.com.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

A empresa aproveita os resíduos do óleo para produzir 20 t./dia de sabão, vendido na região, Nordeste e São Paulo. No setor de ração, há produção para aves e suínos e, também, outros tipos para atender à demanda de animais domésticos (Foto 18).

Foto 18: COMIGO - envase de óleo de soja e estoque de farelo de soja, 2015



Disponível em: <<http://www.comigo.com.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

Destacamos, também, a BRF, no ramo de abatedouro-frigorífico, por sua alta produção; sua planta em Rio Verde tem capacidade de abater 2,5 milhões de aves e 27 mil suínos por semana. Em 2013, já havia alcançado sua capacidade para os suínos, abatendo 6 mil por dia. No entanto, deveria ampliar os abates de aves, que estavam na casa dos 400 mil por dia além da produção de 250 mil toneladas de embutidos e pratos congelados por ano.

A cadeia produtiva da soja tem seus produtos direcionados aos consumidores do setor de agronegócio, tais como granjeiros e pecuaristas, exportação e ao setor varejista (por meio do óleo de soja, margarinas, maioneses). Os setores embalagens (plásticas e metálicas) e fertilizantes vieram para atender diretamente agroindústrias que demandam esse tipo de material e produtor rural respectivamente.

Este último, o setor de fertilizantes, chamamos a atenção para a empresa Heringer, que se instalou numa antiga fábrica do mesmo ramo (adubos Moema). Caracteriza-se como uma misturadora de fertilizantes, preparando adubos para a aplicação na agricultura. A matéria-prima é importada, e a produção chega a 6 mil toneladas por mês.

c) Localização dos principais fornecedores e consumidores de mercadorias

Neste ponto, teremos a oportunidade de conhecer o circuito espacial de produção das principais agroindústrias o agronegócio regional, mapeando os principais fornecedores de matéria-prima e os principais mercados consumidores.

No quesito fornecedores, analisamos que 60% das empresas pesquisadas adquirem suas matérias-primas somente em Goiás (escala regional ou microrregional); predominando a Microrregião do Sudoeste Goiano. Fazem parte da cadeia produtiva dos grãos (soja e milho) e seus parceiros (fornecedores) são na sua maioria, os produtores rurais.

Nesse grupo, destacamos a BRF, setor de frigorífico, que tem como parceiros e fornecedores, os integrados granjeiros, que se concentram no Sul Goiano. De acordo com a AGINTERP (Associação dos Granjeiros Integrados em Terminação da Perdigão - Unidade Rio Verde), em 2015, havia 331 integrados (suínos, frangos e ovos), abastecendo a produção da empresa, distribuídos em Rio Verde e municípios vizinhos, tais como Aparecida do Rio Doce, Jataí, Maurilândia, Montividiu, Santa Helena, Santo Antônio da Barra, Paraúna, Quirinópolis, dentre outros.

A ração, matéria-prima oferecida aos integrados, faz a empresa consumir anualmente, cerca de 750.000 toneladas de milho e farelo de soja, que são fornecidas por beneficiadoras de grãos, tais como a COMIGO.

Sobre os fornecedores integrados da BRF, destacamos que inicialmente a integração não teve muito sucesso; foi necessário que a Perdigão criasse algumas granjas (810 módulos de integração de aves e suínos) para que a reprodução fosse adiantando até a inauguração. Paulatinamente, os proprietários rurais foram se interessando e adquirindo empréstimo junto ao Banco do Brasil (FCO) para construírem a estrutura.

O crescimento do mercado de aves e suínos exigiu da empresa Perdigão aumento de competitividade, preço e qualidade, além da necessidade de reduzir os seus custos de transação, de produção e de logística. O sistema de integração fora da fábrica já era aplicado pela empresa em Santa Catarina. Lá as granjas tinham a capacidade média de alojar 6 mil a 15 mil frangos e, em Rio Verde, a empresa optou por exigir granjas com capacidade de alojar 24 mil cabeças.

Por esse arranjo entre granja e empresa, ficou estabelecida uma nova estruturação produtiva em que a BRF, indústria de transformação de alimentos, torna-se dependente do campo e, ao mesmo tempo, subsidiadora dele, uma vez que comanda a produção e a qualidade, envia técnicos e ração, e paga o preço final (que ela própria define).

Em um artigo do Jornal Opção, intitulado, “Produtores integrados da Perdigão/BRF de Rio Verde reclamam de pressão e preços aviltantes”, fica evidente que já existem conflitos entre integrados e a empresa.

Com receio de perseguição, porque se trata de empresa poderosa, os integrados da Perdigão de Rio Verde não se manifestam publicamente. Privadamente, as reclamações estão esquentando. Os produtores dizem que a Perdigão, depois da fusão com a Sadia, que gerou a empresa Brasil Foods S.A. (BRF), passou a tratá-los com “desrespeito”, pagando preços aviltantes pela produção. Há quem recomende que possíveis benefícios fiscais e apoio do FCO sejam revistos. (Jornal Opção, 2014)⁴⁶.

Voltando à pesquisa, apenas 10% das empresas buscam fornecedores fora de Goiás, que é o caso da Brasilata, que compra direto da CSN no estado do Rio de Janeiro.

E os outros 30% têm fornecedores externos; incluindo nesse grupo a Heringer, (importa da Europa), Videplast (importa da Argentina e dos Estados Unidos) e Siol, que importa tomates do Chile, quando o mercado goiano está em falta ou elevado.

⁴⁶ Disponível em <<http://www.jornalopcao.com.br/bastidores/produtores-integrados-da-perdigao-brf-de-rio-verde-reclamam-de-pressao-e-precos-aviltantes-1093>> Acesso em: 10 dez. 2014.

As demais empresas têm seus fornecedores localizados na região agrícola do Sudoeste Goiano, numa cooperação que fortalece os fluxos de matéria-prima, mercadorias e informações regionais sentido Rio Verde (Mapa 8).

Para se entender o funcionamento do território, é preciso captar o movimento, sejam eles de pessoas, sejam eles de empresas; para isso é necessário levar em conta os circuitos espaciais de produção. Esse movimento é comandado no período atual por fluxos não obrigatoriamente materiais, tais como capitais, informações, mensagens, ordens.

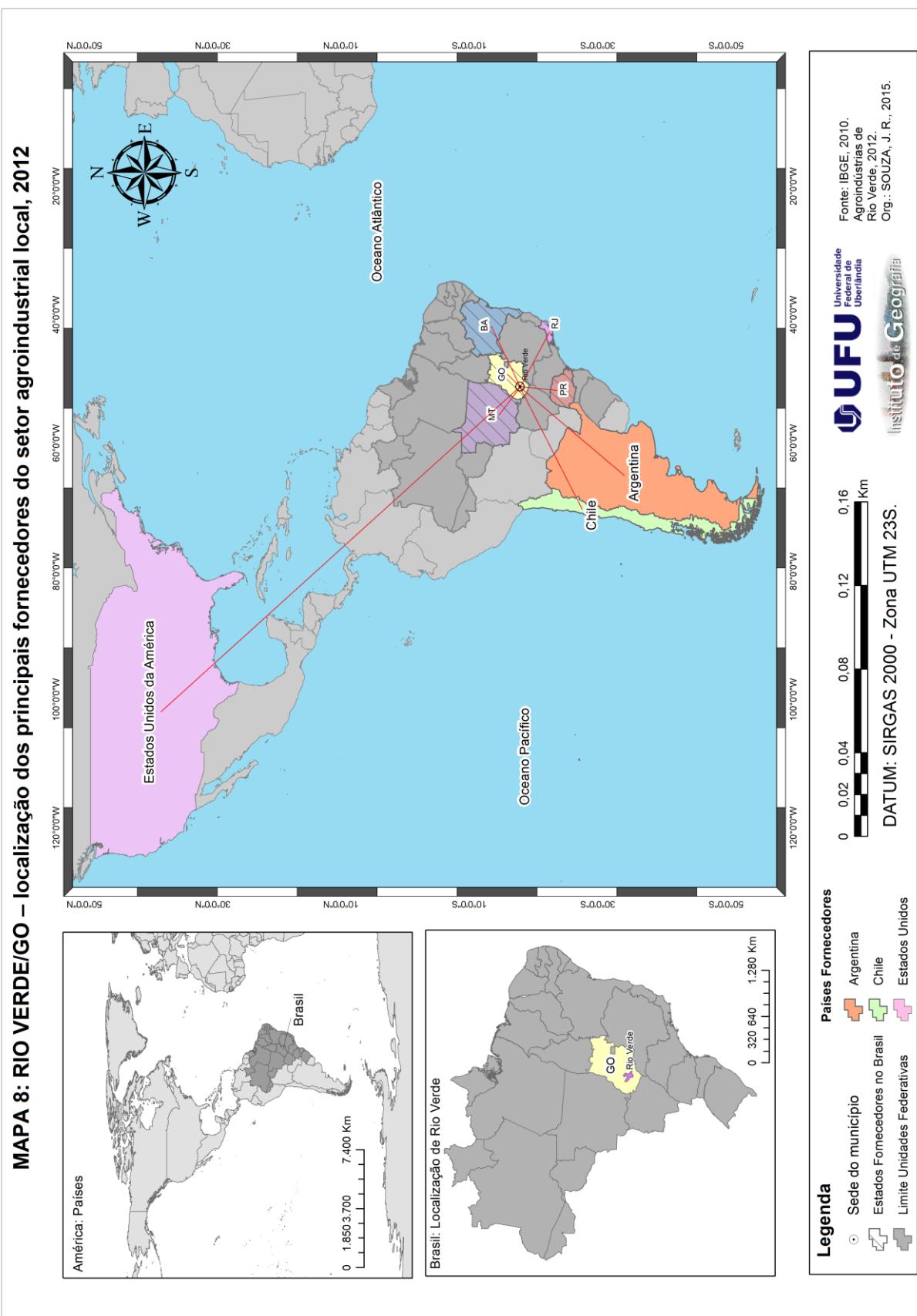
Segundo Santos e Silveira (2001, p. 144)

Essa é a inteligência do capital, reunindo o que o processo direto da produção havia separado em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento de verdadeiros círculos de cooperação. Circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação mostram o uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial.

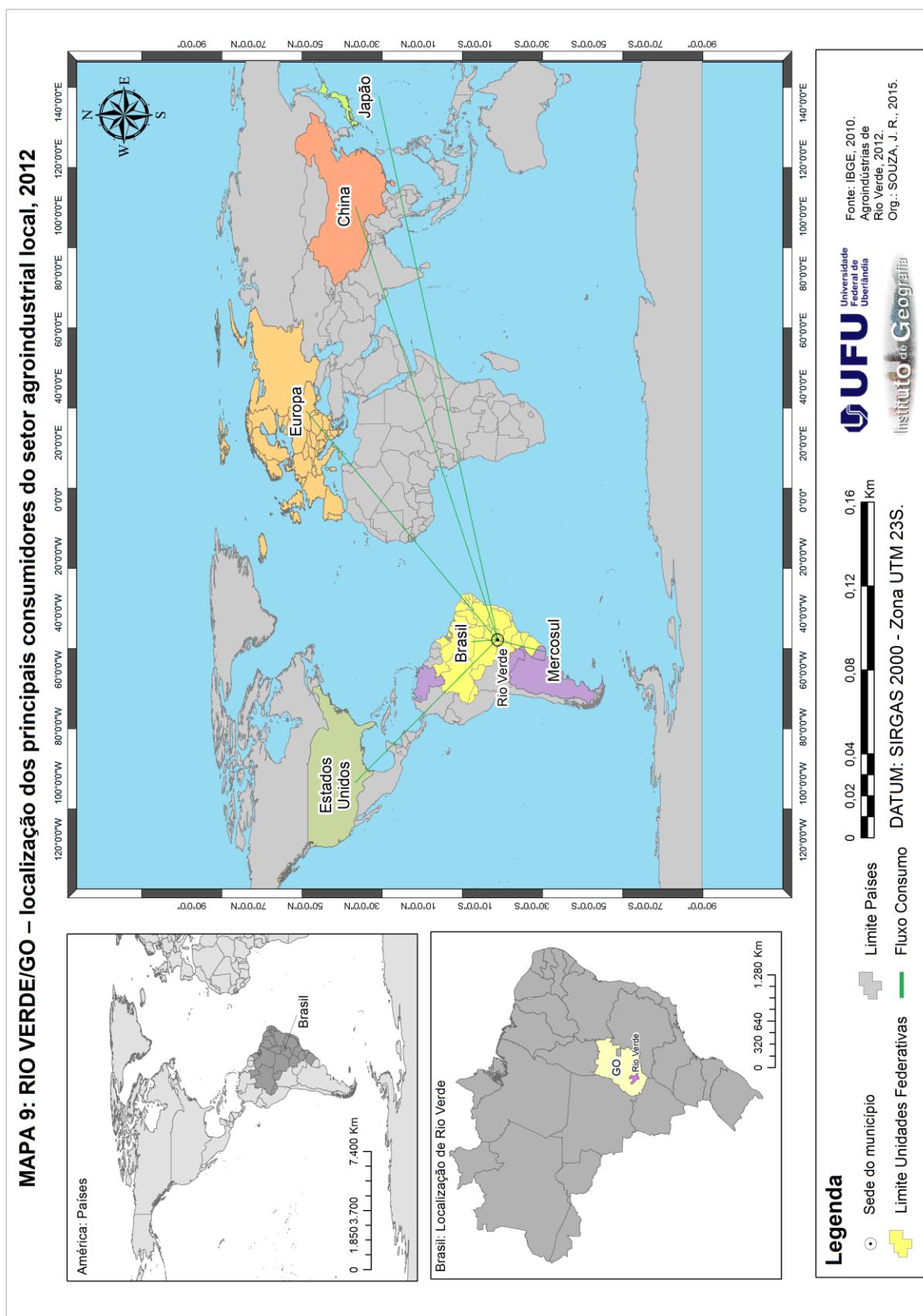
Compreendermos o circuito espacial de produção das agroindústrias de Rio Verde completando o circuito dos fornecedores com o dos consumidores, que vão da escala local a global. Alguns deles são parceiros cativos (incluindo fornecedores ou compradores) ou ainda, fornecedores de serviços. Muitas vezes, é no setor urbano que essas parcerias são viabilizadas.

No grupo dos clientes consumidores, destacamos que apenas 20% das empresas pesquisadas fornecem para parceiros locais (Goiás), sendo elas: Heringer, que atendem apenas Goiás, e a Caramuru, que envia todo o milho para sua matriz, em Itumbiara (GO), e esta processa e revende para todo o Brasil.

As demais agroindústrias (80%) estabelecem um arranjo territorial que abrangem parceiros de diversas regiões brasileiras e ainda, atendem ao mercado internacional, como o Mercosul, EUA, Europa e Ásia (Mapa 9).



MAPA 9: RIO VERDE/GO – localização dos principais consumidores do setor agroindustrial local, 2012



d) Informações sobre o número de funcionários formais, valor da folha salarial mensal e benefícios trabalhistas

Sabemos que uma parte do sistema produtivo dos grãos e carnes ocorre no campo moderno, mas a partir do momento que sai da porteira em direção à agroindústria, o processo ganha dimensões muito complexas de cooperação. E a dependência com a cidade torna-se imprescindível.

Dessa maneira, o cluster de Rio Verde traz na sua esteira uma demanda grande por mão de obras, parcialmente qualificada, instituições de pesquisa e de ensino, transportes de cargas e de pessoas, sindicatos, Comércio e Serviços de apoio em geral, caracterizando o sistema como predominantemente urbano.

No que se refere à mão de obra, constatamos em nossa pesquisa que as funções ligadas às agroindústrias processadoras de grãos e de carnes, são parcialmente voltadas para a linha de produção, administrativo e fiscalização.

Na amostra das profissões mais admitidas em Rio Verde (CAGED, 2014), a função de magarefe e inspetor de qualidade são características de frigoríficos, e também no processamento de grãos e refino, há a função de alimentador de linha de produção, auxiliar de escritório, armazenista, dentre outros.

As funções voltadas para a manutenção da produção não exigem elevada escolaridade ou qualificação; em uma pesquisa realizada por Borges (2006) sobre a empresa Perdigão, o autor revela que em 2003 havia no quadro geral da empresa um perfil de funcionários com ensino fundamental (completo e incompleto) que chegou a 56,57% do total, com ensino médio (completo e incompleto), 37,36%, e com graduação (incompleta, completa e pós), uma participação de apenas 6,26%.

Segundo informações do SINE de Rio Verde, essa característica não mudou nos últimos anos; a demanda por vagas na atual BRF tem sido atendida por funcionários de baixa escolaridade, normalmente imigrantes.

Em pesquisa de campo junto a empresa, o setor de Recurso Humanos nos informou que, “nas unidades de Rio Verde, Jataí e Mineiros são mais de 9 mil funcionários; aproximadamente, 70% deles são do Norte e do Nordeste do Brasil” (pesquisa de campo/BRF, 2012).

Com relação à rotatividade, que é um problema citado pela maioria das empresas pesquisadas, a BRF e a Brejeiro têm posição contrária:

a rotatividade dos funcionários é baixa, com exceção de alguns que cumprem apenas o período de experiência (45 dias); a maioria firma uma média de um ano e meio para que valha a pena sua vinda pra Goiás. Eles tem três sonhos e trabalham pra realizá-los: conquistar um celular moderno, uma moto e retornar com dinheiro pra sua terra (pesquisa de campo, 2012).

Segundo a empresa, a rotatividade maior fica por conta dos funcionários rio-verdenses: “a rotatividade é alta; a empresa os vê como preguiçosos e preconceituosos, porque não aceitam a empresa na cidade. Costumam ficar poucos meses. Os (funcionários) de Santa Helena firmam mais” (pesquisa de campo, 2012).

Outra crítica com relação à mão de obra, é a dificuldade de encontrar pessoal qualificado para funções tais como direção de pá carregadeiras, eletricistas industriais, motorista de empilhadeira; mecânico e elétrica para manutenção industrial. Empresas como Cereal Comércio e Exp., Heringer e Videplast afirmam ter de formar mão de obra interna, mas esbarram na alta rotatividade dos funcionários, critica que é reforçada pela COMIGO e a Caramuru.

A grande massa de trabalhadores desqualificados é aproveitada não apenas nas usinas de cana da região, como também durante safras e safrinhas para fazerem serviços de cargas e descargas.

Por exemplo, a empresa Brejeiro informou que maioria do trabalho braçal é realizado por nordestinos (Maranhão, Bahia e Pernambuco); e fizeram o seguinte questionamento: “O pessoal de Rio Verde não quer trabalho braçal. O trabalho de campo era pesado, agora se automatizou. Será que eles se tornaram exigentes? Se qualificaram? Ou se tornaram preguiçosos?”

Possivelmente, a melhor qualificação local também os tornaram exigentes, de maneira que os serviços mais pesados e menos remunerados são rejeitados e deixados à massa desqualificada que se agrega à população local ao longo das últimas décadas.

As empresas de beneficiamento de grãos, não exigem mão de obra com escolaridade para as funções de carga/descarga; recorrem normalmente ao SINTRAM (Sindicato dos Transportes na Movimentação de Mercadorias em Geral de Rio Verde), para que envie funcionários diaristas, como o caso do Brejeiro, Caramuru, Cereal Comércio e Exp., COMIGO, Siol e mesmo a Heringer.

Segundo informações do SINTRAM⁴⁷, no final das safras, aumenta o número de admissões, entre janeiro e março. As funções mais procuradas são: trabalho braçal, ajudante

⁴⁷ Entrevista realizada em 2014.

de produção, armazenagem, operadores de máquina, balanceiro, auxiliar administrativo e serviços gerais, com média salarial de 1,5 s.m.

Convém salientar que algumas dessas empresas contratam funcionários de outras cidades e oferecem transporte ou outros benefícios, como o caso da BRF que mantém aproximadamente 70 funcionários residentes em Santa Helena, distante a 30 km de Rio Verde. Do Sudeste ou de Goiânia, são contratadas mão de obra qualificada para prestação de serviços em várias agroindústrias, tais como engenheiros de produção, serviços jurídicos, mecânicos especializados.

Nas empresas pesquisadas, o número de emprego direto varia normalmente conforme a safra, ampliando consideravelmente o número de admissões; na COMIGO se considerarmos o total de empregos terceirizados, o número pode se elevar para 4 mil. Na BRF, ocorre o mesmo, são 7.300 funcionários contratados diretamente, no entanto, indiretamente esses números podem passar de 10 mil empregos, se considerarmos que há mais de 270 empresas parceiras, fornecedoras e prestadoras de serviços ou trocas comerciais com ela.

Seguindo a definição do SEBRAE, para o porte das agroindústrias pesquisadas, com unidade em Rio Verde, classificamos 30% delas como “pequena empresa” (Brejeiro, Caramuru e Heringer), 50% considerada “média empresa” (Brasilata, Cereal Comércio e Imp. e Exp., Cargill, Siol e Videplast), e 20% de “grandes empresas”, incluindo nesse porte a COMIGO e a BRF.

Elas injetam mensalmente no mercado consumidor local um montante que estimula a economia regional; em 2004, a folha da Perdigão foi de R\$ 3 milhões, com 5.400 funcionários (BORGES, 2006). Apesar da empresa não revelar a folha atual, pode estar em torno de R\$ 4 milhões.

Por ser considerada informação sigilosa, 50% das empresas pesquisadas não nos informaram sua folha de pagamentos; por elas teríamos condição de confirmar o peso do agronegócio diretamente distribuído entre a população. Entretanto, confirmamos o peso desse capital por meio da dinamização da economia no início do mês, momento em que o comércio, bancos, shopping, mercado imobiliário, clínicas, estão mais alavancados.

e) Preocupação social e ambiental das empresas

No jogo do capital, as empresas, também, têm programas sociais e ambientais a cumprir, seja por obrigação fiscal, seja por jogada de marketing, seja por incentivos financeiros.

A legislação ambiental nem sempre é cumprida nas plantas das filiais, especialmente, no interior do Brasil, onde a fiscalização ainda fica a desejar.

Empresas que produzem resíduos sólidos e têm elevado consumo de água, devem ter a destinação correta dos seus dejetos e fazer seu tratamento, assim com a água, gerando menos desperdício por meio de sua reutilização.

Algumas das agroindústrias pesquisadas são grandes produtoras de resíduos sólidos originados dos grãos, das carcaças suínas e aves, dos plásticos e dos metais.

Em termos de resíduos sólidos e efluentes líquidos, a BRF teve de se adaptar corretamente nos aspectos ambientais para evitar acidentes, como o que ocorreu em 2007 em Rio Verde.

A indevida localização da empresa acima do local onde a SANEAGO capta água para seu sistema de tratamento e abastecimento público de Rio Verde, acarretou num acidente ambiental em 2007, em que, por falha de um sistema de bombeamento na indústria, houve escape de resíduos da indústria para o córrego que abastece a cidade, gerando contaminação.

Após o ocorrido, foram feitas adequações no complexo industrial da BRF, com a construção de uma lagoa de 40 mil m³, com capacidade para quarenta milhões de litros de efluentes, para que receba toda a rede pluvial de todo o complexo industrial. Apesar da empresa ser punida, fica evidente que as falhas do sistemas privado são pagas pela sociedade.

No trabalho de Lopes e Lopes (2009) sobre resíduos industriais da Perdigão, os autores entrevistaram a supervisora responsável por esse setor sobre a estrutura de resíduos sólidos. Segundo ela, a empresa adotou uma estratégia de aproveitamento de resíduos sólidos:

Para destinar a parte do tratamento dos resíduos sólidos, a Perdigão tem uma fábrica de subprodutos, onde processa as vísceras e resíduos do abate e transforma em ração. Os outros resíduos gerados, tais como papel e papelão são destinados à central de resíduos. Estes são processados de acordo com as normas ISO NBR 10.004, a fim de que se anulem os resíduos perigosos. Por exemplo, as lâmpadas fluorescentes são coletadas por uma empresa que faz sua reciclagem. A sucata é vendida como matéria-prima para outras indústrias. Já as sucatas metálicas e papelão são prensados. (LOPES; LOPES, 2009, p. 1).

Além da empresa, o sistema de integração também causa grande concentração de resíduos (fezes; carcaças, ração) dos suínos; Borges (2006) nos revela em sua pesquisa que 60% dos seus entrevistados integrados destinavam os dejetos (de aves e suínos), como adubo na própria propriedade, 35% os vendiam e 5% os usavam como pagamento da terra.

A suinocultura, nos moldes atuais, permite muitos impactos no ar, com a emissão de gases e poeiras; no solo, pela contaminação de suínos mortos e pelo excesso de minerais usados nos dejetos; e na água, por meio do excesso de uso ou desperdício.

Atualmente, a implantação de biodigestores nas granjas suínas aumentou como intuito de diminuir os impactos ambientais. Por ele, o gás metano é capturado e transformado em biofertilizante. O gás produzido pode ser usado no aquecimento e geração de energia para própria granja. Em 2007 já havia 80 biodigestores implantados nas granjas suínas integradas com a BRF.

De uma maneira geral, ainda são incipientes os estudos sobre os impactos causados por essa atividade na região, especialmente, por essa atividade. Percebe-se a baixa adoção de medidas ambientais e não há punições efetivas aos danos provocados pelos dejetos.

Outras empresas pesquisadas, que também processam suas matérias-primas e, também, geram resíduos, são a Cargill, a COMIGO e a SIOL; elas possuem sistema de reutilização de água, tratamento de efluentes sólidos, uso de biomassa para a produção de energia (Cargill usa bagaço de cana), além de reflorestamento e reciclagem de óleo.

Com relação à preocupação social, verificamos que ocorre integração entre empresa e sociedade com frequência, incluindo nesse ponto apoio financeiro a projetos científicos e culturais, doações de alimentos, ambulância, posto de saúde e creches, como é o caso da BRF; as demais tem apoio mais restrito, como doações de alimentos, apoio financeiro, patrocínio a atletas, ou projetos educacionais.

Diante de tudo que foi apresentado nessa subseção, queremos finalizar esse tópico confirmando que existem grandes empresas hegemônicas responsáveis por estabelecer o arranjo territorial produtivo no Sudoeste Goiano; elas fragmentam o espaço por meio da territorialização da produção, dos laços capitalistas com fornecedores, parceiros, consumidores.

O arranjo produtivo local favorece intensamente o espaço urbano, e este, adquire novas funções de centralidade, que eram fracas ou inexistentes até a década de 1980. Podemos verificar que o Complexo Agroindustrial atrai mão de obra de todos os lugares do Brasil, fixas

e pendulares. Exerce uma força de demanda sobre diferentes tipos de serviços e comércios, que, além de atender diretamente às empresas, atendem, também, ao público varejista.

E afinal, o que a agroindústria representa para Rio Verde? *Mudança na economia*, pois torna-se polo regional em produção, PIB, demanda por emprego, Comércio e Serviços; *mudança no espaço urbano da cidade*, que exige novos processos urbanos, típicos de cidades médias, como territorialização do setor produtivo, comercial e residencial e infraestruturação para ser o entreposto comercial do agriclusiter; e - *mudança na função da cidade*, reconhecida como cidade polo, cidade do agriclusiter, prestadora de serviços para o agronegócio.

4.2.2 O setor terciário: a especialização do comércio e da prestação de serviço em função do agronegócio

Nesta subseção, trataremos da importância do setor terciário para Rio Verde, destacando subsetores do comércio e dos serviços. Por esses indicadores, queremos qualificar a discussão de cidade média para Rio Verde e ainda, apresentar a simbiose construída entre campo, agroindústria e setor terciário.

Iniciaremos, descrevendo o panorama econômico de Rio Verde, onde o leitor conhecerá a configuração econômica e o perfil da mão de obra absorvida no mercado, e, posteriormente, apresentaremos três consolidados de subsetores do terciário, por meio de pesquisa de campo.

O primeiro abordará sobre o vínculo do setor terciário diretamente com o setor agrícola, o segundo apresentará o vínculo do setor agroindustrial com o setor de comércio e serviços, e o terceiro consolidado, tecerá sobre a demanda do setor terciário por consumidores desvinculados do campo e da agroindústria, bem como a ampliação e diversificação desses novos nexos. Essa trajetória tem o intuito de provar que Rio Verde atende às características de uma cidade média especializada no agronegócio.

Dentre os indicadores pesquisados in loco, destacamos empresas prestadoras de serviços agropecuários (aviação agrícola, transporte de carga, revenda de sementes e de insumos agrícolas e revenda de tratores e maquinários agrícolas), dez agroindústrias de Rio Verde e empresas voltadas ao comércio e serviços gerais (comunicação visual, concessionárias, lojas filiais e franquias e o setor imobiliário).

Nossa metodologia teve como suporte, pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas, bem como dados censitários e estatísticos do IBGE, pesquisa nos sistema de

dados da Secretaria de Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO) e do Ministério do Trabalho e do Emprego (RAIS/CAGED).

4.2.2.1 O panorama econômico e profissional visto pela ótica do terciário

Uma das características das cidades médias é o fato delas serem centros de consumo de renda fundiária (CORRÊA, 2007), especialmente, quando elas emergem das áreas agrícolas, onde foi implantado um Complexo Agroindustrial, pois irão apresentar significativa concentração de atividades varejistas e de prestação de serviços voltadas ao campo. Além disso, por intermédio da propriedade fundiária e da agroindústria, esse tipo de atividade controla econômica e politicamente importante espaço regional.

Por ser uma cidade inserida numa região agrícola, onde há a presença do Complexo Agroindustrial dos grãos e de carne, Rio Verde tem seu terciário bem equipado, especializado para o agronegócio.

Elias (2007, p. 120) nos fala que são vários os indicadores do setor terciário que mostram a mudança de funcionalidade em uma cidade do agronegócio, tais como,

[...] estoques regionais de consumo, de sementes e implementos, de capital de giro, de mão de obra, de transporte e de comunicação. Eles estão presentes no espaço urbano e agrícola e são responsáveis por transformar a cidade num polo de difusão de mensagem e ordens.

Além dos estoques demandados pelo campo e pela agroindústria, ressaltamos que, a população também aumenta seu potencial de consumo consumptivo, por meio da qualificação profissional, ascenção profissional ou empreendedorismo pessoal. O consumo da população varia e força a ampliação, diversificação e até, complexificação do setor de comércio e serviços, tais como educação superior, médico-hospitalar, comércio varejista de grifes, lojas de departamentos ou franquias, concessionárias, lazer, beleza, dentre outros.

Portanto, é nossa intenção nessa subseção, discutir como o setor de comércio e serviços tem contribuído diretamente para a efetivação do agronegócio regional, compreendendo sua especialização junto aos setores agrícolas e agroindustrial, e sua diversificação junto à sociedade consumista.

Dentre os indicadores abordados, levaremos em consideração o panorama econômico (VA do PIB, informações do ICMS e ISSqn, emprego direto e funções por subsetores do

CAGED/MET) e, em seguida, faremos três consolidados a respeito de alguns subsetores que atendem, diretamente ao setor agrícola, ao setor agroindustrial, e à sociedade em geral.

Vimos anteriormente que segundo o Cadastro Geral de Empresas do IBGE, em 2012, havia registradas em Rio Verde 5.299 empresas, mais de 54 mil empregos diretos e uma folha mensal que se aproximava de um milhão de reais.

Dessas empresas, predomina o setor de comércio e de serviços, que gerou em 2012 o Valor Adicionado bruto do PIB, de R\$ 2,6 bilhões, sobrepondo o V.A da indústria (com R\$ 1,9 bilhões) e da agropecuária (R\$ 951 milhões) (Tabela 48):

Tabela 48: Rio Verde e Goiânia, em relação ao Valor Adicionado dos Serviços, 2002/2012

Município	2002	2012
	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
1º Goiânia	6.799.113,49	21.177.363,17
5º Rio Verde	715.134,17	2.691.531,47
Estado de Goiás	19.009.156,50	65.351.045,95

Fonte: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

Rio Verde foi classificado na quinta posição do V.A. dos serviços em relação à capital Goiânia, que se mantém na primeira, tanto em 2002, quanto em 2012. Segundo o Instituto Mauro Borges (SEGPLAN) neste último ano retratado, a participação de Rio Verde foi de 4,1% no V.A. estadual, com destaque para o crescimento no setor de vendas do comércio varejista (alimentos e bebidas), atacadista (hipermercado, veículos e artigos agropecuários), na administração, saúde e educação pública, atividades imobiliárias, transporte, intermediação financeira e serviços prestados a empresas.

Em termos de arrecadação do ICMS, vimos anteriormente que houve um crescimento no setor de comércio e serviços entre 2003 e 2008, passando de R\$ 37 milhões em 2003 para R\$ 56 milhões em 2008 (Secretaria Estadual da Fazenda). Apesar deste órgão não nos dispor as informações após 2008, podemos verificar que o crescimento é contínuo, por meio dos subsetores, como observamos na tabela 49.

Tabela 49: Rio Verde/GO - arrecadação de ICMS por subsetor do terciário (R\$ mil), 2008/2012

Subsetores	2008	2012
Comércio varejista	28.534	54.670
Prestação de serviços	17.757	24.960
Comércio Atacadista e distribuidor	9.987	19.685
Combustível	660	2.966
Comunicação	67	116

Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

Os subsetores que mais arrecadaram ICMS para o estado, incluem-se empresas do comércio varejista e da prestação de serviços, que atendem ao público empresarial e ao consumidor varejista. De acordo com a Secretaria Estadual da Fazenda, das empresas localizadas em Rio Verde que mais contribuem com o ICMS, 50% pertencem ao setor de transportes de cargas/mercadorias, que atendem diretamente setores agrícolas, com o transporte da matéria-prima, e às agroindústrias, com o transporte das mercadorias e pessoas.

Incluiremos nesta leitura econômica, a arrecadação do ISSqn⁴⁸, um imposto de caráter municipal sobre os prestadores de serviços.

Com base nas informações adquiridas na Secretaria Municipal da Fazenda de Rio Verde em 2012⁴⁹, levantamos as 15 empresas que mais contribuem com o ISSqn, no município (Tabela 50):

Tabela 50: Rio Verde/GO - empresas que mais contribuem com o ISSqn no município em 2012

Clas.	Empresa	Ramo
1 ^a	PERDIGÃO	Indústria de Alimentos/ frigorífico
2 ^a	UNIMED	Cooperativa Médico hospitalar
3 ^a	COMIGO	Agroindústria de grãos e laticínios
4 ^a	Caixa Econômica Federal	Financeiro
5 ^a	ATACADÃO	Hipermercado varejista/ atacadista
6 ^a	PALUSA	Transporte e turismo
7 ^a	Banco do Brasil	Financeiro
8 ^a	Real Cobrança	Financeiro / cobrança
9 ^a	PNEUCAP	recapagem de Pneus
10 ^a	CARGILL agrícola	Agroindústria de grãos
11 ^a	Magna Bosco Comércio & Transporte	Transporte
12 ^a	Brasil Telecom	Telefonia fixa/ móvel
13 ^a	Clínica Radiológica de Rio Verde	Radiologia
14 ^a	Itaú Unibanco S/A	Financeiro
15 ^a	Viação Paraúna Transportes	Transporte

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda de Rio Verde, 2010. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2012).

A grande parte da contribuição é realizada por atividades tais como transporte, financeiro, comunicação e saúde, ou seja, a base logística de uma cidade que atende ao agronegócio, que também atendem às demandas do público empresarial e público comum.

Percebemos que nessa lista, constam os nomes de apenas três agroindústrias (Perdigão, COMIGO e CARGILL), mas ressaltamos que essa arrecadação trata-se de uma jogada estratégica de isenção fiscal, para atrair novos investimentos. Portanto, aquelas como a

⁴⁸ O ISSqn é um tributo que incide sobre a prestação de serviços. Quem recolhe o ISS é o prestador do serviço: empresa ou profissional autônomo, estabelecido pela Lei n.º11.438/1997. Disponível em <<http://www.sefaz.rioverdegoias.com.br/tributo/detalhe/id/3>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

⁴⁹ Não foi possível atualizar a lista por restrições burocráticas.

Perdigão, que já venceu o prazo da isenção, voltam a pagar o ISS, as demais, não aparecem na lista.

Com relação aos empregos gerados pelo setor de comércio e serviços, é necessário contextualizar que até a década de 1960/70, o setor secundário e terciário de Rio Verde era inexpressivo regionalmente. Segundo os Censos comerciais de 1960/1970, o município apresentava um comércio tímido regionalmente, estando Jataí na dianteira e Itumbiara concorrendo muito próximo.

O número de pessoal ocupado nesse setor, incluindo varejista e atacado, retrata essa fase: em 1960, Jataí oferecia um total de 343 empregos diretos, Rio Verde, 288, e Itumbiara, 248 empregos. Em 1970, ocorreu um crescimento relevante; Jataí apresenta um total de 1.084 empregos no comércio, Rio Verde, 1.083 e Itumbiara, 979 empregos.

Após a intensificação do agronegócio em Rio Verde, o setor terciário se ampliou bastante, tornando-se o carro-chefe junto à agroindústria. Podemos constatar essa observação por meio das informações que o CAGED/MTE nos apresenta sobre o setor de comércio e de serviços de Rio Verde (Tabela 51).

Tabela 51: Rio Verde/GO - total de empregos formais, por setores de atividades de comércio e de serviços, em 2004/2014, segundo dados da CAGED/MTE

SETORES	2004		2014	
	Total Admitido	Total Desligado	Total Admitido	Total Desligado
COMÉRCIO	3.514	2.963	8.810	7.993
SERVIÇOS	2.632	2.298	10.259	9.929
TOTAL	6.146	5.261	19.069	17.922

Fonte: CAGED/Ministério do Trabalho e do Emprego. Sistematizado pela autora. Jan./2015. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/caged-divulgacao-de-dados-3.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Comparativamente, em 2004, o número de admissões do setor industrial e do setor terciário, era próximo, mas em 2014 esse quadro mudou radicalmente. A indústria admitiu 9.430 funcionários, e desligou 9.887, enquanto que o setor terciário admitiu 19.069, e desligou apenas 17.922 empregados, ficando evidente que o setor de comércio e serviços ampliou nesses 10 anos, gerou mais vagas no mercado de trabalho, e ainda, criou mecanismos que seguram os funcionários, evitando a rotatividade que existe no setor agroindustrial.

Nota-se que setor de comércio e de serviços gera maior Valor Adicionado do PIB e maior número de empregos do que o setor agroindustrial. Entretanto, ainda é o setor secundário que, apesar dos benefícios fiscais, ainda gera mais ICMS no município.

Por meio dos dados do CAGED/MTE (2014), podemos reconhecer algumas das muitas funções oferecidas dentre os subsetores do terciário de Rio Verde, vinculadas ou não ao

agronegócio.

Dividimos as funções por subsetores do comércio e subsetores dos serviços; por meio da tabela 52 acompanhamos os salários médios iniciais e o total de admissões no ano de 2014. Sistematizamos as informações dos dois subsetores de comércio varejista e do atacadista, numa única tabela.

Tabela 52: Rio Verde/GO - principais empregos e médias salariais classificadas no setor de comércio pelo CAGED, em 2014

Subsetor	Funções	Salário médio adm. (R\$)*	Total de Admissões
Comércio varejista e atacadista	Vendedor de Comércio Varejista	816,85	1.373
	Operador de Caixa	943,58	978
	Auxiliar de Escritório, em geral	863,82	635
	Frentista	1.074,89	400
	Repositor de Mercadorias	974,97	351
	Embalador, a mão	769,32	251
	Açougueiro	1.037,61	187
	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	1.215,79	177
	Atendente de Lanchonete	805,87	173
	Faxineiro	793,87	167
	Continuo	814,91	150
	Assistente Administrativo	1.031,89	143
	Almoxarife	897,62	132
	Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos similares	948,88	112
	Recepcionista, em geral	774,87	104

Fonte: CAGED/ MTE. Disponível em: < http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 23 jan. 2015. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

* Salário Mínimo vigente em 2014: R\$724,00

Vemos que as funções atendem atividades rotineiras do comércio varejista de qualquer cidade média; que inclui lojas, supermercados, oficinas, lanchonetes, escritórios em geral. As médias salariais estão acima do salário mínimo vigente em 2014.

Com relação às funções exigidas pelo setor de Serviços, apresentamos as informações por blocos de subsetores; ligados ao financeiro, administrativo, transporte e comunicação, serviços gerais de alimentação e reparação, serviços médicos e educacionais (Tabela 53):

Dentre os subsetores apresentados, aqueles que mais empregam é o comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico, e também o de serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção. Este último, também, caracteriza-se como um setor popular, disponibilizando muitas vagas e ofertando baixa remuneração, uma vez que não exige especialização ou mesmo alta escolaridade.

Tabela 53: Rio Verde/GO - principais funções e médias salariais classificadas no setor de serviços pelo CAGED, em 2014

Subsetores	Funções	Salário médio adm. (R\$)	Total de Admissões
Instituições de crédito, seguros e capitalização	Auxiliar de Escritório, em geral	926,21	19
	Assistente Administrativo	1.559,74	27
	Gerente de Contas - Pessoa Física e Jurídica	4.212,38	8
	Caixa de Banco	1.625,20	15
	Agente de Vendas de Serviços	973,17	12
	Atendente de Agência	1.609,40	10
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnicos	Cobrador Interno	811,91	361
	Auxiliar de Escritório, em geral	861,81	267
	Servente de Obras	817,63	216
	Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	771,17	192
	Assistente Administrativo	1.187,08	156
	Auxiliar de Contabilidade	1.107,83	86
Transportes e comunicação	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	1.247,54	965
	Auxiliar de Escritório, em geral	1.035,23	150
	Motorista de Ônibus Rodoviário	1.204,13	86
	Motorista de Ônibus Urbano	1.073,74	106
	Ajudante de Motorista	775,29	90
	Cobrador de Transportes Coletivos (Exceto Trem)	724,00	44
Serv. de alojamento, alimentação, reparação e manutenção	Atendente de Lanchonete	802,44	388
	Auxiliar de Escritório, em geral	618,44	353
	Alimentador de Linha de Produção	982,61	350
	Trabalhador da Cultura de Milho e Sorgo	512,09	286
	Cozinheiro Geral	860,70	270
	Auxiliar nos Serviços de Alimentação	806,43	175
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	Técnico de Enfermagem	998,44	82
	Repcionista, em geral	873,61	80
	Recepção de Consultório Médico ou Dentário	846,56	59
	Auxiliar de Escritório, em geral	846,74	47
	Auxiliar em Saúde Bucal	806,70	23
	Enfermeiro	1.743,94	18
Ensino	Desenvolvimento Infantil	769,82	50
	Assistente Administrativo	820,98	45
	Professor de Aprendizagem e Treinamento Comercial	137,52	42
	Professor da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (1 ^a a 4 ^a série)	1.009,67	27
	Professor de disciplinas Pedagógicas no Ensino Médio	1.086,83	24
	Instrutor de Autoescola	1.037,60	15

Fonte: CAGED/ MTE. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 23 jan. 2015. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Por outro lado, o subsetor de transporte e de comunicação, caracterizou-se como aquele que melhor remunera, com destaque para a função de motorista.

Como vimos, o efeito multiplicador do agronegócio na cidade média, onde há formação do Complexo Agroindustrial, amplia a demanda por diferentes tipos de serviços, que atende diretamente ao setor agrícola, ao setor de agroindústria, o próprio setor comercial varejista/atacadista e, ainda, criam-se novas demandas para atender ao consumo consumptivo da população, que além de atendimento médico e hospitalar, também consome vestuário, calçados, tecnologia, lazer (shows, festas, viagens, passeios, cinemas), serviços ligados aos transportes e comunicação.

4.2.2.2 O papel do setor terciário junto ao agronegócio de Rio Verde

No intuito de mostrar a complexa trama que envolve o agronegócio, seu efeito multiplicador na economia e sua forte presença em Rio Verde, foi realizada uma pesquisa de campo em nove subsetores de atividades do terciário. No total, foram aplicados 83 roteiros de entrevistas, divididos em quatro subsetores (que atendem diretamente às demandas da agricultura científica), e cinco subsetores mistos (direcionados à população urbana em geral).

Iremos sistematizar o texto em três pontos, onde agrupamos os resultados da pesquisa de campo:

- a) Comércio e serviços voltados ao setor agrícola
- b) Comércio e serviços voltados à agroindústria
- c) Comércio e serviços voltados ao consumo consumptivo local e regional

a) Comércio e serviços voltados ao setor agrícola

Um dos processos que redefine os papéis das cidades médias segundo Sposito et al. (2007) diz respeito ao consumo de bens e serviços especializados, ligados à modernização da agropecuária, fortalecendo o papel comercial e de serviços.

Segundo Sposito et al. (2007) duas práticas de consumo são observadas nesse ramo de atividade: uma delas trata-se da relação de proximidade física entre o comércio e os consumidores do campo; em função das dificuldades ou resistência às novas maneiras de consumir e a outra, resulta das modernas formas de comunicação que se estendem ao campo, em que o produtor cria uma rede de consumo sem necessariamente ir ao comércio, usando para isso, meios de comunicação que substitua sua presença, tais como telefone, fax, scanner ou internet.

Elias (2006, 2007) também, comenta sobre esses novos nexos que o homem do campo moderno passa a demandar da cidade: consultorias, prestadores de serviços de toda natureza, tais como gestão em agronegócio, assessoria para exportação, contabilidade, apoio jurídico, licenciamentos ambientais, combate a pragas, sistema de créditos e financiamentos, manutenção em maquinários, telefonia rural, segurança eletrônica e portarias, apoio à informatização, recursos humanos, dentre outros.

Em Rio Verde, esses fatores devem ser levados em conta, uma vez que está localizado numa região totalmente especializada na agropecuária. Nesse sentido, uma diversidade de

empresas foi criada para atender às demandas desse setor, estendendo-se aos consumidores mais tradicionais que priorizam o contato, bem como aqueles que buscam consumir bens ou serviços por outros meios digitais.

Muitas funções exigidas atualmente para atender ao setor agrícola são funções de prestação de serviço. Segundo o CAGED/MTE (2014) algumas das várias funções desse setor são operadoras de máquinas, supervisor de exploração agrícola, trabalhador agropecuário, trabalhador de suinocultura, motorista de caminhão, armazenista, assistente administrativo, dentre outras, preenchidas com conteúdo da cidade.

A agricultura científica demanda da cidade, comércio e serviços que não ficam isolados no campo, mas que unem cada vez mais campo e cidade, uma vez que é na cidade que ocorre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a qualificação e emissão das ordens a respeito do sistema produtivo.

Dentre os diversos setores constituídos para atender à agricultura, escolhemos aqueles que mais se destacam no setor urbano, em função do número de lojas, produtos oferecidos e serviços relevantes na safra, sendo eles:

- a.1) Aviação agrícola
- a.2) Transporte de carga
- a.3) Revenda de sementes e de insumos agrícolas
- a.4) Revenda de tratores e maquinários agrícolas.

a.1 Aviação agrícola

Esse setor foi escolhido em função de sua necessidade na safra da soja, entre outubro (plantio) a março (colheita). Os serviços oferecidos estão vinculados à agricultura, por meio da pulverização de insumos; além da atividade de combate a incêndio em pequena escala.

A demanda por esse serviço predomina entre os produtores de grãos do município de Rio Verde e de seus arredores, mas existe também uma demanda desse serviço por usineiros vizinhos.

Em Rio Verde, atuam três agências, por essa razão, a pesquisa mostrará um retrato mais fiel do setor. As informações foram sistematizadas nas tabelas 54 e 55, e revelam um setor concorrido e carente em mão de obra qualificada.

Tabela 54: Rio Verde/GO - histórico e tipo de produto oferecido pelo setor de aviação agrícola, 2014

Empresa⁵⁰	Ano de instalação	Matriz ou filial	Capital	Tipo de produto / serviço oferecido
A	1992	Matriz	Local	Serviço de aviação agrícola, pulverização.
B	1999	Matriz	Local	Serviço de aviação agrícola, pulverização, combate a incêndio.
C	2006	Matriz	Local	Serviço de aviação agrícola, pulverização.

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S.de, 2014).

A data de abertura das empresas pioneiras aconteceu na década de 1990; posteriormente, em 2006, uma terceira entrou na concorrência. Todas elas são empresas particulares de capital local. Na entressafra são admitidos 25 funcionários; entretanto durante a safra, esse número pode duplicar. O trabalho direto exige mão de obra qualificada (pilotos) e serviços administrativos e de apoio.

Tabela 55: Rio Verde/GO - descrição do público-alvo, do pessoal, da estrutura e do faturamento da aviação agrícola, 2014

Empresa	Público-alvo	Número de funcion. antes da safra	Número de funcion. durante a safra	Número de agências em Rio Verde	Números de aeronaves
A	Produtores agrícolas / Usineiros	06	15	01	05
B	Produtores agrícolas / Usineiros	12	25	01	10
C	Produtores agrícolas	07	15	01	04

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S.de, 2014).

Nesse setor, a mão de obra qualificada ainda é um gargalo a ser resolvido. Na falta de pilotos habilitados e experientes, as empresas treinam alguns funcionários e depois os enviam ao Paraná ou Rio Grande do Sul para obter qualificação.

Curiosamente, todos os proprietários são ou já foram pilotos. Segundo informações da pesquisa, é comum problema de indisciplina com horários e com bebidas entre os pilotos, gerando conflitos entre eles e os empresários. A disciplina é fundamental no sentido de evitar acidentes de trabalho. Em função disso, existe rodízio de funcionários entre as empresas.

O faturamento adquirido no decorrer da safra pode chegar a R\$ 2 milhões brutos; como é uma atividade que opera predominantemente num período do ano, então, esse montante é distribuído de maneira planejada, no decorrer do período de entressafra. Em função de sua dependência estrita com a agricultura, torna-se sujeito às instabilidades desse setor.

Dentre os municípios atendidos, além de Rio Verde, foram citados Acreúna, Bom Jesus, Caiapônia, Jataí, Maurilândia, Montividiu, Quirinópolis, Santa Helena, Santo Antônio da Barra e o estado do Mato Grosso.

⁵⁰ Em função do sigilo exigido pelas empresas pesquisadas, seus nomes foram resguardados.

a.2 Transporte de carga

Esse setor caracteriza-se como atividade de apoio logístico no agronegócio; atende tanto o produtor rural, quanto à agroindústria, no transporte de grãos, derivados, adubos, carnes e açúcar. Em 2014 realizamos uma entrevista no Sindicato das empresas de transporte de cargas e encomendas, e havia aproximadamente 200 empresas cadastradas naquele momento. No entanto, elas estavam localizadas em todo o Sudoeste Goiano, e ainda, não eram separadas pelas funções de transporte ou encomendas. Nesse sentido escolhemos dez estabelecimentos (5%), com mais divulgação em Rio Verde para realizarmos pesquisa de campo.

Apresentamos as informações desse setor nos quadros 6 e 7, e podemos constatar que essa atividade está presente em Rio Verde desde 1980, momento em que a demanda por transportes era menor.

Quadro 6: Rio Verde - histórico, tipo de serviços e público das empresas de transporte de carga, 2014

Empresa	Ano de instalação	Matriz ou filial	Localização da matriz	Tipo de serviço oferecido	Público-alvo
Buturi Transporte Rodoviário	1980	Filial	Paraná	Transporte de carga/ grãos (soja, milho) e farelo de milho e soja.	Agroindústrias
ROMA	1990	Filial	Rondonópolis - MT	Transporte de carga/ grãos (soja, milho, farelo, sorgo, açúcar)	Indústria de beneficiamento.
Rodogrande	1998	Filial	Campo Grande - MS	Transporte de carga/ grãos (soja, milho, farelo, sorgo, açúcar)	Indústria de beneficiamento/ cooperativa/ empresas multinacionais.
Transporte Logística Santo Antônio	2001	Matriz	-	Transporte de carga/ grãos (soja, milho) e farelo de soja.	Corretores que representam as granjas paulistas
União transportes	2003	Matriz	-	Transporte de carga/ grãos (soja, milho e sorgo) e matérias primas diversas.	Indústria de beneficiamento, produtores.
Primavera Transportes	2005	Matriz	-	Transporte de carga (derivados e milho e soja)	Agroindústrias
Rodomix	2007	Filial	Rio Grande do Sul	Transporte de carga/ grãos (soja, milho) e farelo de soja, farelo de carne.	Frigoríficos de GO e MG
AVA Transporte de cargas	2007	Matriz	-	Transporte de carga/ grãos (soja, milho) e farelos.	Lojas agropecuárias
Mafro	2008	Filial	Rondonópolis - MT	Transporte de carga/ grãos (soja, milho) farelos/ adubos	Agroindústrias
Transgiovana	2008	Matriz	-	Transporte de carga/ grãos (soja, milho) e farelos.	Agroindústrias

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Naquela década, foram instaladas algumas importantes agroindústrias e beneficiadoras no município: Cereal Comércio e exportação (1981), Caramuru (1984) e Kowalski (1986), que serviram de atrativo ao setor de transporte ainda embrionário.

Contudo, a partir de 2000, novas agroindústrias de grãos e carnes se instalaram em Rio Verde e o montante da produção de soja aumenta para 715 mil toneladas (2006), o reflexo é

verificado no setor de transporte, com aumento de 70%.

Nessa década, importantes agroindústrias começam a funcionar, tais como Perdigão (2000), Cargill (2004), Brejeiro (2005), Siol (2006), Granol (2009) e Heringer (2009).

Com relação ao capital das empresas pesquisadas, constatamos que 50% são de capital nacional, caracterizando-se como filiais e as demais, como capital local. Essas filiais têm suas matrizes concentradas no Centro-Oeste (MT, MS) e no Sul (RS e PR).

Normalmente, elas abrem um escritório de representação em municípios cujas safras de grãos são elevadas, mas também se vinculam às agroindústrias e beneficiadoras para transportarem os derivados dos grãos, carnes, rações, adubos e açúcar.

Há empresas de carga que mantêm relação de parceria fixa (prestação de serviço) com determinadas agroindústrias locais ou da região durante a safra da soja.

Segundo informações desse setor, as agroindústrias que mais solicitam transportes de carga são: Cereal Comércio e exportação, Cargill, COMIGO, Caramuru e Granol (Rio Verde), Super frango (Itaberaí), Louis Dreyfus (Jataí), Gen (Acreúna) e Gaasa Alimentos (Inhumas).

Quadro 7: Rio Verde - produção e estrutura das empresas de transporte de carga, 2014

Empresa	Média de carga/dia (safra)	Empresas Parceiras	Nº Escritórios RV	Nº Funcionários atuais	Nº Caminhões próprios
Buturi Transporte Rodoviário	300 t/dia (10 bitrens/dia)	Kowalski, Cargill, COMIGO.	01	01	250 (matriz)
ROMA	400 t (10 bitrens/dia)	Cargill/ Granol/ Caramuru/ Louis Dreyfus/ COMIGO/ BRF/ Cereal	01	12	160 (matriz)/ terceirizado
Rodogrande	2 mil t (50 bitrens/dia)	Cargill/ COMIGO/ Cereal Com. e export.	01	14	160 (matriz)/ tercerizado
Transporte Logística Santo Antônio	200 t /dia (5 bitrens)	Cereal/ COMIGO/ Caramuru/ Coimbra (Jataí)	01	08	03/ terceirizado de SP
União transportes	200 t /dia (5 bitrens)	Cereal/ BRF/ Granol/ Conab/ Super frango/ Gaasa Alimentos	01	09	04 / terceirizado
Primavera Transportes	200 t /dia (5 bitrens)	Kowalski, Louis Dreyfus, Gen	01	04	01 / terceirizados
Rodomix	750 t/dia (20 bitrens /dia)	BRF; Frigorífico Bertin (MG e GO)	01	04	60 (matriz)/ terceirizado
AVA Transporte de cargas	2 mil t. (50 bitrens/dia)	COMIGO / Cargill	01	04	terceirizados
Mafro	1100 t/dia (30 bitrens/dia)	Louis Dreyfus, COMIGO, Cargill, Heringer	02	04	20 / terceirizados
Transgiovana	200 t /dia (5 bitrens)	COMIGO / Cargill	01	01	terceirizados

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S.de, 2014).

Durante a safra da soja, de outubro a março, as cargas podem dobrar e até triplicar seu volume, variando pelo porte e logística que a empresa oferece. 60% das empresas pesquisadas tem frota limitada e transportam diariamente nesse período, de 200 a 400 toneladas de grãos,

ou seja, aproximadamente 10 cargas de carretas bitrens⁵¹.

As outras 40%, são empresas maiores, com frota própria ou terceirizada; o transporte pode chegar a 2 mil toneladas de grãos/ derivados por dia, necessitando para isso aproximadamente 50 cargas diárias (bitrens).

Verificamos que algumas empresas surgem com a função apenas de intermediar o produtor rural e a agroindústria, não dispondo de frota alguma; apenas contratam terceiros autônomos locais ou de outros estados para realizarem o transporte de carga. Portanto em período de safra, encontram-se motoristas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste em Rio Verde prestando serviços temporários.

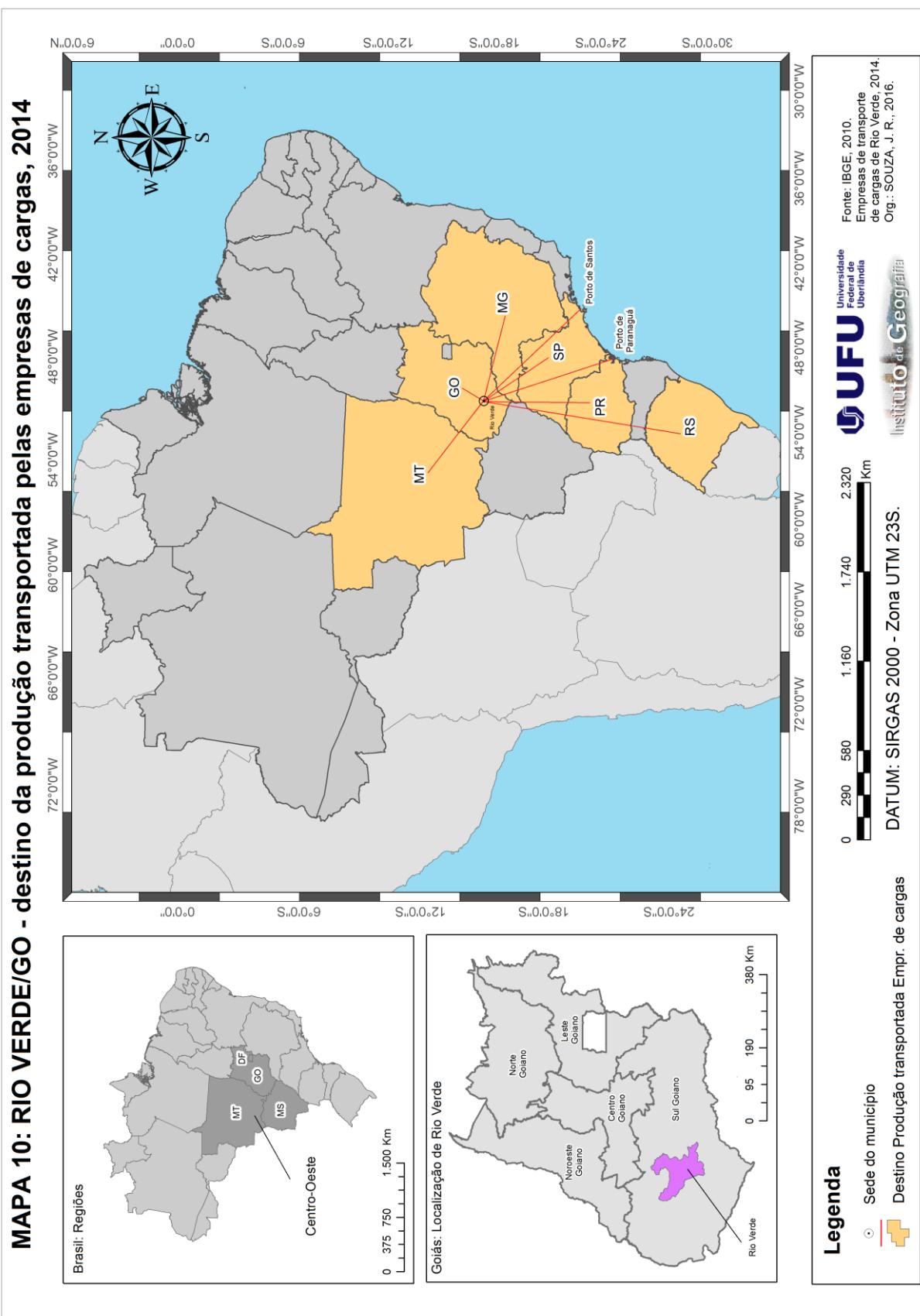
O faturamento anual de algumas empresas chegam a R\$ 2 milhões brutos; esse capital injetado na economia local dinamiza continuadamente o comércio e os serviços urbanos estimulando o agronegócio local.

É interessante ressaltar que há uma divisão de tarefas no setor de transporte de carga, uma vez que ele se divide em várias funções para atender a diferentes públicos, bem como evitar concorrência exacerbada. Dentre essas funções, destacam-se o transporte de grãos in natura, que é o carro-chefe, o transporte de cargas de farelos e ração para frigoríficos e granjas e o transporte de adubos para produtores e revendas.

O número de empregos diretos desse setor sofre mudanças sazonais. O período de colheita da safra de soja (fevereiro e março) é o momento mais aguardado pelo setor, em função da grande movimentação de mercadorias, do capital, da logística. Nesse período, o número de funcionários contratados e autônomos triplica, em função do número de cargas diárias que aumentam significativamente.

O destino das cargas revela o alcance dos consumidores e eles extrapolam os limites de Rio Verde e Goiás. Parte dos grãos é exportada pelos Portos de Paranaguá/PR ou de Santos/SP, outra parte é encaminhada para atender à demanda de produtores, agroindústrias, frigoríficos, granjas e lojas agropecuárias locais e além de outras agroindústrias localizadas nos estados de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e alguns estados do Nordeste, conforme podemos ver no mapa 10.

⁵¹ As cargas equivalem: caminhão (15 t), carreta (26 t) e carreta truco/ britrem (37 t).



Dentre os clientes fornecedores que utilizam o transporte de carga, destacam-se os produtores rurais locais e regionais, as agroindústrias de beneficiamento de grãos (Caramuru, Cargill, COMIGO, Kowalski, Cereal Comércio e Exportação, Louis Dreyfus) e de carnes (Brasil Foods, Bertim) e armazéns.

Esse setor de transporte é muito importante no agronegócio regional por ser o intermediário entre o produtor e a agroindústria; será ele que fará o transbordo até os armazéns e depois para as agroindústrias (e, às vezes, do produtor diretamente para a agroindústria de beneficiamento).

Trata-se de um tipo de serviço logístico que atende tanto o complexo de grãos quanto o de carnes. O capital gerado em forma de lucros, impostos e salários, movimenta o agronegócio e beneficia toda a cadeia produtiva do setor agrícola, integrando-a diretamente com os nexos produtivos do setor urbano.

a.3 Revenda de sementes e de insumos agrícolas

Em termos de comercialização, os insumos agrícolas⁵² quase sempre são acompanhados da revenda de sementes selecionadas, sendo assim, optamos por pesquisar um número maior de estabelecimentos para dar uma amostra mais legítima desse amplo mercado em Rio Verde. A seleção buscou estabelecimentos de diversos portes, número de funcionários e mix variados.

As fontes seguiram as informações da Prefeitura Municipal e pesquisa de campo, chegando a um total de 64 revendas, sendo elas 51 insumos e 13 revendas de sementes. No entanto, o universo pesquisado foi composto por vinte estabelecimentos, ou seja, 30% deles. Isso porque unimos dois tipos de revendas, as de sementes e as de insumos agrícolas, que na sua maioria, também, revendem sementes (melhoradas ou modificadas geneticamente).

Os fertilizantes, calcário e sementes são produtos oferecidos por empresas que estão em Rio Verde; somente na área de fertilizantes existem quatro empresas fabricantes (ou misturadoras), sendo elas: COMIGO, Cargill (marca Mosaic), Heringer e Rifertil. Mas a concorrência por preços e qualidade, força as revendas a buscarem outras marcas de outros estados.

As demais marcas trabalhadas, dos agrotóxicos e das sementes, possuem centros de distribuição para facilitar a logística nos estados do Sudeste (especialmente SP e MG),

⁵² Denominamos como “insumos” os agrotóxicos (herbicidas e inseticidas), fertilizantes e adubos.

Centro-Oeste (Goiânia, MS) e Sul (PR), além de que muitas dessas marcas consumidas são internacionais. Uma grande parcela desses produtos ainda é produzida em empresas e laboratórios internacionais, e precisam ser importados em moeda americana.

No que se refere ao período de abertura das empresas que atendem à agricultura científica, constatamos que já na década de 1970 foram abertas 5% delas, na década seguinte, 15%, apenas 10% em 1990, a grande parte após 2000, chegando a 70%.

Do universo pesquisado, praticamente, todas as empresas são escritórios de revenda, inscritos como empresas de capital local. Apenas 20% dos estabelecimentos são filiais, tendo suas matrizes em Goiás e São Paulo. Filiais ou matrizes, 90% revendem marcas nacionais e estrangeiras; restando apenas 10% delas que representam marca própria, com sementes produzidas e melhoradas no município de Rio Verde e região (Quadro 8).

Quadro 8: Rio Verde - histórico e tipo de produtos e serviços oferecidos pelas revendas de sementes e de insumos agrícolas, 2014

Empresa	Ano de instalação	Matriz ou filial	Localização da matriz	Origem do Capital	Tipo de produto / serviço oferecido
Soagro	1970	Filial	Santa Helena - GO	Regional	Revenda de insumos agrícolas e prestação de serviços em aplicação e uso dos produtos.
Agroquima	1980	Filial	Goiânia	Nacional	Revenda de insumos agrícolas e pecuários, assist. técnica vet./agron.
Nutrisal	1980	Matriz	-	Local	Revenda de insumos agrícolas e pecuários, assist. técnica vet./agron.
Casa da Lavoura	1988	Matriz	-	Local	Revenda de insumos agrícolas e sementes de soja
Tec Agro	1991	Matriz	-	Local	Revenda de insumos agrícolas e sementes (soja, milho e sorgo)
Solos produtos agrícolas	1999	Matriz	-	Local	Insumos agrícolas e sementes
Casa Fértil	2000	Matriz	-	Local	Revenda de produtos agrícolas, (herbicidas, inseticidas, sementes) e assistência técnica.
BUNGUE (revenda)	2000	Filial	SP/EUA	Multinac.	Revenda de fertilizantes (marcas Manah, Serrana e Lap) e grãos.
Sementes Bandeirantes	2000	Matriz	-	Local	Revenda de sementes
Núcleo Agrícola	2001	Matriz	-	Local	Revenda de insumos agrícolas e prestação de serviço técnico
Agromaxx	2005	Matriz	-	Local	Insumos agrícolas e produtos agropecuários (agrotóxicos, adubos, sementes e fertilizante).
Agro Cerrado Sementes	2005	Matriz	-	Local	Revenda de sementes e fertilizantes
Agrinova	2005	Matriz	-	Local	Insumos agrícolas e sementes
Nossa Terra Repres.	2006	Matriz	-	Local	Revenda de adubos e sementes
Sementes São Bento	2006	Matriz	-	Local	Produção e revenda de sementes para pastagem
Agro Castro prod. Agrop.	2006	Matriz	-	Local	Insumos agrícolas e sementes
Futura Agrícola	2006	Matriz	-	Local	Revenda de insumos agrícolas, calcário e sementes (soja, milho e sorgo)
Alvorada Agrícola	2007	Matriz	-	Local	Revenda de sementes
RA Repres.	2008	Filial	Quirinópolis	Regional	Insumos agrícolas, calcário e sementes
Rural Dinâmica	2008	Matriz	-	Local	Insumos agrícolas (exceção de calcário)

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Por ser uma atividade que atende diretamente às demandas da agricultura científica, também, ocorre sazonalidade econômica. O melhor período de vendas se concentra no início das safras e safrinhas. Nesta fase, há um aumento de 20% no quadro de funcionários, incluindo trabalho braçal.

Durante a pesquisa de campo, em junho/2014, o universo pesquisado (20 estabelecimentos) contava com um total de 265 empregos diretos. Considerando o acréscimo no período da safra, esse número chega a 400 funcionários (Quadro 9).

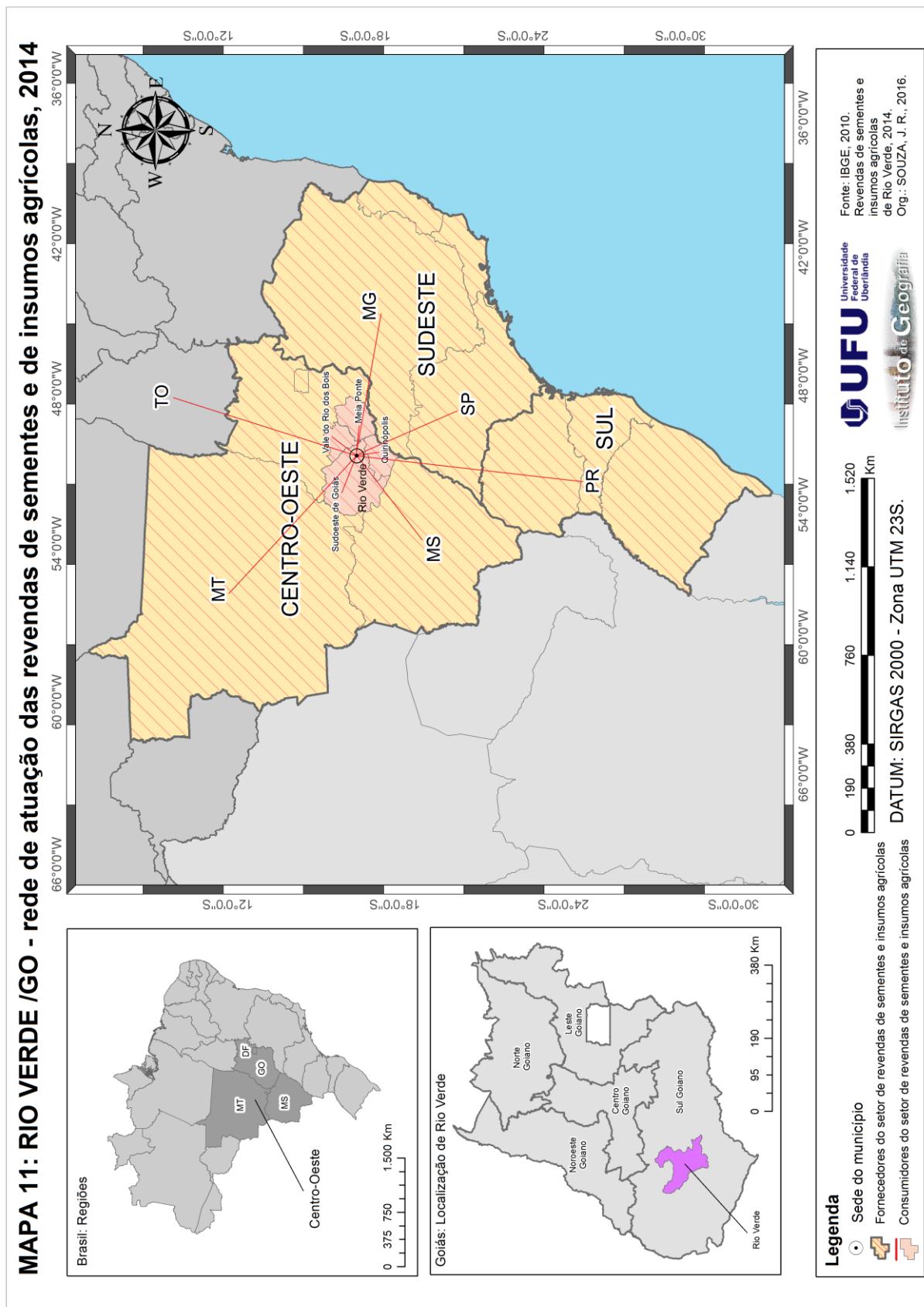
Quadro 9: Rio Verde – público-alvo e estrutura das empresas de revendas de sementes e de insumos agrícolas, jun./2014

Empresa	Público-alvo	Nº funcionários atuais	Nº lojas em Rio Verde	Origem dos fornecedores dos produtos
SOAGRO	Produtores agrícolas	36	01	Goiânia/ MT/ SP/ BA
Agroquima	Agropecuaristas	30	01	GO/ SP/ RJ
Nutrisal	Agropecuaristas	40	01	GO/ Sudeste/ Sul
Casa da Lavoura	Produtores agrícolas	03	01	SP/ MG/ GO
TEC AGRO	Produtores agrícolas	25	01	SP
Solos produtos agrícolas	Produtores agrícolas	12	01	SP
Casa Fértil	Produtores agrícolas	15	01	SP/ PR/ RS/ MG
BUNGUE (revenda)	Produtores agrícolas/ usineiros, agroindústria/ revendas	15	01	GO/MG
Sementes Bandeirantes	Produtores agrícolas	03	01	GO
Núcleo Agrícola	Produtores agrícolas	16	01	SP/ Japão/ Dinamarca/ Alemanha/ EUA
AGROMAXX	Produtores agrícolas	07	01	GO/ SP/ RS/ MG
Agro Cerrado Rep. Sementes	Produtores agrícolas	05	01	GO/ MG/ PR
Agrinova	Produtores agrícolas	06	01	SP
Nossa Terra Representações	Produtores agrícolas / Usineiros	03	01	GO/ SP
Sementes São Bento	Pecuarista	18	01	GO
Agro Castro prod. Agropecuários	Produtores agrícolas	02	01	GO/ PR
Futura Agrícola	Produtores agrícolas / Usineiros	10	01	GO/ DF/ SP/ MG
Alvorada Agrícola	Produtor agrícola	02	01	MG/ TO/GO
RA Representações	Produtor agrícola/ revendas	02	01	SP/ MG/
Rural Dinâmica	Produtores agrícolas / usineiros	15	01	SP/GO

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S.de, 2014).

O faturamento bruto/anual desse setor é bastante variado, conforme foi repassado na pesquisa de campo, podendo chegar aos R\$ 5 milhões, nos estabelecimentos menores e R\$ 65 milhões nos grandes.

Além do agricultor, alguns estabelecimentos atendem, também, ao pecuarista, oferecendo produtos e serviço de assistência técnica. Esses agropecuaristas consumidores estão presentes em Rio Verde e em toda a Microrregião do Sudoeste Goiano e outros municípios vizinhos. Além deles, há também consumidores produtivos de outros estados que fortalecem o fluxo para Rio Verde, vindo de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Tocantins, que efetuam compras esporadicamente, conforme podemos verificar no mapa 11.



a.4 Revenda de tratores e maquinários agrícolas

Os setores de revenda de tratores e maquinários representam a técnica e a automação no campo e simbolizam a transformações na produção e na divisão social do trabalho.

Dentre as fontes pesquisadas, consideramos as informações do Sindicato Rural e Prefeitura Municipal. Foi informado um total de 28 revendedoras de diferentes marcas de tratores de maquinários agrícolas, e desse total, pesquisamos dez estabelecimentos (Quadros 10 e 11).

A partir da pesquisa, verificamos que houve um crescimento distribuído desse setor entre 1970 e 2010. No período de implantação dos projetos agropecuários, foram abertas 20% das revendas; posteriormente, foram mais 30% na década de 1980; 20% na década de 1990 e 30% após 2000.

O mercado capitalista exige cada vez que a agricultura se tecnifique; o empresário rural obedece essa lógica consumista quando troca seus maquinários por outros cada vez mais novos e complexos.

Segundo informações do Sindicato Rural, em 2012, havia no município de Rio Verde 2.950 tratores e 1.112 colheitadeiras nas propriedades rurais. Para facilitar o consumo produtivo das máquinas, as revendas oferecem financiamentos facilitados, aceitando suas máquinas usadas como parte do pagamento.

Quadro 10: Rio Verde - histórico e tipo de produtos e serviços oferecidos pelas revendas de tratores e maquinários, 2014

Empresa	Ano de instalação	Matriz ou filial	Localização da matriz	Tipo de produto / serviço oferecido
Martins e Sobrinhos (John Deere)	1970	Matriz	-	Concessionária de máquinas agrícolas ⁵³ , peças e implementos agrícolas
Marsol Tratores (Valtra)	1975	Matriz	-	Concessionária de máquinas, peças e implementos agrícolas
Termaq Comércio representações (New Holland)	1983	Matriz	-	Concessionária de máquinas, peças e implementos agrícolas
Paulo MAQ	1984	Matriz	-	Concessionária de máquinas peças e implementos agrícolas
SOMAFERTIL	1987	Filial	Goiânia	Revenda de máquinas agrícolas, peças e implementos multimarcas
Guimarães Agrícolas	1990	Matriz	-	Revenda de máquinas agrícolas, peças e implementos multimarcas
Ypiranga Agrícola	1998	Matriz	-	Revenda de máquinas agrícolas, peças e implementos multimarcas
Agromáquinas	2006	Matriz	-	Implementos agrícolas (para tratores, plantadeiras e colheitadeiras)
Serval Peças	2008	Filial	Quirinópolis - GO	Implementos agrícolas/ peças automotivas (camionetas)
Agripeças	2008	Filial	Goiatuba -GO	Peças agrícolas

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

⁵³ As máquinas agrícolas se diversificam em colheitadeiras, semeadoras e pulverizadoras, dentre outras.

A maior parte das revendas (70%) é constituída de capital local, e 30% delas são filiais de outras revendas localizadas em Goiás: Goiânia, Quirinópolis e Goiatuba.

A concorrência entre o setor é forte, mas não impede que todos participem. As vendas também obedecem a sozonalidade da agricultura; o período de maior venda ocorre no final da safra (abril/maio), momento em que produtor está capitalizado, e depois, junho/agosto é o período de manutenção das peças.

Por isso, estrategicamente, anualmente, no mês de abril, a empresa COMIGO realiza a Tecnoshow, em que o aquecimento econômico está no seu pico e, portanto, possibilita a realização de cursos, investimentos e negócios em torno do mundo agrícola.

Os produtores rurais fazem investimentos altos em tecnologia para o campo; um exemplo de marcas norteamericanas conhecidas entre os agricultores é a New Holland e Case, em que os tratores são vendidos a partir de R\$ 150 mil, e os maquinários mais novos do mercado podem chegar aos patamares de 1,3 milhão (informações diretas junto ao Banco do Brasil, jul. 2015).

Quadro 11: Rio Verde – público-alvo e estrutura das empresas de revendas de tratores e maquinários, 2014

Empresa	Público-alvo	Nº funcion. atuais	Nº lojas em Rio Verde	Origem dos Fornecedores
Martins e Sobrinhos (John Deere)	Agricultor	42	01	SP/ MT/ RS
Marsol Tratores (Valtra)	Agropecuarista (agricultura e fenação)	35	01	SP / RS / importado da Finlândia
Termaq Comércio representações (New Holland)	Produtor agrícola	14	01	PR
Paulo MAQ (Agrale)	Agricultor	20	01	RS/ SP
SOMAFERTIL	Produtor rural e usineiro	35	01	Goiânia/ São Paulo/ RS
Guimarães Agrícolas	Agropecuaristas	12	01	Goiânia/ MG/ SP/ RS
Ypiranga Agrícola	Produtor rural	09	01	RS/ SP
Agromáquinas	Agropecuarista, granjeiro e usineiros	03	01	GO/ MG/ PR/ RS/ SP/ MT
Serval Peças	Produtor rural/ empresas rurais, usinas	04	01	Goiânia/ SP/ MS
Agripeças	Produtor rural	06	01	GO/ SP/ MT/ MG

Pesquisa de campo, 2014.. (Org.: OLIVEIRA, B. S.de, 2014).

O faturamento das revendas de máquinas, peças e implementos podem chegar a R\$ 800 mil líquidos, anuais. Com isso, são gerados 180 empregos diretos (jun./ 2014), chegando quase a dobrar no período de safra, conforme informações do setor.

Constatamos que o setor atende, prioritariamente, ao produtor agrícola direcionado aos grãos, mas também em menor escala, usineiros e granjeiros. Tanta especialização torna o setor refém das instabilidades diante das crises econômicas, instabilidades do mercado

internacional, pragas e baixa produtividade, afetando diretamente as vendas e os empregos diretos.

Dentre as marcas mais consumidas pelos produtores de Rio Verde e região, destacamos algumas tais como Baldan, Case, Facchini, Jacto, Jan, JF máquinas, John Deer, Jumil, Massey Ferguson, New Holland, Pioneer (Foto 19), com fornecedores predominantes nacionais, concentrados em alguns estados do Sudeste (SP, MG), Centro-Oeste (GO e MT) e Sul (PR e RS).

Foto 19: Rio Verde – tratores e maquinários agrícolas, 2014



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2014.

Os clientes consumidores se localizam num raio de 200 km de Rio Verde, abarcando primordialmente as cidades do Sudoeste Goiano, tais como Acreúna, Cachoeira Alta, Caçú, Caiapônia, Doverlândia, Iporá, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Quirinópolis, Santa Helena, Santo Antônio da Barra.

A lógica do capital estabelece uma dependência tecnológica entre produtor e mercado, tal qual o uso de um celular ou automóvel para o homem comum. No meio agrícola, as marcas internacionais são as mais procuradas, mas no entanto, peças de reposição e mão de obra qualificada para manutenção, muitas vezes, são encontradas apenas em Goiânia ou São Paulo.

- Quanto à relação dos setores pesquisados

Se os considerarmos no conjunto, iremos verificar a evolução do meio informacional na cidade em função da agricultura científica. Nas regiões agrícolas, o campo tem um comando forte sobre a cidade.

Os períodos de safra e entressafra influenciam no mercado capitalista urbano, na geração de emprego, na ampliação de novas atividades; as crises do setor agropecuário, a valor das commodities, a alta do dólar, também, impactam diretamente a economia urbana dessas cidades do agronegócio.

Em Rio Verde, verificamos dentre os setores pesquisados, que as atividades que iniciaram em 1970, atendendo à agricultura de exportação, foram justamente aquelas que foram trazidas no pacote tecnológico da Revolução Verde. A oferta de sementes modificadas, insumos e tratores foram introduzidos por revendas locais, representando marcas internacionais.

Contudo, a partir da década de 1990/2000, a maior demanda por matéria-prima no Complexo Agroindustrial intensificou as lavouras, e consequentemente, o consumo por sementes e insumos agrícolas. Financiamentos e feiras tecnológicas incentivam o ciclo vicioso da inovação tecnológica no campo, independente de suas consequências sociais e ambientais.

Outra questão que chamamos a atenção é para a presença de empresas filiais em Rio Verde. Ainda que o capital seja predominantemente local, ocorre gradualmente, a instalação de novas empresas de capital regional, nacional e mesmo estrangeiro.

A tendência da cidade em atender aos comandos do agronegócio estimula o consumo produtivo do campo, mas também estimulam o consumo consumptivo realizado principalmente na cidade.

É nesse sentido que o setor terciário se fortalece, especializa para o campo, mas também se amplia para oferecer novos serviços e novas mercadorias em função de novas demandas da cidade, sendo elas, demandas do setor agroindustrial, como também da população local e regional, que leva a cidade a adquirir novas centralidades.

b) Comércio e serviços voltados à agroindústria

As cidades médias que se especializam regionalmente passam pelo processo de “concentração e centralização econômica”. Tal concentração econômica “[...] resulta da acumulação promovida por um capitalista ou grupo de capitalistas que se associam numa empresa ou conglomerado” (SPOSITO et al. 2007, p. 41). As lógicas de concentração em busca de mais capitais estão relacionadas com a centralização econômica e se materializam numa (des)concentração e/ou centralização espacial.

Grandes empresas de capital nacional e estrangeiro transferiram unidades para Rio Verde em busca de atrativos; aquelas ligadas ao Complexo Agroindustrial de grãos e carnes, buscaram entre outros fatores, matéria-prima, mercado consumidor, parcerias e mão de obra qualificada. O capital e o comando dessas empresas vêm de fora, mas a geração de capital reinvestida no terciário cria novos setores produtivos, novas demandas, novos consumos.

A concentração e centralização econômica vão sendo consolidadas por meio do cluster soja/carnes em Rio Verde, mais propriamente denominado de “agricluster”, segundo Queiroz (2006), já que tratamos de um cluster especializado no agronegócio.

Referindo-se à antiga Perdigão, esse autor afirma que,

A Perdigão Agroindustrial é o cérebro pensante, está no primeiro nível do agricluster. A indústria necessita do segundo nível, formado pelos clientes e pelos canais de distribuição, mercados [...]; pelas universidades [...], por organismos de treinamento e capacitação de mão-de-obra (sic) [...], por institutos de pesquisa (Centro Tecnológico, Plataforma Tecnológica/ Granja Escola), por associações e entidade de apoio [...], pela rede de prestadores de serviços [...] pela indústria de insumos e fatores especiais [...], genética (AGROCERES PIC, DALLAND, COBB VANTRESS) e pelas indústrias de embalagens (VIDEPLAST, ORSA) (QUEIROZ, 2006, p. 49-50).

O arranjo se estruturou em conjunto, atendendo não apenas ao agricluster de carnes, mas também ao de soja, de maneira que ambos se completam.

Toda essa trama cresce e se diversifica para atender a novas demandas por serviços diversos do setor agroindustrial. Comprovamos esse fato por meio das pesquisas de campo, realizadas entre as dez agroindústrias discutidas anteriormente; sintetizadas no quadro 12:

Quadro 12: Rio Verde - prestação de serviços demandados pela agroindústria local, 2012

Empresa	Tipo de prestação de serviços
Brasilata	Limpeza, portaria e transportadoras
BRF	Transporte de funcionários, transportadoras, limpeza, portaria, jardinagem, segurança, refeitório, monitoramento de efluentes
Brejeiro	SINTRAM, limpeza, jardinagem
Caramuru	SINTRAM, transporte de funcionários, manutenção de equipamentos e balanças
Cereal Comércio e Exportação	SINTRAM, limpeza, portaria, refeitório, segurança, jardinagem
CARGILL	Transporte de funcionários, limpeza, portaria, refeitório, segurança
COMIGO	SINTRAM, transporte de funcionários
Heringer	SINTRAM, transporte de funcionários
Siol	SINTRAM, Refeitório, portaria, transporte, transportadoras
Videplast	Transporte de funcionário, refeitório, portaria, segurança, jardinagem e limpeza

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Vimos que o crescimento do número de empresas em Rio Verde é crescente; passando de 3.618 unidades em 2006, para 5.299 empresas, em 2012 (Cadastro Central de Empresas, IBGE). Crescimento este que representa diversificação para atender à agroindústria.

Dentre as empresas pesquisadas, a BRF é aquela que mais terceiriza seus serviços, incluindo serviços rotineiros de limpeza e portaria, como transporte de funcionários, transporte de carga, até mesmo monitoramento ambiental.

Segundo as pesquisas realizadas por Borges (2006) sobre a Perdigão, naquele momento, havia 271 empresas fornecedoras de serviços e trocas comerciais com a Perdigão (2006), distribuídas em vários setores. Parte delas eram parceiras exclusivas da Perdigão, prestadoras de serviços com contrato direto, outras prestavam serviços esporádicos.

Dentre os setores de atividades que continuam prestando serviços a BRF, destacamos aqueles ligados à alimentação, limpeza, lavanderia, segurança, manutenção, refrigeração, transporte de pessoal, transportadoras (cargas), agroindústrias (ração).

E, ainda, há indústrias de apoio localizadas no setor Industrial, responsável pelo fornecimento direto de produtos, tais como:

- Triel-HT Indústria de Equipamentos Rodoviários Ltda. (fabricação de silos graneleiros e de carroceiras para transporte de ração e animais para abate);
- Orsa Celulose, Papel e Embalagens S/A (produção de chapas e embalagens de papelão);
- VidePlast Centro-Oeste Ltda. (produção de embalagens de plástico);
- Kade Engenharia (produção e fornecimento de peças pré-moldadas para a planta industrial da Perdigão, e para a construção dos módulos dos integrados);
- M Mecar Indústria e Comércio de Câmaras Frigoríficas e Refrigeração (fabricação e manutenção de carrocerias frigoríficas).

Além da BRF, as demais empresas pesquisadas também possuem parceiros de comércio e de prestação de serviços variáveis. Por esses vínculos, o setor terciário complementa o setor industrial.

As agroindústrias voltadas ao beneficiamento de grãos ou atomatados têm como característica comum, a demanda por prestação de serviços do SINTRAM. Por ele, as empresas solicitam trabalhadores braçais temporários, que trabalham na carga/descarga durante as safras e safrinhas.

As empresas nos ramos de beneficiamento de grãos têm como parceiros também os produtores rurais, granjas, comércio atacadista. Distinguem-se delas, apenas Videplast e Brasilata que tem como parceiros principais outras agroindústrias, consumidoras de embalagens (plásticas ou metálicas).

É pelo terciário, que se estabelece o arranjo de complementariedade entre o setor agrícola e o agroindustrial, tendo como palco, a cidade. E são esses arranjos, que fortalecem nossa tese de uma cidade média, que se especializa em atender às demandas agrícolas modernas regionais, mas que também se curva às mudanças e às novas necessidades que surgem dos novos e velhos atores locais.

c) Comércio e serviços voltados ao consumo consumutivo local e regional

A ampliação do terciário em Rio Verde foi uma necessidade e uma consequência diante da reestruturação agrícola e da agroindústria voltados ao consumo globalizado. A alta produtividade de grãos (especialmente soja) estimulou a agroindústria e o comércio varejista. E a formação do Complexo Agroindustrial alavancou a economia gerando mais arrecadação de impostos, mais mão de obra, mais serviços e mercadorias, estabelecendo círculos de cooperação.

Nesse contexto, novos consumos são criados, ampliados e diversificados, em função do status, da renda, do poder de coerção das propagandas, das necessidades, ou seja, aumenta o consumo consumutivo da população, tanto local, quanto regional, em busca de novas necessidades, tais como, consumo por automóveis, medicina estética, curso de Pós-graduação, marcas de grifes, shows musicais, turismo, fast food, aparelhos eletrônicos, segurança eletrônica, dentre outros.

O consumo gera crescimento e concentração do setor terciário nas cidades médias; segundo Sposito et al. (2007) criam-se novas formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao terciário, como parte de um processo de concentração econômica, que vem acompanhado de uma desconcentração espacial, caracterizando como mais processo típico das cidades médias.

A concentração econômica se intensificou após 1980/90 tendo como suporte o desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação; grandes e médias empresas investiram não apenas na desconcentração espacial (mudanças espaciais das empresas para as

cidades menores), como também na concentração econômica (criação de filiais, franquias, implantação de novos espaços de consumos), direcionadas para as cidades médias.

Isto, em função da melhor qualidade de vida, de consumo, da presença de mão de obra qualificada, e de demandas que podem ser criadas ou atendidas.

No intuito de investigar alguns subsetores do terciário, que estão direta e indiretamente ligados ao agronegócio, mas que também atendem a demandas consumptivas da população, aplicamos 40 roteiros de entrevista em quatro subsetores do Comércio e Serviços.

Escolhemos os subsetores em função do seu crescimento e dinamismo, que não dependa exclusivamente das safras, mas também do mercado e de eventos ou datas especiais; sendo eles:

- c.1) Setor de comunicação visual
- c.2) Setor de concessionárias
- c.3) Setor varejista de lojas filiais e franquias
- c.4) Setor imobiliário

c.1 Setor de comunicação visual

Escolhemos esse indicador para evidenciar o crescimento e ampliação do setor terciário em Rio Verde. Trata-se de um subsetor que nos chama a atenção por sua alta demanda na cidade, por empresários locais e a população em geral.

Levantamos 17 empresas nesse segmento em 2014 por meio campo, fontes publicadas e digitais. Delas, aplicamos dez roteiros de entrevista e os sistematizamos no quadro 13.

No universo pesquisado, constatamos como característica comum, que todas as empresas entrevistadas são de capital local, todas são matrizes sem filiais, e 70% delas surgiram a partir de 2000. Isso, em função do crescimento agroindustrial e da formação do agricluseter, uma vez que há reunião de empresas que se complementam.

Se cresce o setor empresarial, há necessariamente demanda para a publicidade, para sobressair no mercado e enfrentar a guerra concorrencial.

É um setor que cresce com faturamento individual que varia em torno de R\$ 800 mil reais por ano, gerando significativos números de emprego diretos. No universo pesquisado, contabilizamos 95 funcionários, podendo aumentar em 50% no final do ano.

Quadro 13: Rio Verde - características do segmento de comunicação visual, 2014

Empresas	Ano de Instal.	Nº de func.	Público-alvo	Tipo de produto / serviço oferecido	Origem dos forneced.
Central Artes	1982	15	Empresários e pessoas físicas	Comunicação Visual, impressão digital, outdoors , fachadas, luminosos, banners, faixas, placas	Goiânia, SP, MG
CRIATEC	1994	10	Empresários e pessoas físicas	Comunicação visual, impressão digital, ploter, fachadas, placas, envelopamentos, adesivos	Goiânia, SP, MG, PR, BA, SC
Santo Antônio Luminosos	1995	04	Empresários e pessoas físicas	Comunicação visual, luminosos, toldos, impressão em lona	Goiânia, SP, PR
Cia da Criação	2000	07	Empresários e pessoas físicas	Comunicação visual, logomarca, acessórios, outdoor, brindes, organização de eventos	Goiânia, MG e Sul
TEC ART	2001	12	Empresários e pessoas físicas	Comunicação visual, impressão digital, banners, painel, fachadas, convites, cartões, adesivos	Goiânia e Brasília
Grupo Casa de comunicações	2001	19	Empresários e pessoas físicas	Comunicação visual, publicidade, produção de vídeo, assessoria web, mídia digital	Rio Verde e Goiânia
Imagen comunicação Visual	2003	07	Empresários e pessoas físicas	Comunicação visual, brindes, impressão digital, material promocional	Goiânia e SP
Nítidos Painéis	2004	07	Empresas médias e grandes ¹	Comunicação visual, painéis front light, painéis rodoviária, outdoors	Rio Verde e Goiânia
VINIL comunicação Visual	2008	04	Empresários e pessoas físicas	Comunicação visual, painel, convites, cartões, adesivos	Rio Verde, Goiânia e SP
IDÉE comunicação e marketing	2009	10	Profissionais liberais / empresas	Comunicação visual, marketing, publicidade, projetos empresariais	Rio Verde

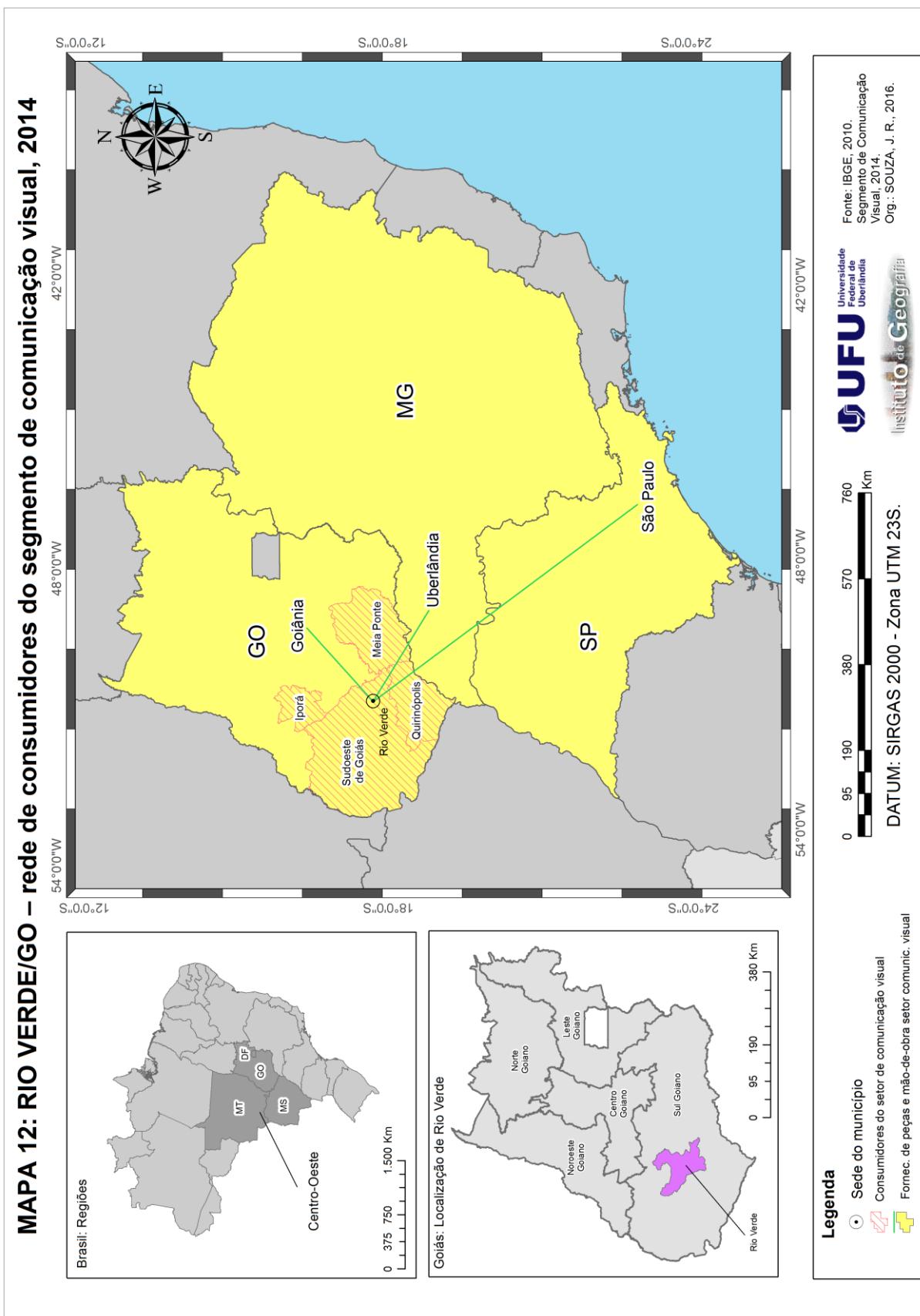
Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

De acordo com o setor, após a chegada da Perdigão, aumentaram os pedidos, mas também o número de concorrentes e, dessa forma, eles buscaram se especializar para que houvesse mais distribuição de atividades entre as empresas. Dentre os serviços prestados, destaca-se impressão digital, fachadas, painéis e cartões.

Diferente dos outros setores, este não segue as variações da safra, e sim de datas ou eventos especiais. Os principais consumidores desse segmento são empresários do comércio, da indústria e autônomos, que usam a comunicação visual, televisiva e virtual para divulgarem seus produtos em eventos locais/regionais (políticos, agropecuário, empresarial, cultural), jogos, promoções, ou datas estratégicas, como natal, dia dos namorados, dentre outras.

Em termos de fluxos, verificamos que a clientela abrange todo o Sudoeste Goiano, microrregiões vizinhas e até mesmo, alguns estados, tais como Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, esporadicamente, segundo informações do setor (Mapa 12).

MAPA 12: RIO VERDE/GO – rede de consumidores do segmento de comunicação visual, 2014



Rio Verde tornou-se polo atrativo nesse serviço em função da demanda e dos investimentos. Segundo informações do segmento, os consumidores são exigentes, obrigando os empresários a realizarem novos investimentos com frequência, até mesmo para vencer a concorrência. Como exemplo foi citado o uso de impressoras digitais, importadas do Japão, que oferece um serviço de maior qualidade, mas também exige mão de obra qualificada para manutenção, solicitada em Goiânia ou Uberlândia.

Quanto aos fornecedores, estes variam de uma escala regional a internacional, com destaque para a capital Goiânia e São Paulo.

Em função da demanda do mercado, as faculdades de Rio Verde já oferecem cursos de graduação que atendem aos setores de comunicação, como o de Propaganda e Marketing, engenharias Elétrica e Mecânica, além de cursos oferecidos pelo SENAC e outras instituições particulares, no sentido de atender à demanda por suporte tecnológico e informacional. Muitos desses alunos são estagiários nas empresas pesquisadas.

c.2 Segmento de automóveis

Outro segmento do setor de comércio e serviços que escolhemos para pesquisar, é do comércio de automóveis, inserido num subsetor maior, que é o automobilismo.

Escolhemos esse segmento por percebermos nele, uma ponte entre o consumo consumptivo do empresário agrícola, do industrial e do trabalhador urbano. Por meio de pesquisa de campo, levantamos 19 concessionárias (representantes de marcas de carros, camionetas e caminhões⁵⁴), e excluímos as garagens (revendas de automóveis usados multimarcas).

A primeira concessionária da cidade teve sua abertura na década de 1960, e a segunda na década de 1980. O restante, 80%, teve seu período de abertura concentrado na primeira década de 2000, conforme pesquisa realizada nesse setor. Foram aplicados dez roteiros de entrevista, sistematizados no quadro 14.

Chama a atenção nesse segmento, que apenas 20% do universo pesquisado são empresas de capital local, destacando-se aqui a pioneira de 1960. A grande maioria das concessionárias é de capital regional e nacional, buscando investimentos em Rio Verde.

⁵⁴ Iveco, Volks, Mercedes Benz.

Quadro 14: Rio Verde - características do segmento de automóveis, 2014

Empresa/ marca representada	Ano de instalação	Capital	Matriz/filial	Localização da matriz (M) ou das filiais (F)	Grupo que pertence	Tipo de produto / serviço oferecido
Sudoeste veículos (Volkswagen)	1960	Local	Matriz	Rio Verde	Empresa familiar	Automóveis novos e seminovos / peças/ serviços
Auto Rio (Chevrolet GM)	1980	Nacional	Filial	M – Brasília (e outras 14 filiais)	Grupo Planeta	Automóveis novos e seminovos / peças/ serviços
CITROEN	2001	Regional	Filial	M - Itumbiara	Grupo Vitesse	Automóveis novos e seminovos / peças/ serviços
MITSUBISHI MOTORS	2001	Local	Matriz	F – Palmas e Araguaína / Jataí	Empresa familiar	Automóveis novos e seminovos / peças / serviços
Regivel Veículos (FORD)	2001	Regional	Filial	M – Jataí / filiais em Mineiros, Itumbiara	Empresa familiar	Automóveis novos e seminovos / peças/ serviços
MAUDI MOTORS (TOYOTA)	2005	Regional	Filial	M - Itumbiara	Grupo Maudi	Automóveis novos e seminovos / peças/ serviços
Renauto Automóveis (NISSAN)	2005	Nacional	Filial	M – Goiânia	Grupo Renauto	Automóveis novos e seminovos / peças/ serviços
Renauto Veículos e peças (RENAUT)	2005	Nacional	Filial	M – Goiânia	Grupo Renauto	Automóveis novos e seminovos / peças/ serviços
Ravel (FIAT)	2007	Regional	Filial	M – Quirinópolis	Empresa familiar	Automóveis novos e seminovos / peças/ serviços
MAUDI COREA (HYUNDAI)	2008	Regional	Filial	M - Itumbiara	Grupo Maudi	Automóveis novos e seminovos / peças/ serviços

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

As vendas estão muito ligadas ao período de safra e de safrinha (começo de ano e meio de ano); mas não ficam totalmente presas nelas, porque, além dos produtores rurais e seus agregados diretos (funcionários e comerciantes), também, destacam-se outros consumidores urbanos: empresários; profissionais liberais, funcionários públicos, funcionários de alto escalão das indústrias, autônomos e operariado das agroindústrias.

O consumidor urbano consegue movimentar a economia fora do período da safra, em função de datas especiais, promoções, eventos, além da facilidade de financiamento, porém é na safra que ocorre os altos investimentos, seja do setor automobilístico, imobiliário, agrícola, dentre outros.

No setor de automóveis, constatamos que há uma alta demanda por modelos pick-ups, que atendem tanto o empresário rural, quanto o urbano. Destaca-se a durabilidade, conforto e status, discurso bem apresentado nas propagandas do setor.

Ocorre uma divisão de tarefas entre essas empresas, de modo que cada uma delas representa uma marca específica, como podemos verificar no quadro 15.

Quadro 15: Rio Verde/GO – público-alvo, venda e faturamento anual do segmento de automóveis, 2014

Empresa/ marca representada	Público-alvo	Quantidade vendida/ mês	Faturamento anual	Número de funcion.
Sudeste veículos (Volkswagen)	Classe média e alta (campo e cidade)	125 novos (25 são pick-ups)	36 milhões	88
Auto Rio (Chevrolet GM)	Classe média e alta (campo e cidade)	120 (40 são pick-ups)	80 milhões	64
CITROEN	Classe média e alta (modelo mais barato 40 mil)	15 veículos	-	20
MITSUBISHI MOTORS	Elite: Produtores rurais / empresários / autônomos (campo e cidade)	25 carros	35 milhões	27
Regivel Veículos (FORD)	Predomina classe média	60 carros	-	46
MAUDI MOTORS (TOYOTA)	Elite: produtores rurais, profissionais Liberais, empresários. (campo e cidade)	40 carros (30 pick-ups)	50 milhões	50
Renauto Automóveis (NISSAN)	Classe média e alta (cidade e campo)	15 carros	-	20
Renauto Veículos e peças (RENAUT)	Classe média e alta (cidade e campo)	25 carros	-	20
Ravel (FIAT)	Todas as classes consomem (campo e cidade)	100 carros	-	52
MAUDI COREA (HYUNDAI)	Elite: produtores rurais, profissionais Liberais, empresários. (campo e cidade)	30 carros	35 milhões	15

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

As concessionárias que representam marcas mais conhecidas nacionalmente são aquelas que efetuam mais vendas de novos e usados por mês: Volkswagen, Chevrolet, Fiat e Ford. O elevado consumo consumptivo por automóveis é pressionado pelos setores de propaganda, veiculando novos modelos e criando o desejo coercitivo do consumo desnecessário. Em 2014, havia uma frota de 121.261 veículos, sendo 15 mil camionetes e 50 mil carros, dentre outros, distribuídos entre uma população geral de 176.424 habitantes.

O setor emprega um total de 400 funcionários diretamente; e estimula muitos outros empregos diretos e indiretos, ligados à manutenção, vendas de peças, vendas de sons automotivos, oficinas, funilarias, vendas de pneus, garagens, despachantes etc.

O faturamento varia segundo o período do ano, uma vez que durante as safras, as vendas aumentam 40%, segundo entrevista.

Os fornecedores estão localizados em diferentes locais, desde fábricas localizadas em GO, como também no Sudeste e no Sul. Em Goiás, estão instaladas as fábricas da Mitsubishi em Catalão (de origem japonesa) e da Hyundai em Anápolis (de origem coreana); em São Paulo, localizam-se as fábricas da Toyota (origem japonesa); Ford (origem norte-americana) e Volkswagen (origem alemã) e na cidade de São José dos Campos, a fábrica da Chevrolet (origem norte-americana).

E, ainda, no Rio de Janeiro, a fábrica da Citroen (de origem francesa), Minas Gerais, a fábrica da Fiat (de origem italiana) e no Paraná, as fábricas da Volkswagen; Renault (origem francesa) e Nissan (japonesa).

Com relação aos consumidores, sabemos que Rio Verde tem uma diversidade de representações e, por isso, tornou-se uma cidade polo, atraindo consumidores de diversas cidades do seu entorno, situadas no Sudeste Goiano, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Quirinópolis e Microrregião de Goiânia.

c.3 Segmento varejista: lojas filiais, redes e franquias

No âmbito do comércio voltado para um público misto, de consumo consumutivo diverso, escolhemos como indicador o subsetor do comércio varejista das lojas, no entanto privilegiamos as lojas cujo capital não é local, tais como franquias, lojas filiais e de rede, mas que ampara consumidores de todas as classes, níveis de idades e escolaridades, vinculados ou não ao setor agroindustrial.

Para o levantamento desse subsetor, utilizamos como fonte, a Câmara de Dirigentes dos Lojistas, pesquisa de campo, fontes digitais e publicadas. Levantamos 55 lojas em 2013/14. Aplicamos dez roteiros de entrevista que foram sistematizamos no quadro 16:

Quadro 16: Rio Verde - características do segmento do comércio varejista, 2014

Lojas filiais; franquias ou redes	Ano de Instalaç.	Filial/ franquia/ rede/	Localização da matriz	Nº de func.	Origem dos fornecedores	Tipo de produto/ serviço oferecido
Fujioca	1989	Filial/ Departamento	Goiânia – GO	43	São Paulo/ Manaus/importados	Ótica, Cine, foto, eletrônicos e serviços fotográficos
Rede Eletrosom	2002	Filial	Monte Carmelo – MG	33	São Paulo/ Manaus	Eletro, eletrônicos e móveis
Magazine Luiza	2004	Filial / Departamento	Franca - SP	30	Sudeste e Sul	Eletro, eletrônicos e móveis
Ponto Frio	2005	Filial	Rio de Janeiro	18	São Paulo/ Manaus	Eletro, eletrônicos e móveis
Marisa	2006	Filial	São Paulo	25	Vários estados	Roupas, sapatos e acessórios
Água de Cheiro	2007	Franquia	Belo Horizonte – MG	06	Belo Horizonte	Perfumaria, maquiagem, cabelo e corpo
Giraffas	2007	Franquia	Brasília - DF	24	Brasília	Fast food; lanches
Ricardo Eletro	2007	Filial	Divinópolis – MG	30	São Paulo/ Sul	Eletro, eletrônicos e móveis
Lojas Avenida	2007	Filial	Cuiabá - MT	11	Sudeste	Confecção, calçados, mesa e banho
Lojas Americanas	2007	Filial / rede	EUA	32	Sudeste/ importados	Loja de departamento com mix variado

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Nas últimas décadas, Rio Verde tem recebido muitos investimentos locais e não locais. A localização estratégica no Sudoeste Goiano favorece a lógica locacional das redes e filiais diversas.

Segundo pesquisa de campo, a cidade recebe investimentos externos desde a década de 1980, representada por uma loja de departamento cuja matriz é de Goiânia.

No entanto, 90% das empresas pesquisadas tiveram sua abertura após os anos 2000; período que o agronegócio está mais dinamizado e que a agroindústria está mais consolidada.

Até a década de 1990, predominavam lojas de capital local/regional, após esse período, a integração do setor comercial e de serviços com a agroindústria pôde estimular novos consumos e novas demandas. Começam a surgir as redes que oferecem eletrônicos, fast food, departamento misto, roupas, dentre outros.

Constatamos que em uma década foram instadas em Rio Verde, filiais de lojas de móveis e eletrodomésticos conhecidas nacionalmente, tais como a Rede do Magazine Luíza, Ricardo, Casas Bahia, Ponto Frio e Eletrosom; também lojas de vestuário e departamento, como Lojas Marisa, Lojas Americanas, C&A, Rener, franquias de fast food (Girafas, McDonald's, Bobs, Subway), dentre outros comércios que tem suas matrizes quase sempre em Goiânia, como empresas de segurança eletrônica, revendedoras de produtos agropecuários e de informática.

As redes de lojas são empresas que se organizam com vários pontos de venda sob uma organização e administração central. E esses pontos podem estar distribuídos em todo o território nacional, como exemplo as lojas americanas. As filiais também pertencem a uma rede, mas geralmente se trata de empresas menores. A diferença é pequena e se restringe ao tamanho e porte da empresa basicamente.

Já as franquias:

Franquia ou franchising é o contrato pelo qual uma das partes (franqueador ou franchisor) concede, por certo tempo, à outra (franqueado ou franchisee) o direito de comercializar com exclusividade, em determinada área geográfica, serviços, nome comercial, título ou estabelecimento, marca de indústria ou produto que lhe pertence, com assistência técnica permanente, recebendo em troca, certa remuneração. (FERNANDES, 2000, p. 50).

Após a criação de uma galeria comercial (da rede Bretas de Supermercados), denominada de “Shopping Rio Verde”, e de um shopping center, denominado “Buriti Shopping”, inaugurado em 2014 (Foto 20), a prática da franquia se tornou mais comum em Rio Verde.

Foto 20: Rio Verde – Buriti Shopping, 2016



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016.

Perfumarias, chocolaterias, fast foods, ótica, de capital nacional e internacional, estão sendo instaladas no local, tais como Boticário, Cacau Show, Girafas, Bobs, McDonald's, dentre outras franquias.

Em 1996 havia 100 mil pessoas no município de Rio Verde, segundo a contagem do IBGE. Número que saltou para 176 mil em 2010. Uma massa populacional que de alguma maneira, se inseriu no mercado de trabalho, se qualificou, e evidentemente, demandou necessidades e desejos por consumos em todos os setores.

Essas demandas forçaram o setor de comércio e serviços à diversificarem e até, tornarem-se mais complexos, exigindo maior disponibilidade de mercadorias, tecnologia, prestação de serviços, formas de pagamentos, propaganda, variedade de mix, etc. Tal processo fortaleceu a economia local/regional direcionada para um público urbano, e não mais apenas para o consumo produtivo do campo.

A maior parte das empresas pesquisadas são filiais de capital nacional, com exceção das Lojas Americanas. As matrizes estão concentradas no Sudeste (SP, RJ e MG) e no Centro-Oeste (GO, MT, DF).

Os fornecedores estão centrados no Sudeste e Sul do país, além da zona franca de Manaus, enquanto que os consumidores concentram-se na Microrregião do Sudoeste Goiano e de Quirinópolis, em cidades tais como Jataí, Mineiros, Caçu, Santa Helena, Acreúna, Santo Antônio da Barra; Montividiu, Maurilândia, Cachoeira Alta, Aparecida do Rio Doce, segundo informações na fonte.

Com relação à sazonalidade, o comércio varejista não apresentou grandes variações como a agroindústria ou o mercado imobiliário, mais alavancados no período das safras. Mas como todo comércio varejista, os períodos de maiores picos de vendas estão relacionados com datas especiais ou festivas.

c.4 Segmento de serviços: setor imobiliário

O último indicador escolhido para evidenciar a dinâmica de Rio Verde enquanto cidade média é o setor imobiliário. Por este subsetor, podemos avaliar o consumo por solo na cidade e compreender sua relação intrínseca com o consumidor urbano e agrícola, e ainda por esse setor, revelar a ampliação e diversificação dos serviços numa cidade média do agronegócio.

Por meio de pesquisa de campo e fontes publicadas, levantamos 18 imobiliárias em 2014 e realizamos dez entrevistas, sistematizadas no quadro 17:

Quadro 17: Rio Verde - características do segmento imobiliário, 2014

Empresa	Ano de instalação	Matriz/filial	Tipo de serviço oferecido	Nº de funcionários
Imobiliária REI	1980	Matriz	Aluguel/ Venda/ construção/ administração de recebíveis	70 (inclui corretores)
Jacob Imóveis	1984	Matriz	Vendas	6 (inclui corretores)
Franco Engenharia Imóveis	1990	Matriz	Aluguel / venda	16 (inclui corretores)
Imobiliária Porto Seguro	1990	Matriz	Aluguel / venda	8 (inclui corretores)
Elza Imóveis	1998	Matriz	Aluguel / venda	9 (inclui corretores)
Habitação imóveis	1999	Matriz	Vendas/ administração de recebíveis	10 (inclui corretores)
Sirlene Imóveis	2000	Matriz	Aluguel / venda	19 (inclui corretores)
Tropical Brasil Broker	2004	Filial	Aluguel / venda / administração de recebíveis	22 (inclui corretores)
WJ Imóveis	2004	Matriz	Aluguel / venda	2 (proprietários)
Camilo Imóveis	2007	Matriz	Vendas	4 (sócios)

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

No setor imobiliário, a maior parte das empresas pesquisadas, 90%, são de capital local, e apenas 10%, filial, apresentando sua matriz no Rio de Janeiro. E, também, uma empresa de capital local mantém filiais na cidade de Jataí e Mineiros, e também no Pará e Mato Grosso.

A partir de 2000, aumentam significativamente o número de agroindústrias e comércio em geral na cidade, gerando assim, maior demanda por habitação na cidade. Nesse sentido, aumentam significativamente o papel dos pequenos construtores na produção do espaço urbano, além da atuação dos Governos Estadual e Federal, na construção de grandes conjuntos habitacionais.

Essa intensa trama imobiliária, desde a incorporação do solo rural ao solo urbano, implantação de infraestrutura, consumo do solo (compra direta ou financiamento), construção e moradia, permite uma supervalorização da terra, deixando muitos trabalhadores à margem do consumo. Muitas dessas empresas aproveitam para diversificar seus negócios, atuando como construtoras e intermediárias de financiamentos habitacionais.

No universo pesquisado, apenas uma delas se especializou em negócios imobiliários do setor rural, intermediando vendas de fazendas ou arrendamentos.

Configura-se como um setor que gera um número de empregos significativos. No período da pesquisa havia 166 empregos diretos, incluindo prestação de serviços dos corretores. Interessante destacar que não há sazonalidade na geração de empregos.

No entanto, no que se refere à prestação de serviços, este sim, varia no decorrer do ano, aumentando as vendas de imóveis no período das safras de soja. Neste período, muitos empresários rurais e funcionários de alto escalão investem no mercado de solos da cidade.

No ponto de vista dos corretores, é o empresário agrícola que alavanca o setor imobiliário, porque é ele que consome em maior quantidade, imóveis dispendiosos e terras produtivas, gerando um efeito multiplicador em conjunto com o setor da construção civil. Algumas imobiliárias asseguram a compra em sacas de soja, o que favorece ao empresário rural.

No nosso ponto de vista, o empresário rural se destaca por ser capitalizado e fazer altos investimentos, no entanto isso não ocorre o ano inteiro. No decorrer do ano, coexiste uma demanda por imóveis, cujos clientes não estão diretamente ligados ao agronegócio, e esse público mantém o dinamismo desse setor, impedindo sua estagnação fora das safras.

São clientes integrados com o Comércio e Serviços, agroindústria, profissionais liberais e aposentados que investem em imóveis, como podemos conferir no resultado da pesquisa de campo, no quadro 18.

As compras e vendas ocorrem diariamente entre empresários, comerciantes, construtores, bem como por clientes que optam por financiamentos em bancos. E esses financiamentos contemplam entre 40% e 75% das vendas mensais das imobiliárias; razão delas intermediarem o negócio entre clientes e bancos.

Nesse setor, destacam-se dois grupos de clientelas: os proprietários dos imóveis, que os dispõem para venda ou aluguéis; o perfil aponta para clientes predominantemente rio-verdenses, que na sua maioria, são empresários na cidade, agropecuaristas, aposentados, profissionais liberais, e uma pequena parcela que é proprietária devido à divisão de herança.

Quadro 18: Rio Verde - perfil dos proprietários e dos inquilinos/ compradores, 2014

Empresa	Perfil do proprietário / locador	Perfil do inquilino/ comprador
Imobiliária REI	Aposentados (alto escalão); agropecuarista, empresários e construtores	Funcionários do comércio, da agroindústria e da educação; estudantes universitários, pequenos empresários ou funcionários transferidos
Jacob Imóveis	Agropecuarista	Agropecuarista, empresários
Franco Engenharia Imóveis	Empresários e aposentados	Estudantes, imigrantes e autônomos
Imobiliária Porto Seguro	Construtores e profissionais liberais	Funcionários, pequenos empresários e profissionais liberais
Elza Imóveis	Construtores e empresários	Profissional liberal / migrante do sul e sudeste/ funcionários transferidos
Habitação Imóveis	Empresários, agricultores e profissionais liberais	profissional liberal e empresários
Sirlene Imóveis	Agropecuarista, empresários e aposentados	Funcionários transferidos para Rio Verde
Tropical Brasil Broker	Agricultores e empresários	Profissões diversas, estudantes, gerentes e técnicos
WJ Imóveis	Agricultores e empresários	Empresários e funcionários
Camillo Imóveis	Profissionais liberais e agricultores	profissional liberal e empresários

Pesquisa de campo, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2014).

Na outra ponta, estão os inquilinos e os compradores/ financiadores de imóveis; apresentando um perfil homogêneo. São na sua maioria, funcionários transferidos para as empresas de Rio Verde (Sudeste e Sul do país), profissionais liberais, pequenos empresários, estudantes do ensino superior, técnicos e funcionários da agroindústria.

Chama-nos a atenção nesse trabalho, a relação dos inquilinos provindos do nordeste/norte do país com o setor imobiliário. A burocracia exigida pelas imobiliárias torna-se um entrave para imigrantes baixa renda. Visando assegurar uma clientela segura, as empresas exigem dois fiadores com imóveis próprios ou uma poupança realizada pelo novo inquilino, no valor de três aluguéis, além do nome constar livre de restrições ao SPC/SERASA.

Segundo o SINE de Rio Verde, o trabalhador nordestino apresenta um perfil de baixa escolaridade e, normalmente, chega na cidade sem recursos. Portanto, dificilmente esse grupo consegue alugar uma casa numa imobiliária. Algumas delas vê o imigrante nordestino como clientela de risco, uma vez que não apresentam renda, nem fiador e não se fixa nas empresas por longo prazo.

Dante da exclusão e visando economizar, os trabalhadores sem qualificação alugam casas simples, diretamente dos proprietários, em bairros periféricos, e normalmente moram em grandes grupos no mesmo imóvel. Em Rio Verde, ocorre uma supervalorização do preço do solo; a especulação segue ascendente desde a década de 1980 e intensificou após a virada do século, com a instalação de grandes indústrias e a maior demanda por imóveis.

Contudo, há de considerar que o entorno da cidade é área produtiva. A inserção dessa área no perímetro urbano e sua transformação em mercadoria refletem no preço final para o

comprador. Na tabela 56, sistematizamos uma pesquisa de campo de imóveis variados em Rio Verde:

Tabela 56: Rio Verde/GO - preços de imóveis a venda, por m² e localização, em 2009 e 2015

Imóveis	Localização	M ²	Preço Total (R\$) 2009	Preço Total (R\$) 2015
IMÓVEIS RESIDENCIAIS	Setor nobre*	150	150 a 300 mil	430 a 750 mil
	Setor desvalorizado**	70	30 a 40 mil	170 a 240 mil
APARTAMENTOS	Setor nobre	100	Acima de 150 mil	Acima de 400 mil
	Setor universitário	70	Acima de 100 mil	Acima de 230 mil
LOTES RESIDENCIAIS	Setor nobre	450	60 a 100 mil	200 a 300 mil
	Setor desvalorizado	360	12 a 18 mil	80 a 130 mil

Pesquisa de campo (Imobiliária Reis; Imobiliaria Imóveis e Elza Imóveis), 2009 e 2015.

*Bairro Carolina; Parque Buritis, Solar Agreste, Bairro Campestre etc.

** Bairro Martins, Bairro Dom Miguel, Bairro Santa Cruz, Bairro Promissão etc. - imóveis sem laje

Em termos comparativos, apresentamos preços de imóveis em 2009 e 2015; e podemos observar a elevação de preços num período de seis anos, bem como o fator localização. Os preços de imóveis variam muito em função da metragem, localização e acabamento, mas atingem patamares comparados a fazendas produtivas. Aliás, produtores rurais podem negociar lotes e imóveis em sacas de soja e gado, em forma de permuta direta ou de valores cotados na época da negociação. Em janeiro de 2015, a saca de 60 Kg de soja estava cotada em R\$ 58,00 e a arroba do boi em R\$ 134,00. A permuta pode ser feita também em cama de frango, maquinários agrícolas e automóveis.

Os imóveis alugados também são outra fonte de geração de renda para as imobiliárias, que atuam como administradoras de recebíveis, bem como para o proprietário, que injeta essa renda na economia local. Como podemos verificar na tabela 57, os preços mais acessíveis são sempre maiores que o salário mínimo vigente, uma vez que não é interessante para as imobiliárias administrarem imóveis populares, pelo baixo preço e pelo público que não atende à burocacia exigida.

Tabela 57: Rio Verde/GO - preços de aluguéis de imóveis, por m² e localização, em 2015

Imóveis	LOCALIZAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	M ²	PREÇO TOTAL (R\$)
IMÓVEIS COMERCIAIS	Centro	Sala/banheiro	50/70	1.200 a 2.000
	Bairro central	Salas /banheiros	300	6.000 a 8.000
	Bairro central	Várias salas	1.500	15.000
	Bairro periférico	Sala/banheiro	50	800 a 1.200
IMÓVEIS RESIDENCIAIS*	Setor nobre	¾ com laje	150	2.000 a 4.200
	Setor desvalorizado	¾ sem laje	70	800 a 1.200
APARTAMENTOS	Setor universitário	¾; 1 garagem.	70	1.000 a 2.200
	Área central	1 p/ andar; luxuoso	400	Acima de 4.000

Pesquisa de campo (Imobiliária Reis e Elza Imóveis), 2015. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015)

Imóveis comerciais classificam-se como os mais caros no mercado imobiliário, independente se estão localizados no centro ou bairros centrais. Os imóveis localizados na principal avenida da cidade, Presidente Vargas, são os mais cobiçados, por representar o local de maiores amenidades comerciais, como fluxo de pessoas, veículos, investimentos.

Os preços dos imóveis em áreas nobres alcançam a realidade de grandes capitais brasileiras e mesmo de Brasília, enquanto que os imóveis novos, mais acessíveis, estão acima dos preços financiados pelos bancos, nos Programas da Minha Casa Minha Vida.

Há ainda os imóveis que são alugados diretamente do proprietário para o inquilino, sem intermediários. Estas casas normalmente seguem um padrão de 50-70 m² e localização periférica, e o aluguel cobrado se fixa no salário mínimo vigente. São elas que atendem à demanda de uma massa de trabalhadores formais e informais que não conseguem vencer a burocracia do mercado imobiliário.

Enfim, verificamos que não apenas o setor primário se aprimorou em ciência e tecnologia a partir da reestruturação agrícola, avançando na capitalização da produção de grãos e carnes; mas que também a cidade ofereceu subsídios para o processamento desses grãos e carnes, estabelecendo um Complexo Agroindustrial com empresas de capital nacional e internacional.

Novos indicadores vão reformular a economia municipal, ganhando peso o ICMS industrial e dos serviços, ampliando o mercado de trabalho, com vagas e a necessidade de mão de obra qualificada. A cidade amplia o número de empresas, diversifica os serviços, consome e fornece matéria-prima, mercadorias, serviços e emprego. Com isso, ganha novas funções de prestadora de serviços para o campo e para a agroindústria, além de se estabelecer como um novo centro regional prestador de serviços na área de saúde, qualificação de mão de obra técnica e superior, comércio varejista, serviços gerais e festas regionais.

Enquanto cidade média, Rio Verde assiste a substituição do seu capital local para nacional, recebendo investimentos externos, que possibilitam uma diversificação de novos serviços. Esse processo ocorre porque de um lado, os grandes centros passam por um momento de dispersão das suas empresas, e de outro, as cidades médias passam a oferecer vantagens. E, enquanto cidade média do agronegócio, terá o consumo produtivo por bens e serviços do campo pesando sobre a especialização econômica numa condição de simbiose, reestruturada pelo e para o capital agrícola.

5 TRANSFORMAÇÕES INTRAURBANAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA DO AGRONEGÓCIO: reflexos da reestruturação produtiva agrícola no espaço urbano

No decorrer desse trabalho, temos apresentado as diversas transformações decorrentes da reestruturação agrícola no Sudoeste Goiano, tornando o campo essencialmente agrícola e a cidade, o lócus qualificado em atender às novas demandas desse processo.

No que se refere às transformações do espaço urbano, apresentamos na seção anterior, uma cidade que foi equipada e se refuncionalizou espacial e economicamente para atender aos auspícios do agronegócio; o mesmo acontece com o setor agroindustrial, que recebe novos investimentos, amplia, e impõe um poder de decisão regional.

Nesta seção, temos o objetivo de apresentar como a reestruturação produtiva agrícola afeta mais diretamente o espaço intraurbano da “capital do agronegócio”, denominação dada a Rio Verde pelos meios midiáticos. Buscaremos analisar diferentes aspectos que foram modificados diretamente em função do agronegócio, sendo eles: aspectos políticos e ideológicos; socioespaciais e do ambiente construído.

Propomos, também, nesta seção, mostrar o outro lado do agronegócio, pois além da concentração de riqueza no campo e na cidade e da alta arrecadação tributária, o agronegócio produz também uma outra cidade, aquela que normalmente não é apresentada pelos meios de comunicação nacional. E esse lado avesso, mascarado pela mídia, apresenta situações degradantes de imigração descontrolada, mão de obra desqualificada, pobreza, criminalidade, corrupção política, entre outros problemas de ordem social, política, espacial e ambiental.

Para a realização desta seção, tivemos como embasamento teórico para nossas discussões, autores tais como Chauí (2002), Corrêa (2003), Harvey (1980), Oliveira (2005), Oliveira (2002), PNDU (2006), Souza (2005), dentre outros, que tratam da produção e do desenvolvimento do espaço urbano, bem como do discurso ideologia reproduzido pela elite. Também, buscamos informações diretas e indiretas em órgãos públicos municipais, tais como a prefeitura Municipal de Rio Verde, SEGPLAN, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Habitação e Secretaria Municipal de Educação.

5.1 No avesso do discurso do agronegócio: a força da mídia na manipulação política e ideológica em Rio Verde

A reestruturação produtiva foi o “trampolim” que fortaleceu o município econômica e politicamente, possibilitando várias transformações de caráter intraurbano, dentre eles, destacamos nesse tópico, os aspectos políticos e ideológicos, no que se referem ao discurso que legitima o agronegócio.

Politicamente, Rio Verde sempre apresentou fraca representatividade nos níveis federais, perdendo para Jataí. Todavia, com o crescimento do colégio eleitoral, de 67 mil eleitores em 2000, para 118 mil em 2014, tem possibilitado ao município eleger deputados estaduais e pelo menos um federal.

A maior representação política e o peso econômico das grandes agroindústrias facilitam e ao mesmo tempo, pressionam, a liberação de verbas estaduais e federais que favorecem a elas e ao comércio em geral, seja na implantação de infraestrutura, seja em capital de giro.

No entanto, assiste-se também uma disputa acirrada de diferentes partidos associados no pleito de vagas estaduais e federais, o que desfavorece no resultado final. Candidatos eleitos também não fidelizam em seus partidos, havendo mudanças ao longo do pleito. Assim, passam-nos a ideia que se preocupam mais com a corrida política e com os meios de permanecerem nela, do que de fato com questões práticas e carentes de leis e verbas.

Enfatizamos essa afirmação por meio da fala do professor Claudio de C. Bráz, no jornal O Espaço (2015, p. 7), quando em entrevista sobre os 167 anos de Rio Verde, ele fala que “[...] Rio Verde vive um bom momento, porém, [...] uma grande parte dos políticos fazem campanhas eleitorais ininterruptamente, ou seja, mesmo durante suas gestões eles não deixam de serem políticos para serem administradores [...].”⁵⁵

Ainda que falha administração política, numa coisa não há como discordar: o uso do discurso em função do agronegócio. Trata-se de um discurso do setor político e empresarial, que assegura que o agronegócio trouxe riqueza, prosperidade e desenvolvimento regional.

De fato, o município ampliou sua arrecadação e os aspectos sociais melhoraram em alguns setores; aumentaram os investimentos no comércio, muitos empresários pequenos e médios cresceram financeiramente.

Mas afirmar que houve desenvolvimento e riqueza para todos, é no mínimo um discurso perigoso. Se o intuito é convencer novos investidores a buscarem o agronegócio regional,

⁵⁵ BRÁZ, Claudio de Castro. Rio Verde 167 anos de história. **Jornal O Espaço**, p. 7, 1-15 ago. 2015.

então, o discurso vai mais além e convence também uma grande massa de trabalhadores, por vezes, sem qualificação, esperançosos, de que nessa terra, também haja oportunidades para eles.

A divulgação da cidade intensificou após a virada do século XXI, momento em que a BRF se instalava, e o Complexo Agroindustrial de grãos e carnes precisava se consolidar. Nessa fase, o setor político e empresarial buscou divulgar uma cidade próspera e rica, no sentido de atrair novos investidores e mão de obra qualificada.

A divulgação ocorreu mais intensamente a partir de 2002, em meio escrito, televisivo e digital, (incluindo revistas conceituadas e programa da Rede Globo) resultando num panorama dialético.

Nesse sentido, colocamos-nos no entendimento da essência do discurso, o que se busca com ele; quais seus autores; quais os efeitos aguardados e quais as consequências mascaradas.

Seria certo consagrar o agronegócio como aquele irá tirar o país de suas crises econômicas? Seria um setor que permite o desenvolvimento econômico e o acesso à riqueza para todos aqueles que estão inseridos nele? Não existem crises e conflitos mascarados pela propaganda de sucesso?

Ao estudarmos um território, precisamos levar em consideração que as transformações (im)postas pela reprodução do capital reproduzem o espaço para adequá-lo às necessidades socioeconômicas emergentes de cada tempo, ou seja, o território torna-se produto das relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Nas palavras de Galdio e Pereira (2014, p.173), se podemos atribuir ao espaço a condição de produzido, precisamos também concebê-lo na condição de reproduutor das relações que o reproduziram. “Isso porque o espaço e sua produção desigual constituíram-se em importante elemento de acumulação na e para a reprodução ampliada do capital.”

Diferentes agentes da sociedade usam o território como palco para construir e firmar diferentes discursos ideológicos e manipulatórios.

Tais discursos são construídos a partir de um processo de ideologização da consciência como nos explica Chauí (2002). Segundo a autora, a consciência interpreta conceitos e valores (representações) de maneira subjetiva: a visão do sujeito passa a ser uma visão falseada do objeto, sua consciência projetada numa falsa objetividade, imaginada, abstraída.

Nisto consiste o processo de alienação da consciência em relação à realidade: o indivíduo cria conteúdos explicativos e valorativos que julga verdadeiros e válidos e com os quais busca explicar e legitimar os vários aspectos e situações da realidade.

Uma vez alienada, a consciência não se dá conta de que tais “verdades” (ideias, representações, conceitos, valores) são ideológicas; ou seja, tem um sentido falso em relação à realidade, revela um outro significado que por sua vez fica oculto, camouflado.

A fonte principal de todo esse processo de ideologização encontra-se nas relações de poder que se sobrepõem às relações sociais. Diferentes grupos da sociedade usam o discurso ideológico e reproduzem essas ideias como verdades válidas e imutáveis, com o objetivo de legitimar determinadas relações de poder que tecem a sociedade.

Dentre elas, instituições religiosas, o Estado, partidos políticos, setor empresarial, associações representativas, dentre outros. Segundo Chauí (2002), esses grupos buscam a coesão, uma vez que para legitimar certas ideias ações, é preciso que a maioria dos integrantes do grupo aceite como legítimas.

De que maneira? Usando de um discurso de que a maioria irá se beneficiar daquelas ideias; de que tal verdade é para o bem coletivo e atende ao interesse de todos (apesar de estar ocorrendo exatamente o contrário).

Contribuindo nessa discussão, acrescentamos o ponto de vista de Campos (2007), que considera a recepção dos produtos da mídia como um processo hermenêutico, constituindo-se em um processo ativo e criativo voltado à interpretação e em que o intérprete inclui uma série de conjecturas e expectativas na compreensão da mensagem selecionada para o entendimento.

Nessa inclusão de conjecturas feitas pelo intérprete, estão expectativas pessoais e/ou de caráter social ou histórico mais amplo, compartilhadas por um grupo com características e trajetórias sociais similares.

Ou seja, os discursos oferecidos podem ser recebidos passivamente, como também pode haver uma variação de interpretação da ideia ou produto, de um indivíduo para o outro, conforme o grau de intelectualização, conforme o contexto social, econômico, cultural e histórico dos quais fazem parte.

Muitas vezes, as elites políticas e empresariais veiculam mitos e discursos para legitimar a consolidação do agronegócio regional, como modelo nacional de desenvolvimento da agricultura.

São vários os trabalhos que mostram o uso do discurso do agronegócio sobre a população Goiana, dentre eles, destacamos Oliveira (2005) e Campos (2007). Com relação a Oliveira (2005), seu artigo apresenta uma discussão sobre esses discursos e ilustra o caso de Rio Verde. São inúmeras reportagens televisivas e impressas veiculadas na mídia nacional

com o intuito de favorecer o agronegócio, manipulando a opinião pública e mascarando questões sociais e econômicas decorrentes.

Dentre elas, destacamos uma reportagem no ano de 2002, da Revista Exame⁵⁶, que tratava do agronegócio, e apresentava uma reportagem sobre Rio Verde, intitulada, “O Eldorado Goiano”, e em 2004, a Revista Veja⁵⁷ elabora uma edição especial para o agronegócio, destacando na capa: “Retratos de um Brasil que dá lucros”.

Em 06 de fevereiro de 2004, outra reportagem sobre agronegócio foi divulgada nacionalmente pelo programa “Globo Repórter” da rede Globo⁵⁸, apresentando uma “fábrica de empregos” no Sudoeste Goiano, fruto do agronegócio, abordada por Oliveira (2005) e por Campos (2007).

Segundo Campos (2007), a exibição do programa provocou efeitos imediatos em Rio Verde, pois sofreu uma invasão de migrantes desempregados em busca das oportunidades e dos altos salários apresentados na televisão. A realidade encontrada por esses migrantes era diferente da apresentada no programa, que transformou Rio Verde de “fábrica de empregos” em “fábrica de ilusões” (Foto 21).

Foto 21: Rio Verde – fluxo de desempregados no SINE e na prefeitura, após a exibição do programa Globo Repórter em 2004



Fonte: Campos (2007, p. 64;78).

O episódio chama a atenção para aspectos como a vulnerabilidade do poder público diante da mídia, uma vez que não tem o poder de influir sobre a informação dos meios de comunicação e da população receptora de informações que não tem como avaliá-las.

⁵⁶ O ELDORADO Goiano. **Revista Exame**, n. 778, 23 out. 2002.

⁵⁷ VEJA. São Paulo, n. 30, ano 37, abr. 2004. Edição especial de Agronegócio.

⁵⁸ A reportagem foi deletada do meio digital.

Segundo Oliveira (2005), tais reportagens legitimam o modelo de desenvolvimento da agricultura pautado no agronegócio, como sustentáculo da economia nacional.

As reportagens tomam emprestados argumentos de empresários rurais, agrônomos e o ministro da agricultura daquele momento do governo Lula (2002-2006), em que defendem o agronegócio como única solução para as crises econômicas, defendem que não há saída para a agricultura fora dos transgênicos e agrotóxicos, defendem uma lógica produtivista voltada para a competição dos mercados, excluindo a produção familiar.

A reportagem da Revista Exame (2002) apresenta o Sudoeste Goiano fazendo apologia ao agronegócio, e enfatiza que o agricluseter transformou a “modorrenta”⁵⁹ região de Rio Verde numa das mais desenvolvidas do país.

A ideia de desenvolvimento está ligada ao consumo e dependência do pacote tecnológico da Revolução Verde como um meio que tiraria o país do atraso econômico.

As propagandas exibem cifras elevadas do agronegócio, o quanto movimenta em bilhões de reais por ano, que representa um terço do PIB brasileiro, gerador de milhões de empregos, rentável em exportações de grãos e carnes. No entanto, segundo Oliveira (2005), os números otimistas mascaram uma situação nada positiva: a grande exportação e a geração de divisas financiam apenas os setores do grande capital nacional e estrangeiro; exclui o pequeno agricultor dessa lógica empresarial.

Na verdade, constroem-se duas situações, uma em que a empresa familiar não compete por não ser capitalizada e, portanto, é excluída das fontes de crédito e concorrência. Lavouras de produtos voltados para a mesa não são lucrativas, sendo assim, perdem espaço para os grandes empresários, que estão na outra ponta do processo, ficando dependente de crédito e de tecnologia voltada ao campo como meio e obrigação de competir no mercado; sendo representantes do agronegócio no campo, conseguem exercer mais pressão política e econômica que os pequenos produtores.

Tais conflitos nem sempre são apresentados pela mídia com um olhar mais crítico, o máximo que acontece, são velhos discursos com roupagens novas da velha elite oligárquica defendendo seu alqueire de chão, manipulando a opinião pública em favor da concentração de renda, de terras, de empréstimo para elite e, ao mesmo tempo, legitimando um desprezo pela agricultura familiar.

A feira tecnológica “tecnoshow” abordada na seção anterior, anualmente é divulgada nos meios televisivos; ela representa regionalmente, a materialização do agronegócio por

⁵⁹ O adjetivo modorrento, referia-se a um passado bronco e ignorante, oposto do atual, em que houve uma inserção de conteúdo tecnológico e informacional.

meio da revenda de sementes, insumos, maquinários e tecnologia em geral voltada ao setor do agronegócio. Nessa feira, o público alvo são os empresários rurais e não o pequeno produtor, ainda que este, também, é convidado a inovar sua estrutura produtiva.

Esse discurso voltado ao agronegócio é abordado por Fernandes (2005, p. 13):

O agronegócio vende a ideia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território, como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como se fosse possível comparar a produção de pães de uma padaria com a de uma empresa multinacional.

Fernandes (2005) desmistifica o agronegócio, afirmando que seu meio de convencimento é fazer crer que todos os números veiculados pela mídia são exclusivamente do grande produtor, quando na verdade, a maioria dos produtos voltados para o abastecimento do mercado interno, principalmente de gêneros alimentícios, é produzida por unidades de produção agrícola familiar, ao passo que os produtos do agronegócio são majoritariamente destinados às exportações.

Em notícia mais recente, destacamos outra reportagem da Revista Exame⁶⁰, que trata novamente de Rio Verde, indicando-a como uma das 100 melhores cidades com mais de 100 mil habitantes, aptas a receber investimentos em negócios, foi classificada em 33º lugar.

O jornal O Espaço, de divulgação local, publicou uma matéria em homenagem aos 167 anos da cidade, apresentando o seguinte título: “Abençoada pelo agronegócio”:

Rio Verde completo 167 anos de emancipação política e sua economia, que é baseada no agronegócio, continua vigorosa e em condições de progredir ultrapassando qualquer previsão. Construída por rio-verdenses e por pessoas originárias de todo o País e até do exterior, tem um futuro brilhante, sendo hoje, a capital do Sudoeste Goiano. (O ESPAÇO, 2015, p. 6).

O otimismo representado pelos números e pelo discurso de “capital do Sudoeste Goiano” (Foto 22), devem ser desvelados por essa mesma mídia que age como uma fábrica de ilusões. E, então, nos perguntamos: quais os resultados aguardados e quais as consequências mascarados desse processo ideológico voltado para o agronegócio?

Como efeito da ilusão coletiva, em que os indivíduos legitimam o discurso do agronegócio como sinônimo de riqueza e prosperidade, a notícia sobre uma Rio Verde próspera espalhou-se pelo território nacional.

⁶⁰ REVISTA EXAME. São Paulo, ed. 1064, 30 abr. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1064/>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

Foto 22: Panorama de Rio Verde/GO, 2015



Disponível em: <http://deoclismar.blogspot.com.br/2014_08_01_archive.html>. Acesso em: 28 set. 2015.

Em função dessas notícias pela mídia nacional, a cidade passou a receber imigrantes em maior quantidade e em menor tempo. Na última década, 2000/2010, cresceu 65% em população, ou seja, aumentaram mais 60 mil novos habitantes⁶¹ e, no entanto, não houve um projeto urbanístico capaz de atender às novas demandas por vias mais largas, uma vez que o trânsito aumentou consideravelmente.

Ampliaram a demanda por vagas no SUS, que não foi resolvida com a construção de um segundo hospital público. Ampliaram a demanda por Educação Infantil e Fundamental, fator que não se resolve a curto prazo. E, ainda, com a expansão urbana, o sistema de água tratada e esgoto não chega a todos e a única empresa de transporte urbano da cidade, não amplia linhas nem carros.

O discurso busca legitimar um agronegócio acessível para todos; um meio de prosperidade em massa; não permitindo que o indivíduo questione os impactos sociais, econômicos e ambientais desse processo. Cria-se uma população alienada, disposta a aceitar calada aos desmandos políticos e empresariais, disposta a imigrar sem questionar, e se torna subserviente a uma situação de pobreza numa terra de coronéis.

Diante disso, levantamos a reflexão sobre o conceito de desenvolvimento e qualidade de vida. Será possível o desenvolvimento urbano conciliado a uma elevada qualidade de vida? Não seria também essa verdade, outro discurso assimilado pela população que vive do agronegócio? Para essa discussão, levaremos em conta, a renda, a educação e a saúde da população de Rio Verde.

⁶¹ Ano 2000: 116.552 hab.; ano 2010: 176.424 hab. (IBGE, 2000; 2010).

5.2 Qualidade de vida na cidade do agronegócio: renda, educação e saúde

5.2.1 Desmistificando o mito: “crescimento gera desenvolvimento”

O crescimento populacional e econômico de Rio Verde é um fato constatado ao longo dos últimos 20 anos. O que nos impulsiona a pesquisa, é verificar se esse crescimento gera necessariamente desenvolvimento. Será possível um desenvolvimento urbano e econômico conciliado a uma elevada qualidade de vida para todos da cidade? Para todos que consomem e sobrevivem da cidade?

Ou o que prevalece é o mito da qualidade de vida, mascarado pelo discurso da riqueza do agronegócio? Um discurso perverso que dá esperança ao imigrante trabalhador, e ao mesmo tempo o exclui. Afinal, quais são os efeitos diretos e indiretos da reestruturação produtiva agrícola e dos discursos apropriados pelas elites na/dá cidade?

Sobre esse assunto, abordamos a obra de Souza (2005, p. 94), onde o autor mostra que essa divisão igualitária das benesses da cidade nas sociedades capitalistas, principalmente de países periféricos é algo muito difícil de acontecer. Isso por que “[...] a riqueza material e cultural gerada é apropriada muito seletivamente, os impactos ambientais são de difícil domesticação e resulta de uma necessidade de produzir cada vez mais [...]”.

Souza (2005) nos fala que o fato de uma cidade crescer, expandir-se, modernizar seu espaço urbano, melhorar os transportes ou ainda, embelezar ou remodelar algumas áreas, não quer dizer que ela se “desenvolveu”. Na verdade dois fatos devem ser levados em contas:

[...] os custos, sociais e ambientais de tais progressos, via de regra muito seletivos, social e espacialmente; e o contexto mais amplo [...]. de tais melhoramentos, os quais, normalmente, significam que está em curso, dependendo do país, uma extração de mais valia e uma drenagem de renda fundiária de outras áreas, dentro ou até fora do país, as quais alimentam os projetos de embelezamento, “revitalização”, etc. que conferem prestígio a certas partes de certas grandes cidades. (SOUZA, 2005, p. 96, grifo do autor).

O desenvolvimento estritamente econômico, aquele que limita crescimento a modernização econômica, nas cidades capitalistas, cobram um preço alto da população. O brilho desse progresso é intensificado com a ajuda do marketing e da propaganda, que cega a maioria das pessoas. (SOUZA, 2005).

Em Rio Verde, conforme mostramos nas seções anteriores houve crescimento econômico intrínseco à modernização tecnológica, tanto no campo, quanto na cidade. Esse

crescimento é certo que trouxe benefícios sociais, tais como geração de vagas de emprego, aumento da taxa de escolarização, maiores taxas de qualificação profissional, redução da mortalidade infantil, ampliação de rede de saneamento básico.

Mas a questão que se coloca é: que desenvolvimento é esse, que traz na sua esteira, tantas contradições? Houve redistribuição de renda e a resolução das necessidades básicas de toda a população?

Nas palavras de Souza (2005, p. 97),

[...] é preciso reconhecer que também *o sistema político, os valores e padrões culturais e [...] a organização social*, devem ser adequadamente considerados, tudo isso juntos, e não somente o aumento da produção de bens e o progresso técnico/tecnológico na produção desses bens, irá influenciar o nível de bem-estar e de justiça social em uma sociedade (grifo do autor).

Dentre os vários autores que buscam conceituar o desenvolvimento econômico⁶², destacamos Pinho e Vasconcelos (2003), segundo eles o crescimento econômico implica na elevação contínua do produto nacional em termos globais ou per capita ao longo do tempo, ou seja, indica a eficiência do sistema produtivo. Esse crescimento contínuo ocasiona mudanças estruturais quantitativas e qualitativas para a população, tais como, redução da taxa de natalidade e mortalidade, que alteram a estrutura etária da população e da força de trabalho; ampliação do sistema escolar e de saúde; maior acesso aos meios de transporte, de comunicação e culturais e maior integração com economias mundiais.

Mas, é necessário relacionar desenvolvimento econômico com as mudanças qualitativas de um dado local. De acordo com Oliveira (2002, p. 32), “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”. Isto implica dizer que as alterações da composição do produto interno e a alocação dos diferentes recursos pelos setores econômicos devem estar dispostos de maneira a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social.

Ou seja, o desenvolvimento econômico significa crescimento econômico acompanhado por melhorias do nível de vida da população e por alterações estruturais na economia.

Outro autor, Souza (1995) diz que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde,

⁶² Sobre o assunto cf. KROETZ (2010), LANGONI (2005), OLIVEIRA (2002), ROLNIK; KLINK (2011), SOUZA (2005), SOUZA (1995), dentre outros.

nutrição, educação, moradia e transporte. Desta maneira, o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social.

Se o desenvolvimento econômico por si só é insuficiente, ou pode estar sendo conduzido de modo social e ecologicamente inadequado, então que tipo de desenvolvimento interessa a um indivíduo comum, que não pertença às elites econômicas locais?

Souza (2005, p. 99) fala que falta valorizar o desenvolvimento socioespacial, valorizando a dimensão espacial, uma vez que,

O espaço social é ao mesmo tempo, um produto das relações sociais, e um condicionador dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes.

Destacamos junto ao autor, que não é apenas o espaço em seu sentido material que condiciona as relações sociais, como também as relações de poder projetadas nesse território.

O desenvolvimento econômico não pode ser um fim em si mesmo, pois é necessário que haja espaço também para a realização das satisfações das necessidades humanas. Em Rio Verde, o sistema político direciona o desenvolvimento para um “coronelismo moderno”, onde a concentração de renda e de poder concentra-se nas famílias mais antigas que se adaptaram ao capitalismo empresarial no campo. Por outro lado, empresários e executivos da agroindústria têm pouca participação na política e nos cargos de administração pública.

Dessa maneira, um legítimo desenvolvimento urbano não pode ser confundido com uma simples expansão do tecido urbano e com a complexidade deste, na esteira do desenvolvimento econômico e tecnológico. É mais que isso. É antes, um desenvolvimento socioespacial na e da cidade (SOUZA, 2005), onde haja sustentabilidade e equidade social.

Se há desenvolvimento desigual, onde se produz riqueza concentrada, crescimento do consumo e da violência urbana, crescimento às custas da destruição ambiental e do patrimônio histórico-arquitetônico, então podemos entender que o que está havendo é crescimento urbano, a complexificação da cidade ou a modernização do espaço urbano e dos padrões de consumo, segundo as palavras de Souza (2005).

Na década de 1990, o conceito de desenvolvimento econômico foi ampliado em virtude da preocupação em torno das questões ambientais, passou a ser tratado como desenvolvimento sustentável. Esse novo paradigma articula as questões do meio ambiente com os problemas sociais e econômicos, induzindo a uma nova abordagem do progresso

tecnológico. Nesta nova visão, a ideia de desenvolvimento está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem contudo, comprometer a geração futura. (KROETZ, 2010).

Enfim, o conceito de desenvolvimento entendido a partir da discussão acima está relacionado ao nível de crescimento econômico, aliado às características da distribuição de renda, das condições de saúde, de educação, de trabalho e de moradia da população, bem como às condições ambientais do território.

Este conceito amplo de desenvolvimento está pautado em um elemento maior apontado pela Organização das Nações Unidas, através do PNUD: o desenvolvimento humano. Seu estudo é mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à ideia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados.

Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano e social, e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população. (PNUD, 1996, p. 01).

O PNUD calcula o IDH desde o início dos anos de 1990, usando uma metodologia que agrupa:

- a) Indicador de renda (renda per capita)
- b) Indicador das condições de saúde (índice de longevidade)
- c) Indicador de condições de educação (taxas de alfabetização de adultos e da taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior).

A escala de limite das variáveis transita entre zero e um. Assim, após o cálculo efetuado, a região é classificada dentro dos seguintes índices: - menor que 0,500: baixo desenvolvimento humana, - entre 0,500 e 0,800: médio desenvolvimento humano, - acima de 0,800: alto desenvolvimento humano.

Essa reflexão nos direciona para a realidade de Rio Verde. Assistimos ao crescimento urbano aliado ao crescimento tecnológico. E a justiça social como é empregada? Como é a

qualidade de vida da população rio-verdense? Todos têm acessos igualitários ou ainda há grandes contradições entre a elite e a massa de trabalhadores despossuídos?

5.2.2 E quando o agronegócio não atende a todos? A realidade perversa sob o discurso do desenvolvimento

Procuramos mostrar no decorrer desse trabalho, todas as benesses provindas do agronegócio. Evidente que os recursos públicos ampliaram, e muitos investimentos são realizados em prol da população.

Mas o que nos direciona nessa seção, é mostrar que apenas uma parcela da população é que tem acesso a esses benefícios, ou os recebe parcialmente. Ainda assim, a cidade continua sendo um pivô atrativo de imigração.

O processo imigratório chama a atenção em Rio Verde. Ele já ocorria antes da virada do século XXI, mas intensificou-se a partir da formação do complexo grãos-carnes, ou seja, a partir da instalação da Perdigão no município.

A questão que levantamos, é que, além do próprio Complexo Agroindustrial ser um atrativo populacional por si, exigindo mão de obra direta, devemos considerar também a força coercitiva dos meios de comunicação e da produção da imagem da cidade.

Que cidade se vende? Uma cidade utópica onde todos que chegam tem trabalho garantido, bons salários, moradia com qualidade e poder de consumo? Ou uma cidade real, onde há crescimento urbano aliado ao crescimento tecnológico, mas que mascara no seu tecido, os conflitos sociais, os impactos ambientais, a carência de serviços públicos, o alto custo do solo urbano?

A imagem que se vende, alia o sucesso do agronegócio com as altas arrecadações públicas, com o PIB per capita, com a margem de consumo produtivo e consumptivo, com os padrões de moradia, dentre outros.

De fato, os números, o sucesso e o status chamam mais a atenção do que a exclusão. Se considerarmos o PIB per capita da população rio-verdense, iremos afirmar que muitos vivem muito bem com R\$ 36.539,06 (IBGE, 2013). Valor que ultrapassa até mesmo o da capital Goiânia, de R\$ 29.034, 21 no mesmo período, uma vez que Rio Verde é um dos municípios que apresenta o maior PIB e a maior arrecadação do interior de Goiás⁶³.

⁶³ Os dados que comprovam essa afirmação, foram apresentados na seção 3.

Na prática, o nível de renda das pessoas comuns, como assalariados, micro e pequenos empresários ou trabalhadores informais, não recebem 10% desse valor. Segundo informações do RAIS/CAGED, a média salarial em Rio Verde era de 2,4 salários mínimos em 2014.

Outra informação que nos chama a atenção, passível de falsas interpretações, é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), um dado relevante para representar o desenvolvimento da qualidade de vida local. Ele aponta para três dimensões: a educação, a saúde e a renda. Em Rio Verde, o índice corresponde a 0,754 (IBGE, 2010), configurando maior que o do Brasil, que era de 0,727 no mesmo ano.

Este índice representa uma média significativa em termos de qualidade de vida para o morador local, ou seja, afirma que existe boa educação, bom atendimento na área de saúde e renda elevada para todos; e esses fatores, atraem, definitivamente, qualquer indivíduo que esteja disposto a buscar novos horizontes.

E é exatamente isso que a cidade vende. Uma imagem de cidade muito bem administrada, com educação que destaca no estado, saúde pública razoável, um bom lugar para se viver. O discurso apresentado nos meios de comunicação de massa não fala dos problemas socioespaciais ou ambientais que o município pode estar enfrentando, ou das demandas que podem surgir ou da má administração ou inda, da concentração de renda.

A boa imagem de “cidade do agronegócio”, somada aos índices que representam médias, cria um mito de cidade sem grandes problemas, acessível para todos, como descortinaremos logo mais a seguir.

O imigrante chega buscando emprego em primeiro lugar. Depois, vai preocupar-se com sua qualidade de vida. Então, só depois, ele, trabalhador, vai entender que era um mito. A garantia do emprego, não está intrínseca a garantia de uma boa qualidade de vida. Uma parcela desses novos moradores da cidade chegam descapitalizados e sem qualificação, fator que comprovamos por informações diretas do SINE, das imobiliárias de Rio Verde e das empresas pesquisadas.

Os salários medianos, não possibilitam uma vida de consumo ou status. Mas, possibilita integrar num programa de moradia do governo, que são construídos às margens da cidade, obrigando o indivíduo a depender de transporte urbano precário, ou comprar um veículo a longo prazo, para acumular ainda mais a frota da cidade.

A boa imagem causa a impressão de que todos podem se qualificar profissionalmente, usufruir de saúde pública de qualidade e ter os serviços públicos (segurança, moradia e estrutura física e sanitária) satisfatórios. No entanto, muitos desses imigrantes

descapitalizados, vão morar em bairros periféricos, com características de baixa-renda, onde vemos ausência de postos de saúde, de linha de ônibus satisfatória, alto índice de criminalidade, saneamento incompleto, com uso de fossas negras, como podemos verificar em algumas reportagens dos jornais televisivos da cidade⁶⁴.

O crescimento populacional acarreta também novos problemas sociais. Em Rio Verde, a população triplicou em pouco mais de 40 anos, destacando-se a população urbana sobre a rural.

De acordo com o IBGE, em 1970, o município contava com 55 mil habitantes e no último censo, saltou para 176 mil em 2010, ou seja um crescimento de mais de 300% (Tabela 58).

Tabela 58: Rio Verde/GO - crescimento da população urbana e rural entre 1970 e 2010 em números absolutos

Décadas	1970	1980	1991	2000	2010
Pop. Urbana	26.927	55.541	84.142	106.079	163.540
Pop. Rural	28.770	19.158	12.167	10.473	12.884

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A redução da população rural foi crescente em função do aparato tecnológico estabelecido pelas atuais empresas rurais. A partir da virada do século, instala-se um novo tipo de atividade econômica no campo: as granjas suínas. E, elas permitem um novo arranjo territorial em que os pequenos empresários são inseridos e fixados no campo novamente.

Mas no que refere-se ao urbano, dois tipos de imigrantes chegam a Rio Verde: aqueles oriundos do êxodo rural, e que vão ocupar a periferia da cidade, nos idos de 1970, formando bairros populares de baixa renda tais como o bairro Serpró e o bairro Popular. E aqueles que vieram investir nas lavouras de soja, a maioria sulista, paulista e até estrangeiros, mas que, apesar de trabalharem no campo, mantêm moradia na cidade.

Uma nova leva de imigrantes intensifica a partir de 2000, caracterizada por trabalhadores, profissionais liberais, empreendedores, profissionais intelectuais, que buscam oportunidade de trabalho, instigados pelos meios de comunicação de massa.

De acordo com dados do SINE, diariamente, existem dezenas de vagas de trabalho no setor comercial e agroindustrial da cidade. No entanto, muitas não são preenchidas, pelo fato

⁶⁴ Jornal Bom Dia Brasil, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uw9gq6w0sKs>>. Acesso em: 15 jan. 2016. Jornal Anhanguera, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DbQ97jfbmv0>>. Acesso em: 15 jan. 2006. Jornal Anhanguera, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2tFhofe7FPM>>. Acesso em 15 jan. 2016.

dos trabalhadores não apresentarem sequer o nível médio de escolaridade e nem cursos de curta duração.

Destacam-se os trabalhadores nordestinos nos últimos 15 anos, ou seja, exatamente o período de implantação do complexo de carnes. Ainda nesse período, houve uma transição de lavouras no campo, direcionada para a cana de açúcar. Fator que também estimulou a vinda de mão de obra em busca de emprego nas usinas de etanol em Goiás.

Podemos comprovar esse fluxo com base nos Censos de 2000 e 2010 (Tabela 59), onde podemos verificar a origem da população residente em Rio Verde.

Tabela 59: Rio Verde/GO – população residente por lugar de nascimento, 2000 – 2010

Lugar de Nascimento	2000	2010
Região Norte	566	2.534
Região Nordeste	8.875	23.036
Região Sudeste	10.134	11.772
Região Sul	3.282	4.675
Região Centro-Oeste	93.444	133.397

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de).

A maior parte da população de Rio Verde tem como origem, o próprio estado de Goiás. Excluindo a região Centro-Oeste, o maior fluxo em 2000 era do Sudeste, destacando o estado de Minas Gerais com 6.352 migrantes dos 10.134.

Em 2010, o fluxo de imigrantes da Região Nordeste quase triplicou, e tomou a frente do Sudeste, passando de 8.875 indivíduos para 23.036, destacando os estados da Bahia e do Maranhão, como podemos verificar na tabela 60:

Tabela 60: Rio Verde/GO – população residente por lugar de nascimento na Região Nordeste, 2000 – 2010

Lugar de Nascimento na região Nordeste	2000	2010
Bahia	3.914	9.545
Maranhão	575	5.343
Rio Grande do Norte	1.855	2.412
Paraíba	848	1.394
Pernambuco	483	1.321
Ceará	549	1.238
Piauí	357	986
Alagoas	175	574
Sergipe	119	224

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de).

O mesmo fenômeno ocorre em escala regional; consta no censo de 2010 que o maior fluxo de imigrantes do Sudoeste Goiano se origina do Nordeste com 46 mil indivíduos, e em

segundo lugar o Sudeste com 27 mil. Bahia e Maranhão são os estados nordestinos que mais contribuem nesse fenômeno (Foto 23).

Foto 23: Terminal rodoviário de Rio Verde - famílias de outros estados, desembarcando na cidade, 2015



a) Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015 e b) Disponível em: <<http://onibusbrasil.com>>. acesso em: 10 fev. 2016

Para esse imigrante, muitas vezes, a realidade da cidade é mais perversa do que para aqueles que vêm qualificados. A expectativa de melhorar de vida faz com que muitos aceitem situações de exploração e baixas remunerações nas empresas. Apesar de ser um fato que se reproduz em qualquer lugar, a força da mídia mascara as possibilidades de fracasso do indivíduo.

Diga-se de passagem que na “Princesa do Sudoeste Goiano”, reina também o preconceito latente contra o trabalhador nordestino. Os moradores mais antigos responsabilizam a Perdigão pelo crescimento acelerado e suas mazelas, e no âmbito dessas mazelas sociais, incluem o nordestino como o culpado, como pode ser visto no artigo da Revista Espaço⁶⁵, de publicidade regional, publicado em 2013.

Neste artigo, o autor apresenta a questão do fenômeno da migração para algumas cidades do Sudoeste Goiano, dentre elas Rio Verde, e aborda sobre o preconceito que eles sofrem nessas terras.

⁶⁵ RAMOS, D, O fenômeno da migração para o sudoeste goiano. **Espaço**, n. 4, p. 16-26, jul. 2013.

No artigo, Ramos (2013) mostra relatos de imigrantes nordestinos sobre as dificuldades de se estabelecer na cidade, e do preconceito que eles têm enfrentado. Em um desses relatos, o entrevistado de Natal (RN) conta que soube que a empresa Perdigão estava recrutando funcionários para Rio Verde, em 2002, e que oferecia alojamento, refeições e a remuneração de R\$ 260,00, pouco mais de um salário mínimo na época. Na oportunidade, vieram 120 pessoas que se instalaram em uma única casa:

[...] vieram 120 pessoas em dois ônibus e uma van; chegando em Rio Verde, todos foram morar em apenas uma casa, pois sem dinheiro, descobriram que foram enganados; passavam 15 dias comendo apenas ovos; um colchão era para 10 pessoas e cada um colocava somente a cabeça no colchão, ficando o resto do corpo no piso da casa; outros colocavam suas redes por cima, e, assim, conseguiam se acomodar para dormir [...]. Dentre aqueles 120, havia alguns que já mexiam com drogas, outros eram homicidas, havia gente do bem e do mal, no mesmo ambiente. (RAMOS, 2013, p. 26).

Nos relatos sobre a questão do preconceito, eles afirmam que a maioria da população age com discriminação com relação ao estereótipo do nordestino e sua cultura, assim o distanciamento cultural muitas vezes cria uma barreira entre o goiano e o nordestino, gerando estranhamento:

[...] a maioria da população não aceita bem os nordestinos, entende que o nordestino incomoda muito, porque grande parte não é educada, e por isso não entende quando se chega a um novo local, deve se acostumar e adaptar-se aos costumes do lugar, e não, o contrário.

[...] o nordestino é mais “esquentado” e, normalmente, não discute, parte direto para a agressão física; gosta de “peixeira”; sabe que boa parte do pessoal que vem pra cá, compra aparelho de som e, aí, vai perturbar a vizinhança e, os bem intencionados que vem simplesmente, para trabalhar e cuidar da família pagam por isso. (RAMOS, 2013, p. 21, grifo do autor).

Além disso, deve-se levar em conta o fato do nordestino ocupar as vagas de trabalhos que não exigem qualificação, e que são dispensadas pelos goianos, devido à baixa remuneração. No entanto, há pessoas que os culpam por “tomar” as vagas de emprego, fator que acontece também em outros estados do Brasil.

Culpam pela maior índice de criminalidade ou má índole, considerando que a vida miserável de que muitos se originam, pode levá-los à criminalidade. Para piorar a segregação, 70% das ocorrências de família e 50% das ocorrências de furtos têm nordestinos envolvidos, segundo o Ramos (2013).

Mesmo assim, é necessário desconstruir esse estereótipo negativo que se criou do nordestino em Rio Verde, diga-se de passagem, reproduzido pelas elites e meios de comunicação em nível nacional.

É relevante fazermos uma ressalva sobre a criminalidade em Rio Verde; com o crescimento populacional também houve aumento da violência, dos acidentes no trânsito e dos conflitos sociais.

Diariamente, os jornais locais noticiam furtos a mãos armada, roubos no comércio e residências, assassinatos ligados às drogas e acidentes com vítimas. Situação que tem sido comum no Brasil e em Goiás.

Em um trabalho desenvolvido por Waiselfisz (2013), denominado “Mapa do crime 2013”, foi comprovado que entre 1980 e 2010, o Brasil apresentou uma taxa crescente na violência envolvendo arma de fogo. Em 1980, a taxa era de 7,3 passando para 20,4 em 2010. Em Goiás, foi registrado no ano 2000, 780 óbitos originados de crimes com armas, elevando-se para 1.320 em 2010⁶⁶.

Em Rio Verde, obtivemos alguns dados do arquivo digital da Polícia Civil, entre 2009 e 2014, que nos revelam o aumento da criminalidade nesse período (Tabela 61):

Tabela 61: Rio Verde/GO - quantidade de prisões por flagrantes entre 2009 – 2014

Natureza	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CRIMES CONTRA A PESSOA	119	136	203	213	203	342
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	252	264	239	216	239	311
DROGAS	71	112	142	124	120	106

Fonte: 8ª Delegacia Regional de Polícia civil de Rio Verde. Núcleo de Estatística e Análise Criminal da 8ª RISP, 2015. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de).

O curto período registrado nos revela prisões de diferentes naturezas, com destaque para os crimes contra as pessoas e contra o patrimônio. Segundo o Núcleo de Estatística e Análise Criminal da 8ª RISP, os crimes “contra a pessoa” incluem homicídios, lesões corporais, sequestros; e os crimes “contra o patrimônio”, incluem roubo, furto, estelionato, dentre outros.

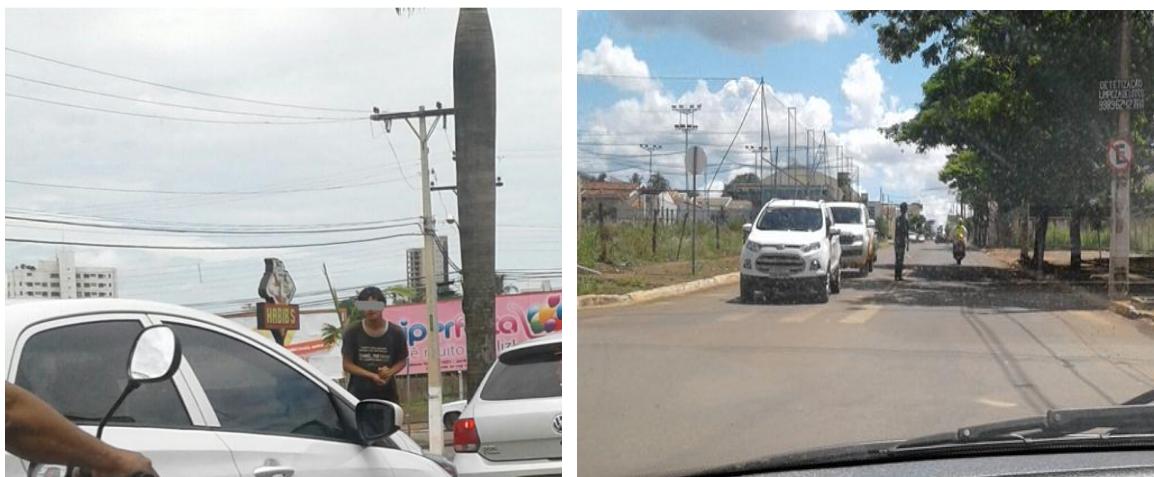
Entre 2009 e 2014, os crimes contra as pessoas quase triplicaram, saltando de 119 casos para 342. Os furtos e roubos também aumentaram no mesmo período, em torno de 25%.

⁶⁶ WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência, 2013:** mortes matadas por armas de fogo. São Paulo, CEBELA, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em 10 fev. 2016.

Segundo informações do Núcleo de Estatística e Análise Criminal de Rio Verde, a maioria desses casos estão relacionados com drogas.

Com relação à Lei 11.343/2006, LEI ANTIDROGAS, o combate tem sido mais efetivo no município, implicando menor número de prisões, no entanto essa prática criminosa ainda tem aumentado nos últimos 15 anos. É comum usuários pedirem em sinaleiros e calçadas a exemplos dos grandes centros, além dos furtos a celulares e bolsas em pontos de ônibus, o que há alguns anos, quase não ocorria (Foto 24).

Foto 24: Rio Verde - jovens pedindo dinheiro em sinaleiros, 2016



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016.

Junto com o crescimento populacional, cresceu não apenas a criminalidade bem como os problemas sociais. A reportagem do jornal O espaço⁶⁷, em 2007 já ressaltava esses problemas:

Com o crescimento da cidade, acima da média, os rio-verdenses hoje sofrem com questões sociais como: [...] aluguel acima da média nacional, falta de mais escolas públicas e vagas nos cursos de Ensino Fundamental e Médio, além de outras questões sociais que afetam às famílias carentes.

Cresce a população e a demanda por serviços públicos, mas apesar da alta arrecadação, as melhorias não vêm na mesma proporção. Na segurança, há carência de recursos humanos e de infraestrutura para locomoção.

A parte de mobilidade na cidade ainda carece do melhor planejamento, fato que ainda se espelha na realidade brasileira; estruturas tais como faixa de pedestre e vias direcionadas

⁶⁷ O PREÇO do crescimento em Rio Verde. Jornal **O Espaço**, Rio Verde, p. 3, abr. 2007.

para o ciclismo ainda estão carentes, ainda que a prática do ciclismo seja comum na região. Mas se esbarra na questão da falta de educação no trânsito, onde motoristas ignoram as poucas faixas existentes e desafiam as inúmeras motocicletas presentes na cidade⁶⁸.

No transporte público, há uma única empresa licitada, que trabalha com poucos ônibus e, portanto, não consegue atender a vários setores da cidade, não segue horários pontuais e cobra preço alto das passagens.

A chegada de 60 mil novas pessoas na última década causou intensa demanda na área de educação e na área da saúde, especialmente, a pública. Deve-se levar em conta que também existe outra demanda desses mesmos serviços na microrregião, uma vez que Rio Verde tem se efetivado como centro polarizador no Sudoeste Goiano, assunto que abordaremos no próximo tópico.

5.2.3 Educação e saúde na capital do agronegócio: acesso garantido para todos?

5.2.3.1 Educação Básica

A educação é um dos exemplos que podem ser citados como reflexo do crescimento. Segundo informações da Secretaria Municipal da Educação, nessa última década, as escolas primárias estão lotadas, e crianças precisam aguardar mais vagas ou serem transferidas para outras escolas, distantes de suas casas.

Em 2007, a então secretária da Educação Municipal disse numa entrevista:

Apesar do município ter implementado políticas públicas para atender o ensino fundamental e a educação infantil, a clientela educacional imigrante desestabiliza os projetos em desenvolvimento. Todos os dias temos alunos chegando a nossas escolas, oriundos das mais diversas regiões do país, os quais não estavam previstos no início do ano letivo, o que ocasiona transtornos de ordem operacional. (SUDOESTE JORNAL, 2007, p. 4).

É comum virem famílias inteiras de mudanças, com crianças em idade escolar; além disso, o perfil do imigrante é jovem, de até 30 anos, o que implica no aumento da taxa de fecundidade. As crianças têm garantida por lei, uma vaga na creche ou escola pública. No

⁶⁸ Segundo dados do IBGE (Cidades), em 2014 havia em Rio Verde 28.747 motocicletas e 12.158 motonetas.

entanto, muitos pais recorrem a Ministério Público e Secretaria Municipal da Educação para obrigar a inserção de seus filhos em alguma escola⁶⁹.

Podemos fazer um comparativo do número de escolas e matrículas entre 2005 e 2010, usando informações do Censo Educacional (IBGE), conforme podemos verificar na tabela 62.

Tabela 62: Rio Verde/GO - número de escolas e de matrículas apresentados no Censo Educacional de 2005 e 2010

Nº de escolas e de matrículas	2005	2012
	Matrícula	
Ensino médio	5.663	7.174
Ensino fundamental	25.682	24.411
Ensino pré-escolar	2.552	4.553

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, Censo Educacional 2005 e 2012.

Pelos dados de 2005, retirados do site do MEC, podemos notar a alta demanda por matrículas; o ensino fundamental, que corresponde do 1º ao 9º ano, onde a criança inicia com seis anos de idade, é a faixa que mais exige vagas, na época, 25 mil. Destas vagas, 14 mil era supridas pela rede pública municipal e 8 mil pela rede estadual, e o restante pela rede particular.

Também, chama-nos a atenção as matrículas do ensino pré-escolar, que chegaram a 2.552 vagas. Eram 25 pré-escolas do setor privado para suprir 1.560 vagas, incluindo maternal até a idade de 5 anos e mais 17 unidades municipais para suprir 992 vagas, ou seja, a maior parte das vagas era oferecida pelo ensino privado, que cresceu diante da demanda e da carência de vagas da rede pública.

Em 2012, a demanda por vagas na pré-escola aumentou em 80% em relação a 2005, passando de 2.552 para 4.553. Nesse período, o município construiu mais 19 unidades pré-escolares devido à alta demanda e à cobrança da população. Com isso, o município passou a assumir maior número de matrículas da pré-escola, em relação à rede particular, como vimos no período anterior, 3.620 matrículas foram efetivadas na rede municipal e 933 na rede particular.

Já no ensino fundamental, em 2012 houve redução de matrículas e redução de unidades escolares municipais (foram fechadas oito escolas). Os alunos foram redistribuídos

⁶⁹ Exemplos de casos estão disponíveis nos sites: <<http://www.mpg.br/portal/noticia/mp-garante-matricula-de-crianca-no-ensino-infantil-em-rio-verde#.VsyyVPkrKUk>> e <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/crian%C3%A7a-autista-na-%C3%A3o-consegue-vaga-em-escola-municipal-de-rio-verde-1.1038855>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

na rede estadual e na rede particular, sendo que esta última se beneficiou com a ampliação de 2.846 matrículas para 3.082.

Com relação à qualidade do ensino, iremos considerar os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Tal índice, de 0 a 10, é um indicador geral da qualidade da educação brasileira nas redes públicas e privadas e leva em conta o rendimento escolar e médias de desempenho na Prova Brasil.

Em 2013, índice mais recente, o Brasil alcançou uma média de 5,2 superando a média de 2011, que foi de 5,0. Comparativamente, no mesmo período, o estado de Goiás superou sua meta de 4,9 e alcançou média de 5,7. Quanto a Rio Verde, o resultado da qualidade da educação da rede pública foi positivo: escolas da rede municipal, alcançaram média de 6,8 (meta de 5,7) e as escolas da rede estadual, se mantiveram na mesma média, 5,3.

Apesar da questão da falta de vagas ser um problema ano a ano, no quesito qualidade de ensino, o índice do IDEB tem reforçado que a educação pública de Rio Verde está acima da média nacional, e por estar crescente, indica que os alunos estão aprendendo, repetindo menos de ano escolar e mais frequentes na aula.

5.2.3.2 Saúde pública e privada

Em relação aos serviços de saúde, também, iremos mostrar que a cidade vende o status de melhores serviços médicos-hospitalares da região e, por isso, esse serviço se tornou outra variável atrativa na centralidade de Rio Verde.

Tivemos como respaldo metodológico os dados do DATASUS referentes ao ano de 2009 e resultado de pesquisa campo, onde foram aplicados 20 questionários em clínicas de diferentes especializações e hospitais privados e públicos da cidade, no sentido de reconhecer a origem dos pacientes regionais, e partir desses dados, delinear a rede médico-hospitalar, cuja “cabeça da rede” seja Rio Verde, além de conhecer a realidade da saúde pública.

A cidade apresenta sete hospitais com estrutura de internação e centros cirúrgicos, sendo dois deles públicos. Ainda não atende à população de uma maneira satisfatória, o que obriga muitas pessoas, em casos mais graves e urgentes, a procurarem os hospitais e clínicas de Goiânia, Barretos ou São Paulo, tais como UTI neonatal, tratamento oncológico e traumatismos complexos.

De acordo com o último censo na área da Saúde (DATASUS) realizado pelo Ministério da Saúde, Rio Verde apresentava 499 leitos hospitalares, uma média de 2,9 leitos por 1.000 mil habitantes, média igual a do Brasil, que era de 2,9 habitantes, em 2009. No entanto, essa média reduz quando se tratam dos leitos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS): em Rio Verde são 1,7 leitos para cada 1.000 habitantes, média próxima da brasileira que é de 1,8.

Por ser uma cidade onde há uma economia estruturada, há muitos servidores, funcionários públicos de níveis estaduais, federais, e de empresas diversas que mantêm convênios médicos com uma cooperativa de saúde nacional, a UNIMED e outras locais, fator que facilita também o deslocamento de pessoas de outras cidades em busca de especialidades médicas.

Em termos de estabelecimentos médico-hospitalares, podemos verificar na tabela 63, que concentra um maior número de estabelecimentos particulares.

Tabela 63: Rio Verde/GO - número de estabelecimentos médicos por tipo de prestador, segundo o tipo de estabelecimento, 2009

Tipo de estabelecimento	Público	Filantrópico	Privado	Total
Central de Regulação de Serviços de Saúde	1	-	-	1
Centro de Atenção Psicossocial	1	-	-	1
Centro de saúde/Unidade Básica de Saúde	11	-	-	11
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	10	-	90	100
Consultório Isolado	-	-	130	130
Cooperativa	-	-	1	1
Farmácia Medic. Excepcional e Prog.				
Farmácia Popular	1	-	-	1
Hospital Especializado	-	1	2	3
Hospital Geral	1	2	1	4
Policlínica	1	-	5	6
Posto de Saúde	10	-	-	10
Secretaria de Saúde	2	-	-	2
Unid. Mista – atend. 24h, atenção básica, intern./urg.	-	1	-	1
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	2	-	5	7
Unidade de Vigilância em Saúde	2	-	-	2
Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	2	-	-	2
Unidade Móvel Terrestre	1	-	-	1
Total	45	4	234	283

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/go.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Segundo o IBGE, a estimativa da população de Rio Verde em 2014 era de 202.221 habitantes. A população tem crescido rapidamente nas últimas décadas e o setor de saúde

pública, de prestação de serviços públicos, de saneamento e de infraestrutura nem sempre crescem na mesma proporção.

Vemos isso na tabela 63, que nos informa que são apenas 45 estabelecimentos públicos (unidades básicas, ambulatórios e postos de saúde) mediante 234 estabelecimentos privados (clínicas especializadas, consultórios e policlínicas).

No final de 2009, foram contados pelo DATASUS um total de 744 médicos que atendem nos estabelecimentos de Rio Verde. Apesar desse total, constatamos em campo que há falta de médicos em especialidades mais complexas, e que há altas demandas nas especialidades de dermatologistas e ginecologistas, com agendamento de consultas para 60 dias.

Conforme podemos verificar na tabela 64, há uma média de 4,6 médicos por 1.000 habitantes em Rio Verde, média superior a nacional, que é de 4,4.

Tabela 64: Rio Verde/GO – categorias médicas presentes na cidade, dez./2009

Categoria	Total	Atende ao SUS	Não atende ao SUS	Prof/1.000 hab	Prof SUS/1.000 hab
Médicos	744	526	218	4,6	3,2
Anestesista	17	14	3	0,1	0,1
Cirurgião Geral	47	41	6	0,3	0,3
Clínico Geral	142	125	17	0,9	0,8
Gineco Obstetra	85	58	27	0,5	0,4
Pediatra	76	60	16	0,5	0,4
Psiquiatra	9	6	3	0,1	0,0
Radiologista	26	16	10	0,2	0,1
Cirurgião dentista	258	88	170	1,6	0,5
Enfermeiro	74	68	6	0,5	0,4
Fisioterapeuta	54	15	39	0,3	0,1
Fonoaudiólogo	10	2	8	0,1	0,0
Nutricionista	13	6	7	0,1	0,0
Farmacêutico	41	30	11	0,3	0,2
Assistente social	9	9	-	0,1	0,1
Psicólogo	55	16	39	0,3	0,1
Auxiliar de Enfermagem	142	139	3	0,9	0,9
Técnico de Enfermagem	243	240	3	1,5	1,5

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/go.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Verificamos que há mais profissionais médicos nas especialidades em Clínico geral, Ginecologia/ Obstetrícia e Pediatria, comuns em quaisquer cidades. Especialidades mais específicas tais como oncologia, cardiologia, traumatismos graves são direcionados para cidades maiores e mais completas em equipamentos.

No entanto, em campo, pudemos constatar a presença de especialidades que não foram inseridas no censo DATASUS, em função do período de sua realização.

Após 2009, novos profissionais atendem na cidade em diferentes especialidades, tais como gastroenterologia, infectologia, reumatologia, urologia, cirurgia plástica, cardiologia, dentre outros.

Outro fator que destacamos na área médica, é a presença de equipamentos para exames e diagnósticos com significativa importância regional. Em 2009, havia 164 equipamentos de diagnóstico por imagem em uso, mas apenas 28 disponíveis ao SUS, como vemos na tabela 65. Outros equipamentos com métodos diversos também são destinados um número muito reduzido aos pacientes do SUS, o que leva à espera de meses e até ano, para conseguir tais exames.

Tabela 65: Rio Verde/GO - número de equipamentos médicos existentes, em uso e disponíveis ao SUS, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS
Equipamentos de diagnóstico por imagem	169	164	28
Equipamentos de infraestrutura	184	182	12
Equipamentos por métodos ópticos	26	26	6
Equipamentos por métodos gráficos	23	23	9
Equipamentos de manutenção da vida	149	146	40
Equipamentos de Odontologia	1.117	1.062	80
Outros equipamentos	117	116	8

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010

Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/go.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

O DATASUS nos disponibiliza nomes de equipamentos que realizam exames frequentes e atendem demandas regionais em Rio Verde (tabela 66).

Tabela 66: Rio Verde/GO - número de equipamentos médicos existentes, em uso, disponíveis ao SUS e por 100.000 habitantes, segundo categorias do equipamento, 2009

Categoria	Existentes	Em uso	Disponív. ao SUS	Equip uso/100.000 hab	Equip SUS/100.000 hab
Mamógrafo	4	3	2	2,5	1,8
Raio X	135	132	13	82,8	81,0
Tomógrafo Computadorizado	3	3	3	1,8	1,8
Ressonância Magnética	1	1	1	0,6	0,6
Ultrassom	26	25	9	15,9	15,3
Equipe Odontológico Completo	207	197	33	127,0	120,8

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/go.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Muitas das especialidades médicas, equipamentos e procedimentos cirúrgicos não existem nas cidades menores que Rio Verde, fato que atrai um fluxo contínuo de pacientes para esse município.

São comuns na rede clínico-hospitalar o uso de equipamentos como Mamógrafos, Raio X, Ultrassom. A limitação está em aparelhos modernos como Tomógrafo e Ressonância magnética, presentes, também, apenas em clínicas particulares.

De acordo com o Cadastro nacional de estabelecimentos de saúde (CNESt) do Ministério da Saúde, verificamos que em 2015 dobrou o número de tomógrafos e de Ressonância Magnética, no entanto, concentrado na rede particular de saúde. Exames que requeriam esses aparelhos eram procurados em Goiânia ou centros maiores.

Por meio do campo, realizado em 2014, visitamos um total de 20 estabelecimentos de saúde (5 hospitais e 15 clínicas), ficando excluída uma maternidade filantrópica, em função de restrição de informações.

A escolha dos hospitais teve como critério seu porte (número de leitos) e complexidade dos aparelhos. E as escolha das clínicas se orientou com base na variação das especialidades oferecidas na cidade.

Os hospitais entrevistados foram: Hospital Presbiteriano Doutor Gordon (conhecido como Hospital Evangélico), de natureza filantrópica, fundado em 1938, o estabelecimento com maior e melhor infraestrutura médico-hospitalar do município; Hospital Santa Teresinha (Foto 25), particular, fundado em 1965, hospital Municipal de Rio Verde, público, fundado em 1990 e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Dr. José Povoa Mendes, público, inaugurado em 2011.

Foto 25: Rio Verde – a) Hospital Evangélico; b) Hospital Santa Teresinha



Disponível em: <<http://www.omb100.com/hotsite/page135133.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

Segundo entrevista nessas instituições, identificamos algumas infraestruturas e especialidades oferecidas, visualizadas na tabela 67:

Tabela 67 Rio Verde/GO – descrição parcial da rede hospitalar, 2014

Estabelec.	Especialid.	nº de médicos	atend. dia	nº de leitos	equipamentos
Hospital Evangélico de Rio Verde	Todas ⁷⁰ e as cirúrgicas	272	370	106 Sendo 9 UTIs	UTI/ Raio X / Aparelho de Ultrassonografia/ Aparelho de Radiografia / Aparelho de Colonoscopia e Endoscopia Digestiva/ Vídeo Laparoscopia/ Ecocardiograma/ Ecocolor doppler Vascular e Obstétrico
Hospital Santa Teresinha	Todas e as cirúrgicas	71	170	41 sendo 9 UTI	UTI/ Raio X / Aparelho de Ultrassonografia/ Aparelho de Radiografia / aparelho de Colonoscopia e Endoscopia Digestiva/ Vídeo Laparoscopia/ Ecocardiograma/ Ecocolor doppler Vascular e Obstétrico
Hospital Municipal de Rio Verde	Clínica médica pediátrica, Cirurgia Geral, Ortopedia, Cardiologia, Internação	88	200	79 Sendo 9 UTI	UTI/ Raio X / Eletrocardiograma Aparelho de Radiografia / Respirador/ Capnógrafo/ Oxímetro.
Hospital do Câncer	Bucamaxilo oncológico, Cirurgia Geral, Dermatologia, Ginecologia oncológica; Mastologista oncológica	12	50	0	Raio X / Aparelho de Ultrassonografia Ultra vaginal/ Aparelho de Mamografia e de Colposcopia.
UPA	Clínica médica, Cirurgia pequena	36	350	14	Eletrocardiograma, Raio X,

Fonte direta e disponível em <<http://cnes.datasus.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Podemos verificar que os hospitais particulares são os mais completos e complexos nas especialidades, números de médicos, atendimento e infraestrutura, o que atrai maior número de pacientes particulares e conveniados.

Os atendimentos diários têm variação, e neles estão incluídos os atendimentos ambulatoriais e emergenciais. Em termos de disposição de UTI's, três dos hospitais pesquisados apresentam vagas. No entanto, nenhum hospital da cidade possui UTI neonatal, o que obriga os pacientes a se deslocarem para centros mais completos.

No que se refere ao atendimento pelo SUS, destacamos o sistema de Programa de Pactuação de Intergestores (PPI), onde Rio Verde é a cabeça da rede, num grupo com mais 19

⁷⁰ Anestesiologista; Angiologia, cirurgia e ultrassonografia vascular; Cardiologia; Cirurgia e Clínico geral, Cirurgia Laparoscópica e Gastroenterológica, Cirurgia Plástica, Cirurgia da Obesidade, Endocrinologia, Endoscopia digestiva, Geriatria, Ginecologia e obstetrícia, Laboratório de Análises clínicas, Nefrologia, Oftalmologia, Ortopedia e traumatologia, Otorrinolaringologia e estética facial, Pediatria, Cirurgia torácica e endoscopia respiratória, Radiologia e Urologia.

municípios. Estes integram a Microrregião do Sudoeste I, na classificação da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), e possui uma distância máxima de 200 km.

Nessa pactuação, o Governo Federal repassa uma verba levando em consideração alguns fatores tais como a população total do município sede e dos demais pactuados, e quantidade de municípios que fazem parte da rede. Cada município pactuado tem direito a uma cota anual que é redistribuída em forma de consultas, exames, partos e cirurgias⁷¹.

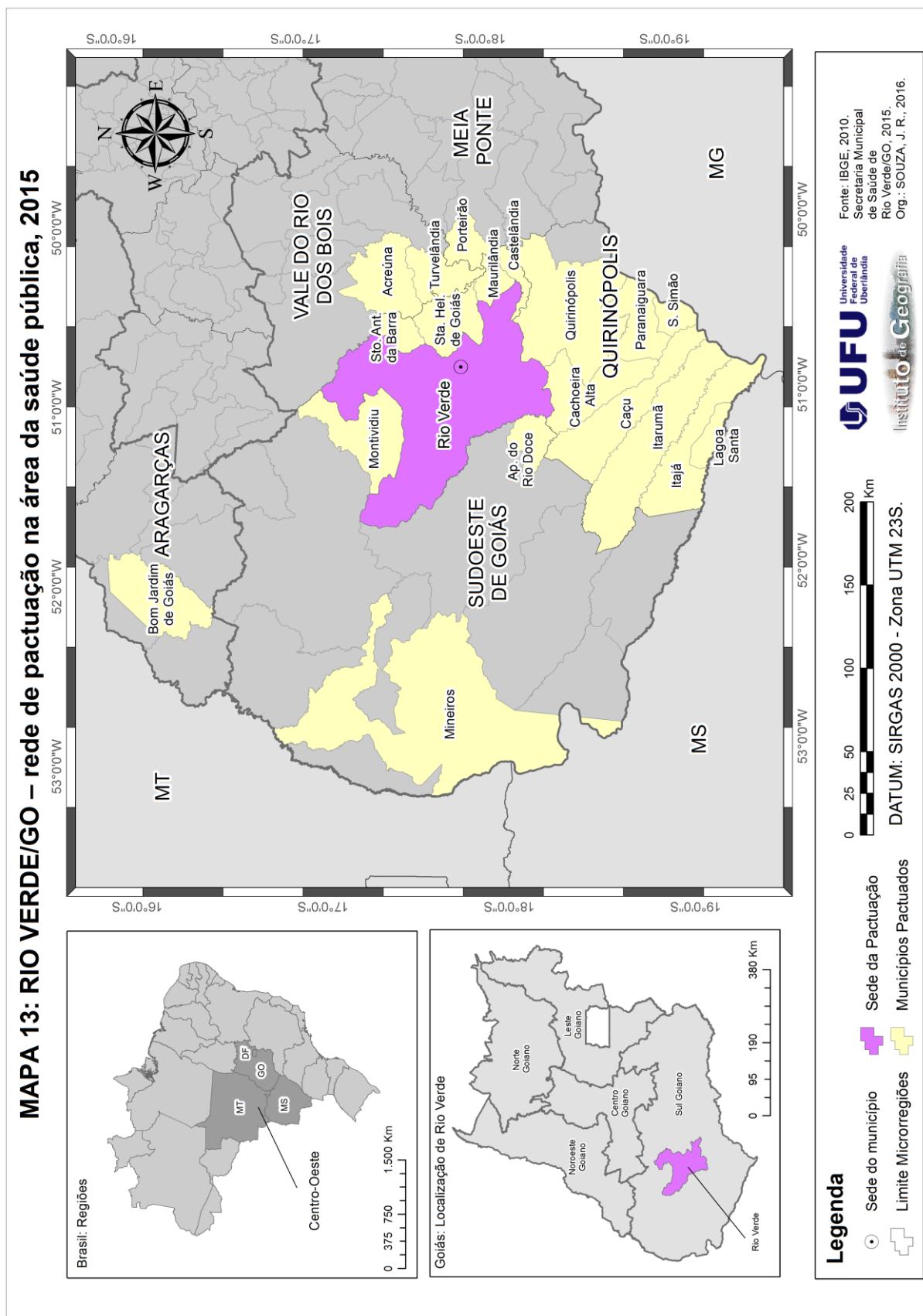
No início de cada ano, ou mesmo em cada 90 dias, os municípios pactuados dependentes têm autonomia para escolher a sede onde dependerão dos serviços médicos, e são eles que levam em conta a distância e o aparelhamento médico oferecido. Segundo nos foi informado pela Secretaria Municipal da Saúde (jul./2015), Rio Verde tem grande procura por oferecer muitas especialidades e ter estrutura relativamente satisfatória.

Na pactuação, Rio Verde é a sede, e os demais municípios são: Acreúna, Aparecida do Rio Doce, Bom Jardim de Goiás, Cachoeira Alta, Caçu, Castelândia, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Paranaiguara, Porteirão, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra, São Simão, Turvelândia.

Nesse grupo, foram inseridos nove municípios, incluindo Rio Verde, que pertencem à Microrregião geográfica do Sudoeste Goiano. Os outros, apesar de serem reunidos numa área da saúde, denominada “Sudoeste I”, fazem parte de outras Microrregiões: Acreúna (78 Km) e Turvelândia (102 Km) (Micr. Rio dos Bois), Cachoeira Alta (125 km), Caçu (102 km), Itarumã (135 km), Itajá (175 Km), Lagoa Santa (197 km), Paranaiguara (160 km), Quirinópolis (113 km) e São Simão (175 km) (Micr. de Quirinópolis), Porteirão (112 km) e Bom Jardim de Goiás(136 km) (Micr. do Meia Ponte), como podemos visualizar no mapa 13.

⁷¹Em 2015, o valor repassado aos médicos que atendem pelo SUS era de R\$ 10,00 a consulta de um especialista e R\$ 7,00 a consulta de clínico geral.

MAPA 13: RIO VERDE/GO – rede de pactuação na área da saúde pública, 2015



Cada município pactuado escolhe as especialidades que lhes são mais necessárias e, nesse contexto, revelam-nos a carência de médicos em áreas básicas tais como clínico geral, pediatria e obstetrícia. Num documento organizado pela SMS, podemos verificar que dos 19 municípios pactuados, 10 deles reservaram cotas para Clínico Geral e para Obstetrícia (clínica ou cirúrgica), e que oito deles asseguraram cotas para especialidade Pediátrica (clínica e cirúrgica).

Ou seja, há um déficit muito grande de médicos nessas pequenas cidades para atendimentos básicos e ausência de maternidades, não apenas pelo SUS, mas também particulares, o que gera um fluxo para os setores médicos particulares de Rio Verde, como veremos mais adiante.

As demais cotas são reservadas para especialidades que variam entre Nefrologia/Urologia clínica, Ortopedia/Traumatologia cirúrgica e Psiquiatria, dentre outros.

Ressaltamos que o atendimento pelo SUS também é carente no município sede da pactuação. Com o crescimento populacional de Rio Verde nas últimas décadas, vemos o impacto dessa agregação humana refletida na qualidade e quantidade de atendimento médico-hospitalar oferecido à população, que, às vezes, chega a ser precário, como carência de atendimento, falta de vacinas, e por vezes, fata de remédios⁷².

Com relação a isto, destacamos o atendimento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Ela foi criada, segundo informações da SMS, para atender exclusivamente casos de urgências e emergências, algo que iria variar em torno de 40 atendimentos/dia. Os demais casos deveriam ser atendidos em postos de saúdes localizados em diferentes pontos da cidade.

No entanto, apenas 17% da população é assistida por esses postos de saúde. A necessidade por serviços médicos tem crescido tanto, que população acaba se direcionando para a UPA, mesmo em casos ambulatoriais que poderiam ser resolvidos nos postinhos. E como todos e quaisquer casos que chegam (exceção para os pediátricos) devem ser atendidos, aquilo que era ideal (40 atendimentos) saltou para uma média de 350 atendimento/dia, algo em torno de 11 mil atendimentos/mês (informações diretas da SMS) (Foto 26).

⁷² Reportagens:

- “Postos de saúde de Rio Verde sem vacinas”. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/tv-anhanguera-go/bom-dia-go/v/postos-de-saude-de-rio-verde-estao-sem-vacinas/4724685/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- “População reclama do atendimento na rede pública de saúde em Rio Verde”. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/tv-anhanguera-go/bom-dia-go/v/populacao-reclama-do-atendimento-na-rede-publica-de-saude-em-rio-verde/3222955/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Foto 26: Rio Verde – atendimento no UPA Dr. José Póvoa Mendes, 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

Em casos mais complexos tais como cirurgia Cardiovascular, Neurocirurgia, Neuropediatria, Cirurgia pediátrica e Otorrinolaringologia, solicitadas pelo SUS, todos são encaminhados para Goiânia, cidade em que Rio Verde é pactuada para solucionar casos mais graves ou casos em que não há médicos locais que queiram atender pelo SUS, como é o caso da especialidade do Otorrino e da Neurocirurgia.

A outra parte da entrevista foi realizada em 15 clínicas de diferentes especialidades. Pela amostra, temos condições de conhecer a diversidade de áreas médicas oferecidas em Rio Verde, e entender que essa concentração e diversificação possibilita que a cidade se torne o centro regional de uma rede hospitalar.

Pelo campo, identificamos clínicas especializadas em cardiologia, gastrologia, dermatologia, urologia, ortopedia, ginecologia dentre outras. O atendimento é particular e conveniado e, mesmo assim, elas estão sempre cheias no decorrer do mês.

Por meio da tabela 68, podemos verificar que quase a metade das clínicas pesquisadas já possui um histórico na cidade, abertas entre as décadas de 1970 e 1990, e que com o passar dos anos, novos médicos são integrados, ampliando as especialidades. No entanto, a maior parte das clínicas pesquisada foram abertas na primeira década deste século e, curiosamente, poucas se limitam a uma única especialidade.

Tabela 68: Rio Verde/GO - descrição parcial das clínicas especializadas, 2014

Clínicas especializadas	Ano de Instalaç.	especialidades	Nº de médicos	Atend./ dia	Equipamentos/ função
Clínica Radiológica de Rio Verde	1973	Radiologia	6	300	Ressonância Magnética, Ultrassonografia Doppler-color- Fluxometria 3D e 4D, Mamografia, Radiologia e Densitometria Óssea, Raio X.
Medclínica	1980	Neurocirurgia, Neurologia, Cirurgia Cardiovascular, Angiologia, Gastroenterologia, Endoscopia Digestiva	6	24	Aparelho de colonoscopia, Endoscopia digestiva e retal, aparelhos de mapeamento digital
COT – Centro de Oftalmologia e Traumatologia	1987	Ortopedia e Traumatologia	3	90	Raio X/ Aparelho de Ultrassonografia
Clínica Modelo e Maternidade	1990	Ginecologia e obstetrícia	2	50	Aparelho de Ultrassonografia
Policlínica	1991	Gastrologia, Neurologia, Endocrinologia, Endoscopia digestiva, Dermatologia	5	80	Aparelho de Ultrassonografia, Aparelho de Endoscopia Digestiva Alta
Clínica do coração – Cardio Diagnóstico	1993	Cardiologia	9	150	Aparelho de Ecocardiografia
CMA – Centro de Medicina Avançado	1999	Gastroenterologia e cirurgia plástica	4	80	Aparelho de Ultrassonografia, Aparelho de Endoscopia
CMR – Centro Médico de Referência	2002	Ginecologia, Obstetrícia, Nutricionista, Pediatria, Gastroenterologia, Endocrinologia, Otorrinolaringologia Urologia Cirurgia Plástica, Cirurgia Geral	16	220	Aparelho de Ultrassonografia, Aparelho de Mamografia, Aparelho de Densitometria óssea, Vídeo Colposcopia
CARDIOFIT e Centro especializado	2003	Cardiologia e Otorrinolaringologia	5	70	Aparelho de Ultrassonografia
Angiocor	2005	Angiologia, Cardiologia, Fisioterapia e Nutricionista	5	50	Aparelho de Ultrassonografia
Centro de Tomografia Computadorizada de Rio Verde (I)	2006	Radiologia	6	25	Tomografia Multilisce (Tomografia e Angiotomografia computadorizada)
Centro de Tomografia Computadorizada de Rio Verde (II)	2006	Radiologia	6	30	Tomografia Multilisce (Tomografia e Angiotomografia computadorizada)
Vida, Saúde e Diagnóstico	2007	Diversas ⁷³	25	150	Raio X e Aparelho de Ultrassonografia
Instituto de Cardiologia e Radiologia de Rio Verde	2007	Cardiologia	3	5	ANGIX (Cateterismo, Angioplastia Coronária, Angiografia cerebral)
Centro Cardiológico	2008	Cardiologia	2	50	Aparelho de Ultrassonografia/ Dyna-mapa/ Aparelho de eletrocardiograma

Fonte direta, 2014. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de).

⁷³ Clínico Geral, Colposcopia, Dermatologia, Endoscopia, Fisioterapia, Geriatria, Ginecologia, Infectologia, Mastologia, Neurologia, Otorrinolaringologia, Ortopedia, Pneumologia, Psiquiatria, Reumatologia e Urologia.

A ampliação dos setores de saúde reflete o crescimento do agronegócio como também da população. Esta última passa exigir novas demandas para o consumo pessoal; exigem mais médicos, mais atendimentos e mais especializações; e o agronegócio dá suporte ao consumo como também na estruturação da rede.

Em comparação com os hospitais públicos, as clínicas (Foto 27) são as pioneiras na transferência de tecnologia moderna, fator que atrai pacientes locais, regionais e até de outros estados. Os custos das consultas particulares e exames são elevados, variando de R\$ 250,00 a 2.500,00⁷⁴ em 2015, para o caso de exames de tomografia computadorizada, ressonância magnética ou cateterismo.

Foto 27: Rio Verde – clínicas particulares, 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

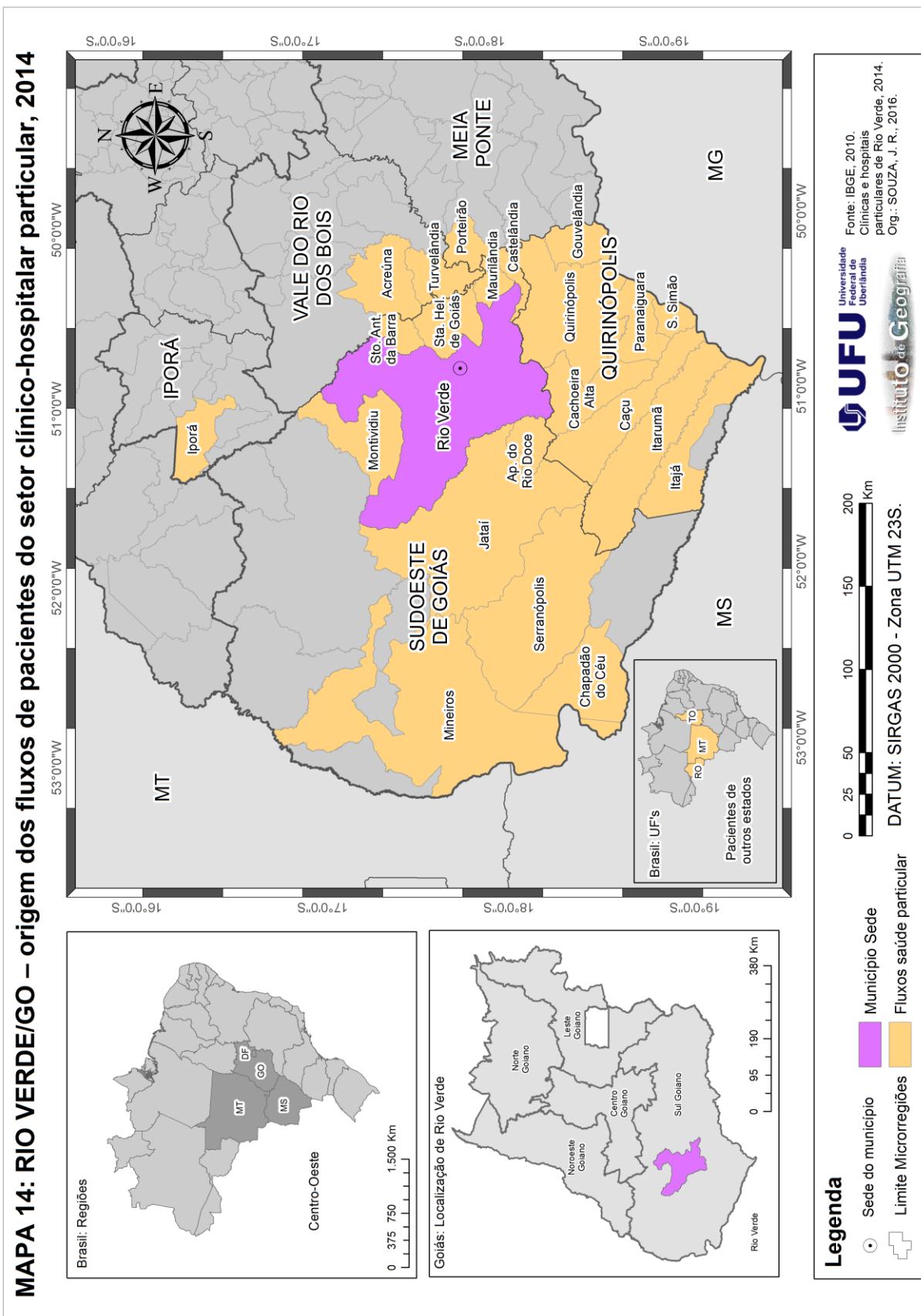
Apesar dos preços elevados, as clínicas recebem pacientes do Tocantins, Mato Grosso, e de cidades do interior de Goiás, que possuem familiares residentes na cidade, e portanto, facilita o tratamento.

Segundo nos foi informado pelas clínicas, há cadastro de pacientes de várias cidades do entorno, com distância variáveis até 200 Km., são elas: Aparecida do Rio Doce, Castelândia, Chapadão do Céu, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Santa Helena, Santo Antônio da Barra, Serranópolis, inseridas na Microrregião do Sudoeste Goiano.

Também, as cidades de Acreúna e Turvelândia, localizadas na Microrregião do Rio dos Bois; as cidades de Cachoeira Alta (125 km), Caçu (102 km), Gouvelândia (138 km), Itajá (181 km), Itarumã (135 km), Paranaiguara (160 km), Quirinópolis (113 km) e São Simão (175 km), inseridas na Microrregião de Quirinópolis, e ainda na Microrregião do Meia Ponte, a cidade de Porteirão e na Microrregião de Iporá, a cidade com o mesmo nome, como podemos ver no mapa 14.

⁷⁴ Esses preços podem ser comparados ao salário mínimo vigente em 2015, de R\$ 788,00.

MAPA 14: RIO VERDE/GO – origem dos fluxos de pacientes do setor clínico-hospitalar particular, 2014



Em Rio Verde cria-se uma centralidade que atende a uma área maior que a Microrregião do Sudoeste Goiano, tais como o município de Jataí, e outros menores, inseridos nas Microrregiões vizinhas, tais como Rio dos Bois, Quirinópolis, Meia Ponte e Iporá.

Salientamos que as demandas pessoais estão relacionadas também à saúde do corpo no sentido da estética. O dinheiro do agronegócio financia tratamentos e cirurgias plásticas locais, fato comprovado pela presença de uma clínica especializada em cirurgia plástica e outras quatro especializadas em estética facial e corporal, que existiam apenas em centros maiores.

No entanto, reforçamos a essência dessa seção, que é a de que a reestruturação produtiva afeta a cidade, e reproduz uma cidade sem problemas, sem carências. A área da saúde é ampla e pode ser consumida até mesmo por pacientes de fora da cidade, mas muito dessa capacidade de oferta não é consumida pela população de baixa renda local, que busca resolver suas patologias na rede pública; aguardam vagas de pactuação com Goiânia por meses, e em casos mais graves, denunciam problemas nos meios de comunicação para exigirem atendimento médico ou simplesmente, receberem remédios e leite.

5.3 A cidade real e seus muros invisíveis: a questão da habitação e da infraestrutura na “Princesa do Sudoeste Goiano”

As cidades que atendem ao agronegócio, tal qual Rio Verde, revelam no processo de produção do espaço urbano o dinamismo econômico e social originado dessa atividade; nelas, os empreendedores imobiliários e o poder público tem o papel de construir e gerir a cidade de maneira planejada e justa, mas, nem sempre isso acontece, muitas vezes, ambos se aliam para invalidar o processo de planejamento.

A cidade é o palco de ações sociais e de trabalho humano, e de reprodução do capital. No espaço urbano existe uma grande quantidade de trabalho e capital aplicado em determinados pontos. A diversidade do uso em diferentes localizações faz com que o espaço seja suplantado pelos novos atributos, criando assim diversos tipos de renda da terra.

Harvey (1980) nos mostra que a propriedade do solo baseia-se no monopólio de determinada classe social. O poder de uso do solo depende diretamente de condições econômicas específicas que independe da vontade de decisão. Em toda forma de renda a sua apropriação é a forma econômica da realidade de posse de determinada parcela do solo. Esse

autor, fazendo menção a Karl Marx, na sua obra *O capital*, vol. III, mostra que existem três formas de renda básica:

(i) A renda monopólio - que proporciona ao detentor do monopólio determinar um preço à revelia do preço geral da produção. Esta espécie de renda possui características que explicam em muitos casos o solo e propriedades urbanas.

(ii) A renda diferencial - que surge a partir da diferença entre o preço da produção individual de um capital particular e o preço de produção geral do capital total investido na esfera concernente à produção. Ela surge do excedente de lucro de certas propriedades em situação de vantagem que são embolsadas pelo proprietário sob forma de renda.

(iii) Renda absoluta está ligada à própria propriedade privada da terra. Sendo ela um bem finito, permite ao proprietário extrair uma renda absoluta.

Harvey (1980) e Corrêa (2003) ao analisarem o espaço urbano, nos mostram a dinâmica interna em função da localização, das funções, das rendas e dos agentes. Dentre esses fatores, a localização de determinada parcela do solo permite uma série de vantagens, segundo o uso (residencial, comercial, industrial); podendo elevar ou baixar custos, para atender a uma parcela mais restrita da população e, sendo assim, gerar renda.

A escassez de locais desfavoráveis em relação às infraestruturas permite a recepção de benefícios na medida em que os proprietários possam influenciar a ação do Estado ou da iniciativa privada, para que, através da especulação possam adquirir maiores excedentes. Essa situação pode ser verificada entre os promotores urbanos, que lançam loteamentos dispersos, alguns em locais desfavoráveis, gerando também vazios urbanos. A pressão social por equipamentos urbanos acaba beneficiando as áreas vazias, gerando especulação futura.

Em Rio Verde, a reestruturação produtiva e a formação dos complexos agroindustriais de grãos e de carnes estimularam uma reestruturação do espaço urbano da cidade, tanto no aspecto populacional, quanto estrutural, ampliando e diversificando o setor residencial em loteamentos privados, conjuntos habitacionais (Cohabs), verticalização e condomínios abertos.

No processo de reprodução da cidade, diferentes promotores urbanos atuam. De acordo com Corrêa (2003), eles são agentes que transformam, dão forma e manipulam o espaço urbano. São agentes concretos e suas ações são complexas, incluindo práticas que levam a uma constante reorganização espacial, um processo que não faz desaparecer as desigualdades socioespaciais.

Esses agentes sociais responsáveis pela (re) modelação e (re) funcionalização do espaço urbano, podem ser classificados em: - Proprietários dos meios de produção; - Proprietários fundiários; - Promotores imobiliários; - Estado. Dentre eles, os três últimos direcionam-se para o setor de moradias e a ação deles pode ser vista na produção do espaço urbano de Rio Verde.

Os proprietários fundiários são aqueles que possuem a terra como valor de troca e estão dispostos a converter as terras rurais em terras urbanas. Desejam a valorização imobiliária de suas propriedades para obter maior renda. Tais agentes têm a possibilidade de exercer pressão junto ao Estado (principalmente ao poder municipal local), no sentido de interferir ou modificar a legislação urbana em seu favor, isto, quando esses agentes já não estão envolvidos com a política local, o que torna muito mais fácil ser beneficiado. Investimentos públicos tais como infraestrutura viária e saneamento básico são essenciais para a valorização das terras que estão em vias de se tornarem urbanas.

Muitas vezes, são essas ações mascaradas de interesses, que evidenciam o crescimento da cidade para determinados setores, tendo em vista que nem sempre nos pareça o segmento mais inteligente no âmbito do planejamento urbano.

A demanda de terras e habitações é fundamental para que haja um crescimento horizontal da cidade, bem como da formação de uma nova camada social, que se origina parcialmente dos fluxos migratórios que detêm renda e, com isso, torna-as capacitadas a consumir o mercado de terras e habitações. Em Rio Verde, o crescimento horizontal atende não apenas a uma classe solvável, ou seja, aquela que tem necessidade e capital para pagar, mas também uma camada subjugada, fruto da imigração para atender aos Complexos Agroindustriais com mão de obra barata.

Quanto aos promotores imobiliários, estes são caracterizados por um conjunto de agentes que realizam de forma parcial ou total, uma série de operações, que de acordo com Corrêa (2003), consistem em incorporar terras rurais em urbanas, financiamento da obra, construção e comercialização.

Importante salientar que os promotores imobiliários constituem-se numa variedade de agentes, uns mais complexos, comandando toda a cadeia produtiva, como as empresas exclusivamente incorporadoras, outros, de pequeno e médio porte, tais como o proprietário-construtor do terreno, produzindo pequenas imóveis, ou empresas que participam parcialmente do processo.

Em Rio Verde, o crescimento populacional nas duas últimas décadas gerou uma grande demanda de habitação, tanto horizontais quanto verticais.

Em 2000, o censo demográfico revelou um total de 29.735 domicílios particulares permanentes. Deles, 19.245 eram próprios e 7.825 eram alugados, além dos cedidos e situações alheias. Nesse mesmo ano, também foram registrados 106 mil moradores na cidade.

Já em 2010, o censo demográfico revelou que havia 55.487 domicílios particulares permanentes em Rio Verde, sendo que 31.776 eram próprios e 17.600 deles estavam na condição de ocupados e os demais se classificavam como cedidos, ou seja, o crescimento de moradias derivou da carência por habitação, uma vez que entre 2000 e 2010, a população urbana aumentou em 57 mil habitantes e o déficit de moradia exigiu e estimulou esses agentes sociais a resolverem essa questão de interesse lucrativo, uma vez que chegavam não apenas camadas descapitalizadas, mas também camadas solváveis, capazes de consumir moradia de luxo.

A alta demanda gerou especulação nos preços do solo urbano e dos aluguéis; os preços de casas com um quarto em bairros próximos do centro, chegou a equiparar ao salário mínimo corrente, em função da localização. Casas com três quartos, em bairros de melhor localização e infraestrutura urbana eram cobradas até três vezes o valor do salário mínimo corrente para o aluguel. Apesar das crises e da ampliação da moradia, os preços do mercado imobiliário não desvalorizaram.

Com relação aos loteamentos, entre 2000 e 2014 foram abertos um total de 48 loteamentos aprovados pela prefeitura, incluindo as Cohabs. Em 2004, os preços dos lotes num tamanho médio de 300 m² eram vendidos entre R\$ 15 mil e R\$ 25 mil reais, dependendo da localização na cidade. Dez anos depois, os lotes são revendidos a preço mínimos de R\$ 80 mil (Imobiliárias de Rio Verde).

Além disso, os promotores imobiliários buscaram desenvolver uma ocupação desconcentrada, ou seja, abrir loteamentos em áreas distantes do perímetro urbano, com a finalidade de gerar especulação imobiliária.

Na tabela 69, buscamos organizar todos os loteamentos e setores existentes no perímetro urbano da cidade, e que conste alguma documentação na Prefeitura Municipal de Rio Verde. Podemos verificar o crescimento urbano analisando as aprovações por décadas.

Tabela 69: Rio Verde/GO – controle dos bairros por ano de aprovação, entre 1950 e 2014

No.	Década	Ano de aprovação	Denominação dos Bairros
1	Séc. XIX-		Centro
2	1950	1955	Jardim Goiás
3	1960	1967	Vila Dinara
4		1967	Setor Alvorada
5		1967	Vila Moraes
6	1970	1970	Bairro de Lourdes
7		1970	Vila André Luiz
8		1971	Vila Modelo
9		1971	Vila Baylão
10		1972	Vila Baylão – prolongamento
11		1972	Bairro César Bastos
12		1972	Vila Borges – prolongamento A
13		1972	Vila Santa Bárbara
14		1972	Jardim Marconal
15		1973	Vila Gomes
16		1973	Vila Rocha
17		1974	Vila Olinda
18		1974	Setor Pauzanes
19		1974	Jardim Diniz
20		1974	Parque dos Bandeirantes
21		1974	Jardim Eleonora
22		1974	Bairro Martins
23		1974	Setor Oeste
24		1975	Bairro Martins - prolongamento
25		1975	Setor Santo Antônio de Lisboa
26		1975	Jardim América
27		1975	Jardim Cruvinel
28		1975	Bairro Paraguassu
29		1976	Vila Renovação
30		1976	Vila Menezes
31		1976	Bairro São Felipe
32		1976	Vila Dona Auta
33		1978	Bairro Santa Luzia
34		1978	Jardim Presidente
35		1978	Parque Betel
36		1978	Parque das Laranjeiras
37		1979	Vila Rosalina
38	1980	1980	Setor Campestre
39		1982	Vila Moraes - prolongamento
40		1982	Conjunto Vila Verde
41		1982	Bairro Popular
42		1982	Bairro Santo Agostinho
43		1982	Setor Morada do Sol
44		1982	Conjunto Bairro Morada do Sol
45		1982	Setor Barrinha
46		1982	Bairro Eldorado
47		1982	Bairro Eldorado - prolongamento
48		1982	Parque dos Buritis
49		1983	Conjunto Morada do sol
50		1984	Bairro São João
51		1985	Residencial dos Buritis
52		1985	Bairro Odília
53		1985	Bairro Primavera
54		1986	Parque dos Buritis II
55		1986	Bairro Promissão
56		1987	Nova Vila Maria
57		1987	Bairro Vitória Régia
58		1987	Bairro Presidente Nasser
59		1987	Parque Solar do Agreste A
60		1987	Setor Industrial de Rio Verde
61		1987	Vila Amália
62		1987	Vila Santa Cruz
63		1987	Parque Solar do Agreste
64		1988	Parque das Laranjeiras - prolongamento
65		1988	Bairro Anhaguera
66		1988	Vila Mariana
67		1988	Bairro São Joaquim

68		1988	Bairro Medeiros
69		1988	Bairro Liberdade
70		1988	Vila Borges – prolongamento
71		1988	Vila Borges – prolongamento “A”
72		1988	Residencial Dona Gercina
73		1988	Jardim das Neves
74		1988	Bairro Nova Vila Maria
75		1988	Vila Maria Rocha Vilagge
76		1988	Vila Santa Cruz
77		1988	Setor Universitário
78		1988	Residencial Dona Gersina
79		1989	Jardim das Margaridas
80		1989	Parque Bougainville
81		1989	Parque das Paineiras
82	1990	1990	Bairro São Tomaz I
83		1990	Vila Mariana – prolongamento I
84		1991	Jardim Floresta
85		1991	Bairro Maristela
86		1992	Vila Mariana – prolongamento II
87		1992	Bairro São Tomaz II
88		1994	Bairro das Acáias
89		1994	Jardim Adriana
90		1995	Bairro Céu Azul
91		1995	Residencial Gameleira
92		1997	Jardim América - prolongamento
93		1997	Jardim Mondale
94		1998	Vila Santo Antonio
95		1998	Jardim Boa Vista
96		1999	Parque das Paineiras
97	2000-2009	2000	Residencial Laussane
98		2000	Parque dos Jatobás
99		2000	Setor Industrial de Rio Verde
100		2001	Residencial Tocantins
101		2001	Residencial Araguaia
102		2001	Residencial Parque dos Ipês
103		2002	Residencial Vilaggio Terracotta
104		2002	Residencial Canaã
105		2002	Setor Industrial de Rio Verde I (Darv I)
106		2003	Bairro Bandeirantes - prolongamento
107		2003	Residencial Veneza
108		2003	Vila Santa Cruz II
109		2003	Parque dos Girassóis
110		2003	Loteamento Serra Dourada
111		2003	Bairro Lindolfina
112		2004	Setor Industrial de Rio Verde II (Darv II)
113		2004	Distrito Industrial Municipal de Pequenas Empresas (DIMPE)
115		2004	Residencial Interlagos
116		2004	Residencial Arco Iris
117		2004	Residencial Dona Ilza
118		2004	Residencial Água Santa
119		2005	Residencial Engracia Vaz
120		2005	Residencial Recanto do Bosque
121		2005	Residencial Atalaia
122		2005	Residencial Recanto do bosque
123		2006	Parque Dom Miguel
124		2006	Bairro Mauricio Arantes
125		2006	Bairro Valdeci Pires
126		2006	Residencial Maranata
127		2006	Parque Gameleira II
128		2007	Residencial Jardim Helena
129		2007	Parque Solar do Agreste B
130		2007	Residencial Por do Sol
131		2007	Residencial Villa Mafiori
132		2007	Setor Funcionários
133		2008	Cidade Empresarial Nova Aliança
134		2009	Vila Mutirão (reg)
135		2009	Residencial Jardim Campestre
136		2009	Residencial Solar Monte Sião
137		2009	Setor central
138	2010-2014	2010	Residencial Solar dos Ataídes
139		2011	Residencial Nilson Veloso

140		2012	Vila Moreira Ataídes
141		2013	Residencial Lázaro Pimenta
144		2014	Bairro Campos Elíseos
145		2014	Condomínio Residencial Vale dos Buritis
146		2014	Cidade Empresarial Nova Aliança 2
148		2014	Residencial Porto Seguro

Fonte: Setor de Registro de Atos Administrativos e Secretaria da Fazenda. Prefeitura Municipal de Rio Verde.
(Org.: OLIVEIRA, B. S. de, 2015).

Os bairros e setores mais antigos datam da década de 1950, mas lembramos de que a cidade é centenária e muitos documentos se perderam ao longo do tempo.

Podemos verificar que o crescimento até 1960 é lento, nesse período a população rural era maior do que a urbana.

A partir de 1970, com o fenômeno do êxodo rural, o setor urbano passa a receber um maior contingente de pessoas, e isso acarreta carência por moradias e, diante desse fato, entre 1970 e 1980, foram abertos 32 novos bairros.

Na década de 1980, o processo de crescimento populacional continuou em ritmo acelerado, ainda em função da migração rural, mas também foi criada nessa época, a empresa COMIGO, que atraiu muitas pessoas em busca de emprego.

Nesse período, a população urbana ultrapassa a rural, e na cidade, novos loteamentos são aprovados pela prefeitura, fechando a década com um total de 44 novos bairros.

Na década seguinte, 1990, o crescimento populacional urbano foi de quase 35 mil pessoas, entretanto houve uma queda acentuada no número de abertura de loteamentos legais, para apenas 15 loteamentos oficializados, por outro lado, cresce nesse período o número de assentamentos ilegais, como forma de pressão popular.

A dinâmica territorial, a partir do ano 2000, foi semelhante a da década de 1970, chegando a 40 loteamentos legais.

Tal necessidade por habitação aconteceu em função do maior fluxo populacional que a cidade recebeu na sua história: 57 mil habitantes no setor urbano, em uma década (Foto 28).

Se na década de 1970, a migração campo-cidade foi o fator primordial que direcionou grande fluxo de pessoas para Rio Verde, na primeira década deste século, o fator propulsor foi o agronegócio, tendo como ícone principal a empresa Perdigão, que ofereceu cinco mil vagas, sem necessidade de qualificação profissional, que se instalou no ano 2000.

A mídia incentivou o processo migratório de baixa renda, mas também de profissionais qualificados em diferentes áreas, o que garantiu uma clientela de grupos de rendas média e alta, capazes de consumir solo urbano. Aos poucos, vai-se delineando um mapa urbano, onde a concentração territorial demonstra a fragmentação social existente, em que loteamentos para

grupos de alta renda e a expansão de periferias ficam cada vez mais evidente geograficamente.

Foto 28: Rio Verde – vista da cidade, 2015



Disponível em: <http://www.ferias.tur.br/fotogr/119553/areacentralderoverde-fotolucas_joe/rioverde/>. Acesso em 20 mar. 2016.

O crescimento territorial ocorreu de maneira rápida, e a infraestrutura básica municipal não acompanhou a tempo a urbanização da cidade, visto que muitas obras de saneamento ficam para segundo plano, uma vez que políticos não investem em obras que o eleitorado “não enxerga”. Enquanto não se faz pressão popular usando a própria mídia ou o apoio de algum vereador, asfalto, rede de esgoto, linhas de ônibus, segurança, escolas, vão ficando para uma segunda ordem.

Com relação ao saneamento básico, nem todos os bairros da cidade recebem água tratada, no censo de 2010, constava que, dos 55.487 domicílios particulares permanentes, 9.487 ainda não recebem água tratada, dependendo de poços comuns ou artesianos, nascentes, e ainda, 148 domicílios estão numa situação crítica de dependência de carros pipas e armazenamento de água da chuva.

Outro quesito importante para diagnosticar a qualidade de vida e o desenvolvimento socioespacial da “Princesa do Sudoeste Goiano”, é o esgoto tratado. Por meio do Censo de 2010, podemos verificar o seguinte na tabela 70:

Dos 54.307 domicílios particulares permanentes, que apresentam banheiro, sendo eles, de uso exclusivo da residência, apenas 23.822 são servidos por rede de esgoto tratado.

Aliás, a empresa responsável pelo abastecimento de água e de redes de esgoto de Goiás, SANEAGO, afirma que 100% do esgoto recolhido da cidade é tratado. Segundo informações

diretas, o esgoto tratado representa 47,63% do esgoto dos domicílios da cidade (SANEGO, 2014).

Tabela 70: Rio Verde/GO - domicílios particulares permanentes, com banheiro, de uso exclusivo, contendo esgoto sanitário

Tipo de esgotamento sanitário	Total de domicílios
Fossa rudimentar	20.567
Fossa séptica	9.615
Rede geral de esgoto ou pluvial	23.822
Rio ou lago, vala, outros	303
Total	54.307

Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=521880>. Acesso em: 10 out. 2015. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de).

No entanto, 30.485 domicílios, ainda vivem numa situação desprovida de tratamento; dependentes de fossas negras e sépticas, no caso das residências mais novas, ou ainda de casos mais graves, criam linhas de esgotos clandestinos, que são despejados diretamente em córregos ou em valas (Foto 29).

Foto 29: Rio Verde - a) moradias que apresentam esgoto aberto e fossa negra aberta em bairros de baixa renda; b) vista de uma fossa tampada na calçada de um bairro de classe média, 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

Mesmo loteamentos de classes médias e altas, não apresentavam instalação de esgoto tratado, e o resultado atual, configura-se em mais despesas para o orçamento público, uma vez que para instalar esse serviço, é necessário retirar o velho asfalto e refazer um novo.

A carência de saneamento é uma realidade brasileira, que coloca o país nivelado a muitos países do terceiro mundo em precariedade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o 9º colocado no ranking mundial “da vergonha”, com 13 milhões de habitantes sem acesso a banheiro no domicílio (OMS/UNICEF, 2010).

Segundo o último censo (IBGE, 2010), além de deficiências nos sistemas de eliminação de dejetos, existem também no Brasil desigualdades regionais no que diz respeito ao saneamento. Enquanto no Sudeste 82,3% dos domicílios possuem saneamento adequado, no Norte esta cobertura é de 22,4%.

Enquanto isso, nas regiões agrícolas do Centro-Oeste, discurso de progresso e riqueza, mascara a concentração de renda e os interesses da elite política e econômica, desinteressadas nas questões cruciais que envolvem o interesse e a saúde do povo.

A cidade média do agronegócio, o saneamento (água e esgoto) ainda se configuram como um gargalo a serem resolvidos, mas junto a esses serviços, destacamos o consumo elevado de energia elétrica, oferecida por duas subestações: uma da CELG e outra de Furnas, cobrindo 100% da área urbana.

Com o crescimento urbano, foi ampliando o consumo não apenas residencial, mas também comercial e industrial exigindo altas demandas de consumo, como podemos verificar na tabela 71:

Tabela 71: Rio Verde/GO - consumo de energia elétrica entre 1999 e 2014

	1999	2005	2010	2014
Consumidores (nº)	33.882	49.026	52.705	74.299
Consumo residencial (Mwh)	61.174	75.351	81.414	142.287
Consumo industrial (Mwh)	28.155	209.976	294.385	360.839
Consumo comercial (Mwh)	38.526	40.368	44.293	85.371
Consumo rural (Mwh)	15.436	36.135	50.988	70.650

Fonte: Instituto Mauro Borges. Disponível em <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2015. (Org.: OLIVEIRA, B. S. de).

No setor residencial podemos verificar um consumo gradativo entre 2009 e 2014, saltando de 61 Mwh para 142; no entanto, é o setor industrial que irá chamar nossa atenção. O ano de 1999 foi a transição em que as grandes agroindústrias estariam se instalando no município, ocorrendo portanto, um salto de 28 Mwh para 209 Mwh em 2005.

Crescimento menor, porém relevante, pode ser visto no consumo rural, que dobrou, em função da inserção (ou troca) de equipamentos modernos, mas especialmente, nesse período, ocorre a efetivação das granjas de aves e suínas no município.

Alias, são eles, os granjeiros que pagam a conta das quedas constantes de energia no setor rural; os prejuízos são grandes e os obrigam a investir em geradores⁷⁵. E, na cidade, quem paga a conta de uma cidade cara, e mal iluminada é o morador comum, que é obrigado a custear uma pseudo-iluminação pública e um pseudo-esgoto em suas faturas, sendo que muitas vezes tem apenas a promessa de que esses serviços serão implantados na próxima eleição.

Em relação ao sistema de telecomunicação, tais serviços atendem ao público em geral, mas, em especial, ao setor empresarial rural e industrial, que tem a possibilidade e a necessidade de se comunicar e vender mais. Nos últimos anos, a sociedade rio-verdense viu ampliar tal setor por meio de empresas que oferecem provedores de internet a rádio e banda larga, além de telefonia.

Para a população em geral, a prefeitura criou um projeto a partir de 2009, chamado “Projeto internet para todos”, que disponibiliza gratuitamente sinal de internet wireless a todas as residências dos municípios e distrito.

5.3.1 O crescimento territorial e a aplicabilidade da legislação na cidade

O aumento da demanda pelo mercado imobiliário estimulou a especulação dos imóveis e a elevação do preço do solo urbano. Motivados pelo “boom” demográfico, somente entre 2000 e 2005 foram aprovados 25 loteamentos, alguns localizados fora da malha urbana, sem a prévia aprovação da prefeitura.

Esse processo de crescimento urbano ocorreu de forma “espraiada”, favorecendo aos promotores imobiliários e aos proprietários de áreas mais antigas. Esses grupos aproveitam-se do direito coletivo de receber serviços e infraestrutura do Poder público para atender seus interesses particulares.

Neste contexto, o Poder Público impelido por forças endógenas e exógenas, inicia o processo de revisão do Plano Diretor de Rio Verde a partir de 2006 nos moldes do Estatuto da Cidade, o qual recomenda sobre o ordenamento territorial e sobre a garantia do direito à cidade para todos.

⁷⁵ O preço de um gerador em 2015 era de R\$ 12 mil.

Quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, apresentou somente dois artigos dos vinte originais para tratar da Política Urbana no país, sendo eles, os Art. 182 e 183. Estes artigos foram regulamentados por meio da Lei nº.10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como “Estatuto da Cidade” e estabeleceu normas que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O Estatuto da Cidade veio definir que a terra e a cidade têm de cumprir a sua função social, fazendo valer o direito social da propriedade. A lei condiciona o direito de propriedade e dá mais poder ao município para impedir que a cidade seja usada como fonte de acumulação de riquezas, seja pela retenção de imóveis para valorização, induzindo, empreitando e supervalorizando obras públicas, seja pelo controle da concessão e da gestão de serviços públicos.

A nova lei traz normas que devem ser incorporadas pelas cidades numa ação integrada das diferentes esferas de expressão do poder político: executivo, legislativo, judiciário e também, de toda sociedade. O Estatuto exige, sobretudo, a participação direta da população no planejamento e na gestão da cidade.

Seu objetivo é implementar instrumentos que podem servir aos propósitos da Reforma urbana, dentre eles: o planejamento municipal (Plano Diretor), institutos tributários (IPTU progressivo, contribuição de melhoria e incentivo e benefícios fiscais e financeiros), institutos jurídicos e políticos, e estudos prévios de impacto ambiental e de vizinhança.

Dentre esses instrumentos, o Plano Diretor merece atenção especial, pois ele deve estabelecer as condições de aplicação dos demais instrumentos urbanísticos, garantindo a sua aplicabilidade e efetividade. Sua obrigatoriedade ocorre em cidades com mais de 20 mil habitantes; onde o Poder Público Municipal pretenda utilizar o parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo e desapropriação; e cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional (BRASIL, 2001).

A regulamentação do Plano Diretor de Rio Verde em 2007 como Lei Municipal nº. 5.318 de 06 de setembro de 2007, nos moldes de um “Plano Diretor Participativo”, incluiu algumas leis municipais existentes, tais como a Lei de uso do solo, Parcelamento do solo e Zoneamento.

Teoricamente, a lei foi criada, conforme exige a legislação. Mas, houve relação entre o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Rio Verde? A nova lei exerce sua função social para evitar meios de tornar o solo uma mercadoria supervalorizada?

Do nosso ponto de vista, não há grandes relações, pois se todos os instrumentos dependerão de leis específicas qual razão do Plano Diretor? Destacamos que muitos instrumentos de fato dependem de detalhamento, mas, nestes casos, o Plano Diretor precisa pelo menos localizar (mapear) as áreas de sua aplicação e estabelecer diretrizes que resultem na efetividade dos objetivos normativos. Não basta repetir os princípios do Estatuto das Cidades. Em Rio Verde, o Plano Diretor parece confirmar a hipótese levantada por Araújo (2009, p. 247), quando diz que:

[...] a maior parte deles (*dos Planos Diretores*) não estaria efetivamente utilizando os instrumentos da política urbana de forma eficiente em seu território. Estariam, apenas, citando-os no texto de forma burocrática, sem definir elementos suficientes para sua aplicação.

É no título V, que trata do uso e da ocupação do solo, que alguns dos instrumentos urbanísticos serão apresentados, mas na maior parte dos casos de forma genérica e sem potencial de aplicabilidade e efetividade.

Os instrumentos relacionados à função social da propriedade aparecem discretamente no capítulo V do título V. Reproduzimos o texto legal do Plano Diretor (RIO VERDE, 2007)

Art. 127 - O Executivo Municipal, na forma da Lei Federal nº 10.257/91 – Estatuto da Cidade e da Lei Orgânica do Município de Rio Verde, poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I. parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; II. Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo no tempo; III. desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

Art. 128 - Os proprietários de áreas integrantes do sítio urbano, dotadas de infraestrutura básica, equipamentos comunitários ou melhoramentos, sujeitar-se-ão a atuação urbanística especial, com a finalidade de exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, que promova seu adequado aproveitamento.

Parágrafo Único - A infraestrutura básica e os equipamentos comunitários de que deverão ser dotadas as áreas a que se refere o artigo são, no mínimo, três dos seguintes melhoramentos: transporte coletivo, rede de energia elétrica, acessibilidade por via pública urbana e escola até 600m (seiscientos metros).

Destacamos que o Estatuto da Cidade é bem claro quando trata da relação entre o Plano Diretor e os instrumentos de função social da propriedade. O texto da lei federal em seu artigo

42 afirma que o Plano Diretor deverá conter no mínimo a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsória.

Apesar da criação do Plano Diretor, pouca aplicabilidade pode ser verificada, uma vez que esse documento possui pouca força de lei, pois passa a responsabilidade das ações urbanas para as leis específicas municipais.

Ainda assim, nos questionamos sobre o que Plano Diretor de Rio Verde propõe para o ordenamento territorial da cidade, em termos de expansão urbana após 2007.

Após a elaboração do Plano Diretor, houve implantação de um grande número de loteamentos em diferentes setores da cidade, pois não havia delimitação do perímetro urbano, sendo que novos loteamentos foram construídos deixando vazios urbanos.

O crescimento urbano, acelerado e desordenado passou a exigir uma política de planejamento mais efetiva. Era necessário delimitar o perímetro urbano, rever as normas para os loteamentos a fim de evitar os vazios urbanos bem como a falta de infraestrutura.

No Plano Diretor, título IV, capítulo I, sobre o parcelamento do solo, o artigo 112 define que “o parcelamento dos espaços vazios integrantes do território do Município, no que se refere ao parcelamento do solo admitido, ocorrerá de acordo com critérios a serem estabelecidos em lei própria”.

Essa lei própria refere-se a Lei nº. 3.633/1998 – “Parcelamento do solo”, que completou em 2015, dezessete anos de existência, porém sem grandes aplicabilidades e fiscalização.

O art. 4º da referida lei, dizia que “Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em Zona Urbana devidamente definida em Lei Municipal de Perímetro Urbano”, lei esta que somente foi definida em 2011. Portanto, não haveria nenhum impedimento para aprovação dos loteamentos se não existissem limites físicos.

E, ainda, no art. 5º dessa lei, trata da proibição do parcelamento do solo em áreas tipo: terrenos alagadiços, nascentes, terrenos com declividades acima de 30%, terrenos em fundos de vale e área de alta tensão.

Sobre a questão do respeito ao meio ambiente natural, as cidades das regiões agrícolas estão numa fase distante de consciência ecológica, isto, em função da relevância que o poder público direciona as elites agropecuárias e aos empresários agroindustriais.

Esta situação nos remete à proposta principal do Estatuto da Cidade, que é a busca por cidades sustentáveis. A preservação do meio ambiente e as práticas de ideais sustentáveis devem ser consideradas em todos os âmbitos do planejamento urbano. A conservação dos recursos naturais, a recuperação de áreas degradadas, a justiça social e o ganho econômico

devem ser considerados em todas as intervenções e propostas urbanas das diferentes cidades brasileira, inclusive daquelas especializadas no agronegócio.

Outro documento importante que nos oferece parâmetros para se pensar e planejar as cidades médias, é a Nova Carta de Atenas⁷⁶, reelaborada em 2003 por arquitetos e planejadores, para pensar as cidades europeias do século XXI.

Segundo Motta (2015, p. 161), a Nova Carta de Atenas assentava em quatro funções básicas da cidade: habitação, trabalho, diversão e circulação. “A Carta de Atenas propunha, em termos sociais, que cada indivíduo tivesse acesso às alegrias fundamentais, ao bem-estar do lar e à beleza da cidade”.

A Europa tem privilegiado a evolução das cidades como uma combinação de forças sociais , vida cívica, e valorização do indivíduo, em termos de bem-estar em equilíbrio com o meio ambiente. Nesse sentido, que o documento vislumbra circulação (como espaço do pedestre e do ciclista), coerência no uso da cidade, tais como coerência ambiental.

Nas palavras de Motta (2015, p. 162), a coerência ambiental:

deve ser obtida através do uso consciente dos recursos disponíveis, da proteção dos seus cidadãos contra os excessos de poluição, da melhoria da eficiência e da utilização de recursos renováveis através de um sistema coerente e auto-suficiente. Devem-se buscar cidades sustentáveis, permitindo aos cidadãos viver e trabalhar em espaços de proximidade, ligados a um patrimônio cultural e natural bem conservado. E, ainda, privilegiar a obtenção de novas formas de energia a partir de recursos não poluentes e renováveis.

Como falar em coerência ambiental nas cidades das regiões agrícolas? Cidades que possuem grupos que valorizam a alta produtividade do campo e o uso intensivo de insumos agrícolas sem grandes preocupações ambientais ou mesmo com saúde coletiva.

Como falar em coerência ambiental nas cidades do agronegócio como Rio Verde, onde os planejadores e promotores imobiliários vislumbram apenas crescimento da cidade, transformação do solo em mercadoria cara, fazendo vista grossa para as leis municipais que cobrem sobre especulação e construção em áreas irregulares (vide art. 5º do Plano Diretor).

Em Rio Verde, situações tais como poluição no Rio Abóbora (que abastece a cidade) por agroindústrias locais, ou a emissão de poluentes no ar, por parte de muitas outras agroindústrias, e mesmo por aviões agrícolas que despejam agrotóxicos nas lavouras ignorando escolas e vilarejos no campo, não despertaram ainda, a necessidade de proteção ao meio ambiente e a nossa saúde.

⁷⁶Para saber mais sobre a Nova Carta de Atenas, ver: Alves (2004) e Motta (2015).

E ainda situações intraurbanas, que contradizem a lei, tais como loteamento em áreas de alta tensão e empreendimentos construídos em nascentes, como podem ser vistas nas fotos 30 e 31.

Foto 30: Rio Verde – linha de alta tensão dividindo os bairros Martins e Arco Iris, 2016



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016.

Foto 31: Rio Verde – empreendimentos construídos próximos de nascentes e margem de córrego urbano, 2016



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016.

A respeito da expansão urbana planejada, o Plano Diretor apresentou alguns poucos avanços:

No Título V, “Do Controle do Uso e Ocupação do Solo”, onde trata do capítulo X, Do ordenamento Territorial, o artigo 148 busca estabelecer os limites do perímetro urbano:

Art. 148 - Fica estabelecido como limites da Malha Urbana, os loteamentos aprovados até a promulgação desta Lei e suspensa a aprovação de novos loteamentos por um período de 6 (seis) meses ou até quando analisado pelo Sistema de Planejamento Municipal, justificativa para uma nova Expansão Urbana.

O Plano Diretor avança porque cobra uma delimitação da área de expansão urbana, porém deixa vaga essa delimitação espacial da malha urbana, necessária para o parcelamento de solo na cidade. Somente em 2011, foi aprovada a lei específica nº. 6074, que delimita o perímetro urbano de Rio Verde, como podemos visualizar na figura 12.

Figura 12: Planta de Rio Verde com a delimitação do perímetro urbano, 2012



Fonte: Setor de Projetos da Prefeitura Municipal de Rio Verde, 2014.

Ainda no mesmo capítulo X – Do ordenamento Territorial, há outro avanço sobre a expansão urbana, quando estabelece que:

Parágrafo Único - para que sejam aprovados novos loteamentos, deverão estar ocupados 60% (sessenta por cento) dos loteamentos vizinhos.

Se houver aplicabilidade desse ponto, haverá redução dos vazios urbanos e sua consequente especulação, e dessa maneira, o Plano Diretor estará vigorando em favor da função social da propriedade.

No entanto, segundo o Setor de registro de atos administrativos da prefeitura de Rio Verde, muitos loteamentos foram aprovados antes e durante a aprovação do Plano Diretor, e não seguiram as regras estabelecidas para evitar os vazios urbanos. Portanto, como podemos verificar na planta de Rio Verde, ainda há expansão urbana espraiada ao sul (próximo da BR 060) e ao norte, com imensos vazios.

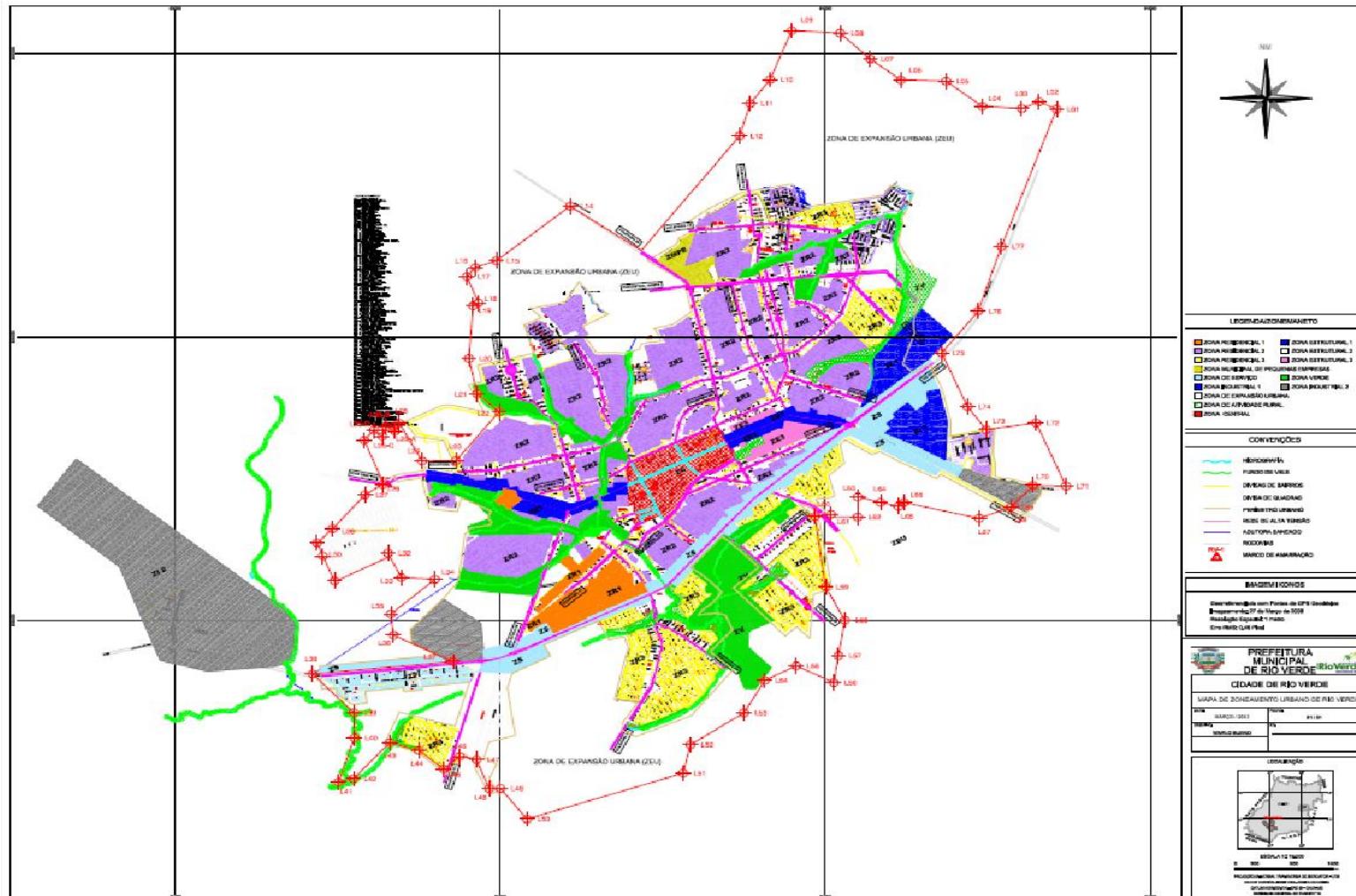
Dentre os fatores que direcionam a expansão urbana, destacamos:

- a) Plano Diretor e Lei de Zoneamento (determina quais são as ZR - zonas residenciais)
- b) Mercado imobiliário e amenidades físicas

O Plano Diretor não prevê setorização por renda ou grupo social e, sim, por zoneamento; mas como os instrumentos da lei não são de fato efetivos, quem ganha a “corrida no mercado” imobiliário são os promotores imobiliários e fundiários; que seguem os instrumentos legais de zoneamento para atender às funções residenciais ou comerciais, no entanto, buscam interesses próprios, aliados às amenidades físicas locais para direcionar quem vai morar.

O mapa 15, de zoneamento indica que praticamente toda a periferia é zona residencial, que as zonas de expansão se direcionam mais acentuadamente para o setor nordeste e sul da cidade (separado pela BR 060), de caráter mais populares, enquanto que o setor centro-oeste e norte, apresentam crescimento de empreendimentos verticais e loteamentos de luxo (abertos ou fechados).

MAPA 15: RIO VERDE/GO - zoneamento urbano, 2012



Disponível em: <http://www.rioverdegoias.com.br/arquivos/mapa_zoneamento.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Esse crescimento setorizado teria outra explicação para os técnicos da prefeitura:

a) O setor nordeste e sul (setor separado da malha urbana pela BR 060), crescem mais por apresentarem um relevo mais plano e são terras mais acessíveis, o que permitem um parcelamento mais barato. Portanto, essa se caracteriza por moradias populares, de autoconstrução e conjuntos habitacionais.

b) Ao norte, oeste e parte do setor sul (setor inserido na malha urbana), o mercado de terras é mais elevado. As terras disponíveis já esse elevaram por especulação, e pertencem a proprietários particulares que praticam preços entre R\$ 600 mil a R\$ 1.700.000,00 o alqueire (2014), portanto, torna-se um produto caro.

c) Os setores oeste, noroeste e leste, são aqueles que apresentam poucas amenidades físicas ou impedimentos legais que impossibilitam a venda da terra. Isso por que:

- Ao norte/noroeste, há existência de um relevo irregular, cascalheiras e nascentes.
- A oeste, também não há amenidades, pois o relevo é irregular. Existe nesse lugar um divisor de águas (Córrego Abóbora), bem como a captação da água desse córrego para a cidade.
- Ainda a oeste, há grandes extensões de terras que pertencem a uma universidade (UNIRV) e a uma agroindústria, a COMIGO.
- A leste, existe a instalação de uma Zona Industrial.

5.3.2 A moradia na cidade real e seus muros invisíveis

Considerada a “capital do agronegócio” na Microrregião do Sudoeste Goiano, Rio Verde vende a imagem de cidade média, desenvolvida economicamente e socialmente. E como temos visto no decorrer dessa seção, a publicidade mascara parte da realidade dos moradores, e apresenta apenas informações que interessam a algum grupo empresarial ou político.

A questão da moradia, também implica um discurso de qualidade de vida, de desenvolvimento para todos, de ascensão social. No entanto, falar de moradia numa cidade real, onde o capital fortalece uma classe em detrimento de outra, nos obriga também a revelar que essa cidade se forma, revelando em seu espaço construído essas mesmas contradições de classes, com espaços segregados.

Corrêa (2003, p. 62) fala que a segregação residencial caracteriza-se como “um processo que origina uma tendência a uma organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas”, e que é um dos processos que definem a divisão social do espaço.

Na realidade, diferentes grupos sociais se territorializam em espaços distintos na cidade, isso porque cada um possui capacidades diferenciadas para pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características do tipo, da localização, do status.

No caso de Rio Verde, inserida numa região agrícola, a transformação do solo rural, que já tem alta demanda, em mercadoria urbana, faz dele uma mercadoria cara, sujeita aos mecanismos de mercado, e sua variação de preço, exclui parcela da população. É a lógica do capital.

Nesse sentido, uma parcela solvável da população consome bons espaços, em termos de infraestrutura, localização, status e amenidades, às vezes, moradias isoladas em loteamentos elitizados, com guaritas e seguranças. Trata-se de uma minoria da população, formada de empresários (rurais e urbanos), políticos e profissionais liberais.

De outro lado, representando uma grande parcela da sociedade, destacamos a população assalariada, que somente consegue se tornar solvável e ter acesso à moradia por intervenção do Estado, seja por meio de financiamentos de habitações de interesse social, cheque moradia que possibilitam ter acesso à moradia em loteamentos periféricos. Tal realidade não ocorre aleatoriamente. Os promotores imobiliários, incluindo o Estado, agem estrategicamente no solo urbano, com o papel de modeladores e segregadores do espaço.

Nas palavras de Corrêa (2003), o Estado tem uma atuação considerada complexa e variável, visto que ele atua diretamente como proprietário dos meios de produção, consumidor de grandes e espaços e de localizações específicas, proprietário fundiário, quando tem o interesse em converter terras da União em terra urbana, e promotor imobiliário, quando participa parcial ou totalmente como incorporador.

5.3.2.1 Habitação de interesse social: o outro lado do agronegócio

Em Rio Verde, assistimos a ação do Estado como promotor imobiliário por meio de programas governamentais que constroem habitações de interesse social, na tentativa de amenizar as pressões populares por moradia e angariar votos futuros.

O programa do Governo Federal, Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado desde 2009, pelo governo Lula, é o programa mais efetivo do momento. Segundo o site da Caixa Econômica Federal, já foram entregues 1,7 milhão de casas até 2014, e ainda há mais 1,7 milhão em construção.

O Programa foi criado com o objetivo de tornar a moradia acessível às famílias de baixa renda e solucionar o problema habitacional no Brasil. O programa está ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e foi dirigido a famílias de renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00.

Em 2015, o Governo Federal mudou as regras para financiar imóveis pelo programa Minha Casa, Minha Vida. As principais mudanças foram a criação de uma faixa intermediária de renda, entre R\$ 1.800 e R\$ 2.350, e o aumento dos juros cobrados para famílias que recebem a partir de R\$ 2.350 por mês.

De acordo com o site da Caixa Econômica Federal, o programa constrói casas e apartamentos, e possui dois tipos de habitações, parecidas na sua divisão: dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, mas com diferença na sua área útil, uma de 32 m² e a outra de 37 m².

Antes da consolidação do PMCMV, já existia o Programa Cheque Moradia⁷⁷, no estado de Goiás, lançado em 1999, mas em 2012 foi reformulado com o nome de Cheque Mais Moradia, para atuar em conjunto com os programas habitacionais do Governo Federal, Estadual e Municipal. Foi implantado pela Agência de Habitação (AGEHAB) para possibilitar que as famílias adquirissem sua casa, por meio de conjuntos habitacionais com casas de até 40 m².

Conforme Gomes (2008), a AGEHAB nasceu da reestruturação da antiga COHAB-GO, uma das nove COHABs que decretaram falência na década de 1990. Em 1999, com a Lei nº 13.532, a COHAB-GO foi retirada do rol das entidades paraestatais submetidas a processo de liquidação¹¹ e, assim, reativada, transformando-se em AGH – Agência Goiana de Habitação, em 2001, por intermédio da Lei nº 13.831, a AGH passou a se denominar Agência Goiana de Habitação S.A. – AGEHAB.

Dentre os programas de habitação desenvolvidos pela Agência de Habitação (GO), estão o programa Habitar Melhor (2003), Programa Moradia Digna (2008) e o cheque Mais Moradia (2012).

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.oficialblog.com.br/2013/04/Cheque-Mais-Moradia-GO.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Em Rio Verde, as pressões populares por moradia já estava no seu estopim na década de 1990; e para atender essa demanda por habitação, com a parceria do poder público Municipal e o Governo Estadual um dos maiores conjuntos habitacionais de interesse social da cidade, denominado Conjunto habitacional Céu Azul, com 688 casas (Foto 32), o que garantiu a reeleição de um deputado estadual na época, considerado pelos moradores, “o padrinho do bairro”.

Foto 32: Rio Verde – Conj. Hab. Céu Azul; a) em 2009 e b) em 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

Tal obra foi entregue em 1995 e teve o aval da AGEHAB por meio do cheque moradia, no governo de Marconi Pirilo. As escrituras para regularização fundiária só foram realizadas em 2013.

Em 2007, foram construídos dois novos Conjuntos habitacionais, em parceria com Governo Municipal, Estadual e Federal, buscando sanar a falta de moradia de baixa renda: o Residencial Maranata e o Setor Funcionários (Foto 33).

Foto 33: Rio Verde – a) Conj. Hab. Setor Funcionários; b) Residencial Maranata, 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

Entretanto, continuou insuficiente, como nos mostra uma nota do jornal “O espaço”, publicado em abril de 2007 sobre o Maranata: “O Governo Federal constrói 547 casas, mas não ameniza a demanda de uma cidade que cresce em ritmo acelerado”.

No mesmo ano, foi entregue o conjunto “Setor Funcionários” com 400 casas direcionadas à funcionários públicos municipais e da agroindústria, contendo infraestruturas tais como energia elétrica, água encanada, asfalto e meio fio.

Em 2010, foram entregues pelo projeto “Minha casa minha vida”, mais 274 casas, denominadas de Conjunto Habitacional Jardim Helena e Conjunto Habitacional Monte Sião, (Foto 34) com 496 casas, localizado próximo do conjunto Céu Azul e, em 2014, foram entregues mais 754 casa, denominadas setor Nilson Veloso I e II (Foto 35) (Secretaria Municipal de Habitação).

Foto 34: Rio Verde – a) Conj. Hab. Jardim Helena; b) Monte Sião, 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

Foto 35: Rio Verde – a) Conj. Hab. Nilson Veloso I; b) Nilson Veloso II, 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

A questão da infraestrutura é exigida por meio de instrumentos legais, tratados na Lei de Zoneamento (art. 6) e Plano Diretor (Art. 12): é responsabilidade do promotor imobiliário, instalar a infraestrutura urbana no loteamento, tais como rede de água, de esgoto, galeria pluvial, distribuição de energia elétrica, meio fio e asfaltamento.

No entanto, o que vimos na realidade é a aplicação parcial da lei. As construtoras entregam a obra com infraestrutura aparentemente completas, mas no quesito saneamento básico, a rede de esgoto normalmente não existe, em função da realidade de Rio Verde, como já foi mencionado anteriormente.

Além disso, outros serviços que ficam por conta da prefeitura se tornam dilemas entre a população, em função da demora ou ausência, que seria a construção de escolas e postos de saúde locais ou próximos, segurança e mesmo linha de ônibus coletivo.

Outro tipo de moradia que está iniciando em Rio Verde são os conjuntos habitacionais verticais (apartamentos), também originadas do projeto federal “Minha Casa, Minha Vida”. Foram entregues um total de 256 apartamentos em 2010; com a denominação de Conjunto Residencial Paineiras (Foto 36). De localização periférica num setor de baixa renda e alta criminalidade, os apartamentos foram direcionados a famílias que recebem até três salários mínimos.

Foto 36: Rio Verde - Conjunto Residencial Paineiras (em fase de construção), 2010



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2010.

O PMCMV se estende para apartamentos e segue as mesmas regras financeiras para as casas, inclusive o padrão de construção e área útil é o mesmo. Após inscrição na secretaria de habitação do município, ocorre o sorteio da unidade habitacional.

Interessante destacar que, nesse caso, sendo habitações de interesse social, os maiores interessados em criarem solo urbano (ainda que para os grupos de baixa renda), são as

incorporadoras, que estão atrás de grandes empreendimentos financiados pelo Governo Federal, assim, podem construir em grande escala e obter garantia de pagamento.

E o Estado assume a dívida, para facilitar a construção e o financiamento a longo prazo. Segundo Corrêa (2003, p.17),

a demanda de terras também depende das possibilidades de remuneração do capital investido em terras e operações imobiliárias além da política que o Estado adota para permitir a reprodução do capital, muitas vezes utilizando a ideologia da casa própria.

O discurso da casa própria estimula a população de baixa renda a assumir dívidas que variam de 120 meses a 360 meses (30 anos) para quitar o débito dos pequenos embriões que adquiriram. Para o público com renda abaixo de R\$1.800,00, as prestações mensais estão limitadas a 5% de sua renda e isentas de taxas de juros. Mas as famílias que ganham acima desse teto, pagam taxas variadas e prestações mensais limitadas a 30% da renda mensal.

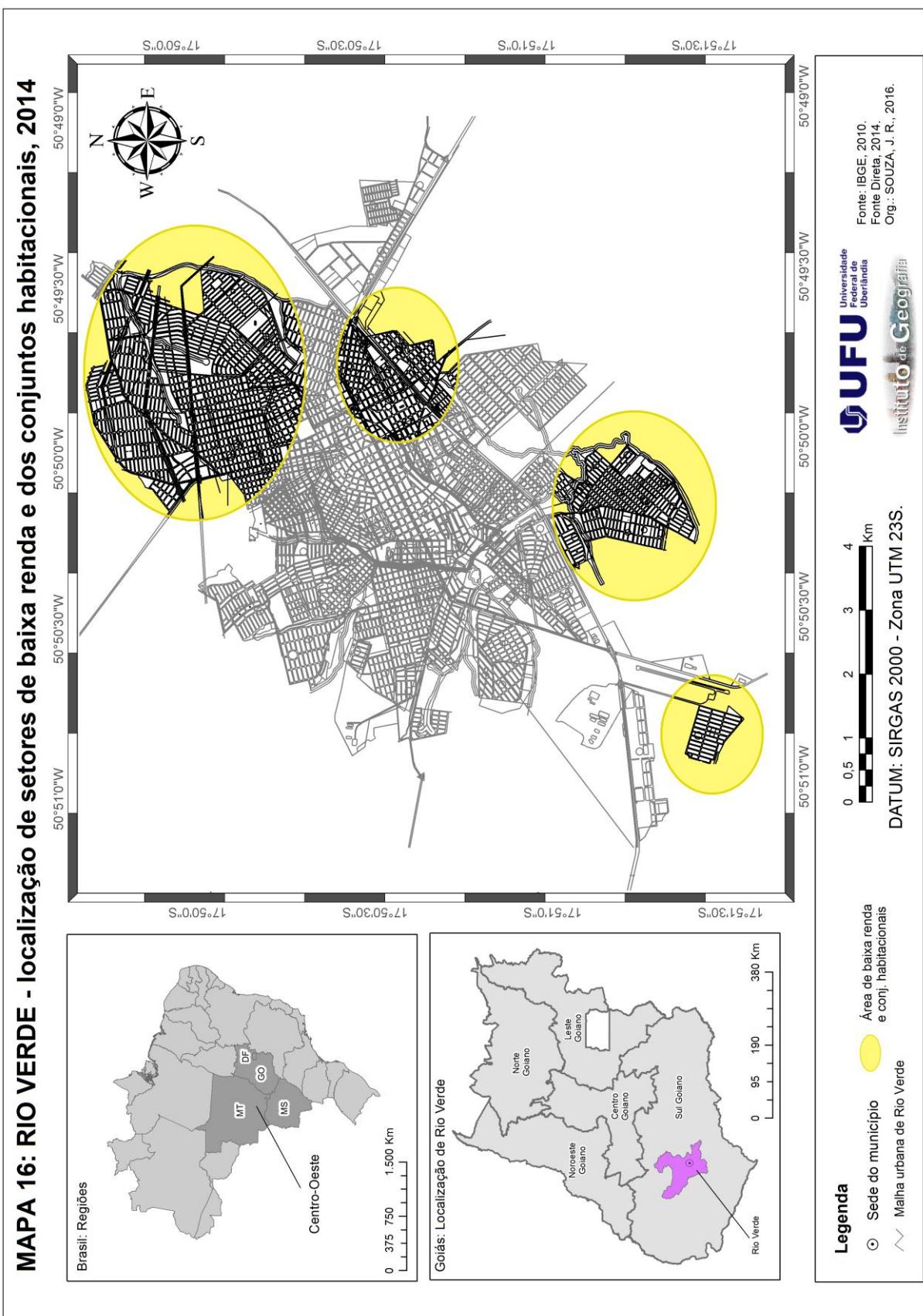
Em termos de setorização, os conjuntos habitacionais localizam-se nos setores nordeste e sul da cidade, considerados setores menos valorizado da malha urbana; próximo desses setores, também existem grandes bairros populares, de baixa renda, criados a partir de autoconstrução e em alguns casos, iniciaram como ocupações clandestinas que foram legalizadas posteriormente, como o caso dos Bairros Dom Miguel, Mauricio Arantes e Valdeci Pires, todos localizados no setor nordeste da cidade.

A BR 060 foi um limite físico para a expansão da cidade até a primeira década desse século. Depois foi incorporado ao perímetro urbano a partir de 2011, novos loteamentos ao sul foram surgindo, direcionados às classes médias e populares. Chama a atenção um loteamento denominado Gameleira II, onde podem ser encontrados lotes de 360 m² a preços que chegam a R\$ 100 mil reais e casas de três quartos e suíte, que chegam a R\$ 300 mil reais⁷⁸.

Em termos de localização, podemos verificar na planta de Rio Verde (Mapa 16) que há uma homogeneidade socioeconômica de baixa renda nos setores Leste-Nordeste, exceção para o loteamento Residencial Veneza.

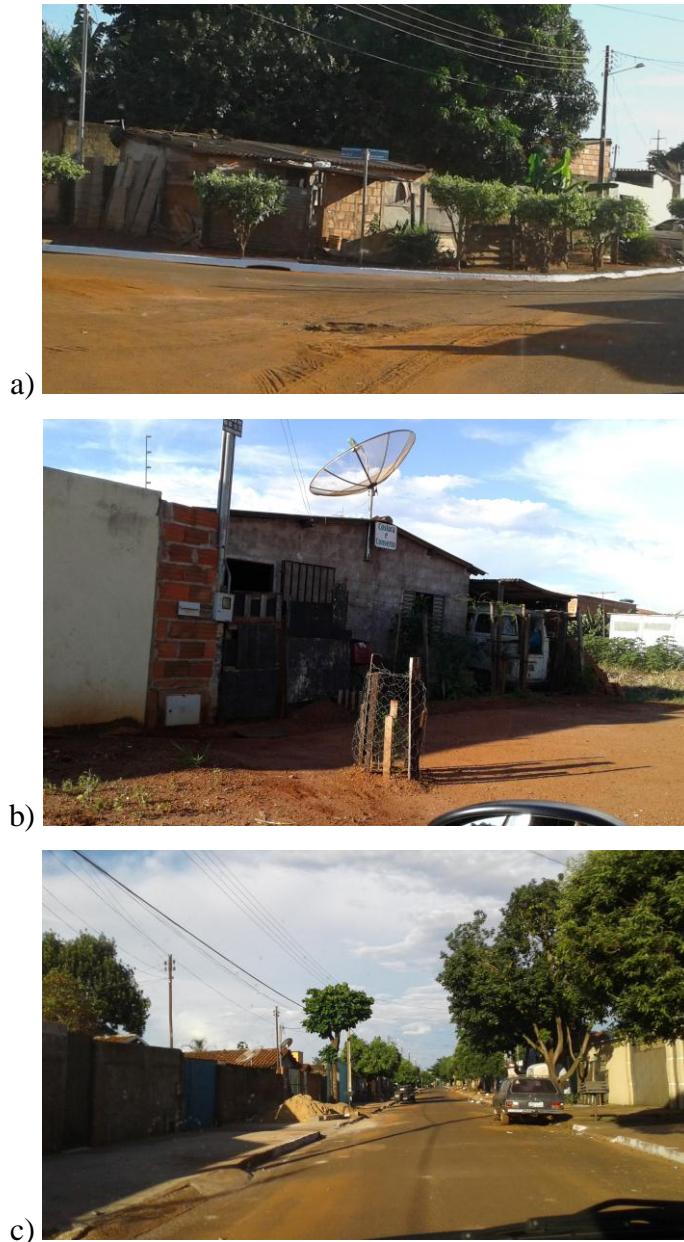
⁷⁸ Os preços foram pesquisados em imobiliárias da cidade em 2015. O salário mínimo corrente nesse ano era de R\$ 788,00.

MAPA 16: RIO VERDE - localização de setores de baixa renda e dos conjuntos habitacionais, 2014



Os demais loteamentos caracterizam como conjuntos habitacionais de baixa renda tais como os bairros Maranata, Céu Azul, Monte Sião, Nilson Veloso I e II, e de loteamentos de autoconstrução, como o Residencial Arco Íris, Martins, Parque dos Girassóis, Bairro Dom Miguel, Maurício Arantes e Valdeci Pires (Foto 37), estes últimos apresentando alto índice de criminalidade.

Foto 37: Bairros de autoconstrução em Rio Verde – a) Dom Miguel; b) Maurício Arantes; c) Valdeci Pires, 2016



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016.

Segundo informações na prefeitura de Rio Verde, muitos bairros do setor nordeste da cidade (citados acima) foram ocupados de maneira clandestina, e portanto, ficaram muitos

anos desprovidos de saneamento básico e demais infraestruturas. Foi necessária organização política local para pressionar o poder público a levar serviços à população, incluindo segurança, e escrituração dos lotes (em 2013).

Fato parecido ocorreu no bairro Jardim Floresta (Foto 38), localizado no sudoeste de Rio Verde, próximo ao aeroporto. Trata-se de um loteamento que foi vendido sem a aprovação da prefeitura, no início deste século e, em função disso, os moradores esperaram cerca de 15 anos para receber algumas infraestruturas locais, como asfalto precário, energia elétrica e transporte urbano; meio fio e rede de esgoto não foram instalados.

Foto 38: Rio Verde – vista do bairro Jardim Floresta, 2016



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016.

5.3.2.2 Moradias de alto padrão: a demanda solvável do agronegócio

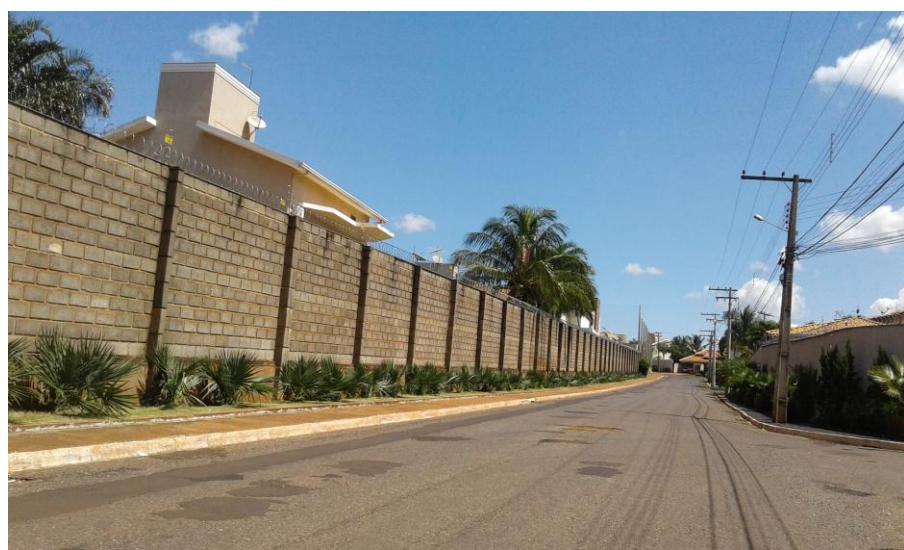
Por outro lado, há também as demandas solváveis, representadas pela elite do agronegócio; essas frações da sociedade podem escolher as melhores áreas da cidade e pagar altos preços pela mercadoria solo urbano e, com isso, exercer o processo de auto segregação.

A expressão dessa segregação residencial elitizada é materializada em bairros suntuosos, condomínios exclusivos, com muros altos, sistema próprio de vigilância e áreas de lazer internas.

Em Rio Verde, o mercado de terras direciona frações estratégicas do solo urbano para a elite. Nas últimas décadas, o padrão por loteamento fechado está ampliando em função de uma demanda significativa que busca status, conforto, mas acima de tudo, segurança. Na cidade, o aumento da violência somado à carência por policiamento, assusta a todas as classes. E aliar moradia com segurança, tornou- se um meio de venda, e um desejo, para quem compra.

Os loteamentos fechados apresentam alguns elementos que os distinguem dos loteamentos abertos, segundo pesquisa de Sposito (2006): exclusividade social, sistemas de segurança, qualidade ambiental, funcionalidade e autonomia administrativa, além disso, outra característica que distingue dos loteamentos abertos é o muro, que será a separação visível da segregação social e econômica na cidade (Foto 39).

Foto 39: Rio Verde – vista do muro de um loteamento fechado, 2016



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016.

Sposito (2006, p. 176), analisando os loteamentos fechados das cidades paulistas, informa-nos que essas edificações não são tão recentes na história da humanidade, mas que podem ser compreendidas como novos habitats urbanos, “porque rompem com os princípios de unidade e de integração socioespaciais que sempre marcaram a cidade [...]”.

Outro autor que mostra as características dos loteamentos fechados em Guadalajara no México é Barajas (2002, p. 125); ele faz uma observação sobre o discurso envolvido nesse tipo de empreendimento fechado:

Los fraccionamientos cerrados y los condominios [...] de lujo son el producto inmobiliario más exitoso de los últimos tiempos: las promesas de seguridad ciudadana, el ofrecimiento de exclusividad social, la exaltación de la calidad ambiental y la generación de plusvalía parecen indicar que el modelo se nutre más desde la oferta que desde la demanda.

A segurança, ressaltada por Sposito (2006) e por Barajas (2002) é um fator que merece ser considerado. Caldeira (2000) ao estudar as origens dos condomínios fechados de São Paulo, diz que a segurança é destacada pelos proprietários e moradores desse espaço como sendo a principal razão pela sua escolha. Segundo essa autora,

Segurança significa cercas e muros, guardas privados 24 horas por dia e uma série infindável de instalações e tecnologias – guarita com banheiro e telefone, [...], monitoramento por circuito fechado de vídeo, etc. Segurança e controle são as condições para manter os outros de fora, para assegurar não só exclusão mas também “felicidade”, “harmonia” e até mesmo “liberdade”. Relacionar a segurança exclusivamente ao crime é ignorar todos os outros significados. Os novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra o crime, mas também criam espaços segregados nos quais a exclusão é cuidadosa e rigorosamente praticada. Eles asseguram “o direito de não ser incomodado”, provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais, mendigos e sem teto (CALDEIRA, 2000, p. 267).

Em Rio Verde, os loteamentos fechados são empreendimentos recentes, surgindo na década de 2000. Neles, o empreendedor direciona o empreendimento excepcionalmente para os grupos de renda solvável, inseridos no agronegócio, tais como os profissionais liberais, empresários, funcionários de alto escalão e agropecuaristas.

O discurso da segurança se alia ao discurso por “liberdade”, uma vez que morador não fica “preso em seus apartamentos”, e pode se sentir protegido pelos muros e pela tecnologia. A localização não ocorre na área central, mas no espaço periurbano, em glebas não loteadas, em fase de especulação imobiliária. Lugar onde já foram instaladas infraestruturas e equipamentos urbanos.

Dentre os loteamentos fechados, o primeiro foi loteado no ano de 2000, e denominado de “Residencial Lausanne” (Foto 40); sua localização foi estratégica: inserido em um bairro de luxo (Parque dos Buritis) e próximo de vias rápidas. Nele, a morfologia descrita segue as mesmas das grandes metrópoles: guarita com porteiro, sistema de comunicação e segurança; área de lazer (academia, quadras e playground), muros altos, regras de trânsito interna, em que o motorista não pode ultrapassar os 20 Km.

Possui um total de 35 residências de alto padrão, em que a construção está acima dos 200 m² e alguns lotes sem construção. Internamente, a infraestrutura é composta por asfalto sinalizado, energia elétrica, água encanada, TV a cabo, cuja responsabilidade de reparo fica por conta do setor público.

Foto 40: Rio Verde - loteamento fechado “Residencial Lausanne”, 2016



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016.

Em 2001, a empresa Perdigão foi responsável pela construção de 50 casas no loteamento fechado denominado “Parque dos Ypê” (Foto 41), buscando suprir a carência de moradias de luxo para seus funcionários de alto escalão que vieram transferidos de outras unidades. Nele, a estrutura de isolamento também é regra: guarita vigiada, portões, segurança, muros altos, residências de luxo, infraestrutura e área de lazer (quadras e playground). Sua localização também é pertinente: localizada em avenida duplicada que dá acesso ao setor universitário, onde se localizam faculdades e Fórum, ou acesso rápido ao centro.

Foto 41: Rio Verde - loteamento fechado “Parque dos Ypê” (guarita e muros), 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

Outro loteamento fechado inaugurado em 2002 foi o “Residencial Terra Cotta”; situado em bairro nobre de Rio Verde (Setor Campestre) próximo do Parque dos Buritis; possui guarita vigiada, infraestrutura, área de lazer (playgrond), normas de trânsito interna, muros altos com segurança (Foto 42).

Foto 42: Rio Verde - loteamento fechado “Residencial Terra Cotta” (guarita e muros), 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

Em alguns casos, a nomenclatura “condomínio” é usada para caracterizar o loteamento fechado com muros e guarita; como é o caso do Condomínio Residencial “Villa Mafiori”, (Foto 43) aprovado em 2007, com 132 lotes, cujas medidas variavam entre 400 e 900 m². Destacou-se dos demais em função da diversificação de investimentos direcionados ao lazer, como forma de atrair o consumidor de renda elevada.

Dentre os atrativos internos, foi construída uma portaria espaçosa e luxuosa, informatizada e com sistema de segurança, salão de fitness, campo de futebol society,

playgrond, quadra de tênis, quadra de areia, quadra de peteca, salão de jogos, praça de leitura, dois quiosques com churrasqueira e banheiro e uma pista atlética com trajeto de 1.600 metros.

Foto 43: Rio Verde - loteamento fechado “Residencial Villa Mafiori” (guarita e muros), 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

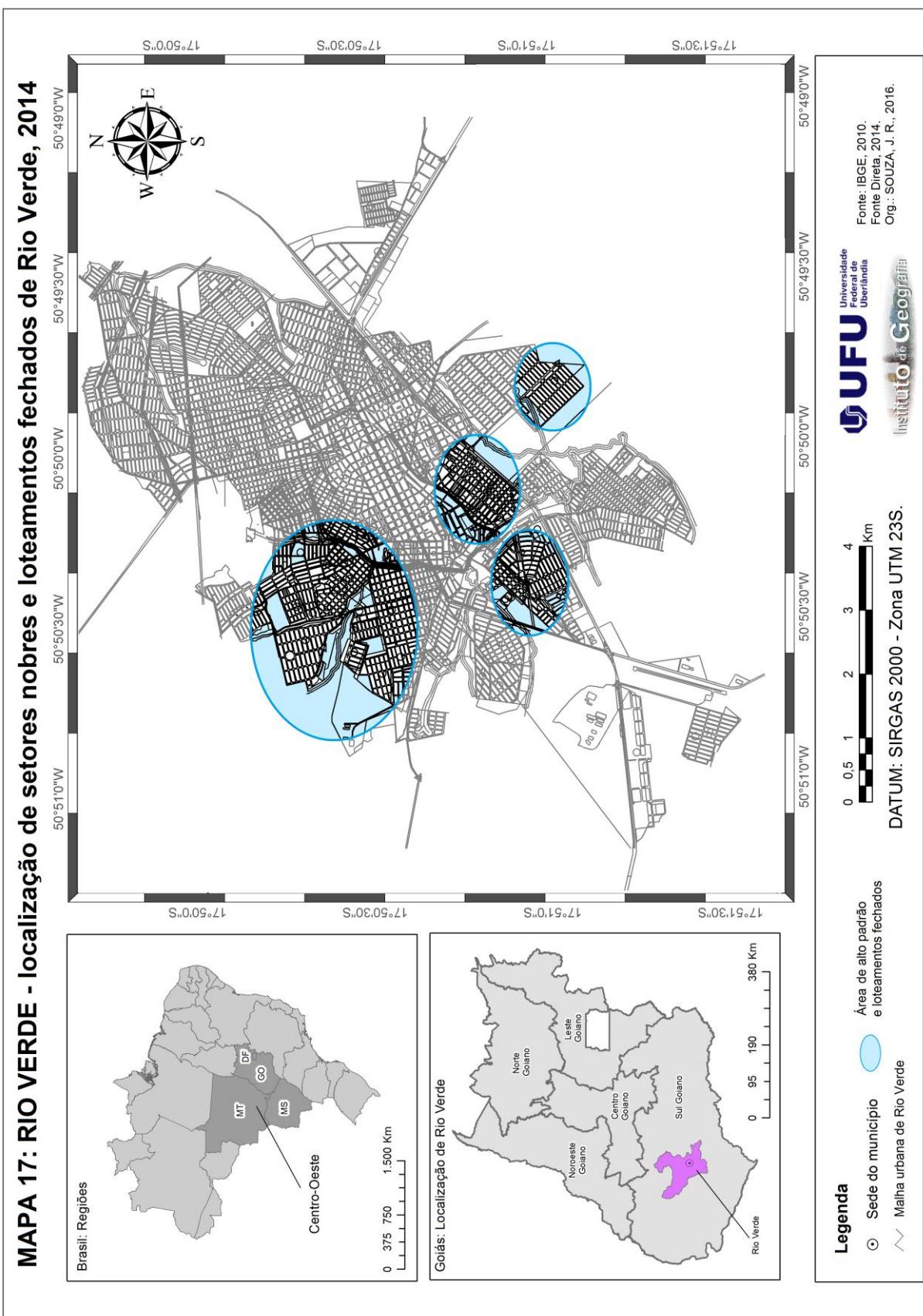
Caldeira (2000), analisando a realidade de São Paulo, afirma que os loteamentos fechados são grandes “enclaves fortificados”, uma negação do espaço público, da rua, da praça, do encontro, da convivência. Em Rio Verde, em função da disponibilidade de solo urbano e de suas localizações, eles ainda não são vistos como obstáculos ao fluxo; dois deles estão construídos ao lado de uma BR e outros dois estão localizados próximos a áreas de nascentes. Contudo, esse processo tende a acentuar quando novos empreendimentos forem construídos em áreas especulativas.

Levando em consideração o conhecimento de campo, podemos verificar no mapa 17, que os loteamentos de alto padrão se concentram em áreas centro-sul, centro-norte. Áreas relativamente novas, comercializadas após 1995.

Alguns desses loteamentos direcionados às classes solváveis, ainda foram incluídos equipamentos de prestação de serviço públicos e construção de áreas de lazer, tais como a nova Câmara Municipal e um lago artificial no bairro Interlagos, o novo Fórum e o Ministério Público no bairro Morada do Sol e um parque natural, com pista de caminhada e espelho d’água no bairro Setor Agreste.

Por meio da planta de Rio Verde, podemos verificar que há uma homogeneização social interna entre os bairros de alto status, criando ao mesmo tempo áreas de segregação residencial. A localização, criada pelos incorporadores, compreende a área central, em direção ao setor norte (tais como os bairros Morada do Sol, Universitário, Interlagos, dentre outros) e ao sul (Setor Agreste, Vila Carolina e, vários loteamentos fechados).

MAPA 17: RIO VERDE - localização de setores nobres e loteamentos fechados de Rio Verde, 2014



Além dos loteamentos fechados, destacamos também o papel dos edifícios na cidade média do agronegócio. Seria realmente necessário verticalizar a cidade? Há carência por solo criado ou há necessidade de status e conforto?

Segundo Harvey (1980), a renda diferencial assume seu significado em um espaço relativo que é estruturado por diferenciais em capacidade produtiva, em localizações diferentes e que é integrado, espacialmente, através das relações de custo de transporte. Como a renda diferencial surge de localizações que permitem vantagens para o proprietário ou empreendedor sob forma de altos lucros, podemos verificar o crescimento dessa renda por meio do processo de verticalização em Rio Verde.

O acelerado crescimento da cidade em função do agronegócio pode ser visto e lido por meio da transformação vertical da paisagem urbana; cada vez mais, amplia-se o número de prédios de luxo com mais de 10 andares (Foto 44). Os empreendedores atentos a uma parcela da sociedade capaz de consumir moradias de alto custo, buscaram investir nesse ramo.

Foto 44: Rio Verde - vista parcial dos edifícios da área central, 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

O processo de verticalização foi iniciado na década de 1980 com a construção do prédio onde hoje é um hotel de luxo, denominado Honorato Plaza Hotel. A demanda por apartamentos tem aumentado muito em função da falta de segurança, cada vez mais crescente em Rio Verde.

Esse processo estimulou e alavancou a economia local ligada à construção civil. Em 2004, o Sindicato dos trabalhadores da construção civil de Rio Verde revelou que foram geradas 4.500 vagas de emprego nesse setor, além disso, o SINE local registrou no mesmo ano, 673 ofertas de empregos direcionadas para serventes e pedreiros.

Entre jan./2003 e set./2010, houve um total de 3.727 vagas oferecidas no SINE de Rio Verde para a construção civil. Dessas, 2.064 funcionários foram contratados. Segundo informações do coordenador dessa instituição na cidade, o setor de construção civil tem atualmente uma imensa carência por mão de obra qualificada, faltam pessoas na cidade para realizar esse trabalho.

A partir do ano de 2014, o país entra em recessão, o primeiro setor a sentir e diminuir o ritmo é o da construção. O mercado imobiliário passa a crescer lentamente, uma vez que grandes empreendimentos habitacionais verticais continuaram a ser construídos, tais como o Life e o Yes Park, lançados antes de 2014 (Foto 45).

Foto 45: Rio Verde - a) empreendimentos em construção, Life; b) empreendimento em fase final, Yes Park, 2016



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2016.

Dentre os vários fatores que estimularam o mercado no processo de verticalização, destacamos a relação com formação dos complexos agroindustriais grãos e carnes, em que a demanda solvável caracteriza-se por empresários rurais que investem no mercado imobiliário como uma poupança, e empresários urbanos, diretores e profissionais liberais que buscam moradias seguras.

Além disso, a localização central, proximidade com serviços bancários, comércio, alimentação lazer, além do status representativo, segurança e conforto, são fatores que favorecem o consumo por esse tipo de investimento, bem como favorece a valorização do imóvel como um bem de troca, de alto custo no mercado.

Com relação aos preços de mercado, Harvey (1980) nos mostra que o preço do solo ou do imóvel é o resultado final de uma série de fatores físicos e econômicos que o torna mercadoria com valor de troca. Enquanto mercadoria precisa agregar capital e, por isso, requer a cobrança de taxas, renda e lucros.

Em 2014, um apartamento de 85 m² em um bairro localizado próximo do centro, era vendido acima de R\$ 300 mil (Foto 46).

Foto 46: Rio Verde - vista de edifício com mais de 6 andares, 2015



Autor: OLIVEIRA, B. S. de, 2015.

Em entrevistas realizadas em cinco edifícios da cidade (2014), verificamos que os moradores possuem perfil e opiniões semelhantes. Dentre essas características, destacamos o fator renda elevada, acima de R\$ 10 mil reais, as profissões, tais como empresários, profissionais liberais e produtores rurais, a condição de proprietários, a estrutura familiar pequena, com no máximo quatro indivíduos e consumo elevado de bens consumo: tais como

dois a três automóveis por família, viagens ao exterior pelo menos uma vez ao ano, sistema de segurança eletrônica. Justificam que o elevado custo de vida se deve em função da busca pela segurança e do conforto.

Esses novos habitats urbanos, verticalização ou loteamento fechado representam um “ostracismo residencial” (BARAJAS, 2002). Os grupos mais elitizados desejam se separar do resto da cidade e fecharem-se em seus mundos; buscam ignorar contradições e as desigualdades socioeconômicas presentes no Brasil e bem representadas no espaço urbano de Rio Verde.

Muitas vezes, proprietário ou empregado, rico ou pobre, não se enxergam como coprodutores do espaço urbano, e ignoram o fato de que a construção da cidade contraditória, luxuosa e pobre, se efetiva pela economia do agronegócio, mas a realização dessa obra segregadora é feita por todas as partes.

Para concluir, lembremos que nossa intenção para esta seção era a de apresentar as transformações intraurbanas de Rio Verde, enquanto uma cidade média do agronegócio, mostrando como a reestruturação produtiva agrícola traz mazelas e benesses para a cidade nos diferentes setores socioespaciais e do ambiente construído.

Quisemos mostrar o outro lado do agronegócio, pois além da concentração de riqueza (campo e cidade) e da alta arrecadação tributária, o agronegócio produz também uma outra cidade, aquela que normalmente é mascarada pelos meios midiáticos. São problemas de ordens sociais (como imigração descontrolada, carência de saneamento e de serviços públicos, alta criminalidade), habitacionais (como especulação imobiliária e exclusão espacial) e mesmo ambientais (falta de respeito e de fiscalização com o meio ambiente).

Sabemos que são problemas recorrentes nas cidades brasileiras, especialmente nas de médio e grande porte; todavia o que enfocamos nessa seção é o fato dessas questões passarem “despercebidas” pelas elites. A necessidade de valorizar e alavancar o agronegócio torna os problemas locais “muito pequenos”, “quase invisíveis” aos olhos de quem está fora dessa realidade.

E para aqueles que não conseguem obter sucesso com o agronegócio, fica uma indignação ao descobrir que muito do que se vende, é apenas discurso. Um discurso perverso que legitima o sucesso de todos que aqui chegam, independente de sua situação. Aos poucos, descobrem que os efeitos da reestruturação do campo criou um agronegócio excludente, apropriado pelas elites locais, e que não há lugar para trabalhadores desqualificados e descapitalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha pela temática das cidades médias inseridas nas áreas de reestruturação produtiva agrícola nos proporcionou conhecer e apresentar as diferentes facetas da realidade de Rio Verde (GO), vendida pelos meios midiáticos como a “Princesa do Sudoeste Goiano”, representante de sucesso do agronegócio regional.

Chamou-nos a atenção como objeto de estudo, por destacar-se regionalmente em termos de produtividade agrícola, soja e milho, como também por concentrar um significativo número de agroindústrias processadoras do setor agropecuário (grãos, aves e suínos), como também, por exercer atração regional em termos de comércio e serviços diversos.

Nesse estudo, priorizamos a compreensão da reestruturação agrícola no campo para assim, compreendemos também, as transformações urbanas. Uma vez que, as cidades do campo se funcionalizam para atendê-lo, e se ele modifica a estrutura social, técnica, produtiva e administrativa, em função do Complexo Agroindustrial, então, irá exigir também, mudanças significativas da cidade.

Ou seja, o processo de reestruturação produtiva agrícola cria condições para as transformações funcionais, sociais, econômicas, políticas e espaciais e, ainda, propicia mudanças de papéis na rede urbana regional. Por essa razão, estabelecemos como objetivo dessa tese, contribuir na discussão das cidades médias do Cerrado, cujas funções estejam vinculadas ao agronegócio, e compreender a lógica e os efeitos da reestruturação produtiva no campo e na cidade de Rio Verde.

A pesquisa e a leitura crítica da realidade, aliada ao referencial teórico amadurecido possibilitou-nos chegar às seguintes conclusões:

No campo:

- As bases para a reestruturação produtiva agrícola do Centro-Oeste foram implantadas pelo viés político, em que o Governo Federal foi o propulsor dos programas agropecuários, e, tendo o município de Rio Verde, fatores atrativos físicos e mão de obra experiente, tornou-se um dos favorecidos de vários programas. Por meio disso, especializou-se na produção monopolista de grão, em larga escala, movida pela essência capitalista.

- As bases do Complexo Agroindustrial surgiram com a criação da COMIGO, pois fortaleceu a elite agropecuária já no final dos anos de 1970, criando estrutura de plantio e armazenamento. Surgia o embrião da primeira agroindústria processadora de grãos no Sudoeste Goiano.

- As lavouras, servindo ao mercado internacional e ao processo produtivo agroindustrial, tem que oferecer garantia de alta produtividade e qualidade. Nesse sentido submete-se ao pacote técnico científico informacional agrícola, tendo como parceiro financeiro, o Governo Federal, e como administradores, os empresários rurais, originados do Sul e Sudeste do país.

- A estrutura social, técnica, produtiva e administrativa do campo sofrem transformações, erigindo o empresário rural, e a necessidade por mão de obra qualificada, administrativos, financeiros, jurídicos, dentre outros. A expulsão do homem sem qualificação para as periferias de Rio Verde foi gradativa, formando extensos bairros populares.

- A substituição dos Cerrados pelas lavouras monocultoras, os impactos ambientais e na saúde, especialmente, por agrotóxicos e pela mecanização do campo passa a ser uma realidade do Sudoeste Goiano.

Em relação à cidade:

- Verificamos que em termos conceituais, as cidades do campo, inseridas na regiões agrícolas, discutidas por Santos (1979; 1989, 2006; 2005), passam a ser entendidas por Elias (2006; 2007; 2008) como cidades do agronegócio, por representarem e oferecerem ao campo moderno, um aparato técnico científico informacional, financeiro, jurídico, administrativo, dentre outros.

- Rio Verde destaca-se regionalmente, pois consegue canalizar os fluxos primários para sua rede comercial e agroindustrial local, desenvolvendo o setor primário (por razões citadas acima), o setor agroindustrial (processador de grãos in natura e frigorífico) e o setor de comércio e serviços que ampara o campo (com serviços, maquinários e insumos), a agroindústria (com serviços de recursos humanos, limpeza, cozinha industrial, reparos e manutenção predial, elétrica, mecânica, transporte, financeiro, comunicação, dentre outros) e que ampara, ainda, as demandas da população local e regional (com educação técnica e superior, saúde especializada e estética, comércio de automóveis, eletrônicos, segurança, lazer, alimentação, dentre outros).

- Dentre as mudanças no setor econômico, a cidade passa a apresentar indicadores de cidade média, em que pesa o setor secundário e a diversificação dos setores terciários, bem como a centralidade exercida regionalmente, além da sua especialização no agronegócio e todo o efeito simbiose entre campo, agroindústria e cidade, o que nos leva a entendê-la enquanto uma cidade média, especializada no agronegócio.

- Rio Verde configura-se como um nó articulador e centralizador regionalmente, nos ramos do comércio e serviços, voltados ao consumo produtivo do setor agrícola (produtos e serviços), como também ao consumo consumptivo do setor urbano (educação, saúde, transporte, comércio, lazer). São esses laços de cooperação com o entorno regional, por meio de fornecimento de mercadorias e serviços, e com novos territórios de alcance nacional, que possibilitam uma nova função de centralidade regional.

- No que se refere a efeitos (bons e ruins) na cidade, a reestruturação produtiva agrícola, foi o trampolim que fortaleceu o município econômica e politicamente, possibilitando a várias transformações de caráter intraurbano. Nos aspectos políticos, estimulou a centralidade e a imagem/representação do agronegócio por meio de um discurso midiático que valoriza uma cidade rica, intitulada “Princesa do Sudoeste Goiano” e mascara os conflitos sociais e concentração de renda.

- Nos aspectos sociais, a cidade média do agronegócio destaca-se pelo crescimento populacional e todas as desordens que se originam da falta de planejamento urbano, tais como, demanda de vagas na rede pública educacional, demandas de vagas em hospitais públicos, aumento da massa assalariada desqualificada, aumento significativo da frota de automóveis e motocicletas com consequentes divergências no trânsito com vítimas, aumento da criminalidade, intolerância às diferenças culturais.

- Nos aspectos espaciais, destacamos os serviços públicos intraurbanos, que tendo maiores demandas, em função de uma cidade que cresceu 90% de sua população em 20 anos (em relação a 1991, até 2010), teve carências que não foram sanadas pelos sucessivos Governos Municipais, tais como saneamento básico (rede de esgoto), e serviços públicos, tais como asfaltamento de qualidade, boa iluminação pública, segurança e transporte coletivo de qualidade, em que a população seja atendida satisfatoriamente.

- E nos aspectos habitacionais, as transformações intraurbanas projetam uma cidade em que o solo é mercadoria cara, comparada à capital federal. Configura-se numa cidade que consolida a riqueza concentrada em bairros ricos, edifícios e loteamentos fechados, milionários, direcionados aos grupos abastados do agronegócio, como empresários rurais e

empresários urbanos que dirigem o comércio e a agroindústria. Mas, sustenta também a contradição do luxo, em bairros de baixo poder aquisitivo, às vezes, paupérrimos, caracterizados pela autoconstrução ou pelos conjuntos habitacionais financiados pelo Governo Federal.

- Assistimos a uma convivência de forma pseudopacífica da população, na rica cidade do agronegócio. Uma cidade que convida para investir, e exclui quem não tem a oferecer. É a realidade de uma cidade comum, mascarada pelo sucesso do agronegócio, que anuncia problemas de diversas ordens tais como: denúncia de corrupção na área da saúde pública, falta de vagas na rede pública municipal, custo de vida alto em relação ao salário mínimo, habitação cara, população imigrante sem qualificação e hostilizada pela sociedade rio-verdense. No entanto, os problemas são sufocados no local, deixando apenas o discurso da riqueza para ser divulgada em ordem nacional.

- E para o futuro, o que esperamos da cidade média do agronegócio?

A população que vive na cidade que mais arrecada no Sudoeste Goiano e que assimila o agronegócio como progresso universal, ou seja, que todos podem alcançá-lo, espera uma cidade com melhor qualidade de vida e com mais justiça social, por meio de uma melhor distribuição dos impostos arrecadados, da aplicação dos instrumentos urbanísticos pelos planejadores da cidade, como leis de uso do solo e do Plano Diretor, para fazer valer o direito social da propriedade.

Espera-se que haja crescimento populacional aliado ao cumprimento das necessidades básicas de saneamento básico, serviços públicos urbanos, educacionais e de saúde.

E, ainda, espera-se que o poder público e outros grupos que apoiam a saúde e o meio ambiente trabalhem no sentido de efetivar espaços públicos verdes aliados a espaços de saúde do corpo, como pistas de caminhada e de ciclismo, como aponta o Plano Diretor em nível municipal, ou o Estatuto da Cidade, de caráter nacional, ou mesmo, a Carta de Atenas, um modelo internacional.

Enquanto uma cidade em franco crescimento populacional, e carente de planejamento urbano, é relevante que os planejadores urbanos utilizem das propostas previstas em lei, ou mesmo em documentos como a Carta de Atenas (2003), que sugere compromisso dos planejadores urbanos com os instrumentos de planejamento da cidade.

A Carta de Atenas centra-se nos habitantes, nos utilizadores da cidade e nas suas necessidades em um mundo em grande mudança. Propõe uma visão coerente de cidade e

novos sistemas de governança e de envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

Além disso, o planejamento urbano europeu, mais avançado do que na América Latina, prevê a valorização da mobilidade do indivíduo, e não apenas dos automóveis. Prevê uma **cidade coerente** nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, conforme descreve a Carta de Atenas, devendo estabelecer continuidade de evolução no tempo, o que afeta as estruturas sociais e as diferenças culturais, significando a continuidade da identidade.

A Carta de Atenas prevê uma cidade com **coerência social**, que é estabelecida a partir do momento em que os interesses da sociedade como um todo, tendo em conta as suas necessidades, os direitos e os deveres dos diversos grupos e dos cidadãos individuais sejam respeitados.

Prevê **coerência econômica**, que valoriza duas forças principais que influenciam a questão da economia: a globalização e a especialização. O que permitirão que as cidades façam escolhas estratégicas sobre a sua orientação, por meio da flexibilidade e diversidade de oportunidades, podendo também cultivar a sua própria identidade econômica.

E prevê **coerência ambiental**, que deve ser obtida por meio do uso consciente dos recursos disponíveis e por meio do planejamento ambiental em parceria com o Estado e as agroindústrias locais, onde se valorize o meio ambiente e o cidadão rio-verdense, onde se crie um projeto efetivo de sustentabilidade, evitando o descaso com nossos recursos hídricos, o consumo desenfreado de agrotóxicos nas lavouras, o desmatamento do cerrado, e especialmente, evitando o descaso com o cidadão, que ainda usa fossas negras em pleno século XXI, e ingere água e alimentos contaminados sem ter a quem pedir socorro.

Fala-se em buscar cidades sustentáveis, onde se permita que os cidadãos vivam e trabalhem em harmonia com o meio ambiente, ligados a um patrimônio natural e cultural conservado. Essa é a cidade do agronegócio que a população aguarda; uma cidade sustentável, onde a economia agrícola agroexportadora dê espaço para a sustentabilidade do Cerrado, e onde haja maior qualidade de vida, saúde coletiva, melhor distribuição de renda e respeito à diversidade cultural e ao meio ambiente.

Caso contrário, a qualidade de vida dos grupos de baixa renda da bela “Princesa do Sudoeste” não mudará a curto prazo. Isso por que eles chegam excluídos e se mantêm excluídos; não se qualificam, e portanto não conseguem oportunidades na “Terra das oportunidade”. Não ascende socialmente e, com isso, engrossa a massa daqueles que dependem do agronegócio para viver, e vivem dele na esperança de enriquecer.

Enfim, o trabalho “Cidade média do agronegócio: os efeitos da reestruturação produtiva no município de Rio Verde/GO”, configurou-se num trabalho prazeroso ao longo desse trajeto de pesquisa.

Por morar em Rio Verde, nosso objeto de pesquisa, foi necessário um esforço de reflexão crítica apartidária e neutra, para enxergamos situações contraditórias reproduzidas no âmbito político e ideológico, em parceria com as representações midiáticas. Enxergar a dinâmica da cidade com olhos de moradora e com olhos de pesquisadora, proporcionou-nos discutir a cidade que temos e a que queremos e, portanto, abrir um leque de possibilidades a novos estudos futuros, que tenham como tema principal as cidades médias inseridas nas áreas que passam por reestruturação agrícola.

REFERÊNCIAS

ABENÇOADA pelo agronegócio. **Jornal O Espaço**, Rio Verde, ago. 2015, p. 6.

ALVES, F. B. **A visão do Conselho Europeu de urbanistas sobre as cidades do séc. XXI**. 2º Congresso Nacional da Construção, 2004. Disponível em: <http://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

AMORIM FILHO, O. B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69 – 87.

_____.; ABREU, J. F. de. Cidades médias e descentralização tecnológica: o caso de Minas Gerais. **Cadernos de Geografia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 18, p. 5 – 14, jan./jun. 2002.

_____. ;SERRA, R.V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R.V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

_____.; ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. **Texto para discussão**, IPEA, Rio de Janeiro, n. 554, mar. 1998.

ANDRADE, T.; LODDER, C. **Sistema urbano e cidade média no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1970.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ARAUJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2005.

ARAUJÓ, R. de S. **Modificações no planejamento urbanístico**: teoria e método de análise. São Paulo: Nobel, 2009.

ARAUJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agro-industrial**: o agribusiness brasileiro. São Paulo: Agroceres, 1990.

BARAJAS, C. L. F. Tendências recientes de las urbanizaciones cerradas y polarización residencial em Guadalajara. In: SPOSITO, E. S.; SPOSTO, M. E. B.; SOBARZO, O. **Cidades médias:** produção do espaço urbano regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 125-154.

BARRETO, C. de A.; RIBEIRO, H. R. Agricultura e Meio ambiente em Rio Verde (GO). **Revista Interfacehs**, v. 3, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/editorial6.asp?ed=6>>. Acesso em: 20 jun. 2013. BLECHER, B. O eldorado goiano. **Exame**, São Paulo, p. 64- 70, 30 out. 2002. Especial Agronegócio.

BORGES, R. E. **No meio da soja, o brilho dos telhados:** a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações impactos socioeconômicos e espaciais. 2006. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, SP, 2006.

BRASIL. **Estatuto da cidade.** Lei Federal nº. 10.257 de 10 de julho de 2001. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. **Estatuto do trabalhador rural.** Lei Federal nº 4.214 de 2 de março de 1963. Brasília: Câmara dos Deputados, 1963. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%204.214-1963?OpenDocument>. Acesso em 10 mar. 2014.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

BRÁZ, Claudio de Castro. Rio Verde 167 anos de história. **Jornal O Espaço**, p. 7, 1-15 ago. 2015

CALDEIRAS, T. P. do R. **Cidades de muro:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS, A. S. **De fábrica de empregos a fábrica de ilusões:** o Globo Repórter e a comunicação governamental em Rio Verde (GO). 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Educação e Turismo, Universidade de Marília, Marília, São Paulo, 2007.

CAMPOS, O. **Rio Verde histórico.** São Paulo: Edigraf, 1971.

CANA de Açúcar mais energia para o crescimento de Goiás. **Revista Isto É**, n. 2030, 1 out. 2008. Suplemento.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89- 111.

_____. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S., SPOSITO M.E.B. ; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-278.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. G. D. **A Dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CATAIA, M. A. a geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: O caso da criação de novos municípios na região Centro-Oeste do Brasil durante o regime militar. **Scripta Nova**, Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, vol. X, n. 218 (22), 1 de ago. 2006, disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-22.htm>> Acesso em: 10 fev. 2014.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

CHAVES, A. R. T. **Políticas de incentivo e a localização industrial no Sudoeste Goiano**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdade Alves Faria, ALFA, Goiânia, 2009.

COELHO, C. N. O aproveitamento econômico dos Cerrados. **Revista Política Agrícola**, Brasília: Secretaria de Política, ano X, p. 03 – 05, jan./mar. 2001.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidades média. In: SPÓSITO, M. E. B (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan./jun. 1999.

- _____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. A urbanização nas áreas de Cerrado: algumas considerações. **Sociedade e Natureza**, UFU, Uberlândia, ano 7, n. 13/14, p. 147-150, jan./dez. 1995.
- _____. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CUNHA NETO, O. **Rio Verde**: apontamentos para sua história. Goiânia: O Popular, 1988.
- ELIAS, D. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales**, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26 a 30 de maio de 2008, disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/270.htm>>. Acesso em: 15 maio 2012.
- _____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. B (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138.
- _____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSTO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006a. p. 279 – 303.
- _____. Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**, Presidente Prudente, UNESP, ano 9, n. 8, p. 29 – 51, jan./jun. 2006b.
- _____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**, Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, vol. X, n. 218 (03), 1 de agosto de 2006c, disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- ERTHAL, R. Os complexos agroindustriais no Brasil: seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista Geo-Paisagem**, ano 5, n. 9, jan./jun. 2006.
- FERNANDES, B. M. Agronegócio e Reforma Agrária. In: _____. **O mito do agronegócio e a agricultura camponesa**. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 2005. p. 11-16.
- FERNANDES, L. M. C. **Do contrato de franquia**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

FERREIRA, D. F. **Análise das transformações recentes na agricultura da região Sudoeste de Goiás** - 1970-1995-6. 2001. 145 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Faculdade de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. 238 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia e Gestão do território) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FRANÇA, L. R. de; FERNANDES FILHO, J. F. A evolução da avicultura de corte em Goiás. In: PEREIRA, S. L.; XAVIER, C. L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 175 – 211.

FUCHS, Â. M. S.; FRANÇA, M. N.; PINHEIRO, M. S. de F. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

GALDIO, R. S. D; PEREIRA, D. B. **Geografias e ideologias**: submeter e qualificar. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOIÁS EM EXAME. São Paulo: Abril, n. 820, 23 jun. 2004. Suplemento.

GOMES, C. C. de A. **O apego pelo lugar de morar**: Vila Monticelli em Goiânia-GO. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2008.

GOMES, M. **Estudo de história de Goiás**. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano, 1974.

GOMES, M. T. S. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do Oeste Paulista**: Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. 2007. 295 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GONÇALES, C. **As políticas públicas, a modernização dos Cerrados e o complexo soja no Sul Goiano**: 1970 – 2005. 2008. 247 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

_____. **Reflexões sobre a importância da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO) no desenvolvimento da região de Rio Verde – GO.** 2001. 164 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento econômico) - Faculdade de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

HARVEY, D. **A Justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográfico de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2007.

_____. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2000.

_____. **Regiões de influência das cidades 1978**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1987.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Esboço preliminar de delimitação dos espaços polarizados**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

IPEA. **Redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro - Oeste**. Brasília: IPEA, 2002.

KAGEYAMA, A. (Org.). **O novo padrão agrícola brasileiro:** do complexo rural aos complexos agro-industriais. Campinas: S/N, 1987.

KROETZ, M. et al. Crescimento econômico x desenvolvimento: aspectos do crescimento econômico da região de Rio do Sul e o reflexo nas questões sociais. **Revista Caminho Online:** Dossiê Gestão, Rio do Sul, v. 1, n. 1, p. 25-45, out./dez. 2010.

LACERDA JUNIOR, B. de. **Modernização da agricultura e transformação no espaço rural e urbano de Rio Verde – GO.** 2004. 157 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Rev. Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. **A cidade do capital.** Tradução de Maria Helena Rauta. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **O direito à cidade.** Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969.

LOPES, C. R. M.; LOPES, N. V. P. Avaliação da gestão de resíduos industriais: estudo de caso na Perdigão S/A - unidade de Rio Verde – GO. **Revista Interdisciplinar**, Univar, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Bianca/Downloads/210-430-1-SM.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

LOPES, S. **História de Rio Verde – GO.** Goiânia: Kelps, 2006.

LUNAS, D. A. L. **Constituição do Complexo Agroindustrial da soja no Sudoeste de Goiás.** 2001. 148 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

MACHADO, F. A última fronteira do agronegócio. **Revista Plantar**, ano 4, n. 22, p. 10-14, jun. 2008.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudoeste Goiano.** 458f. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2004.

_____.; THOMAZ JUNIOR, A. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. **Investigaciones Geográficas**, México, n. 55, p. 97 – 121, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org.html>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário brasileiro**, São Paulo: Hucitec, 1990.

MOTTA, G. A. S. da. **Pensar, construir e viver a cidade**: Uberlândia/MG, setor sul. 2015. 228f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Pós graduação em Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia/MG, Uberlândia, 2015.

MULLER, G. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NUNES, E. P.; CONTINI, E. **Complexo Agroindustrial brasileiro**. Brasília: ABAG, 2001. 109 p.

O ELDORADO Goiano. **Revista Exame**, n. 778, 23 out. 2002.

OLIVERA, A. R. A expansão do agronegócio no Sudoeste Goiano: os mitos e os discursos sobre o desenvolvimento do território. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 2005, Presidente Prudente. Presidente Prudente: UNESP, 2005. p. 15-25.

OLIVEIRA, B. S. de. **Ituiutaba (MG) na rede urbana Tijucana**: (re) configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000. 2003. 208 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, B. S. de; SOARES, B. R. **O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no contexto regional**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000. 30 p. (Relatório de iniciação científica).

_____. ; _____. Cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG: algumas considerações. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 52 – 72, fev. 2002, Disponível em: <http://www.ig.uf.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em: 26 jul. 2013.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5,n.2, p.37-48, maio/ago.2002.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. de. S. **História de Goiás (1722 – 1972)**. 6. ed. Goiânia: UCG, 1976.

PEREIRA, F. M. **Cidades médias brasileiras**: uma tipologia a partir de suas (des) economias de aglomeração. 2002. 107 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Econômicas) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PEREIRA, S. L. **Alterações estruturais na economia Goiana e do Sudoeste de Goiás no período dos anos 80/90**. 2001. 107 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento econômico) - Faculdade de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

_____.; XAVIER, C. L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

PESSÔA, V. L. S. **A ação do Estado e as transformações agrárias no Cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG**. 1988. 239 f. Tese. (Doutorado em Organização do espaço) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1988.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Manual de economia**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 1998.

PIRES, Z. **Rio Verde**: pioneira e progressista. Goiânia: Kelps, 2004.

_____. **Rio Verde sesquicentenário**. Rio Verde: IAM, 2002.

_____. **Rio Verde**: relato histórico. Rio Verde: IAM, 1998.

PIZARO, R. E. C. **O agronegócio e as potencialidades turísticas do município de Rio Verde – GO**. 163 f. 2007. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1979.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/ PNUD, 1996. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2016.

QUEIROZ, R. S. da R. **A modernidade de porteira fechada no Sudoeste Goiano:** o jeito Perdigão de criar aves e suínos. 2006. 146 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, D. O fenômeno da migração par o Sudoeste Goiano. **Espaço**, Rio Verde, n. 4, jul. 2013.

REVISTA EXAME. São Paulo, ed. 1064, 30 abr. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1064/>>: Acesso em: 15 ago. 2015.

REVISTA PARCERIA. São Paulo: Perdigão, n. 4, abr. 1999. 35 p.

REVISTA RIO VERDE. Rio Verde: Prefeitura Municipal de Rio Verde, ano 1, n. 1, 5 ago. 1975.

REVISTA TECNOSHOW COMIGO. Rio Verde: COMIGO, ed. 6, abr. 2015.

RIO VERDE. **Plano Diretor.** Lei Municipal nº. 5.318 de 06 de setembro de 2007. Rio Verde: Câmara Municipal, 2007.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 89, mar./2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006>. Acesso em: 10 jan. 2016.

RV ECONOMIA. **Rio Verde:** NEPEC, n. 13, nov. 2004.50 p.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo/razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Manual de geografia urbana.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Alves, 1979.

_____. ; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO GOIÁS. Disponível em:
<http://www.segplan.go.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2014.

SILVA, A. R. P. da. Pólo regional ou cluster: o caso do município de Rio Verde, Goiás – Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, n. 13, p. 41 - 55, out. 2004. Disponível em: <http://www.ig.uf.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em: 28 jul. 2013.

SILVA, F. F. **FCO** – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e sua influência no desenvolvimento da região. 2006. 47 f. Trabalho final de curso. (Monografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2006.

SILVA, L. L. O papel do estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, n. 1(2), p. 24 - 36, dez. 2000. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15251/8552>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1977. 377 p.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Tradução Eduardo de Almeida Navario. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, B. R. As novas espacialidades urbanas das cidades médias para o século XXI. In: _____. **O Brasil, a América Latina e o Mundo:** espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008, v.1. p. 153-164.

_____. Pequenas e médias cidades: um estudo das relações socioespaciais nas áreas de Cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v.1. p. 461-494.

_____. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Revista Formação**, Presidente Prudente, Unesp, n. 6, p. 55 – 64, 1999.

_____.; BESSA, K. C. F. O. As novas redes do Cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, UFG, Goiânia, v. 19, n. 2, p.11-34, jan./dez. 1999.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. São Paulo: Bertarnd Brasil, 2005.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

SPOSITO et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. et al. (Org.). **Cidades médias**: espaço em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 630 p.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SOBARZO, O. **Cidades médias**: produção do espaço urbano regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175-197.

_____. (Org.). **Textos e Contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, ano 2, p. 21 a 42, set. 2005. Disponível em: <<http://www.revistageo.ufms.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

THOMAZ JUNIOR, A. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Revista Scripta Vetera**, Barcelona, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocriti/sv-87.htm>>. Acesso em: 15 maio 2014.

VEJA. São Paulo, n. 30, ano 37, abr. 2004. Edição especial de Agronegócio.

VIEIRA, N. de M. **Caracterização da cadeia produtiva da soja em Goiás**. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina/SC, Florianópolis, 2002.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência, 2013**: mortes matadas por armas de fogo. São Paulo, CEBELA, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em 10 fev. 2016.

APÊNDICES
Roteiros de entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro de Entrevistas: - Agroindústrias de Rio Verde

- 1- Tempo de instalação na cidade?
- 2- Origem do capital: local, nacional ou internacional?
- 3- Grupo que pertence? A empresa de Rio Verde é a matriz ou filial?
- 4- Quais são as matérias-primas usadas pela empresa? Qual a media de produção diária?
- 5- Qual é linha de produtos oferecidos?
- 6- Qual a origem dos fornecedores e/ou parceiros? Local, outras cidades, outros estados.
- 7- Quantos parceiros integrados prestam serviço para a empresa?
- 8-Quais os benefícios para o integrado? Quais os benefícios para a empresa?
- 9 - Destino da produção em território nacional?
- 10 – Destino da produção exportada? Total exportado anual em US\$?
- 11- Total de funcionários empregados atualmente? Qual a rotatividade dos funcionários?
- 12- Existem períodos sazonais de maior empregabilidade?
- 13- Há funcionários que residem fora de Rio Verde? Quantos são atualmente? Quais as cidades?
- 14- A empresa oferece transporte para esses funcionários? É vantajoso para a empresa?
- 15- Quais as funções que mais se empregam dentro da empresa e qual é a média salarial delas?
- 16- De quanto é a folha mensal da empresa atualmente (unidade Rio Verde)?
- 17- Quais os benefícios que o funcionário da empresa recebe?
- 18- Que tipo de serviços são terceirizados pela empresa?
- 19- A empresa tem frota própria? Se sim, quantos veículos em Rio Verde?
- 20- Quais as vantagens fiscais que a empresa recebeu do município/ Estado para se instalar em Rio Verde?
- 21- Que outras vantagens a empresa pode citar em escolher Rio Verde como sede?
- 22- Quais as maiores dificuldades a empresa tem enfrentado desde sua instalação no município?
- 23- A empresa desenvolve alguma atividade social para a cidade?
- 24- Onde é realizado o armazenamento dos produtos da empresas ? É terceirizado?
- 25- Quais infraestruturas de transporte são usadas pela empresa na região, para o escoamento dos produtos industrializados?
- 26- A empresa possui um setor direcionado para os impactos ambientais com profissionais qualificados? Se sim, qual a função e quais profissionais são contratados?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Roteiro de Entrevistas:

- Comércio e serviços agropecuários de Rio Verde e
- Setores gerais do setor terciário

- 1- Nome da empresa:
- 2-Ano de instalação:
- 3- Ramo de atividade:
- 4- Matriz ou filial em Rio Verde?
- 5- Capital local, nacional ou internacional?
- 6- Grupo a que pertence?
- 7- Faturamento anual (líquido)?
- 8- Tipo de produto / serviço oferecido?
- 9- Número de lojas em Rio Verde?
- 10- Público alvo?
- 11- Origem dos consumidores (clientes)?
- 12- Origem dos fornecedores?
- 13- Número de funcionários?
- 14 – Média de vendas por mês?
- 15 – Total da folha mensal?
- 16 – Perfil do cliente:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Roteiro de Entrevistas: - Setor educacional (instituições de ensino superior)

- 1- Quais os cursos existentes nessa instituição (técnico, superior)?
- 2- Quais cursos de Pós-Graduação são oferecidos?
- 3- Há oferta de cursos de mestrado? Para quais áreas?
- 4- Total de alunos matriculados no semestre corrente? (técnicos, graduação, Pós-Graduação)
- 5- Origem dos alunos matriculados nessa instituição?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Roteiro de Entrevistas: Setor de Saúde (hospitais e clínicas particulares e públicas)

- 1- Nome da clínica ou hospital:
- 2- Ano de instalação:
- 3- Natureza: público – filantrópico – particular
- 4- Número de médicos:
- 5- Especialidades médicas:
- 6- Número de leitos:
- 7- Atendimentos/dia:
- 8- Equipamentos de última geração - nomes e funções:
- 9- Convênios:
- 10- Laboratórios próprios? Tipos de exames?
- 11- Há atendimento de pacientes de outras cidades ou estados? Quais ?
- 12 – Quais as especialidades mais procuradas pelos pacientes externos?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Roteiro de Entrevistas: - Sindicato Rural de Rio Verde

- 1- Quando foi criado o Sindicato Rural em Rio Verde?
- 2- Quantos associados são atualmente?
- 3- Que atividades o Sindicato tem desenvolvido para favorecer seus associados?
- 4- Comente o perfil do proprietário rural de Rio Verde:
- 5- Quando a soja ganha espaço em Rio Verde?
- 6- Em sua opinião, como a soja consegue dinamizar a economia regional?
- 7- Qual a importância da agroindústria local para o agricultor e para a cidade?
- 8- Qual o impacto da produção da soja e da cana para o trabalhador rural?
- 9- O agricultor está mais consciente dos impactos ambientais que a alta produtividade gera?
- 10- Que ações tem sido feitas com o apoio do sindicato?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro de Entrevistas: - Empresa agrícola do município de Rio Verde

Características gerais da Propriedade:

- 1- Razão social da empresa rural:
- 2- Localização da empresa rural:
- 4- Atividades desenvolvidas na propriedade:
- 5- Área total cultivada (ha) / tipos de grãos:
- 6- Cultivo que predomina na safra / época da safra:
- 7- Cultivo que predomina na safrinha / época da safrinha:

Estrutura e logística:

- 8- Existem residências para funcionários fixos na propriedade? Quantas são?
- 9- Há armazenamento na propriedade? Qual a capacidade (ton. ou sacas) ? É o suficiente, ou há necessidade de alugar outros armazéns?
- 10- Há secador na propriedade? Qual a capacidade (ton. ou sacas) ?
- 11- Quais outros equipamentos existem na empresa?
- 12- A fazenda é irrigada? Quantos pivôs existem?
- 13- Há maquinários e aviões agrícolas? Quantos?
- 14- Há plantadeiras e colheitadeiras? De que ano elas são?
- 15- Há caminhões, camionetas e carros pequenos para uso da empresa? Quantos?
- 16- As trocas dos maquinários e automóveis são feitas com qual frequência?
- 17- A feira agropecuária “Tecnoshow” favorece a aquisição desses bens? Quais as vantagens?
- 18- Quais agroindústrias de Rio Verde são parceiras na compra dos grãos? Quais vantagens oferecem?
- 19- Quem faz o transporte dos grãos para as empresas?

Recursos Humanos:

- 20- Total de funcionários (propriedade e escritório) durante a safra? E na entressafra?
- 21- Que tipo de funções são mais empregadas durante a safra?
- 22- Que tipo de mão de obra qualificada se emprega na propriedade/escritório?
- 23- Há algum tipo de mão de obra qualificada difícil de encontrar em Rio Verde? Qual a solução?
- 24- Qual a média salarial do tratorista?
- 25- Qual o valor da folha mensal na safra?
- 26- Durante a safra, os salários ganham aumento ou benefícios? Quais?
- 27- Após a safra, é comum proprietários e funcionários investirem em bens (consumir) na cidade? Que tipo de investimentos são esses?
- 28- A empresa busca consultoria agrícola? Onde?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Roteiro de Entrevistas: - Setor de transporte (Aeroporto General Leite de Castro)

- 1 – Ano de fundação:
- 2 – Quantos funcionários:
- 3 – Tamanho, tipo de pista e categoria do aeroporto:
- 4 – Qual a cidade que controla os voos de Rio Verde?
- 5 – Tipos de voos oferecidos: particulares e/ou comerciais?
- 6 – Quais empresas operam para os voos comerciais?
- 7 – As naves tem capacidade para quantos passageiros?
- 8 – Quais os horários para os voos diários? Quais as linhas destinos?
- 9 – Qual a procura por mês? Há períodos no ano com maiores procuras?
- 10 – Perfil dos passageiros (profissões):
- 11 – Quais aeroportos há maiores conexões?
- 12 – Numero de aviões particulares que utilizam o aeroporto:
- 13 – Atividades dos proprietários dos aviões particulares: